

GRAMÁTICA DO PORTUGUÊS CULTO FALADO NO BRASIL



UNICAMP

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

Reitor

FERNANDO FERREIRA COSTA

Coordenador Geral da Universidade

EDGAR SALVADORI DE DECCA



Conselho Editorial

Presidente

PAULO FRANCHETTI

ALCIR PÉCORÁ – ARLEY RAMOS MORENO

EDUARDO DELGADO ASSAD – JOSÉ A. R. GONTIJO

JOSÉ ROBERTO ZAN – MARCELO KNOBEL

SEDI HIRANO – YARO BURIAN JUNIOR



ORGANIZAÇÃO
MARY A. KATO
MILTON DO NASCIMENTO

COORDENAÇÃO GERAL
ATALIBA T. DE CASTILHO

GRAMÁTICA DO PORTUGUÊS CULTO FALADO NO BRASIL

VOLUME 3
A CONSTRUÇÃO DA SENTENÇA

EDITORIA UNICAMP

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELO
SISTEMA DE BIBLIOTECAS DA UNICAMP
DIRETORIA DE TRATAMENTO DA INFORMAÇÃO

G761 Gramática do português culto falado no Brasil / coordenação Geral: Ataliba T. de
Castilho; organização: Mary Aizawa Kato, Milton do Nascimento. – Campinas, SP:
Editora da Unicamp, 2009.

Conteúdo: vol. 3. A construção da sentença.

1. Língua portuguesa – Gramática. 2. Língua portuguesa – Português falado – Brasil.
I. Castilho, Ataliba Teixeira de. II. Kato, Mary Aizawa. III. Nascimento, Milton do.
IV. Título.

ISBN 978-85-268-0871-3

CDD 469.5

Índices para catálogo sistemático:

1. Língua portuguesa – Gramática	469.5
2. Língua portuguesa – Português falado – Brasil	469.5

Copyright © by Organizadores
Copyright © 2009 by Editora da Unicamp

Nenhuma parte desta publicação pode ser gravada, armazenada
em sistema eletrônico, fotocopiada, reproduzida por meios mecânicos
ou outros quaisquer sem autorização prévia do editor.

Editora da Unicamp
Rua Caio Graco Prado, 50 – Campus Unicamp
Caixa Postal 6074 – Barão Geraldo
CEP 13083-892 – Campinas – SP – Brasil
Tel./Fax: (19) 3521-7718/7728
www.editora.unicamp.br – vendas@editora.unicamp.br

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	
Mary A. Kato, Milton do Nascimento	7
SÍMBOLOS	17
1 A ARQUITETURA DA GRAMÁTICA	
Mary A. Kato, Carlos Miotto	19
2 COMPLEMENTAÇÃO	
Sonia Cyrino, Jairo Nunes, Emilio Pagotto	43
3 PREDICAÇÃO	
Rosane de Andrade Berlinck, Maria Eugênia Lamoglia Duarte, Marilza de Oliveira	97
4 ADJUNÇÃO	
Maura A. Freitas Rocha, Ruth E. Vasconcellos Lopes	189
5 AS CONSTRUÇÕES-Q NO PORTUGUÊS BRASILEIRO FALADO	
Maria Luíza Braga, Mary A. Kato, Carlos Miotto	237
6 A INTERAÇÃO ENTRE ADJUNTOSE DISCURSIVOS	
Maria Luíza Braga, Milton do Nascimento	291
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	323



APRESENTAÇÃO*

Mary A. Kato**

Milton do Nascimento***

1. Caracterização do volume

Assim como os demais volumes da série, este livro é parte de uma gramática do Português Brasileiro Falado (PBF), revelada por estudos linguísticos do subprojeto Relações Gramaticais no Português Brasileiro Falado (RGPBF), que teve, como banco de dados, o *corpus* Nurc (Norma Urbana Culta). A descrição se limita aos aspectos relativos às relações gramaticais, não incluindo classes de palavras, morfologia e fonologia, aspectos textuais, objetos de outros volumes da série. Contudo, por se tratar da gramática da língua falada, inclui o estudo da interação de elementos sintáticos com os discursivos na ordem linear dos enunciados.

O projeto RGPBF foi inicialmente coordenado por Fernando Tarallo e Mary A. Kato, ambos da Unicamp, tendo sido conduzido, após o falecimento de Fernando Tarallo, por Mary A. Kato, com a colaboração, em ocasiões distintas, de Charlotte Galves (Unicamp) e Milton do Nascimento (UFMG). Dele participaram, como pesquisadores, professores e alunos de pós-graduação, alguns hoje professores em instituições superiores do país. A lista inclui apenas pesquisadores que tiveram autoria em algum trabalho publicado do

* Projeto temático Fapesp (Proc. nº 91/1.024-0) coordenado por Mary A. Kato (1992-1996). Sobre esse projeto, consultem-se os vols. I-VIII da série Gramática do Português Falado (Castilho, 1991; Ilari, 2002; Castilho, 1993; Castilho e Basílio, 1996; Kato, 1996b; Koch, 1996; Neves, 1999; Abaurre e Rodrigues, 2002), em que aparecem, como autores, todos os que participaram nas versões originais dos trabalhos de pesquisa. Sobre o *corpus* Nurc, consulte-se Castilho (1989).

** Universidade Estadual de Campinas/CNPq (Proc. nº 303.274/2005-0).

*** Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.

subprojeto. Aqui a vinculação desses participantes aparece como era na ocasião do projeto. São eles:

- 1) da Unicamp: (professores) Fernando Tarallo, Mary A. Kato, Charlotte Galves, Maria Bernadete Abaurre, Maria Luiza Braga; (alunos) Alvana Boff, Carlos Miotto, Dercir P. de Oliveira, Emilio Paggotto, Eunice Nicolau, Jairo M. Nunes, Helena Britto, Maria Aparecida Lopes-Rossi, Maura Alves de Freitas Rocha, Nilmara Sikansi, Nilza Barroso Dias, Rosana de Andrade Berlinck, Ruth Moino, Sonia Cyrino, Vicente Cerqueira e Vilma Reche Correa;
- 2) da UFRJ: (professores) Célia T. Oliveira, Dinah Callou, Giselle M. O. Silva, João Morais, Yone Leite; (alunos) Andréa Rodrigues, Carmen Lúcia de Castro, Cecília Moreira, Julia Fernandes Lopes, Julio César Souza de Oliveira, Kátia Vitória Santos, Lílian C. Teixeira, Maria Annita Marques dos Santos, Mônica E. de Lima, Mônica Orsini, Elenice Costa e Violeta Rodrigues;
- 3) da UFMG: (professores) Maria Beatriz Decat, Michael Dillinger e Milton do Nascimento.

O presente volume foi elaborado por um subgrupo de pesquisadores que efetivamente participou do projeto RGPBF, com exceção de Maria Eugênia Lamoglia Duarte e Marilza de Oliveira, que ajudaram a retrabalhar o capítulo sobre predicação. O trabalho de reescritura dos tópicos desenvolvidos no projeto foi feito com os seguintes objetivos em mente:

- 1) completar as lacunas descritivas e argumentativas dos trabalhos originais;
- 2) dar maior legibilidade aos textos para adequá-los ao público-alvo;
- 3) comparar os fenômenos estudados eventualmente com outros trabalhos congêneres posteriores e com a própria reflexão teórica atual dos colaboradores do presente volume;
- 4) sistematizar formalmente os aspectos trabalhados para dar uma iniciação àqueles não-familiarizados com a teoria formal subjacente às descrições.

O livro tem como destinatário um leitor não-especialista em linguística formal, mas aberto a inovações conceituais, terminológicas e técnicas, que fogem aos usos convencionais da gramática tradicional. Todos os capítulos

conterão, além da descrição de um tipo de relação gramatical, uma iniciação aos aspectos estruturais subjacentes às relações estudadas.

O conteúdo do livro é o de uma *gramática descritiva*, não tendo caráter normativo. Não há a preocupação em prescrever os usos bem-aceitos institucionalmente, mas sim em retratar o que se observa no Português do Brasil (PB) falado por indivíduos cultos, em diferentes contextos discursivos, independentemente de critérios valorativos de certo e errado. Ao incluir dados de vários tipos, desde elocuções formais até conversações face a face, o livro fornece alguns aspectos de variação que levam em conta a formalidade/informalidade do discurso.

2. Objeto de estudo

As análises apresentadas neste e nos demais volumes da Gramática do Português Falado são baseadas no *corpus* compartilhado do projeto da norma linguística urbana culta do Brasil, que selecionou um tipo de inquérito por capital, listados a seguir com seu número de catálogo. No corpo do texto, os exemplos são identificados pelo tipo de inquérito: D2 (diálogo entre dois informantes); DID (diálogo entre documentador e informante; EF (elocução formal), seguidos da identificação da capital: REC (Recife), SSA (Salvador), RJ (Rio de Janeiro), SP (São Paulo) e POA (Porto Alegre):

D2 REC 05, D2 SSA 98, D2 RJ 355, D2 SP 360, D2 POA 291
 DID REC 131, DID SSA 231, DID RJ 328, DID SP 234, DID POA 45
 EF REC 337, EF SSA 49, EF RJ 379, EF SP 405, EF POA 278

Na presente reescritura, apenas o capítulo 5 fez uso de um *corpus* expandido de São Paulo e faz referências a exemplos retirados da imprensa.

Delimita-se como objeto de estudo deste volume o desempenho linguístico dos falantes cultos na produção de enunciados constituintes de textos orais, um objeto externo, observável através do *corpus* gravado de falantes brasileiros. Entende-se que o que subjaz a esse produto é a capacidade desses falantes de produzir enunciados a partir de um sistema complexo, de componentes multifacetados da *faculdade da linguagem*, que interagem entre si de maneira ainda pouco compreendida. O uso parcial da metodologia da

variação na fase da pesquisa permite, contudo, chegar a algumas generalizações empíricas sobre o seu funcionamento, isto é, tais estudos podem ser um caminho, indireto, para desvendar como se dá a interação de pelo menos alguns desses componentes.

O objeto de estudo é, portanto, a língua produzida e registrada em *corpus*, a que Chomsky (1986) chama de *Língua-E* (*externa e extensional*), mas utiliza-se também a intuição dos falantes que participaram deste estudo, além dos dados encontrados em artigos de natureza teórica e/ou empírica.

3. A concepção de gramática utilizada

Embora o objeto de estudo seja a Língua-E, encontrada em *corpus*, entende-se que o desempenho linguístico do falante/ouvinte engloba necessariamente, como um dos componentes mentais que a produziu, a *gramática* internalizada (a Língua-I), como postula Chomsky (1999, p. 244), segundo o qual:

- (1) A língua está encaixada em sistemas de performance que permitem que as suas expressões sejam usadas para articular, interpretar, referir, perguntar, refletir e exercer outras ações. Podemos considerar que cada DE é um complexo de instruções para estes sistemas da performance, fornecendo informação relevante para o seu funcionamento. Se bem que a ideia de que a linguagem é “desenhada com vista ao uso” ou “bem adaptada às suas funções” não tenha um sentido claro, esperamos encontrar conexões entre as propriedades da linguagem e a maneira como é usada.

Nessa perspectiva, enfoca-se, neste volume, a Língua-I como o módulo que alimenta, com instruções, o sistema de desempenho. Cada capítulo terá, pois, em sua terceira parte, algumas Descrições Estruturais (árvores) postuladas para a gramática do português brasileiro. A importância desse tipo de representação encontra-se nas palavras de Pinker (2002, p. 114), segundo o qual:

- (2) A diferença entre o sistema combinatório artificial, que encontramos nos mecanismos de cadeias de palavras, e o natural, que encontramos no cérebro humano, resume-se num verso do poema de Joyce Kilmer: “Só Deus pode fazer uma árvore”. Uma sentença não é uma cadeia mas uma árvore. Numa

gramática humana, palavras se agrupam em sintagmas, como brotos num galho. O sintagma recebe um nome — um símbolo mental — e pequenos sintagmas podem ser reunidos em sintagmas maiores.

O que se afirma em (2) pode ser lido na pauta da distinção e correlação, que se estabelecem, aqui, entre “sentença”, de um lado, e “enunciado” de outro. Uma sentença não é uma cadeia de palavras, mas uma árvore, como vimos, acima. Não é um constructo que se encontra de forma visível na materialidade do enunciado: encontra-se “no cérebro humano”, “numa gramática humana”, como uma das condições necessárias para a produção dos enunciados.

Segundo o pressuposto acima, um dos componentes da faculdade da linguagem é a *Gramática* (ou *Língua-I*), entendida, conforme a visão chomskiana, como um sistema de *Princípios* universais, que regem a forma das línguas humanas, e de *Parâmetros* estabelecidos conforme a língua do ambiente. Os primeiros excluem o que não é possível em uma língua natural e os últimos definem o tipo de língua particular adquirida por um falante. Os padrões sintáticos que os Parâmetros definem para o PB constituirão a base teórica de nossa descrição.

O saber linguístico do adulto *culto* tem, entretanto, outra camada que provém da escolarização e do seu conhecimento das formas da escrita, do qual o falante tem até mais consciência do que a que tem da gramática que adquiriu sem instrução, através dos valores dos *Parâmetros* selecionados. Em muitos domínios gramaticais, o falante escolarizado passa, portanto, a contar com formas competitivas para um mesmo sentido, em geral formas conservadoras de fases anteriores do português brasileiro, ou, ainda, empréstimos de formas ditadas pelas normas portuguesas. Por exemplo, para o falante culto do português brasileiro, a concordância é *automática/categórica* quando o sujeito está antes do verbo, mas opcional quando aparece depois. Provavelmente, o falante fará uso da forma (3b), conservadora e aprendida na escola, em contexto formal e da forma (3b’), inovadora, em fala descontraída. Logo, a língua admite variação sintática, mas a consideração de fatores externos a ela na descrição do fenômeno permite predizer quando cada forma ocorre, em uma abordagem *probabilística*. O asterisco será usado quando a ocorrência for impossível para o falante culto. Os exemplos metalinguísticos virão gravados em letra normal, enquanto os exemplos retirados do *corpus* virão em itálico.

- (3) a) Os ovos chegaram. a') *Os ovos chegou.
b) Chegaram os ovos. b') Chegou os ovos.

A possibilidade de escolha não se limita a aspectos que, através da escolarização, podem deixar de ser usados, como o caso da forma (3b'), sem concordância, estigmatizada pela escola. Assim, o que temos com as interrogativas (4a) e (4b) é um tipo de variação que pode ser encontrado antes da escolarização:

- (4) a) Onde a Maria mora?
b) A Maria mora onde?

A utilização de um *corpus* como o Nurc enfatiza o PB em uso como inerentemente variável e a descrição como um retrato dessa variação. Essa perspectiva se justifica tendo em vista que:

- 1) a metodologia de coleta no Nurc operou com variáveis extragramaticais como região e tipo de discurso, além de variáveis estritamente linguísticas;
- 2) o PB falado apresenta, conforme pesquisas diacrônicas, inovações em sua gramática ainda não absorvidas ou percebidas pelas gramáticas normativas, o que faz prever a ocorrência de formas competitivas na fala de um indivíduo culto;
- 3) uma gramática descrita a partir de *corpus* pode dar pistas concretas do uso que o falante faz dos vários subsistemas da faculdade da linguagem.

O uso de *corpus* envolve, muitas vezes, uma assepsia dos dados para eliminar segmentos típicos da fala, tais como hesitações, repetições, pausas, intromissão de elementos discursivos, sem função estritamente gramatical. Todavia, a descrição de uma gramática da fala torna-se mais fiel a ela se inclui todos esses itens. A descrição, neste livro, usou os dados em sua íntegra e o resultado revela como tais elementos se inserem no fluxo da fala, competindo espaço com outros constituintes gramaticais. Parte desses elementos discursivos são exigidos pelo planejamento da fala (ex.: hesitações, repetições) ou para atender ao requisito da clareza perceptual, mas muitos têm um estatuto, no nível textual, de tornar o enunciado uma unidade do discurso. Da mesma forma

que as palavras retiradas do léxico precisam da morfologia flexional para se realizar na sintaxe, os preenchedores discursivos, juntamente com muitos adjuntos, parecem ser o estofa necessário para o enunciado se tornar uma unidade do texto/discurso. Este volume dedica um capítulo especial apenas para esse tipo de elemento.

O livro privilegia as relações gramaticais no nível sentencial e verbal, não incluindo relações no interior do sintagma nominal, objeto do volume referente a *classes de palavras*.

4. Organização do volume

A apresentação das relações gramaticais neste volume privilegiou uma ordem que vai da palavra ao discurso: complementação > predicação > adjunção > construções com elementos deslocados > preenchedores. Nesse sentido, este volume pressupõe a leitura do volume II da série, sobre classes de palavras e processos de construção (Ilari e Neves (orgs.), 2008).

No capítulo da “Complementação”, começamos revendo a noção de complementação nas gramáticas tradicionais e, a partir daí, discutimos:

- 1) a distinção entre argumento externo e argumento interno;
- 2) tipos de verbos em função de seus complementos;
- 3) a realização preenchida ou vazia ($\emptyset$) desses complementos;
- 4) a forma e a ordem dos complementos foneticamente realizados;
- 5) a representação estrutural dos padrões de complementação estudados.

No capítulo da “Predicação”, discutimos:

- 1) a noção de sujeito na tradição gramatical;
- 2) a noção de sujeito adotada neste volume;
- 3) a ordem dos constituintes sentenciais e a concordância verbal entre sujeito e verbo;
- 4) a tipologia de sujeito, com especial atenção à representação do sujeito pronominal;
- 5) as construções de tópico marcado.

O capítulo também traz uma seção de análise sintática formal dos padrões de predicação estudados.

No capítulo da “Adjunção”, definimos o que sejam adjuntos a partir do que deles se fala na gramática tradicional, diferenciando-os de argumentos, e discutimos:

- 1) forma;
- 2) função semântica;
- 3) posição dos diferentes adjuntos na estrutura sentencial.

Finalizamos o capítulo com a discussão sobre a representação estrutural dos padrões de adjunção estudados.

No capítulo sobre “Construções-Q”, descrevemos:

- 1) as tradicionais *orações relativas adjetivas restritivas e livres*, sendo as restritivas descritas em seus subtipos (a padrão, a cortadora e a com ressumptivo);
- 2) as *orações clivadas e pseudoclivadas* e seus subtipos;
- 3) as *orações Interrogativas-Q* e seus subtipos.

Cada uma dessas construções terá uma seção descritiva, com alguma referência ao que se diz sobre essas construções na gramática tradicional, e uma de sistematização formal.

No capítulo 6, propomos uma perspectiva de análise da maneira como os falantes operam com as instruções da Língua-I para integrar adjuntos e discursivos na organização dos enunciados. Começamos por enfocar a proposta de análise dos discursivos apresentada pela NGB (Nomenclatura Gramatical Brasileira). A partir daí:

- 1) descrevemos a interação entre adjuntos e discursivos em enunciados do *corpus* analisado;
- 2) propusemos uma especificação do papel da operação de adjunção no estabelecimento da correlação adjuntos–discursivos na interface sintaxe–discurso.

Resumindo, o livro tenta mostrar como, a partir do verbo, o falante constrói suas sentenças e, a partir destas, seu discurso/texto.

Para finalizar, gostaríamos de agradecer ao nosso companheiro Ataliba de Castilho, que, além de nosso coordenador geral no Projeto da Gramática do Português Falado e de coordenador geral deste novo volume, *Gramática do português culto falado no Brasil*, foi um leitor cuidadoso e crítico de sua versão final.

Agradecemos ainda ao CNPq pelas bolsas de produtividade em pesquisa com que contaram muitos dos autores durante a confecção deste volume. Os números dos processos aparecem mencionados nos capítulos relevantes.



SÍMBOLOS

PB	Português brasileiro		
PBF	Português brasileiro falado		
GPBF	Gramática do português brasileiro falado		
RGPBF	Relações gramaticais no português brasileiro falado		
Nurc	Norma Urbana Culta		
EF	Elocução Formal		
D2	Diálogo entre Informantes		
DID	Diálogo com Entrevistador		
S	sentença (= juízo)		
MO	minioração		
nom	nominativo		
acus	acusativo		
dat	dativo		
[__]	lacuna, traço ou vestígio deixado por deslocamento/movimento de constituinte		
θ1 θ2	papéis temáticos		
X	projeção mínima	SX	projeção máxima
X'	projeção intermediária		
N	nome	SN	sintagma nominal
V	verbo	SV	sintagma verbal
V'	projeção intermediária do SV		
A	adjetivo	SA	sintagma adjetival
Prep	preposição	SPrep	sintagma preposicional

C	conjunção, complementizador	SC	sintagma complementizador
Adv	advérbio	SAdv	sintagma adverbial
Flex	flexão	SFlex	sintagma flexional
Flex'	projeção intermediária de SFlex		
Espec	especificador		
Top	tópico	STop	sintagma tópico

A ARQUITETURA DA GRAMÁTICA



SUMÁRIO

1. Introdução.....	23
2. As noções que herdamos dos gregos.....	24
3. A contribuição estruturalista: o sintagma e a arquitetura dos constituintes imediatos.....	25
4. A lógica moderna de Frege e uma nova arquitetura: “No princípio era o V”.....	27
5. A relação de predicação.....	28
5.1. A interface léxico-sintaxe: o papel da morfologia.....	28
5.2. Verbos de ligação.....	31
6. A relação de complementação.....	33
7. A relação de adjunção.....	35
8. A periferia à esquerda da sentença.....	38
Resumo.....	41
Sugestões de leitura.....	41



A ARQUITETURA DA GRAMÁTICA

Mary A. Kato*

Carlos Miotto**

1. Introdução

O estudo das relações gramaticais envolve tradicionalmente as funções de sujeito e predicado, ou ainda de sujeito, de verbo e complemento e de adjunto. Além delas, sempre foi considerado objeto da sintaxe o estudo da ordem desses constituintes. Lembremos que, nesse sentido, os universais sintáticos de Greenberg (1963) eram generalizações indutivas sobre a correlação entre a ordem dos constituintes maiores e dos menores nas línguas naturais. Por exemplo, um dos universais greenbergianos previa que uma língua com a ordem verbo-objeto teria também a ordem preposição-nome.

Neste livro, vamos abordar as noções funcionais e a ordem sentencial presumindo que ambos são derivados de conceitos estruturais mais primitivos. Contudo, os termos tradicionais continuarão a ser usados como rótulos facilitadores.

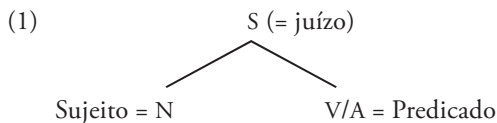
Neste capítulo introdutório, fazemos um breve histórico dos conceitos gramaticais e mostramos as inovações e os refinamentos elaborados pelos gerativistas a partir dessa herança. Procedendo assim, pretendemos fornecer suporte conceitual aos outros capítulos que compõem este livro.

* Universidade Estadual de Campinas/CNPq (Proc. nº 303.274/2005-0).

** Universidade Federal de Santa Catarina/CNPq (Proc. nº 300.557/2005-1).

2. As noções que herdamos dos gregos

Os conceitos de sujeito e de predicado são tão antigos quanto o próprio conceito de gramática e remontam, no Ocidente, a Aristóteles. Tais conceitos não são, no início, independentes dos conceitos das classes gramaticais nome, abreviado nas representações como (N), e verbo (V), os quais são definidos em termos de suas funções lógicas de constituírem uma sentença (S) ou um juízo de verdade-falsidade. Isso explica por que, para Aristóteles, o Adjetivo (A) também é considerado verbo.



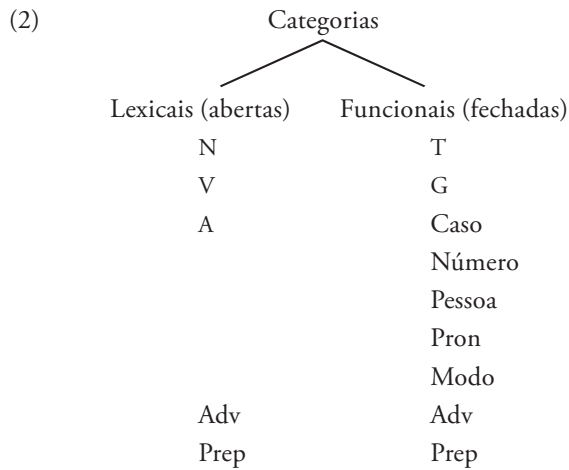
Essas categorias substantivas, nome e verbo, foram concebidas independentemente também por Platão, na Grécia, e por Panini, na Índia, ambos no século V a.C. É também com Aristóteles que temos a descoberta de categorias não-substantivas, como tempo (T) e gênero (G), as primeiras estritamente gramaticais na história da gramática, e, ainda, a hipercategoria conjunção (C), que englobava todas as demais categorias. Outros termos usados para distinguir essas duas subclasses são: para as categorias [+substantivas], classes lexicais, classes abertas; para as categorias [-substantivas], classes funcionais ou gramaticais, classes fechadas.

Enquanto o verbo e o adjetivo eram vistos como uma mesma classe por Aristóteles e Platão, por causa de sua função predicativa, os estoicos, por sua vez, descobrem o artigo (Art) e agrupam este e o adjetivo como subcategorias nominais, o que nos leva a supor que o agrupamento foi motivado pelas similaridades morfológicas de gênero e caso, este último também descoberto pelos estoicos. É com eles, ainda, que temos a análise dos predicados em subconstituintes, com a classificação dos verbos em transitivos e intransitivos e das sentenças em ativas e passivas. As categorias parecem definir-se formalmente através de sua morfologia.

Finalmente, dos séculos IV a.C. a II d.C., os alexandrinos passam a conceber o adjetivo como uma classe autônoma do nome e acrescentam ainda, ao rol das categorias, as seguintes classes de palavras: o advérbio (Adv), a preposição (Prep) e o pronome (Pron). São também os descobridores das

categorias gramaticais de número e modo. Advérbios e preposições parecem até hoje constituir classes mistas, contendo subclasses lexicais e subclasses gramaticais. Assim, enquanto os advérbios em *-mente* apresentam a mesma produtividade de adjetivos, outros, como a negação, exibem características típicas de classes gramaticais, isto é, a propriedade de não admitirem inovações lexicais.

Temos, assim, as seguintes subclasses:

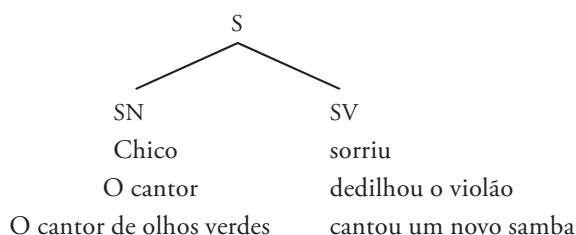


3. A contribuição estruturalista: o sintagma e a arquitetura dos constituintes imediatos

Se os gregos levaram séculos para descobrir as categorias gramaticais vistas acima, foi só com o estruturalismo que categorias intermediárias entre a palavra e a sentença foram descobertas. Através de equivalências distribucionais, linguistas estruturalistas estabelecem as combinações de palavras (sintagmas) que equivalem, em contexto sintático, às palavras simples:

(3) Categoria	Sintagma	Símbolo
N	Sintagma Nominal	SN
V	Sintagma Verbal	SV
A	Sintagma Adjetival	SA
Prep	Sintagma Preposicionado	SPrep

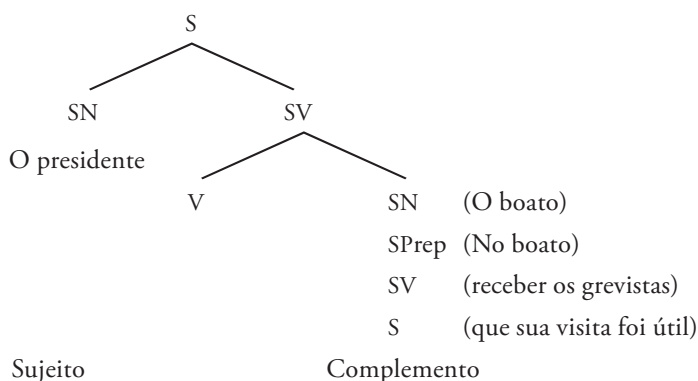
- (5)



(6) a) O presidente ouviu [_{SN} o boato].
b) O presidente acreditou [_{SPrep} no boato].
c) O presidente resolveu [_{SV} receber os grevistas].
d) O presidente achou [_S que sua visita foi útil].

- (6) a) O presidente ouviu [_{SN} o boato].
 b) O presidente acreditou [_{SPrep} no boato].
 c) O presidente resolveu [_{SV} receber os grevistas].
 d) O presidente achou [_S que sua visita foi útil].

(7)



Note-se que, nessa representação, o verbo é o núcleo de SV, o sujeito é um constituinte externo a SV, enquanto o complemento é um constituinte interno a SV.

4. A lógica moderna de Frege e uma nova arquitetura: “No princípio era o V”

Se para Aristóteles o conceito de sujeito era fundamental para estudar a lógica das proposições, para Frege, o pai da lógica moderna, tal conceito é dispensável. Abandonando os dois constituintes proposicionais aristotélicos em (8), Frege passa a trabalhar com os conceitos em (9), eliminando a assimetria entre sujeito e complemento.

(8) SENTENÇA (JUÍZO) = SUJEITO (N) + PREDICADO (V)

(9) PREDICADO + Argumentos

Os predicados classificam-se conforme o número de lugares (argumentos) que exigem para formar uma proposição. Os predicados não se limitam a verbos, mas podem ser também adjetivos ou até nomes. Assim, podemos ter:

- | | |
|--------------------------------|---|
| (10) a) predicados de um lugar | Sorrir x
Cair x
Homem x
Grande x |
| b) predicados de dois lugares: | Ver x y
Matar x y
Pai x y
Orgulhoso x y |
| c) predicados de três lugares: | Dar x y z
Colocar x y z
Doação (doação do dinheiro _x ao orfanato _y
pela viúva _z) |

Essa representação é absorvida pela sintaxe moderna, mas como representação dos itens no léxico, onde, em lugar de variáveis x, y, z, os argumentos aparecem com papéis semânticos, os chamados *papéis temáticos* (θ) (agente,

experienciador, instrumento etc.), além de se apresentarem como argumentos externos ou internos (este marcado pelos parênteses em (11)).

- (11) a) sorrir θ
 b) matar θ_1 (θ_2)

Quando há apenas um argumento, com papel θ em geral agentivo, este é um argumento externo, como no caso de *telefonar*, *viajar*, *pular*, *chorar*, e temos aí os chamados predicados inergativos. Já, no caso de um argumento único com papel θ não-agentivo, o argumento é interno e temos os chamados predicados inacusativos. É o caso de verbos como *cair*, *aparecer*, *existir*, que têm o sujeito posposto como a ordem não-marcada.

- (12) a) telefonar θ_{agent} (V inergativo)
 b) aparecer ($\theta_{\text{-agent}}$) (V inacusativo)
 c) comprar θ_{agente} ($\theta_{\text{-agente}}$) (V transitivo)

- (13) a) Luiz telefonou.
 b) Apareceu um fantasma.
 c) Ele comprou o novo *Harry Potter*.

5. A relação de predicação

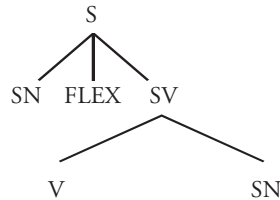
5.1. A interface léxico-sintaxe: o papel da morfologia

Embora os gregos estivessem mais interessados em lógica e retórica, o vocabulário criado para tratar de juízos de verdade e de falsidade era o da gramática, donde sua contribuição enorme para a descoberta das classes de palavras e das primeiras palavras funcionais/gramaticais. Compreen de-se também por que tempo chamou logo a atenção de Aristóteles. Quando se lida com verdade e falsidade de juízos, nota-se que é o tempo que lhes confere valor de verdade. Uma sentença no infinitivo não é nem verdadeira nem falsa.

Chomsky e seus seguidores, utilizando-se de argumentos sintáticos e não-lógicos, trataram a categoria tempo, desde o início, como um constituinte central da sentença. Como a categoria tempo se manifesta como flexão (Flex) em muitas línguas ocidentais, o núcleo sentencial passou a ser tratado ora

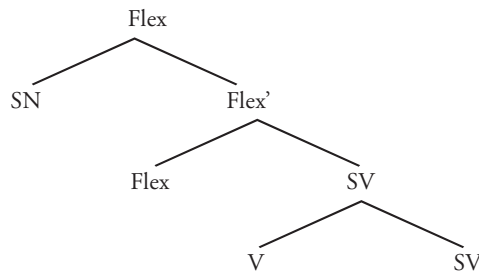
como flexão ora como tempo. A categoria flexão pode abrigar não apenas a flexão de tempo, mas também a flexão de concordância.

(14)



Em uma ramificação arbórea binária, adotada a partir da década de 1980, Flex e SV passam a ser irmãos e a sentença passa a ser uma projeção de Flex, ou seja, um sintagma flexional (SFlex) com Flex como núcleo e Flex' como a categoria intermediária entre Flex e SFlex:

(15)



Nessa representação, o predicado é uma categoria aberta, que só se satura quando preenchemos a sentença com o sujeito. O SN sujeito tem uma ligação indireta com V, através de Flex. Considerando-se que a flexão temporal vem muitas vezes somada com a flexão de concordância, pode-se dizer que o sujeito nessa representação é o que tradicionalmente consideramos o sujeito gramatical, isto é, aquele com que concorda o verbo e que, quando pronominal, exibe o caso reto (nominativo).

(16) a) [_{SV} comprar o novo *Harry Potter*]

b) [_{Flex} Passado, 3ª pessoa sing. [_{SV} comprar o novo *Harry Potter*]]

c) [Ele_[+nomin] [_{Flex} Passado, 3ª pessoa sing. [_{SV} comprar o novo *Harry Potter*]]]

d) Ele comprou o novo *Harry Potter*.

Uma regra morfológica junta os morfemas de tempo e de pessoa ao verbo, resultando daí a forma flexionada do verbo, como aparece em (16d).

Em línguas com caso morfológico, como o latim e o japonês, a função de sujeito está eminentemente associada ao caso nominativo, e a ordem dos constituintes é relativamente livre.

- (17) a) Magistra puellam docet.
 Mestra-nom menina-acus ensina
 b) Puellam magistra docet.
- (18) a) Jun-ga Hanako-o tsuretekita.
 Jun-nom Hanako-acus trouxe
 b) Hanako-o Jun-ga tsuretekita.

No português culto há ainda um resquício desse caso morfológico nos pronomes, como se pode ver no contraste possível entre o nominativo e o acusativo dos pronomes de primeira e terceira pessoas.

- (19) a) Ele me viu perto de casa.
 b) Eu o vi perto de casa.

As línguas naturais têm essencialmente duas formas de codificar funções gramaticais: através da morfologia e através da ordem de constituintes. No português falado no Brasil, a terceira pessoa singular *ele/ela* e plural *eles/elas* assim como a segunda pessoa indireta (= *você*, com flexão de terceira pessoa) apresentam comportamento de nomes, isto é, são invariáveis quanto à morfologia de caso nas diversas funções e, como consequência, têm a mesma distribuição posicional dos nomes, relativamente fixa.

- (20) a) O policial viu o ladrão perto da vítima.
 b) Ele viu o ladrão perto da vítima.
 c) Você viu o ladrão perto da vítima.
 nom
- (21) a) O ladrão viu o policial perto da vítima.
 b) O ladrão viu ele perto da vítima.
 c) O ladrão viu você perto da vítima.
 acus

- (22) a) O ladrão viu a vítima perto do policial.
 b) O ladrão viu a vítima perto dele.
 c) O ladrão viu a vítima perto de você.
 obl

O caso acusativo do objeto é tradicionalmente considerado como atribuído pelo verbo assim como o caso oblíquo é atribuído pela preposição. O nominativo é o caso não-marcado.

O que se viu nesta seção é que o domínio em que um elemento se torna parte da estrutura sintática, deixando sua forma de dicionário, é a sentença, entendida como a projeção da categoria Flex, a qual estabelece a relação de predicação através da concordância e do caso nominativo.

5.2. Verbos de ligação

Os chamados verbos de ligação como *ser*, *estar*, *parecer* têm uma propriedade em comum: o sujeito de sentenças que os contêm não são argumentos deles, mas do predicativo.

- (23) a) O ator é talentoso.
 b) A adolescente está grávida.
 c) Os anéis parecem preciosos.

Assim, as sentenças em (24) são malformadas, não porque *parecer* não possa ocorrer com *o anel* e *o ator* como sujeitos, já que podemos ter (23a, c), mas porque *talentoso* não pode ser predicado de *o anel* e *grávido* não pode ser predicado de *o ator*.

- (24) a) *O anel parece talentoso.
 b) *O ator está grávido.

O que ocorre, então, é que a relação temática se manifesta dentro do complemento dos verbos de ligação, em uma relação de predicação a que chamamos minioração (MO) (*small clause*).

- (25) a) [_{MO} o ator [talentoso]]
 b) [_{MO} a adolescente [grávida]]
 c) [_{MO} os anéis [preciosos]]

Ao se combinarem com verbos de ligação, o sujeito da MO passa a ser o sujeito gramatical da sentença, movendo-se de sua posição de origem onde deixa uma lacuna. O verbo (assim como o predicativo, se for o caso) passa a concordar com ele.

- (26) a) [o ator é [_{MO} [___] [talentoso]]].
 b) [a adolescente está [_{MO} [___] [grávida]]].
 c) [os anéis parecem [_{MO} [___] [preciosos]]].

Mas uma MO pode ter predicados de outros tipos: um SPrep (*sem graça*), um SN (*um gênio*) ou um SV (*lutar*).

- (27) a) Essa atriz é sem graça.
 b) Esse menino parece um gênio.
 c) Viver é lutar.

Existem duas outras particularidades importantes na morfologia quando temos sentenças com verbos de ligação. Uma delas, que se manifesta no português, é que o predicativo concorda com o sujeito em gênero e número quando ele é do tipo que espelha morfologia flexional. A outra, que se manifesta em línguas como o latim, é que o predicativo, se for um SN (ou um adjetivo), espelha o mesmo caso do sujeito, um tipo de concordância de caso. Essas particularidades podem ser consideradas indícios de que os verbos de ligação, apesar de poderem apresentar-se com um SN à esquerda e outro à direita, como em (27b), devem ter uma estrutura argumental diferente da de um verbo transitivo. Comparemos as sentenças em (28):

- (28) a) Este menino parece um leão.
 b) Este menino aprisionou um leão.

O SN que se localiza à direita do verbo transitivo *aprisionar* em (28b) é referencial e é o complemento desse verbo; o SN que se localiza à direita do verbo de ligação *parecer* é um predicado (não é um argumento) e é apenas parte de seu argumento complexo definido como uma MO.

6. A relação de complementação

Em oposição à noção de sujeito, temos a noção de complemento. Vimos que a sintaxe moderna assimilou a lógica fregeana, mas o fez mantendo a assimetria entre o argumento externo e o interno. Se um verbo tem dois argumentos, o externo acaba sendo o sujeito da sentença (ou da predicação). Se um verbo tem apenas o argumento externo, este vai ser o sujeito. Se um verbo tem apenas o argumento interno, este (ou, em certas situações como nas MOs, um SN que faz parte dele) vai ser o sujeito. Por isso, é preciso estar atento para não aplicar a noção de sujeito apenas ao que é argumento externo nem confundir a noção de argumento interno com a de complemento. Um argumento interno (29a,b), parte de um argumento interno (29c,d) ou, no limite, mesmo um adjunto (29e,f), pode acabar sendo o sujeito da sentença:

- (29) a) Maria chegou [____].
 b) Maria foi assaltada ____.
 c) Maria parece [____] cansada.
 d) Maria parece ([____]) estar ____ cansada.
 e) A Belina cabe muita gente [____].
 f) Este apartamento bate bastante sol [____].

O complemento de um verbo, por sua vez, é um argumento interno que não foi ou não pôde ser promovido a sujeito, o que acontece sempre que o verbo tem argumento externo. Os verbos podem ter no máximo dois complementos, cunhados pela tradição como direto e indireto. Em línguas com morfologia casual rica, como o latim e o japonês, o SN complemento direto em geral exibe o caso acusativo, como vimos em (17a) e (18a). O indireto é marcado por outros casos, como o dativo. Isto é, o complemento tem de ser marcado por um caso diferente do caso do sujeito, marca que pode ser considerada um reflexo da assimetria entre sujeito e complemento.

O PB, que não tem morfologia de caso (a não ser para os pronomes de primeira e segunda pessoas), marca essa assimetria posicionando os complementos após o verbo, a não ser que eles sejam clíticos. A posição natural do complemento direto é logo após o verbo do qual é irmão e do qual recebe o caso acusativo. O complemento indireto é o último e tem de vir preposicionado, pois, do contrário, não seria marcado por caso. Existem, ainda, verbos que

têm apenas um complemento e, mesmo assim, regem idiossincraticamente uma preposição, como *gostar* em (30):

(30) João gosta de Maria.

A presença obrigatória da preposição é atribuída à incapacidade de o verbo atribuir acusativo ao seu complemento.

Certos verbos transitivos podem ter como complemento uma MO, como exemplificado em (31):

- (31) a) João considera [_{MO} Maria inteligente].
 b) O juiz julgou [_{MO} Maria inocente].

O que acontece de interessante em (31) é que o sujeito da MO *Maria* recebe caso acusativo dos verbos transitivos num processo de marcação de caso excepcional: o verbo atribui acusativo para um SN que não é o complemento dele.

Por fim, comparemos o contexto sintático em (31) com o que envolve um verbo de ligação em (25) e (26), aqui repetidos:

- (25) a) [_{MO} o ator talentoso]
 b) [_{MO} a adolescente grávida]
 c) [_{MO} os anéis preciosos]
- (26) a) o ator é [_{MO} [] talentoso].
 b) a adolescente está [_{MO} [] grávida].
 c) os anéis parecem [_{MO} [] preciosos].

O SN sujeito da MO em (25) tem de se deslocar para virar o sujeito da sentença. Em (31), a sentença já tem sujeito e, por isso, *Maria* não pode sofrer deslocamento semelhante. Aqui se capta essa distinção em termos da categoria *caso*: já que o verbo de ligação é incapaz de atribuir acusativo (é inacusativo), o SN precisa deslocar-se para a posição de sujeito para ser marcado por nominativo; por outro lado, já que os verbos transitivos de (31) são atribuidores de acusativo, o SN *Maria* se mantém *in situ*. A situação em (25)-(26) é reeditada, se passamos as sentenças de (31) para a voz passiva:

- (32) a) Maria é considerada [_{MO} [___] inteligente] pelo João.
 b) Maria foi julgada [_{MO} [___] inocente] pelo juiz.

A voz passiva é um tipo de construção inacusativa: o agente é “retirado” da posição de argumento externo e o particípio passivo não atribui acusativo. Dessa forma, o SN sujeito da MO deve virar o sujeito da sentença ou deslocar-se para a posição de sujeito para receber caso nominativo.

A noção de complemento pode ser generalizada de forma a envolver outros núcleos. Em especial, vamos estendê-la afirmando que os demais núcleos lexicais podem ter complemento:

- (33) a) aptidão para o magistério
 b) apto para o magistério
 c) por preguiça

Em (33a), temos que *para o magistério* é complemento do nome *aptidão*, assim como do adjetivo *apto* em (33b); em (33c), *preguiça* é o complemento da preposição *por*.

7. A relação de adjunção

As sentenças podem ser expandidas por constituintes que, não tendo propriedades de argumento, são adjuntos. Para distinguir argumentos de adjuntos, comparemos as funções dos SPreps em (34) e (35):

- (34) a) João gosta de Florianópolis.
 b) João filmou a invasão de Roma.
- (35) a) João telefonou para Maria de Florianópolis.
 b) João visitou a cidade de Roma.

Como ensina a tradição gramatical, em (34) *de Florianópolis* e *de Roma* são argumentos respectivamente do verbo *gostar* e do nome *invasão*, que lhes atribuem a função temática que eles desempenham. Entretanto, os mesmos SPreps funcionam como adjunto em (35): do SV em (35a) e do nome *cidade* em (35b). Eles não recebem sua função temática de nenhum constituinte da

sentença, mas, ao contrário, realizam um tipo de predicação, sobre o SV em (35a) (donde o rótulo tradicional de adjunto adverbial) e sobre o nome em (35b) (donde o rótulo tradicional de adjunto adnominal).

Os adjuntos são acoplados a constituintes e a sentenças sem lhes modificar o estatuto categorial nem a sua projeção. Assim, se adjungirmos um adjetivo ou um Sprep a um nome, o conjunto resultante continuará sendo um nome:

- (36) a) [_{SN} livro]
 b) [_{SN} livro didático]
 c) [_{SN} bom livro didático]
 d) [_{SN} bom livro didático de histórias]

Como observamos em (36), o número de adjuntos que um constituinte pode ter é indeterminado. Da mesma forma, se adjungirmos um advérbio ou um sintagma preposicional a um verbo, o resultado continuará sendo um verbo:

- (37) a) [_{SV} andar]
 b) [_{SV} andar muito]
 c) [_{SV} andar com cuidado]
 d) [_{SV} andar todos os dias]

Também nesse caso o número de adjuntos é indeterminado:

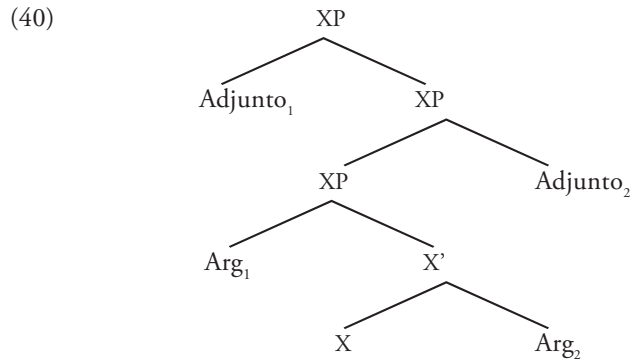
- (38) a) [_{SV} andar muito todos os dias]
 b) [_{SV} andar muito habitualmente desde a última consulta médica]

Spreps ou advérbios também se adjungem a sentenças sem lhes alterar o estatuto de sentenças:

- (39) a) [_{SFlex} **Ontem** [_{SFlex} O Pedro andou muito]].
 b) [_{SFlex} [_{SFlex} O Pedro chegou tarde] **infelizmente**].

Os argumentos (Arg) expandem a projeção de um núcleo sintático, sendo pendurados dentro de sua projeção máxima. Os adjuntos, ao contrário, não expandem a projeção de um núcleo sintático, e são pendurados nas bordas (da projeção máxima) de um sintagma. Compare como são pendurados os

adjuntos e como são pendurados os argumentos na representação arbórea em (40):



Quando combinamos Arg₂ com o núcleo X, o que vamos ter é a projeção intermediária X' de X; quando combinamos X' com Arg₁, o que temos é a projeção máxima XP de X. Entretanto, quando inserimos na árvore o adjunto, a projeção XP não muda.

Porque os núcleos têm projeção máxima, o número de argumentos de um núcleo é previsível: uma sentença tem no máximo um sujeito (sujeitos compostos, coordenados são um só) e no máximo dois complementos (valendo o mesmo para complementos coordenados). No entanto, como não podem alterar a projeção de um núcleo, o número de adjuntos é imprevisível. Assim, a sentença em (41a) pode ser expandida pelo acréscimo de novos adjuntos:

- (41) a) João trouxe a mesa.
 b) João trouxe a mesa de Florianópolis.
 c) João trouxe a mesa de Florianópolis de carro.
 d) João trouxe a mesa de Florianópolis de carro na semana passada.
 e) Felizmente João trouxe a mesa de Florianópolis de carro na semana passada.

Embora possa ser o caso, nem sempre a expansão se faz pelo acréscimo de adjuntos ao mesmo XP. Em (41a), podemos conceber que *de carro* e *de Florianópolis* sejam adjuntos do SV por especificarem o meio e o lugar da cena encabeçada pelo verbo *trazer*. Em (41c), podemos conceber que *felizmente*, por expressar uma opinião do falante, seja adjunto da sentença. Entretanto, devemos conceber que *na semana passada*, por significar tempo, seja adjunto

de SFlex, a categoria que incorpora o tempo verbal. Procedendo assim, conseguimos explicar por que a sentença em (42b) é bem-formada, enquanto (42a) não é: *na semana passada* não pode predicar ou especificar o tempo futuro amalgamado ao verbo *trazer*.

- (42) a) *João trará a mesa de Florianópolis de carro na semana passada.
b) João trará a mesa de Florianópolis de carro na semana que vem.

8. A periferia à esquerda da sentença

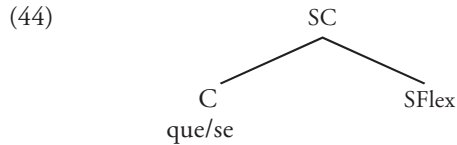
A área da sentença que fica à esquerda do sujeito, que é chamada de periferia esquerda, é um lugar especial por onde a sentença se expande. Além de conter constituintes adverbiais, como *felizmente* em (41e), pode também conter constituintes que desempenham duas outras funções. A primeira é a função discursiva de codificar o tópico (42a) ou o foco (42b) da sentença:

- (42) a) A Maria, [SFlex o João comprou flores para ela].
b) Para a Maria [SFlex o João comprou flores, não para a Joana].

A segunda é a função gramatical de possibilitar o encaixe de uma sentença em outra:

- (43) a) Ele comprou o novo *Harry Potter*.
b) Pedro disse [que [SFlex ele comprou o novo *Harry Potter*]].
c) Pedro perguntou [se [SFlex ele comprou o novo *Harry Potter*]].
d) João se empenhou para [que [SFlex ele comprasse o novo *Harry Potter*]].

A sentença que formamos, ou derivamos, em (43a) se expande do lado esquerdo, mediante o acréscimo dos itens *que* e *se*, para ser parte de uma outra sentença superior. Para que a sentença [*ele comprou/comprasse o novo Harry Potter*] possa ser o complemento dos verbos ou da preposição da sentença matriz, é preciso que um elemento gramatical a introduza: a conjunção *que* ou *se*, que hoje designamos *complementizadores* (C). O primeiro é o complementizador não-marcado e o segundo é o interrogativo. Os complementizadores preenchem C, sendo o núcleo de sua própria projeção SC (Sintagma Complementizador):



- (45) a) $[_{SFlex}$ ele comprou o novo *Harry Potter*].
 b) Pedro disse $[_{SC}$ *que* $[_{SFlex}$ ele comprou o novo *Harry Potter*]].
 c) Pedro perguntou $[_{SC}$ *se* $[_{SFlex}$ ele comprou o *Harry Potter*]].
 d) João se empenhou para $[_{SC}$ *que* $[_{SFlex}$ ele comprasse o novo *Harry Potter*]].

Outros elementos que podem aparecer introduzindo sentenças subordinadas são os pronomes Q interrogativos ou relativos (*quem, o que, qual, quando, onde*). Ao introduzir as sentenças subordinadas, os pronomes Q saem de sua posição de origem para se colocar na periferia à esquerda da sentença, deixando uma lacuna no lugar de origem:

- (46) a) O jornalista perguntou $[_{SC}$ *quem* $[_{SFlex}$ as crianças viram [] correndo]].
 b) O jornalista perguntou $[_{SC}$ *onde* $[_{SFlex}$ as crianças viram o ladrão []]].
 c) Esta é a pessoa $[_{SC}$ *com quem* $[_{SFlex}$ eu viajei [] no último verão]].
 d) João mora $[_{SC}$ *onde* $[_{SFlex}$ as crianças viram o ladrão []]].

Os pronomes Q interrogativos podem também encabeçar uma sentença matriz:

- (47) a) $[_{SC}$ *Quem* $[_{SFlex}$ as crianças viram [] correndo]]?
 b) $[_{SC}$ *Quando* $[_{SFlex}$ as crianças viram o ladrão []]]?

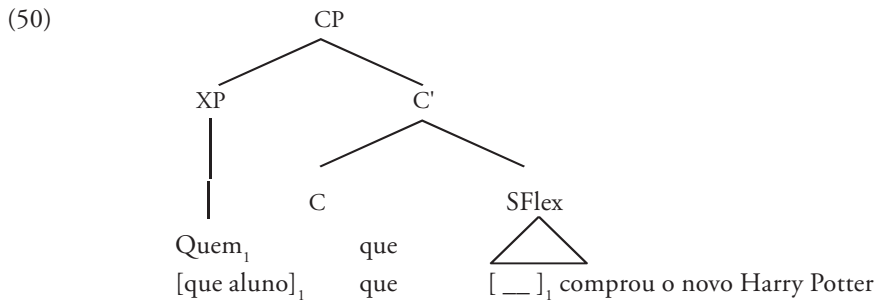
Em sua constituição sintática, os elementos interrogativos-Q podem formar unidades complexas, que são chamadas de sintagmas-Q:

- [48] a) $[_{SC}$ *Que ator* $[_{SFlex}$ o jornalista entrevistou []]]?
 b) $[_{SC}$ *Em que dia* $[_{SFlex}$ ele entrevistou o ator []]]?

O português brasileiro coloquial tem sentenças que mostram que a posição das palavras e dos sintagmas Q é em SC, já que eles podem preceder o complementizador *que*:

- (49) a) Pedro perguntou [_{SC} *quem* que [_{SFlex} [] comprou o novo *Harry Potter*]].
 b) Pedro perguntou [_{SC} *que aluno* que [_{SFlex} [] comprou o novo *Harry Potter*]].

As formas em (49) mostram que a estrutura de SC é complexa, podendo abrigar uma posição nuclear C, onde ficam os complementizadores *que* e *se*, e uma posição sintagmática para onde podem mover-se elementos pronominais e sintagmas.



A posição XP em (50) não é ocupada apenas por elementos Q, mas também por elementos focalizados, como os que aparecem em maiúsculas em (51):

- (51) [_{SC} O PEDRO que [_{SFlex} [] comprou o novo *Harry Potter*, não o João]].

O que ocorre em SC tem a ver com a natureza ilocucional da sentença (interrogativa, declarativa) ou ainda com a função discursivo-informacional de foco.

Observamos, por fim, que função discursivo-informacional de tópico (STop) é também codificada na periferia esquerda da sentença:

- (52) a) [_{STop} Meu carro [_{SFlex} o pneu dele furou]].
 b) [_{STop} Esse vinho [_{SC} quanto [_{SFlex} você pagou por ele]]]?
 c) A Maria disse [_{SC} que [_{STop} os meninos [_{SFlex} ela vai buscar (eles) à tarde]]].

Como o tópico coocorre com constituintes localizados em SC, como vemos em (52b, c), deduzimos que se trata de um constituinte independente de SC. A posição relativa entre STop e SC na periferia esquerda difere se a sentença é matriz ou encaixada: naturalmente, na matriz STop precede SC e na encaixada STop não pode preceder SC.

Resumo

Neste capítulo, apresentamos brevemente a história dos conceitos gramaticais. Começamos pela antiguidade clássica, passamos pelos estruturalistas e pela lógica fregeana e chegamos aos refinamentos e aos novos conceitos elaborados pela gramática gerativa. O que é posto em destaque são as relações gramaticais que serão abordadas nos vários capítulos deste livro. A primeira relação destacada é a de predicação (ver cap. 2), em que é destacado o papel da morfologia mediando a relação entre o sujeito e o predicado. Além disso, pôs-se em destaque o papel dos chamados verbos de ligação, verbos que “ajudam” a estabelecer a predicação. A segunda relação envolve a noção de complementação (ver cap. 3) que, além de ser aplicada a constituintes que complementam o verbo, o nome e o adjetivo, foi estendida a constituintes que complementam as preposições. Em seguida, foi abordada a noção de adjunção (ver cap. 4), que procuramos caracterizar formalmente por oposição a argumentos e funcionalmente por oposição a sujeitos e complementos. Os conceitos funcionais que resultaram desse procedimento foram três. O primeiro foi o conceito de sujeito que está correlacionado à noção de predicado. O que pode acabar sendo sujeito de um predicado é a) o argumento externo, b) um argumento interno e c) no limite, um elemento que não é argumento. A noção de complemento coincide com a de argumento interno, muito embora o inverso não se sustente. A noção de adjunto se aplicou a constituintes que não são argumentos. E, por fim, foi mostrado brevemente como a periferia esquerda da sentença é ativada quando a sentença é ou não encaixada.

Sugestões de leitura

Para a contribuição grega à teoria gramatical, consultem-se Robins (1964) e Lyons (1971).

Para a contribuição estruturalista, leiam-se, por exemplo, Bloomfield (1933) e Fries (1940).

Para a teoria da gramática em que se baseou boa parte deste capítulo, leia-se Raposo (1992).

Para as noções fregeanas, consulte-se Pires de Oliveira (2001).

Sobre a periferia esquerda da sentença, consulte-se Rizzi (1997), e sobre a da sentença do português brasileiro, consulte-se Miotto (2003).



COMPLEMENTAÇÃO



SUMÁRIO

1. Introdução.....	47
2. A noção de complementação nas gramáticas tradicionais.....	48
3. A noção de complementação a ser adotada neste volume.....	50
4. Tipos de verbos em função de sua complementação	57
4.1. Verbos sem argumentos	57
4.2. Verbos transitivos.....	58
4.3. Verbos bitransitivos.....	58
4.4. Verbos inacusativos e inergativos	59
4.5. Verbos de alçamento.....	62
4.6. Verbos leves.....	64
5. Forma dos complementos.....	66
5.1. Aspectos gerais da complementação em PB.....	66
5.2. Complementos sentenciais.....	68
5.3. Complementos pronominais.....	71
5.3.1. Primeira pessoa.....	71
5.3.2. Segunda pessoa.....	72
5.3.3. Terceira pessoa.....	73
5.3.4. Ordem dos clíticos.....	74
5.4. Complementos foneticamente nulos.....	77
5.4.1. O objeto nulo.....	79
5.4.2. Sintagmas preposicionais nulos.....	82
6. Sistematização formal das estruturas de complementação.....	83
6.1. Generalizando estruturas com verbos leves: verbos transitivos.....	83
6.2. Verbos transitivos <i>versus</i> verbos inacusativos.....	87
6.3. Verbos inacusativos <i>versus</i> verbos inergativos.....	89
6.4. Verbos bitransitivos.....	90

6.5. Verbos “transitivos” com dois argumentos internos.....	92
6.6. Esquema geral da estrutura do sintagma verbal.....	94
Sugestões de leitura.....	95
Notas.....	96

COMPLEMENTAÇÃO

Sonia Cyrino*

Jairo Nunes**

Emilio Pagotto***

1. Introdução

Vimos no capítulo 1 que, numa perspectiva fregeana, um predicado pode subsidiar julgamentos sobre a verdade ou a falsidade de proposições somente quando estiver conectado aos argumentos que ele requer. Diz-se nesse caso que o predicado está saturado. Um predicador verbal como *colocar*, por exemplo, demanda três argumentos e é a sua saturação através da conexão com os sintagmas *eu*, *a* e *na [escola] maternal* em (1), por exemplo, que permite que a proposição associada a essa sentença seja julgada como verdadeira ou falsa.

- (1) *a minha menina tem três anos agora ela foi a escola com um ano e quatro meses... eu a coloquei na maternal com um ano e quatro meses.*

(DID SSA 231)

Observe que essa concepção estritamente lógica oblitera a clássica distinção entre sujeitos e complementos, pois cada argumento tem uma relação direta com o verbo. A questão que devemos contemplar é se essa distinção é relevante do ponto de vista linguístico e, em caso afirmativo, como capturá-la.

Que essa distinção é pertinente para uma compreensão mais abrangente da faculdade da linguagem é fato indiscutível. Basta uma breve olhada em qualquer gramática para encontrarmos uma série de diagnósticos semânticos e sintáticos que opõem sujeitos, de um lado, e complementos, de outro.

* Universidade Estadual de Campinas/CNPq (Proc. n° 308.765/2006-0).

** Universidade de São Paulo/CNPq (Proc. n° 401148/2006-8).

*** Universidade de São Paulo.

Pode-se (e deve-se!) questionar se os diagnósticos são os mais adequados e se são derivados da interação de propriedades mais básicas. Mas a ideia de que a distinção sujeito-complemento deve ser capturada em algum nível de análise é ponto pacífico nos estudos linguísticos.

Este capítulo enfocará as relações de complementação no português brasileiro (PB), estando organizado da seguinte forma. A seção 2 retoma a concepção de complementação existente na gramática tradicional e a seção 3 explicita a noção de complementação que exploraremos aqui, introduzindo a distinção entre argumentos externos e internos. A seção 4 apresenta uma tipologia de verbos em função dos tipos de complementos que eles tomam, e a seção 5 discute as várias possibilidades de realização desses complementos no PB. Finalmente, a seção 6 refina a estrutura geral do sintagma verbal com base na tipologia apresentada na seção 4.

2. A noção de complementação nas gramáticas tradicionais¹

A gramática tradicional geralmente flutua entre dois eixos para estabelecer a distinção entre sujeitos e complementos. Num eixo mais semântico, privilegiando aspectos lexicais do verbo, o sujeito é tido como o elemento que tipicamente pratica a ação expressa pelo verbo e o complemento, como o paciente dessa ação. Embora capture de modo transparente os prototípicos predicados de ação na voz ativa, como em (2), por exemplo, em que *nós* é o agente da ação e o sujeito da sentença e *muito xinxim de galinha...bobó de camarão...acarajé* é o paciente da ação e o complemento do verbo, essa noção não se mostra adequada nos exemplos de (3).

- (2) *então nós comemos muito xinxim de galinha...bobó de camarão...acarajé.*
(DID RJ 328)
- (3) a) *Quase sempre ela é procurada pelos alunos.*
(D2 SP 360)
- b) *Nós fomos a um restaurante lá.*
(DID RJ 328)
- c) *Eu gosto mais de laranja.*
(DID RJ 328)
- d) *Nós passamos uma tarde num lugar onde eles serviram uma refeição.*
(DID RJ 328)

Em (3a), temos um caso em que o sujeito da sentença não corresponde ao agente da ação expressa pelo verbo (*os alunos*), mas ao paciente (*ela*). Em (3b), por sua vez, temos um verbo de ação que toma como complemento um elemento locativo (*a um restaurante lá*), que não é entendido naturalmente como o paciente da ação. Já em (3c) e (3d) não temos verbos de ação. Verbos psicológicos como *gostar* podem ser analisados como requerendo um experienciador e uma fonte desencadeadora da experiência psicológica, enquanto verbos de estado como *passar*, como requerendo um tema, um tempo e um lugar. Apesar da ausência de agentes e pacientes em (3c) e (3d), ainda assim se observa a distinção entre sujeitos de um lado [*eu* em (3c) e *nós* (3d)] e complementos de outro [*de laranja* em (3c) e *uma tarde e num lugar onde eles serviram uma refeição* em (3d)]. Destaque-se também que em (3b) e (3d) os complementos têm natureza adverbial, fato que é apontado por inúmeros gramáticos, mas acabou ignorado pela Nomenclatura Gramatical Brasileira de 1959, que vem pautando as gramáticas escolares a partir da década de 1960.

O outro eixo que a gramática tradicional explora para distinguir sujeitos de complementos é de natureza mais sintática. Nessa perspectiva, o sujeito é tomado como o sintagma com o qual o verbo concorda e que exibe caso reto (nominativo) quando pronominal. Uma vez identificado assim o sujeito, as gramáticas costumam então lidar com a relação de complementação na descrição da sintaxe dos termos da sentença e nas listas de regência. No caso específico da complementação verbal, levam-se em conta as relações de complementação para classificar tipos de verbos (transitivos, intransitivos e de ligação) e a forma dos complementos para distinguir sua função sintática (objeto direto e objeto indireto). Já o termo *regência* tem sofrido mudanças no seu emprego: já designou a relação entre um núcleo e seus especificadores e complementos, passando a designar apenas as relações de complementação, sendo por fim empregado mais recentemente como a subcategorização lexical de cada verbo com relação à preposição. A regência de um verbo passa a ser, assim, a presença ou não de preposição no seu complemento e a especificação lexical dessa preposição.

Essa perspectiva mais sintática faz as distinções desejadas entre sujeitos e complementos nos dados de (2) e (3), mas de certa forma perde-se agora a generalização de que, passivas à parte, quando verbos de ação estiverem associados a um agente e um paciente, o agente vai corresponder ao sujeito,

e o paciente, ao complemento. Ou seja, uma visão estritamente sintática não explica por que é o agente o elemento que desencadeia a concordância verbal nessas construções.

A noção de complementação que vamos adotar neste capítulo vai tomar os eixos semântico e sintático não como excludentes, mas como complementares. Como veremos na seção 3 abaixo, as generalizações semânticas serão determinadas pela estruturação da relação do verbo com seus argumentos e as questões pertinentes à concordância verbal estarão associadas à posição estrutural dos argumentos dentro da sentença.

3. A noção de complementação a ser adotada neste volume

A informação constante na entrada lexical de um verbo envolve, entre outras coisas, três especificações:

- 1) quantos (de zero a três) são os argumentos que esse verbo requer;
- 2) qual é o papel temático (agente, paciente, experienciador etc.) desses argumentos;
- 3) qual é a realização sintática (sintagma nominal, sintagma preposicional etc.) de tais argumentos.

Até certo ponto, essas especificações são independentes. Os verbos *adorar* e *gostar* em (4), por exemplo, requerem o mesmo número de argumentos e o mesmo tipo de papel temático para esses argumentos, mas exigem complementos sintáticos diferentes: enquanto *adorar* seleciona um sintagma nominal (SN), *gostar* seleciona um sintagma preposicional (SPrep).

- (4) a) *eu adorei o tal do acarajé.*

(DID RJ 328)

- b) *eu gosto de qualquer tipo de bebida... cachaça... desde a cachaça até o vinho mais fino.*

(DID RJ 328)

Do ponto de vista semântico, por outro lado, um verbo não somente determina o número de argumentos a ser projetado na sintaxe, como também especifica que tipos de relações semânticas se estabelecem entre tais argumentos

e o processo descrito pelo verbo. Ao contrário do que poderia sugerir a abordagem fregeana mencionada na seção 1, diferentes argumentos não interagem com o verbo ou entre si da mesma maneira. Considere a demonstração com o verbo *tomar* em (5), por exemplo.

- (5) a) *e também não tinha sal:: temperinho porque às vezes agora a gente precisa **tomar** sopa de pedregulho né?*
(EF SP 405)
- b) *TOdo o DIA pegava uma amiguinha pegava um:: bonde aqui (do) São João que tinha..., e:: íamos **tomar** banho né? lá no:: no Barroso...*
(DID POA 45)
- c) *essa parte estudantil que está se interessando para isso por isso... está **tomando** assim:: mal... maior impulso...*
(DID SP 234)
- d) *os alunos parece que **tomam** conta... dos professores...*
(DID POA 45)
- e) *é um milagre, foi uma economia... impelida a seguir o seu caminho, tendo que **tomá-lo** tá claro?*
(EF RJ 379)
- f) *através DEle que o senhor presidente vai **tomar** pé... das questões... mais importantes... desde as menores digamos assim até as mais relevantes...*
(DID REC 131)
- g) *porque normalmente quando tem muitos... e um começa... [...] a... a a ((risos)) a **tomar** atitudes mais ou menos autoritárias.*
(D2 SP 360)
- h) *essa questão... **toma** uma outra dimensão... porque DESAPARECE... por assim dizer... a chamada relação... patrão... e empregado...*
(DID REC 131)
- i) *mas o tipo de trote mesmo que eu **tomei** eu achei uma beleza...*
(DID SSA 98)

Embora *tomar* selecione dois argumentos em todas as sentenças de (5), o verbo parece formar uma unidade semântica com apenas um dos argumentos. Ou seja, *tomar sopa*, *tomar banho*, *tomar impulso*, *tomar conta*, *tomar um caminho*, *tomar pé*, *tomar uma atitude*, *tomar uma dimensão* e *tomar trote* em (5) soam como unidades semânticas bem-formadas, na medida em que podem ter seu valor semântico estabelecido independentemente do outro argumento requerido pelo verbo; já sequências como *a gente toma*, *nós tomávamos*, *essa parte estudantil toma*, *os alunos tomam*, *uma economia tomou*, *o senhor presi-*

dente tomará, um toma, essa questão toma ou *eu tomei* só recebem interpretação apropriada quando associados ao outro argumento do verbo.

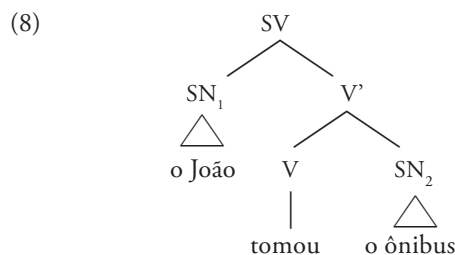
O contraste entre as sentenças de (6) e (7) abaixo também aponta para a mesma conclusão. Manteve-se como constante em (6) o segundo argumento de *tomar* e em (7) o primeiro argumento. Em (6), a mudança do primeiro argumento de *o João* para *o cachorro* não acarreta diferença na interpretação do segundo argumento. Já em (7), embora o primeiro argumento se mantenha constante, seu papel semântico muda à medida que muda o segundo argumento. *O João* tem um papel semântico totalmente distinto quando associado a *tomar uma decisão* e *tomar um pescoção*, por exemplo. Dito de outra forma, a interpretação do primeiro argumento é composicionalmente determinada não em função de uma relação direta com o verbo, mas em função da relação previamente estabelecida entre o verbo e o segundo argumento.

- (6) a) O João tomou água.
b) O cachorro tomou água.
- (7) a) O João tomou o ônibus.
b) O João tomou café.
c) O João tomou vergonha.
d) O João tomou uma decisão.
e) O João tomou um pescoção.

Fatos como os ilustrados em (5)-(7) estão, na verdade, em consonância com a herança gramatical que se origina da gramática de Port-Royal, que toma a complementação de um verbo como uma espécie de desdobramento do elemento predicator. Sendo o verbo um predicator — aquele que diz algo do sujeito —, o verbo intransitivo seria o predicator por excelência. O verbo transitivo, por sua vez, constituiria com o seu complemento uma espécie de predicator composto: é um predicator cuja raiz não traria toda a informação necessária à predicação, precisando ser desdobrado.

Evitando-se as armadilhas a que o termo *sujeito* pode conduzir, assunto que será discutido no capítulo 3, a assimetria entre diferentes argumentos vista acima foi reinterpretada mais recentemente em função da oposição *argumento externo* vs *argumento interno*. A ideia é que a relação de dependência semântica entre os argumentos espelha uma assimetria sintática. Em (7a), por exemplo,

tomou forma uma unidade sintática complexa com o sintagma nominal *o ônibus*, excluindo o primeiro argumento, como representado em (8).



Em (8), cada nó na árvore representa um constituinte sintático. Assim, a conexão sintática entre o verbo e SN_2 forma um constituinte verbal, V' , chamado de projeção intermediária para se distinguir do item lexical *tomou* e de todo o sintagma verbal, e a conexão sintática de V' com SN_1 , por sua vez, resulta no sintagma verbal pleno (SV). A representação em (8) pode receber agora uma interpretação semântica composicional adequada, baseada na estrutura sintática: o verbo estabelece uma relação semântica com SN_2 e V' estabelece uma relação semântica com SN_1 . É por isso que, se mudamos o segundo argumento das sentenças de (7), o valor semântico de *o João* pode se alterar. Ao substituir *o ônibus* por outro sintagma nominal, o conteúdo de V' em (8) vai ser diferente e, portanto, a relação semântica estabelecida entre V' e SN_1 é potencialmente diferente.

Chega-se, assim, à distinção entre argumentos internos e externos. Argumentos internos estabelecem uma relação sintática direta com o verbo no interior de V' , enquanto argumentos externos são os elementos que estão imediatamente dominados por SV e estabelecem uma conexão sintática com V' . À oposição semântica argumento externo/argumento interno corresponde a distinção sintática especificador/complemento. Em (8), por exemplo, dizemos que *o João* é o argumento externo/especificador de *tomou*, e *o ônibus*, seu argumento interno/complemento.

Um argumento independente para a estrutura do sintagma verbal nos moldes de (8) é fornecido por expressões idiomáticas. São inúmeros os casos de expressões idiomáticas com o formato $[_{SV} SN_1 [_{V'} V SN_2]]$, em que o verbo e o argumento interno sombreados formam uma expressão idiomática que não inclui o argumento externo, como exemplificado em (9).

- (9) a) O João pintou o sete. (~ 'fez bagunça')
 b) O João bateu o pé. (~ 'insistiu em sua posição')
 c) O João esticou as canelas. (~ 'morreu')
 d) O João chutou o balde. (~ 'fez besteira')

Por outro lado, não existem casos com o formato $[_{SV} [SN_1 [_V V] SN_2]]$, que deveriam corresponder a expressões idiomáticas envolvendo o argumento externo e o verbo, excluindo o argumento interno. Essa lacuna encontra explicação se expressões idiomáticas tiverem de corresponder a um constituinte sintático. Observe que SN_1 e V não formam um constituinte sintático nessas estruturas. Em outras palavras, a inexistência de expressões idiomáticas com o formato $[_{SV} [SN_1 [_V] V SN_2]]$ mostra que o argumento externo não estabelece uma relação semântica direta com o verbo, mas sim com V' .

Apesar de estar fundamentalmente alicerçada numa distinção estrutural, observe que a oposição argumento externo/argumento interno está norteada para o eixo semântico mencionado na seção 2. Subjaz a essa discussão a ideia de que um argumento vai ocupar a posição de especificador ou de complemento do verbo em função de seu papel temático. Assim, o papel temático de agente será canonicamente atribuído à posição de especificador do verbo e o de paciente, ao seu complemento. A exceção aparece quando construções passivas entram em campo.

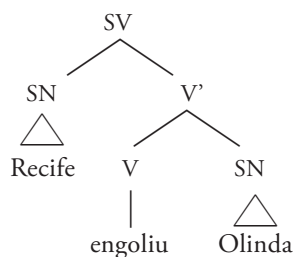
Considere, por exemplo, o par de sentenças em (10).

- (10) a) *Recife engoliu Olinda.* (D2 REC 05)
 b) *Olinda foi engolida pelo Recife.* (D2 REC 05)

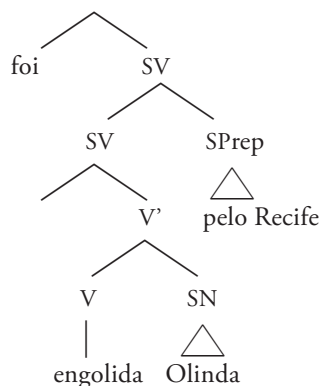
Em termos semânticos, *Olinda* recebe o papel temático de paciente em ambas as sentenças; portanto, deve estar associado à posição de complemento do verbo. A distinção semântica mais fundamental entre ativas e passivas na verdade diz respeito ao argumento externo. Em construções ativas, o papel temático de agente é obrigatoriamente atribuído ao argumento externo; já em construções passivas, o papel temático de agente é opcional e, se presente, é realizado estruturalmente como um adjunto (o agente da passiva na terminologia tradicional). As representações em (11)

retratam essa diferença estrutural (a estrutura da adjunção será discutida mais detidamente no cap. 4).

(11) a)



b)



Uma diferença independente entre ativas e passivas que pode ter repercussões para a realização do argumento interno é que o verbo transitivo, quando passivizado, perde sua capacidade de atribuir caso acusativo ao seu complemento. Isso fica claro quando examinamos sentenças envolvendo clíticos (pronomes pessoais átonos) acusativos. O argumento interno da estrutura em (11a) pode ser realizado pelo clítico acusativo *a*, mas não o argumento interno de (11b), como se pode ver em (12) (o asterisco é usado para registrar a inaceitabilidade de uma sentença). O argumento interno de uma passiva na verdade funciona como o sujeito sintático da sentença, determinando concordância com o verbo auxiliar e exibindo caso nominativo [cf. *ela* em (12b)].

(12) a) O Recife a engoliu.

b) *Foi engolida-a pelo Recife/*Foi a engolida pelo Recife/*A foi engolida pelo Recife/Ela foi engolida pelo Recife.

Embora as estruturas em (11) sejam adequadas para capturar o fato de que em ambas as sentenças de (10) *Olinda* é, semanticamente, um argumento interno, (11b) não dá conta da ordem em que esse sintagma aparece em (10b). Isso, no entanto, não é na realidade um problema. Simplesmente reflete uma das propriedades fundamentais da sintaxe das línguas humanas, comumente referida como movimento de constituintes sintáticos: o fato de elementos associados semanticamente a uma posição estrutural poderem ser realizados em outra posição. Metaforicamente falando, é como se, depois de receber o papel temático de paciente na posição de complemento em (11b), o SN *os meninos* resolvesse dar uma voltinha pela sentença e acabasse estacionando numa posição externa ao SV, como ilustrado em (13).

- (13) $[[[_{SN} \text{Olinda}] \text{ foi } [_{SV} [_{SV} [_{V'} \text{engolida } __]]] [_{S_{Prep}} \text{pelo Recife}]]]$
- ↑

E esse passeio estrutural definitivamente não é uma idiossincrasia de construções passivas. Em (14a), por exemplo, é demonstrado que um argumento interno de uma construção ativa (nesse caso, o sintagma nominal *quantos [pastéis de nata]*) também pode fazer passeio semelhante, como ilustrado em (14b).

- (14) a) *quantos o senhor deseja?*

(EF REC 337)

- b) $[[[_{SN} \text{quantos}] \text{ o senhor deseja } __]]$
- ↑

Note que podemos agora resgatar a definição de sujeito dentro da perspectiva eminentemente sintática (o termo que desencadeia concordância e que exibe caso nominativo), reinterpretando-a em termos de uma posição estrutural específica. Para os nossos propósitos do momento (essas questões serão retomadas em detalhe no cap. 3), basta dizer que (i) uma determinada posição externa ao SV, a que nos referiremos como posição de sujeito, está associada à realização de caso nominativo e à especificação da concordância verbal; e (ii) o argumento na posição estruturalmente mais alta no SV é o que pode mover-se para a posição de sujeito. Assim, em (11a) *Recife* é o argumento na posição mais alta e, portanto, é o argumento que pode se mover para a posição de sujeito, desencadeando concordância de terceira pessoa do singular e recebendo caso

nominativo. Já em (11b), não há nenhum argumento em posição mais alta que o SN *Olinda*, uma vez que *pelo Recife* é na verdade um adjunto. *Olinda* pode então se mover para a posição de sujeito [cf. (10b)], determinando a concordância do verbo e recebendo caso nominativo [cf. (12b)].

A abordagem delineada acima vem reconciliar, portanto, os eixos semântico e sintático que norteiam as diferentes perspectivas sob as quais a gramática tradicional distingue sujeitos e complementos. No plano mais semântico, o que é relevante é o tipo de papel temático que um determinado verbo deve atribuir aos seus argumentos. Isso por sua vez conduz à distinção entre argumentos externos, que ocupam a posição de especificador de SV e têm seu papel semântico determinado por V', e argumentos internos, que ocupam a posição de complemento e têm seu papel semântico definido no interior de V'. A noção de sujeito fica associada a uma posição estrutural externa ao SV e, enquanto tal, é indiferente ao papel temático do sintagma que venha a ocupá-la, admitindo tanto argumentos externos [cf. (10a)] quanto internos [cf. (10b)]. A definição do argumento que pode ocupar essa posição se dá em função da posição estrutural dos argumentos dentro de SV: o argumento em posição estrutural mais alta é o eleito para ser alçado à condição de sujeito. A noção de complementação relevante para as seções que se seguem diz respeito à relação entre verbos e seus argumentos internos.

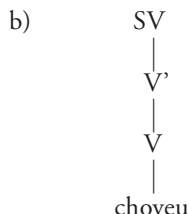
4. Tipos de verbos em função de sua complementação

Uma vez estabelecida em linhas gerais a distinção entre argumentos externos e argumentos internos na seção 3, os verbos podem ser classificados não só em relação ao número de argumentos que requerem, mas também em relação à natureza desses argumentos. Veremos abaixo que a distinção argumento externo/argumento interno permite identificar tipos de verbos não vislumbrados pela gramática tradicional.

4.1. Verbos sem argumentos

Verbos que expressam fenômenos climáticos como *ventar*, *escurecer*, *amanhecer* e *garoar*, por exemplo, em geral não requerem nenhum argumento (nem interno nem externo), como ilustrado em (15).

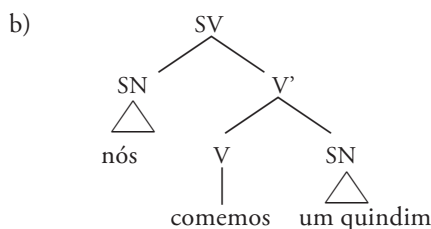
- (15) a) **choveu** muito uma temporada quando a gente ia com o SESC. (DID POA 45)



4.2. Verbos transitivos

Os exemplos clássicos de verbos transitivos envolvem os verbos de ação usados na voz ativa. O agente ocupa o especificador de SV e o paciente ocupa o complemento de v, como exemplificado em (16).

- (16) a) *lá nós **comemos** um quindim por quinze cruzeiros também...* (DID RJ 328)

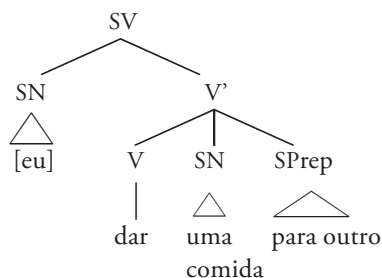


4.3. Verbos bitransitivos

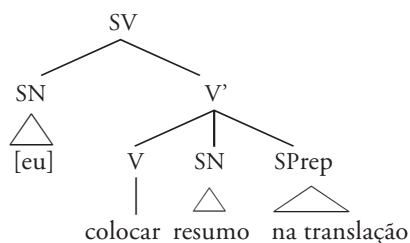
Verbos bitransitivos — verbos que a gramática tradicional chama de *transitivos diretos e indiretos* — envolvem um argumento externo e dois argumentos internos. Representantes típicos dessa classe são os verbos de transferência de posse e os verbos de posicionamento, como ilustrado em (17), que vão estar associados às estruturas em (18) (ver seção 6.4 para mais detalhes).

- (17) a) *aí eu fico trabalhando em casa mas tomando conta toda hora preciso interromper no meio de um negócio para:... levar um ao banheiro para **dar** uma comida para outro::...* (D2 SP 360)
- b) *há um determinado momento em que eu vou **colocar** resumo na translação.* (EF POA 278)

(18) a)



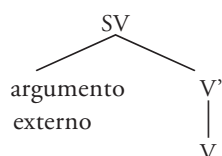
b)



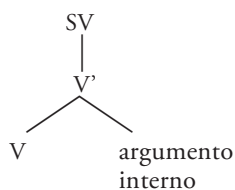
4.4. Verbos inacusativos e inergativos

Até o momento não nos distanciamos muito da gramática tradicional. Apenas fornecemos uma representação estrutural para as classes de verbos previamente identificadas na tradição gramatical. O mesmo não ocorre quando verbos monoargumentais, os tradicionais verbos intransitivos, entram em cena. Em termos de possibilidades lógicas, verbos monoargumentais deveriam poder selecionar um argumento externo, como esquematicamente representado em (19a), ou um argumento interno, como em (19b).

(19) a)



b)



De acordo como o que vimos na seção 3, estruturas como (19a) e (19b) não só são sintaticamente diferentes, mas também codificam diferentes relações semânticas com o verbo. Em outras palavras, a distinção entre argumentos externos e internos prevê que os chamados verbos intransitivos na verdade envolvam duas classes de verbos com propriedades distintas. Um dos mais interessantes desenvolvimentos dos estudos gramaticais das últimas décadas foi a comprovação de que essa previsão está de fato correta.

Para verificar como podemos testar essa previsão, vamos primeiro examinar os dados em (20) e (21), em que # indica que a sentença não é condizente com a construção transitiva ativa que introduz o paradigma.

- (20) a) A Maria comprou as casas.
 b) Compradas as casas, ...
 c) #Comprada a Maria, ...
- (21) a) A Maria comprou as casas.
 b) As casas estão compradas.
 c) #A Maria está comprada.

Os contrastes entre (20b) e (20c) e entre (21b) e (21c) mostram que construções de particípio absoluto (orações subordinadas adverbiais temporais reduzidas de particípio) e passivas estativas (passivas com o verbo *estar*) se constroem com o argumento interno de um verbo transitivo, não com seu argumento externo.

Com isso em mente, consideremos agora os verbos monoargumentais de (22a) e (23a) e seu comportamento em relação aos testes do particípio absoluto e das passivas estativas.

- (22) a) Os últimos combatentes sumiram/caíram/desapareceram.
 b) Sumidos/caídos/desaparecidos os últimos combatentes, a batalha terminou.
 c) Os últimos combatentes estavam sumidos/caídos/desaparecidos.
- (23) a) A Maria tossiu/espirrou/dormiu.
 b) *Tossida/*Espirrada/*Dormida a Maria, todos ficaram preocupados.
 c) A Maria está *tossida/*espirrada/*dormida.

Em função de selecionarem apenas um argumento, verbos como *sumir*, *cair*, *desaparecer*, *tossir*, *espirrar* e *dormir* são tradicionalmente classificados

indistintamente como intransitivos. O contraste entre os verbos de (22) e os de (23), no entanto, evidencia que na verdade estamos lidando com duas classes distintas de verbos: os verbos de (22a) são compatíveis com particípio absoluto e passivas estativas, ao contrário dos verbos de (23a). Como visto em (20) e (21), essas construções tomam como alvo o argumento interno de um verbo. Portanto, o diferente comportamento dos verbos de (22a) e (23a) está refletindo a assimetria prevista pelas duas estruturas apresentadas em (19). Em outras palavras, verbos como *sumir*, *cair* e *desaparecer* selecionam um argumento interno, como representado em (19b), e portanto podem estar sujeitos a processos sintáticos que afetam argumentos internos; verbos como *tossir*, *espirrar* e *dormir*, por outro lado, selecionam um argumento externo, como representado em (19a), e são refratários a esses processos.

Observe que, como no caso das passivas [cf. (10b), (12b), (13)], o argumento interno *os últimos combatentes* em (22a) precede o verbo relevante, desencadeia concordância verbal e recebe caso nominativo ao invés de acusativo, como ilustrado em (24).

- (24) a) Eles sumiram/caíram/desapareceram.
 b) *Os sumiram/caíram/desapareceram/*Sumiram-nos/*Caíram-nos/
 *Desapareceram-nos.

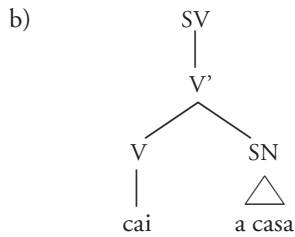
É importante ressaltar que isso, entretanto, não o descaracteriza enquanto argumento interno. Como vimos na seção 3, a concordância verbal e a realização de caso nominativo são desencadeadas a partir da posição de sujeito (externa a SV), que pode hospedar tanto argumentos externos quanto internos. Note que, na ausência de um argumento externo em (19b) para competir pela posição de sujeito, o argumento interno é um candidato legítimo para ocupar essa posição [à semelhança do que ocorre com passivas; cf. (11b)] e é o que ocorre em (22a).

Ao adotarmos uma perspectiva em que os eixos semântico e sintático são complementares e a noção de sujeito está desvinculada do caráter interno ou externo de um argumento, abre-se espaço para uma necessária reclassificação dos chamados verbos intransitivos, tendo em conta o tipo de seu argumento. Verbos cujo único argumento está associado à posição de complemento [cf. (19b)], como é o caso de *sumir*, *cair* e *desaparecer*, são referidos como verbos *inacusativos*; já verbos cujo único argumento está associado à posição de

especificador de SV [cf. (19a)] são designados como verbos *inergativos*. Os exemplos (25) e (26) ilustram essa diferença estrutural:

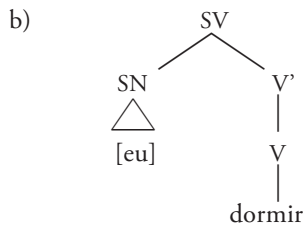
- (25) a) *o grande mal das estradas brasileiras é o mesmo troço do sujeito fazer uma casa... entendeu...com uma lajezinha bem fininha e botar em cima um depósito del del de PEso muito grande... a casa **cai**... entende...*

(D2 SSA 98)



- (26) a) *se TEM AULA (ele diz) “DROga estou com sono quero **dormir** [...]”.*

(D2 SP 360)



4.5. Verbos de alçamento

Os chamados verbos de alçamento são uma expansão dos tradicionais verbos de ligação ilustrados em (27).

- (27) a) Os meninos parecem felizes.
b) Os meninos acabaram doentes.

Como vimos no capítulo 1, verbos de ligação não selecionam um argumento externo, e seu argumento interno contém uma estrutura de predicação. Em (27), por exemplo, o SN *os meninos* não é um argumento do verbo, mas do adjetivo. Prova disso é que sentenças como (28) são pragmaticamente inadequadas não por serem incompatíveis com o verbo, como evidenciado por (29), mas por serem incompatíveis com o adjetivo.

- (28) a) #Aqueles pedras parecem felizes.
b) #Aqueles pedras acabaram doentes.

- (29) a) Aquelas pedras parecem frias.
b) Aquelas pedras acabaram congeladas.

Os verbos *parecer* e *acabar*, portanto, tomam como argumento interno uma estrutura que contém uma predicação. Isso fica ainda mais claro quando o argumento interno toma a forma de uma sentença finita, como em (30).

- (30) a) *parece que a gente se sente até mais... assim por fora.*
(DID SP 234)
b) Acabou que nós não entramos na concorrência.

Considere agora as sentenças em (31), cuja sentença subordinada se encontra reduzida.

- (31) a) A gente parece se sentir até mais por fora.
b) *porque nós íamos entrar na concorrência acabamos não entrando.*
(D2 SSA 98)

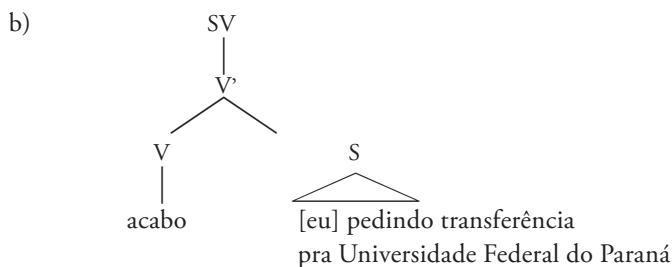
O sujeito da sentença principal em (31) não é um argumento do verbo *parecer* ou *acabar*, mas sim dos verbos da sentença subordinada, como demonstrado pelas correspondentes paráfrases em (30). Metaforicamente, dizemos que o sujeito da sentença principal em (31), assim como o sujeito de construções predicativas como em (27), foi “alçado” para essa posição a partir da estrutura de predicação subordinada (ver também cap. 3). Verbos cujo sujeito é argumento de outro predicador são, assim, chamados de verbos de alçamento. Os verbos de alçamento vão, portanto, englobar os chamados verbos de ligação, como os exemplificados em (32), e também os verbos auxiliares, como os exemplificados em (33), já que eles não estão associados a papéis temáticos, e seus sujeitos são argumentos do verbo “principal”.

- (32) a) *eu sou assim meio chata pra essas coisas né?*
(DID RJ 328)
b) *eu acho que teatro está bem mais caro.*
(DID SP 234)

- c) *tem muita gente que **fica** chateada ou pelo menos desapontada... né?*
(D2 SP 360)
- d) *sei lá **ando** muito cansada não tenho ido mais a teatro.*
(DID SP 234)
- e) *ele **permanece** fiel a essa comunicação, mas utilizando as suas palavras, sem alterar o sentido.*
(EF POA 278)
- (33) a) *nós estamos aqui para esclarecer as dúvidas que **vão** surgindo.*
(EF POA 278)
- b) *agora na escola ele aprendeu rapidamente a ler...e começou a ler os livros que nós já **tínhamos** lido para ele.*
(D2 SP 360)
- c) *quando nós falamos em instrumentos de avaliação nós logo **devemos** pensar que níveis de pensamento esses instrumentos estão nos permitindo avaliar.*
(EF POA 278)
- d) *mas realmente a cadeia de supermercados aqui é de de de de Recife provavelmente é superior a qualquer uma do país... isso vocês **podem** julgar lá vendo...*
(D2 REC 05)

A representação da estrutura temática de uma construção de alçamento como em (34a), por exemplo, terá, portanto, o formato em (34b).

- (34) a) *eu se puder ainda **acabo** ca... pedindo transferência pra Universidade Federal do Paraná...*
(D2 RJ 355)



4.6. Verbos leves

Na seção 3, vimos que um argumento externo estabelece uma relação semântica com V', que no caso de construções transitivas envolve o verbo e seu complemento. Como mencionamos, é como se o verbo e o complemento formassem uma predicação complexa monoargumental que é então saturada

pelo argumento externo. Evidência para essa relação complexa é fornecida por uma classe de verbos que tem conteúdo semântico bastante esvaecido, como ilustrado abaixo com os verbos *dar* e *ter*.

- (35) a) *e olha quando eu começo a **dar** risada vou te contar.*
(DID SP 234)
- b) *e eu aproveito pra... fazer minhas comprinhas **dar** um passeio também.*
(DID POA 45)
- c) *quer dizer que **dá** trabalho.*
(D2 SP 360)
- d) *às vezes a gente **dá** uma fugi **D**lha:: até a casa deles bater um papinho assim né?*
(DID POA 45)
- e) *eu me lembro até que... quando nós fomos na:: (na viagem) era uma camionete... **dava** um cheiro de balaca queimada.*
(DID POA 278)
- f) *então que que a gente fazia? a gente se agarrava NUM e **dava** impulso com pés para se agarrar com o outro né?*
(DID POA 278)
- g) *eu **dei** u::ma rápida olhada sabe? mas vi matérias assim interessantes para ela dentro de outras... ah:: carreiras.*
(D2 SP 360)
- h) *do aumento do custo de vida, então **deu** quarenta e, quarenta e poucos por cento, né?*
(D2 RJ 355)
- i) *a programação... havia sido planejada... mas não **deu** certo...*
(D2 SP 360)
- (36) a) *as duas coisas fazem parte do mundo e **têm** e passam a **ter** uma existência.*
(EF SP 405)
- b) *ele vai **ter** poder sobre a vida dele.*
(EF SP 405)
- c) *e eu pensei que ela fosse **ter** problema porque ela não fala muito...*
(D2 SP 360)
- d) *o professor não se relacionava com o estudante exatamente pro estudante **ter** medo **ter** pavor dele e respeitar...*
(DID SSA 231)
- e) *então se eu comer muito na hora do café não vou **ter** vontade de almoçar...*
(DID RJ 328)
- f) *ele **tem** uma capacidade de usar ao máximo os recursos, ou deles ou conseguidos de fora.*
(EF RJ 379)

- g) *uma coisa é dizer que a arte na época... **tinha** função... pragmática... porque é isso que a gente vem dizendo até agora certo?*

(EF SP 405)

- h) *não **tem** importância que a gente chama de análise ou chama de interpretação o importante é que o processo se realize.*

(EF POA 278)

- i) *é FUNdo ali..., **tinha** uns três metros de profundidade...*

(DID POA 45)

Verbos como *dar* e *ter* nas sentenças acima parecem adquirir sua significação quase que exclusivamente de seu complemento. Isso fica transparente nos casos em que a projeção de V' nucleada por esses elementos pode ser parafraseada por um único verbo, como em *dar uma risada* ~ *rir*, *dar um passeio* ~ *passar*, *ter existência* ~ *existir* ou *ter medo* ~ *temer*, por exemplo. Denomina-se de verbo leve esse tipo de verbo com conteúdo mais gramatical que semântico, cuja função primordial é a de formar predicados complexos, associando propriedades verbais (como tempo, por exemplo) a seu complemento. A estrutura associada a verbos leves será discutida na seção 6.1.

5. Forma dos complementos

Tendo apresentado o funcionamento da complementação em seus princípios gerais, passaremos a nos ocupar nesta seção de fatos gramaticais relativos à forma de realização dos complementos no PB. Vamos enfocar especificamente os complementos dos verbos transitivos e bitransitivos, uma vez que a realização sintática do argumento interno de verbos inacusativos e de alçamento está em última instância associada à posição de sujeito externa a SV (a posição associada à concordância verbal e caso nominativo), como visto na seção 4. Esses casos serão abordados no capítulo 3.

5.1. Aspectos gerais da complementação em PB

Em termos gerais, podemos ter três tipos de complementos no que diz respeito à sua estrutura sintática. Um argumento interno pode se apresentar como uma sentença, como um sintagma nominal, ou como um sintagma preposicional, como respectivamente exemplificado abaixo.

- (37) ... eu notei **que o público era mais refinado**, sabe?
(DID SP 234)
- (38) eles preparam **a peça**.
(DID SP 234)
- (39) e eu pensei **em merenda fornecida pelo governo**...
(DID RJ 328)

Como mencionado na seção 3, a seleção de um complemento preposicionado, como em (39), ou não-preposicionado, como em (37) e (38), é até certo ponto uma propriedade idiossincrática do verbo. Verbos que têm propriedades temáticas semelhantes podem diferir em relação à realização sintática de seu complemento, como ilustrado em (40) e (41), com *adorar* selecionando um complemento não-preposicionado, e *gostar*, um complemento preposicionado.

- (40) eu adoro **aplicar em obra de arte**.
(D2 RJ 355)
- (41) não gosto **de fazer um regime assim desses regimes brutos**.
(DID RJ 328)

Entretanto, há também casos em que a presença da preposição é previsível. No caso de verbos bitransitivos, se um argumento não é preposicionado, o segundo necessariamente é, a não ser que se trate de um clítico dativo. Em (42), por exemplo, o segundo complemento de *colocar*, *trazer* e *ensinar* é preposicionado; já (43) envolve dois complementos não-preposicionados, pois o complemento que seria preposicionado é realizado como um clítico dativo.

- (42) a) os outros mesmos não se incumbem de colocá-la **no lugar dela**?
(D2 SP 360)
- b) mas eu trago muito processo **para casa**.
(D2 SP 360)
- c) como eu não tinha condição de ensinar **MUITa coisa a ela**.
(DID SSA 231)
- (43) a) eu num posso no momento... **lhe** dar... uma resposta afirmativa sobre essa questão...
(DID REC 131)
- b) não sei o que **te** responder.
(DID SP 234)
- c) Eduardo **me** diga uma coisa.
(EF REC 337)

Um subtipo de complemento SN merece especial atenção, a saber, os complementos envolvendo pronomes pessoais. O PB passou por profundas mudanças nos dois últimos séculos que afetaram substancialmente o quadro dos complementos pronominais. Tais mudanças resultaram, entre outras coisas, no desaparecimento de alguns pronomes clíticos, como o pronome *o* em (44), que só ocorre em textos altamente formais, no surgimento de pronomes plenos (não-átonos) na posição de objeto, como ilustrado em (45), e no estabelecimento de um sistema essencialmente proclítico de colocação pronominal, como ilustrado em (46).

- (44) Eu não acredito que o Pedro está doente, mas sua irmã *o* afirmou com todas as letras.
- (45) *Acho que a es/ a criança deve ir o mais cedo possível a escola (né)?... e... uma coisa que eu não me arrependi foi ter botado **ela** com um ano e quatro meses...*
(DID SSA 98).
- (46) *mas **me** disseram que é uma miséria.*
(D2 SSA 98)

Também merece destaque o fato de o PB admitir complementos foneticamente não realizados, como se pode ver em (47).

- (47) *então eu acho... válido botar a criança o mais cedo possível na escola... agora de-PENde da escola (quer dizer) eu procurei uma escola bem:... menor... de POUcos aLUnos... bem mais aconcheGANte o ambiente... não procurei escola muito grande que a criança ficasse perDIDA... dentro da escola... que ela sentisse o carinho da **profesora** a atenção poucos a// os as crianças então ela vai cursar aí até o (prontidão) que são cinco anos de colégio... daí ela sai pra ser alfabetizada... o meu problema agora é ONde **botar** [ø] pra ser alfabetizada... se eu **botaria** [ø] logo num colégio como eu fiz.*
(DID SP 234)

Essas propriedades da complementação em PB estão retomadas em maior detalhe nas seções que se seguem.

5.2. Complementos sentenciais

Quanto à estrutura sintática do complemento sentencial, podemos distinguir três tipos de estrutura: sentenças com tempo finito, sentenças com

o verbo no infinitivo e estruturas predicativas sem verbos, que chamaremos de miniorações (MO).

Os complementos sentenciais com tempo finito são iniciados por um complementizador (uma conjunção subordinativa), como exemplificado em (48). Além disso, podem se apresentar tanto no modo indicativo, quanto no modo subjuntivo, a depender do verbo que toma a sentença como complemento, como ilustrado em (49).

- (48) a) *o senhor falou [**que** a enxada é diferente do enxadão].*
(DID SP 234)
b) *então ela vê [**se** as gavetas estão em orde!... em ordem].*
(D2 SP 360)
- (49) a) *eu notei [**que** o público **era** mais refinado], sabe?*
(DID SP 234)
b) *ele vai desejar [**que** o aluno não **fique** apenas no nível de memorização].*
(EF POA 278)

Os complementos sentenciais infinitivos, por outro lado, nunca são iniciados por um complementizador, como exemplificado em (50).

- (50) a) *então vamos tentar [**reconstruir a maneira de vida desse Povo**].*
(EF SP 405)
b) *... pretendia [**ir pela Varig**].*
(D2 RJ 355)

Complementos sentenciais infinitivos e com tempo finito também contrastam em relação à manutenção da preposição selecionada pelo verbo que toma a sentença como complemento. Enquanto os complementos infinitivos mantêm a preposição, os complementos finitos podem dispensá-la, como ilustrado em (51) e (52).

- (51) *eu gosto [**de** ficar em lugares isolados].*
(D2 RJ 355)
- (52) *então eu gostaria [[**Ø**] **que** a presença fosse... mais: compacta melhor...].*
(EF REC 337)

Em alguns casos, o verbo pode requerer uma preposição quando o complemento é uma sentença com tempo finito, mas não quando o complemento

é uma sentença com verbo no infinitivo ou simplesmente um SN. Esse é o caso do verbo *fazer*, como ilustrado em (53):

- (53) a) ... então... quando ele não sabia ler ele lia mui/ ele via as figuras da pré-história e gostava muito... então ele **fazia** [**com** que nós **lêsemos**... os livros] *é*:: coleções:: uma e outra que a gente tem...

(D2 SP 360)

- b) *é difícil saber se se teria sido consequência de tradição oral...se eles teriam absorvido essa cultura no no no nos...nos embates de cantoria...ou se efetivamente eles:: com a preocupação de querer:: éb::.... **fazer** [**parecer** que conhecem efetivamente mais do que conhecem] se eles teriam lido alguma coisa.*

(D2 REC 05)

- c) *o grande mal das estradas brasileiras é o mesmo troço do sujeito **fazer uma casa**... entendeu... com uma lajezinha bem fininha e botar em cima um depósito del del de PEso muito grande.*

(D2 SSA 98)

Em outros casos, a preposição é mantida diante da sentença finita, como em (54):

- (54) ... eu até contribuo [**para que** eles não tenham essa alimentação pesada].

(DID RJ 328)

A preposição também pode ocorrer quando é parte de um constituinte movido, como em (55), em que *de que* se move a partir da posição indicada pela lacuna:

- (55) até não sei [**de que** _i [era feita __, a camisinha]].

(DID SP 234)

Finalmente, miniorações estabelecem relações de predicação sem a presença de um verbo, correspondendo a estruturas que a tradição gramatical costuma chamar de predicados verbo-nominais. Trata-se de construções como (56a), por exemplo, cuja paráfrase em (56b) deixa transparente a relação de predicação estabelecida.

- (56) a) eu achei [**aquilo horroroso**], viu?

(DID SP 234)

- b) Eu achei [que aquilo era horroroso].

5.3. Complementos pronominais

Os pronomes pessoais, além de veicular informações semânticas, possuem comportamento sintático e fonológico bastante específico. Assim, além da tradicional divisão entre retos e oblíquos, os pronomes pessoais também podem ser classificados como clíticos (átonos) e pronomes plenos (não-átonos). Os clíticos constituem uma classe especial de elementos gramaticais, pois têm uma natureza ambivalente: são elementos átonos que se afixam às palavras e têm, ao mesmo tempo, características de elementos independentes. Nesse sentido, diferem de pronomes plenos, pois não são independentes; porém não podem ser considerados como elementos afixais do tipo de *des-* em *desmontar*, cuja colocação é fixa na palavra.

Abaixo, vamos analisar a ocorrência dos sintagmas pronominais e sua colocação no PB.

5.3.1. Primeira pessoa

O pronome de primeira pessoa do singular, tanto em função acusativa quanto em função dativa, realiza-se como o clítico *me* no PB (à exceção de algumas variedades do português popular que admitem o pronome pleno *eu* também na posição de complemento):

- (57) a) *a única função dela é **me** ajudar com eles.* (D2 SP 360)
 b) *eu preciso **me** defender.* (EF SP 405)
 c) *eu vou eu vou ver se o C. **me** dá alguma coisa.* (D2 SSA 98)
 d) *Eduardo **me** diga uma coisa.* (EF REC 337)

Já a primeira pessoa do plural é realizada tanto pelo clítico *nos* como pelo pronome pleno *a gente*:

- (58) a) *ela está bem ordenada... mas:: ela não éh::... não tem maturidade... não é ainda... claro... tem onze anos só para **nos** julgar.* (D2 SP 360)

- b) *olha nós **nos** visitamos muito pouco.* (DID POA 45)
- c) *quando nós falamos em instrumentos de avaliação nós logo devemos pensar que níveis de pensamento esses instrumentos estão **nos** permitindo avaliar.* (EF POA 278)
- (59) a) *toda hora é:: CHÁ da igreja aqui CHÁ do colégio ali CHÁ de... fuLAno e **siCLAno** que::... que manda entradas **para a gente**.* (DID POA 45)
- b) *a gente nunca pode precisar o tempo... de ah ahn:: () com as crianças... necessitando **da gente** não pode precisar mesmo...* (D2 SP 360)
- c) *e conseguem transmitir **para a gente** eXatamente essa ideia de movimento... através:: exclusivamente de linhas...* (EF SP 405)
- d) *Você vai encontrar **a gente** no cinema.*

5.3.2. Segunda pessoa

No *corpus* compartilhado do Nurc, a segunda pessoa do singular na posição de complemento se realizou majoritariamente como o clítico *te* ou como o pronome pleno *você*, como ilustrado em (60) e (61). Registrou-se também, nas amostras relativas ao Recife e a Salvador, o clítico *lhe* sendo empregado como segunda pessoa, conforme exemplificado em (62).

- (60) a) *e **te** pergunta do quarto dele se tem aula.* (D2 SP 360)
- b) *Quando eu **te** falei da peça Hair.* (DID SP 234)
- (61) a) *já outro dia também eu chamei **você** de: Fernando.* (EF REC 337)
- b) *eu confesso **a você** que acho que a única/ esse negócio de () eu acho que tá muito certo ele falou certo...* (D2 REC 05)
- (62) a) *bom essa questão... na na realidade eu não poderia **lhe** responder... porque evidentemente se trata... de uma filigrana jurídica.* (DID REC 131)
- b) *bom aí é difícil eu **lhe** dizer por quê::* (DID SSA 231)

Já para a segunda pessoa do plural só foram registradas ocorrências do pronome *vocês*:

- (63) a) *embora embora seja lamentável a gente dizer a vocês o seguinte...de que o Nordeste só cresce em termos absolutos.*

(D2 REC 05)

- b) *ai vou explicar né? a vocês o que significa isso...*

(EF REC 337)

5.3.3. Terceira pessoa

Duas observações são pertinentes em relação a pronomes de terceira pessoa. Em primeiro lugar, embora relativamente frequentes hoje na linguagem coloquial, construções como (64), com um pronome pleno na posição de objeto, foram bem raras na amostra analisada.

- (64) *seria muito mais importante vocês gravarem eles.*

(D2 REC 05)

Em segundo lugar, deve-se assinalar que os clíticos *o(s)/a(s)* e *lhe(s)* têm frequência bastante baixa no PB, chegando mesmo à total ausência em alguns contextos. Esse é o caso do clítico *o* neutro (invariável), também chamado de pronome demonstrativo pela gramática tradicional, que desapareceu de contextos como (65), em que retoma a sentença *que o Pedro está doente*, e também é o caso do dativo de posse, *lhe*, de uso raro no português do Brasil, como em (66).

- (65) Eu não acredito que o Pedro está doente, mas sua irmã *o* afirmou com todas as letras. [o = que o Pedro está doente]

- (66) *ele pode atuar sobre a comunicação sem modificar-lhe o sentido, eu posso por exemplo pedir.*

(EF POA 278)

Quando empregados, os clíticos *o(s)/a(s)* praticamente só aparecem em posição enclítica a um verbo no infinitivo, sendo realizado como *-lo(s)/-la(s)*, como ilustrado em (67). Construções com próclise como (68) são raras na

amostra analisada, e formas enclíticas realizadas como *-no(s)/-na(s)* não foram registradas.

- (67) a) *... eu primeiro aplicaria sempre em obra de arte, eu adoro aplicar em obra de arte mas não tê-**las**.* (D2 RJ 355)
- b) *precisa convencê-**lo** não é?* (D2 SP 360)
- c) *porque é uma tarefa assim... muito SÉria o de encaminhá-**la**... para o... caminho certo...* (D2 SP 360)
- d) *os outros mesmos não se incumbem de colocá-**la** no lugar dela?* (D2 SP 360)
- e) *não seria conveniente mudá-**lo** de período escolar?* (D2 SP 360)
- (68) *os dois estão na escola de manhã — porque eu trabalho de manhã — ... então eu os levo para a escola... e vou trabalhar... depois saio na hora de buscá-**los**...* (D2 SP 360)

Esses resultados confirmam o que a literatura tem apontado: os clíticos *o(s)/a(s)* praticamente desapareceram da gramática do PB, tendo sobrevivido apenas com as formas *-lo(s)/-la(s)*, em discursos mais formais.

5.3.4. Ordem dos clíticos²

Por serem átonos, pronomes clíticos estão sujeitos tanto a restrições sintáticas quanto a restrições fonológicas. Por um lado, requer-se que os clíticos se apoiem fonologicamente em um verbo; por outro, a sintaxe determina a posição na sentença em que esse requerimento pode ser satisfeito. O resultado dessa interação sintaxe-fonologia é que clíticos complementos podem ocupar posições que outros complementos em geral não podem ocupar. Numa sentença como (69a), por exemplo, o complemento clítico *te* aparece antes do verbo. Sua contraparte não-clítica *pra você*, no entanto, não pode ocupar essa posição, tendo de aparecer na sua posição canônica pós-verbal, como se vê em (69b) e (69c).

(69) a) *Não sei o que **te** responder.*

(DID SP 234)

b) *Não sei o que **pra você** responder.

c) Não sei o que responder **pra você**.

Tema de intermináveis polêmicas normativas, a posição dos pronomes clíticos com relação ao verbo é fundamental para uma caracterização da gramática do PB. A amostra analisada replicou os resultados encontrados na literatura, constatando uma prevalência quase absoluta da posição proclítica ao verbo (92%, ou seja, 158 casos de próclise de um total de 172 dados), como ilustrado em (70), independentemente do caráter argumental (em função de complemento verbal) ou não-argumental do clítico.

(70) a) *eu **me preparei** para ser... mãe de muitos filhos... sabe?*

(D2 SP 360)

b) *e:: daí **me empolguei** pelo magistério.*

(D2 SP 360)

c) *mas aí em que que tu **te baseia**, em dados reais exatamente, sim.*

(EF POA 278)

d) *quando eu **te falei** da peça do Hair e do Roda viva.*

(DID SP 234)

e) *olha nós **nos visitamos** muito pouco.*

(DID POA 45)

A colocação eminentemente proclítica permite que um clítico figure como o primeiro elemento de uma sentença, como ilustrado abaixo:

(71) a) ***Me chocou** tremendamente.*

(DID SP 234)

b) ***Se cala**.*

(D2 SP 360)

c) ***Se ressentido**... a gente se ressentido muito disso.*

(DID RJ 328)

Esses exemplos (bastante comuns) mostram que, embora condenados pela gramática tradicional, a possibilidade de clíticos em primeira posição faz parte da gramática internalizada de falante do PB.

Finalmente, no caso de construções com dois verbos, o PB tem como posição predominante a próclise ao chamado verbo principal, como nos exemplos abaixo.

(72) a) *não tinha **me** lembrado...*

(DID POA 45)

b) *quando ele termina aí diz assim bem agora por favor quer **me** trazer a sopa?*

(EF REC 337)

c) *me lembro de ter escorregado... caído... dentro d'água e estava **me** afo-
GANdo...*

(DID POA 45)

d) *olha quando eu começo a dar risada vou **te** contar.*

(DID SP 234)

No contínuo da fala, eventualmente pode não ser possível distinguir facilmente a posição de próclise ao segundo verbo em exemplos como (72). Porém a possibilidade de ocorrência de advérbios ou sintagmas preposicionais entre os dois verbos não deixa a menor dúvida quanto à posição que o clítico ocupa, como ilustrado em (73).

(73) a) *eu preferia deixar evidentemente essa questão... a um consultor jurídico que ele **poderia então lhe** dar: uma resposta mais conclusiva... a esse respeito.*

(DID REC 131)

b) *Não **posso no momento lhe** dar uma resposta afirmativa sobre essa questão...*

(DID REC 131)

Das 14 ocorrências (8%) de ênclise encontradas na amostra analisada, 6 envolvem ênclise a um verbo com tempo finito e 8, a um verbo no infinitivo. Se observarmos de perto esses casos, perceberemos que todas as ocorrências de ênclise com verbos finitos envolvem o clítico *se*, empregado em contextos discursivamente marcados, como receitas de culinária, ou o discurso didático:

(74) a) ***parte-se** um ovo.*

(D2 POA 291)

b) *Então a isso, **chama-se** de ginecomastia.*

(EF SSA 49)

Já as ocorrências com verbos no infinitivo envolvem dois casos com clítico *se* (na fala do entrevistador) e seis casos envolvem o clítico acusativo de

terceira pessoa, que, como vimos na seção 5.3.3, ainda sobrevive no PB sob a forma de *-lo(s)/-la(s)*:

(75) a) Doc.: *e as e:: formas de **despedir-se**?...*

(DID POA 45)

b) *porque é uma tarefa assim muito séria de **encaminhá-la** para o caminho certo.*

(D2 SP 360)

5.4. Complementos foneticamente nulos

Até o momento, abordamos os casos dos complementos verbais foneticamente realizados. Nesta seção, vamos abordar os casos de complementos nulos.

Algumas línguas naturais permitem que, à exceção do verbo, todo o sintagma verbal seja foneticamente nulo e temos, nesse caso, uma construção chamada *elipse de SV*, possível no PB. O material elidido requer um antecedente no contexto linguístico para receber a interpretação adequada. Em (76), por exemplo, o que está ausente não é somente o SN complemento *o xixi dela*, mas também o adjunto *no sanitário*, ambos recuperados a partir do antecedente *fazer o xixi dela no sanitário*.

(76) *aprendeu a **fazer o xixi dela no sanitário**... que ela não fazia [ø] ...*

(DID SSA 231)

Alguns verbos que selecionam sentenças como complemento podem também ocorrer com seu complemento nulo, recuperável no contexto linguístico. Na amostra analisada, encontram-se exemplos com verbos modais como *poder* e com verbos como *querer* e *dizer*:

(77) a) *porque isso que eu (es) tou fazendo hoje aqu..., que eu cheguei em casa, vi televisão e depois vim pra cá pra... pra conversar ou dessa maneira ou ir prum cinema ou prum teatro... ter uma vida cultural... aprender línguas... fazer qualquer coisa... logicamente eu gostaria de fazer... mas não **posso** [ø] porque eu tenho que complementar o meu salário com o dinheiro dum... dum cargo à noite.*

(D2 RJ 355)

b) *porque lá você não tem problema de transporte porque a cidade é pequena você se **quiser** [ø] vai a pé... a Universidade é no centro da cidade.*

(D2 RJ 355)

- c) *tudo indica que a resposta está: na: um dois... no terceiro parágrafo... da página dezesseis... não deixe-me ver... normalmente vocês encontraram onde isso?... não podem me **dizer** [ø]... não.*

(EF REC 337)

O complemento sentencial nulo nas sentenças acima é recuperado do contexto e interpretado como *fazer qualquer coisa* em (77a), *ir a pé* em (77b), e *onde vocês encontraram isso* em (77c).

Além de admitirem complementos sentenciais, como visto em (77b) e (77c), verbos como *querer* e *dizer* também admitem SNs como complementos, diferindo nesse ponto de verbos modais como *poder*, conforme ilustrado em (78).

- (78) a) *Eu não posso isso.
b) Eu não quero isso.
c) Eu não disse isso.

Além da elipse de SV, há uma construção comum nas línguas naturais e, portanto, não específica do PB, que envolve os verbos bitransitivos, principalmente os verbos *dicendi* (*dizer, falar, perguntar, pedir etc.*), em que o argumento que representaria o destinatário não aparece realizado, como ilustrado em (79).

- (79) a) *nós não podemos **afirmar**... categoricamente que as coisas se passaram assim...*

(EF SP 405)

- b) ***disseram** que vai ser estabelecido causa depois de estabelecido causa aí vai ser:... automaticamente... necessário... uma atitude mais:... mais rápida pelo menos...*

(D2 SP 360)

- c) *quan:do... eu **pergunto**... o que estuda a sociologia do direito eu poderia **perguntar** também o que estuda a sociologia jurídica e eu estaria... fazendo a mesma pergunta.*

(EF REC 337)

A existência de construções como (79) em inúmeras línguas indica que o destinatário nessas sentenças é, na verdade, uma espécie de adjunto (ver cap. 4) e, como tal, é opcional na sentença. A análise do destinatário dessas

construções como um adjunto captura a intuição da gramática tradicional segundo a qual verbos *dicendi* podem ser transitivos ou bitransitivos.

Mais importante, essa análise permite explicar por que, ao contrário dos objetos nulos anafóricos que discutiremos na seção abaixo, o destinatário não realizado dessas construções pode também se referir à primeira ou à segunda pessoa do discurso, como atestam os exemplos abaixo.

- (80) a) ... *não aceitou não me aceitou como professora ele me aceitá/ ele **dizia** que eu era professora de fogão de cozinha.*

(D2 SP 360)

- b) *então atenua um pouco... a hostilidade: de que existe entre a tre três perspectivas... que é a seguinte eu vou lê João depois... falamos... talvez até coloque para vocês... isso é uma maneira também de **pedir**... que prestem atenção... não é?*

(EF REC 337)

- c) ... **prometi** também que a aula de hoje seria... alguma coisa... num é? liga: da a esse estudo que vocês fizeram... e **prometi**... também... **prometi** também... que: **diria a vocês** se... eu iria exigir cobrar... algo do que vocês já fizeram... e que deixaria isso para **dizer** hoje...

(EF REC 337)

O destinatário nulo se refere à primeira pessoa do singular em (80a), pois a entrevistada está descrevendo uma conversa com o filho (= ele me dizia/dizia para mim), e a *vocês* (os alunos) em (80b). Já (80c) é particularmente interessante na medida em que o destinatário de segunda pessoa ora é realizado, ora não é. A interpretação do destinatário nulo desse tipo de construção é, portanto, determinada fora dos limites da gramática e é compatível com qualquer pessoa do discurso, desde que condizente com o contexto.

5.4.1. O objeto nulo

Há um tipo de construção envolvendo argumentos não realizados que caracteriza de maneira muito especial a gramática do PB — é a construção envolvendo o chamado objeto nulo, ilustrada em (81).

- (81) a) *eu recebi aqui **meu ordenado** e entreguei [o], (es)tá... agora nesse mês, como a UPC não aumentou e como diminuiu o número de UPCs, o que vai acontecer é que, eu vou pagar um pouquinho menos no outro mês.*

(D2 RJ 355)

- b) *pra mim realmente é um sacrifício... às vezes vejo **pastel**... me dá vontade de comer [ø], mas eu procuro evitar.*

(DID RJ 328)

Em (81) o argumento interno dos verbos *entregar* e *comer* não está realizado foneticamente; é interpretado no contexto como *meu ordenado* e *pastel*, respectivamente.

Crucialmente, esse tipo de argumento não realizado foneticamente não é fruto de deslocamento sintático, como é o caso de (82), ou de opcionalidade, nem faz parte de um SV elidido como vimos em (76) acima.

- (82) a) ***todo o dinheiro que eu ganhar**, eu primeiro aplicaria __ sempre em obra de*

↑ _____ arte
(D2 RJ 355)

- b) ***aquele arroz com frutos do mar**, a minha mulher é incapaz de, de, de*

provar __
↑ _____
(D2 POA 291)

No caso do objeto nulo, como em (83), o complemento de *decorar* é retomado de um SN que ocorreu anteriormente na sentença, *o assunto*.

- (83) *o estudante pega o assunto e decora [ø]*

(DID SSA 231)

Objetos nulos em PB ocorrem bem mais livremente que em português europeu. Embora admitam limitadamente antecedentes animados e definidos/específicos, como em (84), em que o antecedente é *o cônsul alemão, Zinger*, sua ocorrência é substancialmente favorecida em contextos em que o antecedente é indefinido/não-específico, como em (85), ou inanimado, como em (86).

- (84) *uma... uma ocasião... o, **o cônsul alemão, Zinger**... não sei se vocês conheceram [ø]... que servia um prato... ele foi... ele ficou muitos anos... ele foi por/ inclusive durante a... a ocupação ah... chinesa... eu sei que houve algum problema... eu não sei exatamente... foi na Manchúria.*

(D2 POA 278)

- (85) *um banco precisa de um diretor de um banco chega para ele diz assim “eu preciso de um diretor de banco para tal tal área para fazer isso assim assim assim assim”... então ele vai procurar [ø]... certo?*

(D2 SP 360)

- (86) *que aqui ainda se marca **estrada** com aqueles homens botando aquele negócio e pintando [ø] à mão...*

(D2 SSA 98)

No *corpus* em estudo, foram computados 280 dados com objeto direto anafórico, que se distribuíram como representado na Tabela 1:

Tabela 1 – Realização do objeto direto anafórico

Objeto direto anafórico		%
[ø]	158	56
SN	74	26
<i>o(s)/a(s)</i>	33	12
Demonstrativo	10	4
<i>ele(s)/ela(s)</i>	5	2
Total	280	100

A Tabela 1 mostra que complementos que retomam um antecedente no discurso são preferencialmente realizados como objetos nulos (56%) e que, em termos de preenchimento, há uma clara rejeição ao pronome pessoal *ele(s)/(ela(s))*.

Tomando-se em consideração a natureza [$\pm$ animado] do antecedente, obtém-se o seguinte:

Tabela 2 – Realização do objeto direto anafórico por animacidade do antecedente

	[ø]	SN	<i>o(s)/a(s)</i>	Demonstrativo	<i>ele(s)/ela(s)</i>	Total
+ animado	26 (38,2%)	14 (20,5%)	24 (35,2%)	0 (0%)	4 (5,8%)	68
-animado	132 (62,2%)	60 (28,3%)	9 (4,2%)	10 (4,7%)	1 (0,4%)	212
	158 (56,4%)	74 (26,4%)	33 (11,7%)	10 (3,5%)	5 (1,7%)	280

A ocorrência de objetos nulos cai consideravelmente no caso de antecedentes animados (38%). Nesse contexto, cresce consideravelmente a proporção de uso de clíticos acusativos de terceira pessoa (35%). Isso quer dizer que,

em não se empregando o pronome pleno na fala culta mais monitorada, os clíticos acusativos, quando usados, vão ocorrer naqueles contextos em que a realização foneticamente nula é rejeitada. Na fala menos monitorada do PB, é o pronome *ele(s)/ela(s)* que costuma ir para essa posição. Mesmo assim, note-se que o objeto nulo ainda é a forma mais empregada (26 casos em 68). No contexto de antecedente [-animado], o emprego de clíticos cai consideravelmente, enquanto cresce o uso de objeto nulo e demonstrativos, estes últimos normalmente retomando proposições.

5.4.2. Sintagmas preposicionais nulos

O PB também permite construções em que verbos que normalmente tomariam um sintagma preposicional por complemento admitem um complemento nulo, como exemplificado em (87):

- (87) a) *eu achei... mas eu tive pouco tempo viu com... com essa parte assim **de balê**_i
eu... eu estudei mas não me apresentei quase nada... apesar de gostar muito [ø]_i
... ter gostado [ø]_i né?* (DID SP 234)
- b) *e entraram [**com um novo mandado de segurança**]_i
L1 sei...
L2 não sei exatamente alegando o quê mas entraram [ø]_i.* (D2 SP 360)
- c) *eu gosto demais de **lá**_i e gostaria de morar [ø]_i.* (D2 RJ 355)

Na amostra analisada, 40 (60%) das 67 ocorrências de verbos transitivos como *gostar* e *precisar* em que o complemento retomava algo previamente mencionado no discurso apresentaram um sintagma preposicional nulo. No entanto, é possível a retomada de um SPrep pelo demonstrativo, como em (88):

- (88) *eu nunca me esqueço [**do jeito dele de perguntar... quer sair?...**]_i olha eu estava me afogando e ele me perguntou se eu queria sair da água... eu nem [...] pude falar não é? (risos) aí eu nunca me esqueço **disso**_i...* (DID SP 234)

A tendência à não-realização fonética foi também documentada com verbos bitransitivos (não-*dicendi*) como *pôr*, *colocar* etc., como ilustrado em (89).

Dos 27 casos de verbos bitransitivos cujo segundo complemento era recuperável no contexto, em 21 casos o segundo complemento não se realizou foneticamente.

- (89) *Acho que a es/ a criança deve ir o mais cedo possível **a escola** (né)?... e... uma coisa que eu não me arrependi foi ter botado ela [ø] com um ano e quatro meses...*
(DID SSA 231)

SPreps em PB têm, portanto, funcionamento semelhante a SNs, pois também têm preferência majoritária pela realização nula quando anafóricos. Isso, no entanto, não impede que vários tipos de realização de um complemento anafórico possam ser empregados ao mesmo tempo numa mesma sequência discursiva, como ilustrado em (90).

- (90) *...então eu estou procurando eh... encaminhá-la, para outra coisa não sei mas...é ginástica rítmica por exemplo... ela:... faz ginástica rítmica... então ainda:...eu hesito em pôr [ø]_i [no balé]_j mas eu vou ter que pôr [ø]_i [ø]_j sabe?... éh não quis pô-la_i [ø]_j até agora mas ela é MUITo:... quebradi::nha ela::faz os trejeitos e::*
(DID SP 234)

Em (90), o tópico da conversação é a filha da locutora. O verbo *encaminhar* tem o complemento direto realizado na forma do clítico e o segundo complemento, na forma de um SPrep, contendo uma informação não-anafórica. Na primeira ocorrência do verbo *pôr* (*hesito em pôr no balé*), o mesmo referente vem recuperado na forma de um objeto nulo, sendo o segundo complemento realizado como o SPrep *no balé*, recuperando uma informação anterior. Já na sentença seguinte (*mas eu vou ter que pôr, sabe?*), ambos os complementos não estão realizados foneticamente, mas são recuperados como *-la* (a filha) e *no balé*. Logo em seguida, para o mesmo verbo *pôr*, o SN complemento aparece realizado novamente na forma de um clítico e o SPrep não é realizado foneticamente, sendo ambos complementos novamente anafóricos.

6. Sistematização formal das estruturas de complementação

Nesta seção, além de sistematizar a discussão das seções anteriores, vamos proceder a uma reanálise de algumas das estruturas discutidas acima com

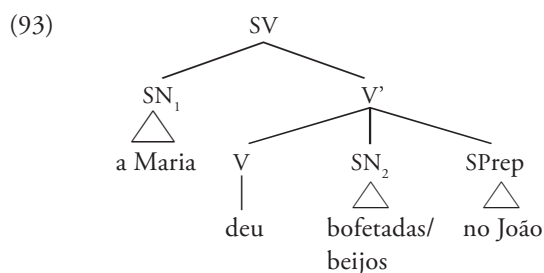
base em recentes desenvolvimentos em teoria sintática, refinando as noções de argumento externo e argumento interno.

6.1. Generalizando estruturas com verbos leves: verbos transitivos

Considere os pares de sentenças em (91) e (92).

- (91) a) A Maria deu bofetadas.
b) A Maria deu bofetadas no João.
- (92) a) A Maria deu beijos.
b) A Maria deu beijos no João.

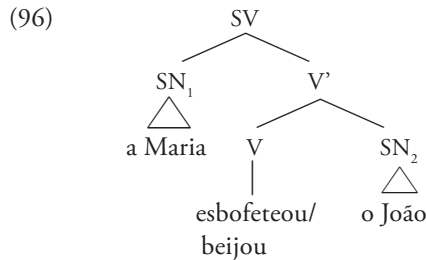
À primeira vista, estamos aqui diante do uso bitransitivo do verbo *dar*. Em primeiro lugar, (91a) e (92a) soam inaceitáveis fora de contexto, pois “falta algo” nessas sentenças, o que sugere que o predicado não parece estar saturado. Isso é confirmado pelo fato de a adição de um SPrep, como em (91b) e (92b), tornar essas sentenças totalmente aceitáveis, independentemente do contexto, sugerindo que o SPrep estaria saturando o predicado. A ser assim, as sentenças em (91b) e (92b) deveriam estar associadas a uma estrutura nos moldes de (93), como vimos na seção 4.3.



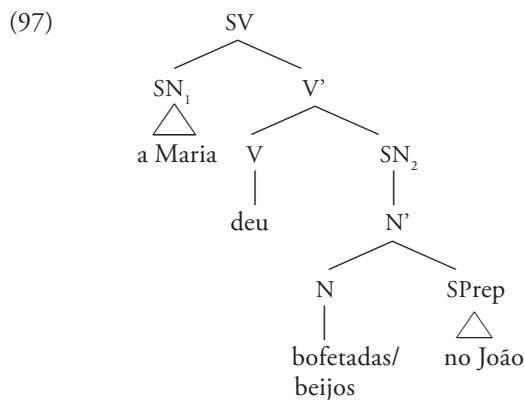
Examinemos agora os pares em (94) e (95).

- (94) a) A Maria deu bofetadas no João.
b) A Maria esbofeteou o João.
- (95) a) A Maria deu beijos no João.
b) A Maria beijou o João.

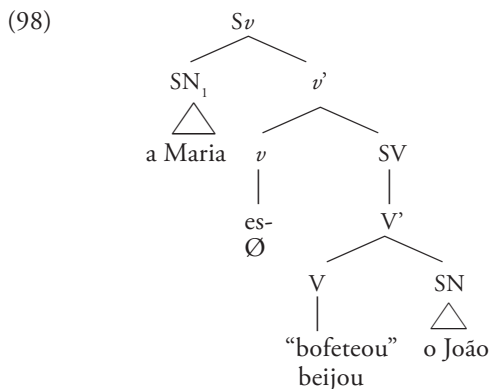
As sentenças (94a) e (95a) podem ser legitimamente parafraseadas por (94b) e (95b), que, como vimos na seção 4.2, estão associadas à estrutura esquematizada em (96).



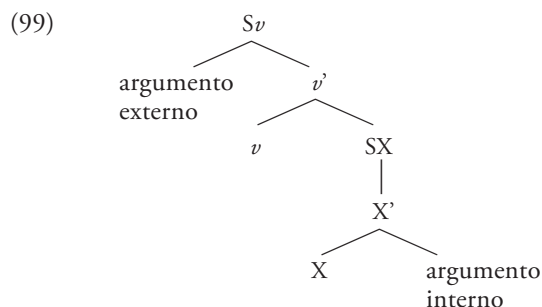
Quando comparamos as estruturas em (93) e (96), verificamos que não há base estrutural para capturar as propriedades temáticas comuns aos pares de sentenças em (94) e (95) e isso é bastante problemático, uma vez que relações semânticas similares devem estar calcadas em estruturas sintáticas similares, como vimos na seção 3. Se o SN *o João* estabelece uma relação semântica com *bofetadas/beijos* em (94a) e (95a) idêntica à relação semântica que estabelece com *esbofeteou/beijou* em (94b) e (95b), deveria estar associado a uma mesma configuração estrutural, ao contrário do que ocorre em (93) e (96). Em outras palavras, se *o João* é o argumento interno de *esbofeteou/beijou* em (96), deveria também ser o argumento interno de *bofetadas/beijos* em (93), como representado na estrutura alternativa em (97).



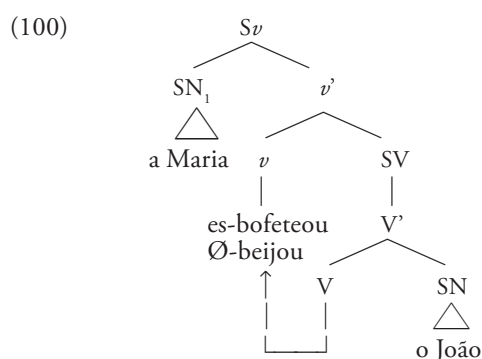
Uma vez que logramos harmonizar a relação semântica do paciente em (96) e (97), observemos agora o agente. Um ponto que destoa na comparação de (96) com (97) é que em (96) o SN *a Maria* é representado como o agente de *esbofetear/beijar*, enquanto em (97) é representado como o agente de *dar*. Entretanto, isso não condiz com as similaridades de significado entre as sentenças de (94) e (95). Em outras palavras, a configuração estrutural em que *a Maria* se encontra deve ser semelhante o suficiente para permitir que os pares em (94) e (95) constituam paráfrases. Um ponto a se destacar é que o verbo *dar* em (94a) e (95a) é na verdade um verbo leve (ver seção 4.6). Em outras palavras, além de designar um evento de realização em que há um agente, a descrição desse evento é feita pelo seu argumento interno. Pesquisas recentes argumentam que estruturas transitivas como (94b) e (95b) também envolvem um verbo leve abstrato que pode ser ou não associado a algum morfema específico. A ideia é que sentenças como (94b) e (95b) estão, na verdade, associadas a uma estrutura nos moldes de (98).



Em (98), assim como em (97), o SN *a Maria* é o argumento externo de um verbo leve (representado aqui por *v*) e é interpretado como o agente que detona o evento descrito no interior do complemento do verbo leve. O paralelismo sintático e semântico é finalmente obtido. Construções transitivas devem, portanto, estar associadas a uma estrutura genérica como (99).



As diferenças específicas de uma construção transitiva para outra vão depender da forma do complemento do verbo leve [se um SN como em (97) ou um SV como em (98)] e das propriedades morfológicas do verbo leve. O verbo leve pode ser realizado como um item lexical autônomo, como *dar* em (97), ou por um afixo, como *es-* ou $\emptyset$ em (98). Se for um afixo, o verbo leve desencadeia movimento do núcleo de seu complemento para que suas propriedades afixais sejam satisfeitas. No caso de (98), por exemplo, obtemos o resultado em (100).



Nas seções que se seguem, discutiremos consequências adicionais dessa reinterpretação de estruturas transitivas em termos de verbos leves.

6.2. Verbos transitivos *versus* verbos inacusativos

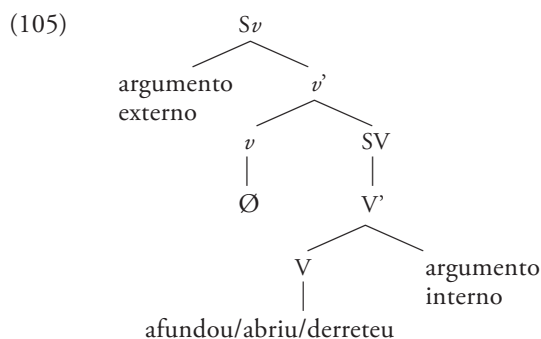
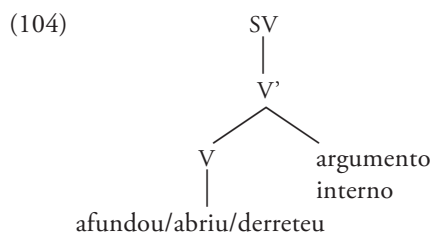
A reanálise de estruturas transitivas permite agora lidar, de maneira elegante, com o tipo de alternância exemplificada em (101)-(103).

- (101) a) A tempestade afundou o navio.
b) O navio afundou.

- (102) a) O vento abriu a porta.
b) A porta abriu.

- (103) a) O sol derreteu o gelo.
b) O gelo derreteu.

A análise tradicional dessas estruturas postulava uma ambiguidade lexical para verbos como *afundar*, *abrir* e *derreter*, dotando-os de uma entrada lexical transitiva e outra inacusativa. Dentro da perspectiva desenvolvida na seção 6.1, trata-se na verdade da mesma entrada lexical associada a estruturas distintas. A estrutura inacusativa será como representado em (104) abaixo, com o verbo selecionando um argumento interno. Já a construção transitiva envolve a subordinação de uma estrutura como (104) a uma estrutura nucleada por um verbo leve, conforme ilustrado em (105).



A aparente ambiguidade lexical em (101)-(103) na verdade resulta do fato de o verbo leve ser um morfema-Ø (foneticamente nulo) nesses casos.

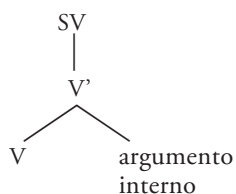
Podemos também a partir do contraste entre (104) e (105) prover uma explicação para o fato de verbos inacusativos, como o próprio nome diz, não atribuírem caso acusativo (ver seção 4.4). Numa estrutura transitiva como (106) abaixo, é o verbo leve *dar* que atribui caso acusativo ao SN *um beijo na Maria*. Assumindo que essa é uma propriedade geral dos verbos leves, há atribuição de caso acusativo em estruturas como (105), mas não (104). O argumento interno de (104) pode, portanto, mover-se para a posição de sujeito externa a SV, receber caso nominativo e determinar a concordância verbal (ver seção 3), como exemplificado pelas sentenças em (101b), (102b) e (103b).

(106) O João deu um beijo na Maria.

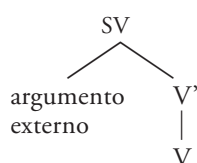
6.3. Verbos inacusativos *versus* verbos inergativos

Na seção 4.4, a distinção entre verbos inacusativos e inergativos foi capturada em termos das estruturas em (107a) e (107b), respectivamente.

(107) a)

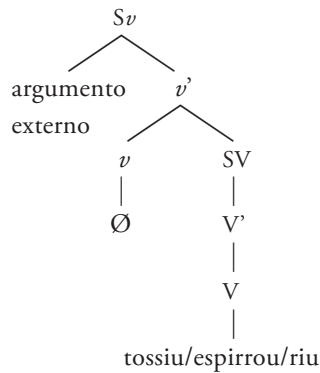


b)



Tendo em vista a reanálise de argumentos externos como especificadores de Sv, a estrutura de verbos inacusativos se mantém como representado em (107a), mas a estrutura de verbos inergativos em (107b) deve ser reanalisada nos moldes de (108).

(108)



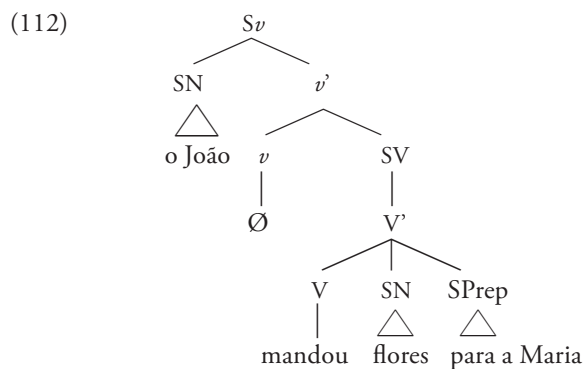
Observe que uma vez que é o verbo leve o responsável pela atribuição de caso acusativo, a estrutura em (108) permite que o verbo tome um complemento. Vêm daí os chamados “objetos cognatos”, que são possíveis com verbos inergativos, como ilustrado em (109) abaixo. Note que uma vez que o argumento de um verbo inacusativo já ocupa a posição de complemento [cf. (107a)], não é possível acrescentar um objeto cognato a uma estrutura inacusativa, como ilustrado em (110).

- (109) a) O João tossiu uma tosse esquisita.
 b) O João espirrou um espirro escandaloso.
 c) O João riu uma risada escandalosa.
- (110) a) *O João sumiu um sumiço inesperado.
 b) *O João caiu uma queda feia.
 c) *O João desapareceu um desaparecimento inusitado.

6.4. Verbos bitransitivos

Diante da reinterpretação da posição estrutural do argumento externo, uma sentença contendo uma construção bitransitiva como (111) deveria estar associada a uma estrutura como (112).

- (111) O João mandou flores para a Maria.

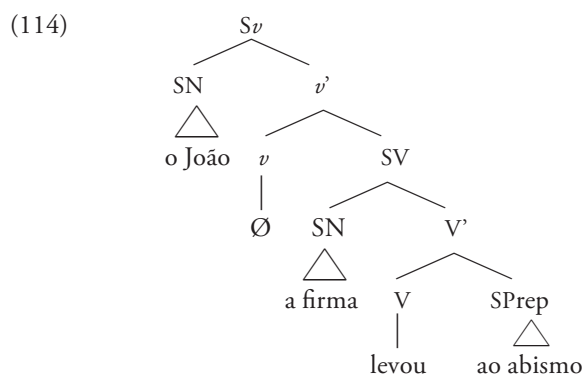


Considere agora as sentenças em (113) abaixo.

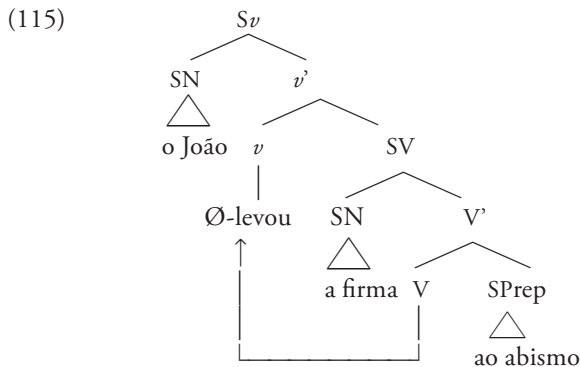
- (113) a) O João *levou* a firma *ao abismo*.
 b) O João *mandou* a sogra *às favas*.
 c) A Maria *mandou* o namorado *pra PQP*.

O verbo e o “objeto indireto” constituem expressões idiomáticas em (113) e, como vimos na seção 3, expressões idiomáticas devem corresponder a um constituinte sintático. Entretanto, não é isso o que se vê numa estrutura como (114).

A existência de expressões idiomáticas envolvendo verbo e objeto indireto nos conduz a uma reformulação de estruturas bitransitivas como (113a), por exemplo, nos moldes de (114):



O exemplo (114) num certo sentido agrupa praticamente todas as propriedades estruturais discutidas ao longo deste capítulo. Em primeiro lugar, o argumento externo é gerado no especificador de S_v , à semelhança do que ocorre em construções transitivas e inergativas. Em segundo lugar, (114) pressupõe que o SN *a firma* não estabelece uma relação direta com o verbo, mas com o V' ; em outras palavras, a interpretação semântica do SN *a firma* se dá em função de V e S_{Prep} e, como tal, poderá ter seu valor semântico alterado, se mudarmos o conteúdo do S_{Prep} . Isso fica evidente se substituirmos *ao abismo* em (114) por *à recuperação*, por exemplo. Outro fator presente na estrutura de (114) é a ramificação binária, que agora uniformiza todas as estruturas. Finalmente, a ordem linear superficial é obtida através do movimento do verbo para satisfazer as propriedades afixais do morfema- $\emptyset$, como ilustrado em (115).

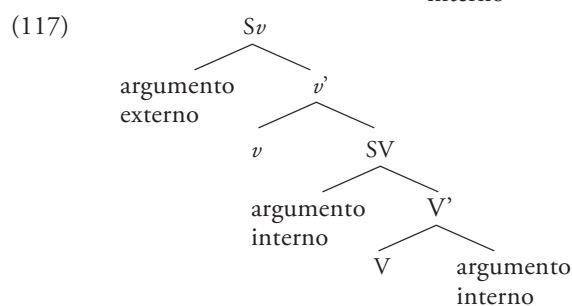
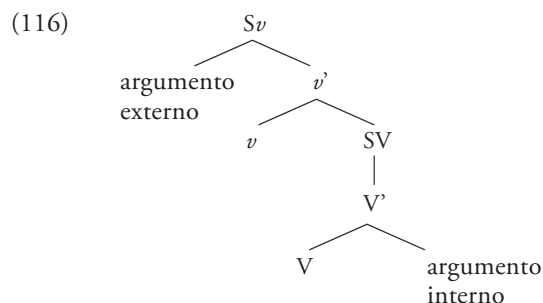


6.5. Verbos “transitivos” com dois argumentos internos

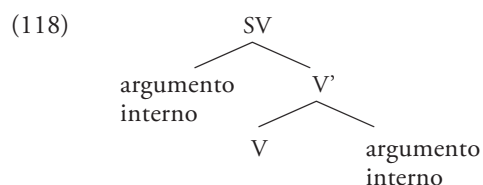
A seção 4.4 começou com a hipótese de que deveria haver, em princípio, duas configurações estruturais para verbos monoargumentais e vimos que as duas possibilidades lógicas correspondem de fato a duas classes distintas: verbos inacusativos e verbos inergativos. Esses resultados nos levam a reconsiderar a classe dos verbos transitivos, isto é, verbos com dois argumentos.

Na seção 6.1 tratamos desses casos como simplesmente envolvendo um argumento de cada tipo: um argumento externo no especificador de S_v e um argumento interno na posição de complemento de V, como ilustrado em (116) abaixo. Vimos também na seção 6.4 que a estrutura de verbos bitransitivos

admite dois argumentos internos, um na posição de especificador e outro na posição de complemento de V, como representado em (117).



Tendo em vista as relações estruturais viabilizadas em (117), surge a possibilidade lógica de verbos de dois argumentos poderem também selecionar apenas argumentos internos, como representado em (118) abaixo. Haveria, então, uma classe de verbos transitivos com dois argumentos internos?

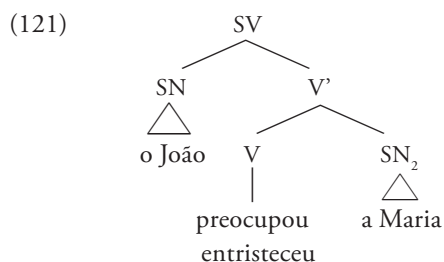


De fato, quando comparamos predicados de ação como os de (119) abaixo com certos predicados psicológicos, como os de (120), por exemplo, verificamos que estamos diante de tipos de argumentos distintos. Verbos que prototipicamente demandam um argumento externo, como em (119a), geralmente admitem construções passivas, como ilustrado em (119b). Verbos

psicológicos como os de (120a), por outro lado, são bastante refratários à passivização, como se pode ver em (120b).

- (119) a) O João beijou/beliscou a Maria.
b) A Maria foi beijada/beliscada pelo João.
- (120) a) O João preocupou/entristeceu a Maria.
b) *A Maria foi preocupada/entristecida pelo João.

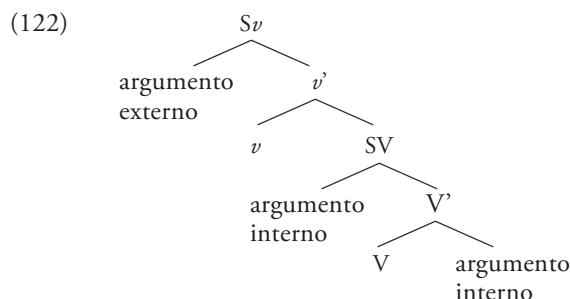
Assimetrias como essas têm levado à conclusão de que verbos de dois argumentos podem não demandar que um desses argumentos seja externo. Ou seja, verbos como *preocupar* e *entristecer* em (120a) podem selecionar dois argumentos internos, como representado em (121).



A estrutura em (121) sugere, portanto, que o preenchimento das posições de especificador e complemento dentro de SV depende fundamentalmente das relações semânticas estabelecidas e é em certa medida independente da presença de Sv na estrutura.

6.6. Esquema geral da estrutura do sintagma verbal

De acordo com o que vimos acima, sintagmas verbais podem, em princípio, organizar-se em torno de duas camadas: uma camada nucleada por um verbo semanticamente pleno e uma camada nucleada por um verbo leve, como representado em (122) abaixo. A realização de cada camada bem como dos argumentos a elas associados vai depender da informação temática lexicalmente definida para cada verbo.



Nos próximos capítulos veremos como as informações encapsuladas em (122) interagem com domínios maiores da sentença.

Sugestões de leitura

Para um panorama da distribuição dos complementos verbais no PB falado, ver Dillinger, Galves, Pagotto e Cerqueira (1996).

Para a distinção argumento externo/argumento interno, ver Williams (1981) e Marantz (1984). Sobre a posição do argumento externo dentro de SV, ver Koopman e Sportiche (1991) e McKloskey (1997).

Para a distinção entre verbos inacusativos e inergativos, ver Perlmutter (1978) e Burzio (1986). Para uma discussão dessa distinção com base nos dados do português, ver Eliseu (1984) e Whitaker-Franchi (1989).

Para construções de alçamento em geral, incluindo verbos auxiliares, ver Postal (1974).

Sobre verbos leves em diversas línguas, ver Hale e Keyser (1993), Chomsky (1995) e Baker (1997); sobre verbos leves no PB, ver Neves (2002), Avelar (2004) e Scher (2004).

Para estudos sobre clíticos no PB, ver, entre outros, Pagotto (1992, 1993), Cyrino (1996), Galves (2001), Kato (2002b) e, comparando o PB com o português europeu, ver Galves, Torres Morais e Ribeiro (2005).

Sobre eclipse de SV, complementos nulos e objetos nulos em outras línguas, ver Huang (1984, 1989, 1991), Campos (1986), Raposo (1986), Rizzi (1986) Chao (1987), Cole (1987), Landa (1991), Matos (1992) e Lobeck (1999).

Sobre o objeto nulo no PB, ver Duarte (1986), Galves (1987, 1989a, b), Farrell (1990), Correa (1992), Nunes (1993), Kato (1994), Creus e Me-

nuzzi (2005), Cyrino e Lopes (2005), Kato e Raposo (2005, 2007), Lopes e Cyrino (2005).

Para estudos sobre os complementos nulos no português, ver Cyrino (1996, 1997, 1999, 2000, 2002, 2004, 2006), Cyrino, Duarte e Kato (2000), Cyrino e Matos (2002, 2005, 2006).

Para a formulação original da organização do sintagma verbal em duas camadas, ver Larson (1988). Para sua posterior reformulação em termos de uma camada nucleada por um verbo leve, ver Chomsky (1995). Sobre verbos psicológicos, ver Belletti e Rizzi (1988); para uma discussão sobre o português, ver Cançado (1995).

Notas

- 1 A maioria das gramáticas pedagógicas brasileiras ainda se pauta pela Nomenclatura Gramatical Brasileira (NGB), publicada pelo Ministério da Educação e Cultura por meio da Portaria nº 36, de 28 de janeiro de 1959. A NGB distingue somente dois tipos de complemento — objeto direto e indireto —, não levando em conta complementos de natureza mais adverbial, chamados por Rocha Lima (1972) de complementos circunstanciais. Para uma explicação da nomenclatura sistematizada pela NGB, ver Kury, 1964.
- 2 Os resultados desta seção baseiam-se em Abaurre e Galves (1996).

PREDICAÇÃO



SUMÁRIO

1. Introdução	101
1.1. A noção de sujeito nas gramáticas tradicionais	102
1.2. A noção de sujeito a ser adotada neste volume	105
2. Ordem dos constituintes sentenciais e concordância verbal	111
2.1. Verbos transitivos e inergativos	112
2.2. Verbos inacusativos	114
3. O sujeito pronominal e suas realizações	120
3.1. O sujeito referencial nas sentenças finitas	123
3.1.1. O sujeito de referência determinada	123
3.1.2. O sujeito de “referência estendida”	131
3.1.3. O sujeito de referência indeterminada	132
Nota	138
3.2. O sujeito referencial nas sentenças não-finitas	139
3.2.1. A posição do sujeito em sentenças infinitivas	139
3.2.2. A posição do sujeito em sentenças reduzidas de gerúndio	141
3.3. O sujeito não-referencial (as sentenças impessoais)	143
3.3.1. As sentenças com verbos “climáticos”	143
3.3.2. As sentenças com verbos de alçamento	144
Nota	147
3.3.3. As sentenças existenciais com <i>ter/haver</i>	148
Nota	151
4. Construções de tópico marcado	151
4.1. O anacoluto ou tópico pendente	152
4.2. O Deslocamento à Esquerda	153
4.3. A topicalização	156
4.4. O tópico-sujeito	160
4.5. O antitópico	161
4.6. A interface sintaxe–prosódia: construções de tópico/comentário vs sujeito/predicado	163

Nota	164
5. Sistematização formal das estruturas de predicação	165
5.1. Os verbos auxiliares <i>ser</i> , <i>estar</i> e <i>ter/haver</i>	165
5.2. Os verbos transitivos e inergativos (intransitivos)	167
5.3. Os verbos de ligação “ <i>ser</i> ” e “ <i>estar</i> ”	169
5.4. Verbos impessoais	171
5.5. Os verbos inacusativos	174
5.6. As construções de tópico marcado	178
5.7. Esquema geral da estrutura do sintagma flexional	182
Nota geral	183
Sugestões de leitura	184
Notas	186



3

PREDICAÇÃO

Rosane de Andrade Berlinck*
Maria Eugênia Lamoglia Duarte**
Marilza de Oliveira***

1. Introdução

Como vimos na Introdução ao capítulo 2, a distinção clássica entre o sujeito e os complementos numa sentença, embora seja ponto pacífico nos estudos linguísticos, fica obliterada numa perspectiva fregeana, uma vez que cada argumento (sujeito e complementos) tem uma relação direta com seu predicador. A seção 3 do referido capítulo, entretanto, mostra que esses argumentos não interagem com o predicador ou entre si da mesma maneira. Ficou claro que a relação semântica entre um predicador e seu argumento interno é muito mais estreita do que a que se estabelece entre o predicador e seu argumento externo, espelhando uma assimetria sintática entre esses argumentos. Enquanto os argumentos internos se encontram em relação sintática com o predicador no interior de V', o argumento externo aparece imediatamente dominado por SV, estabelecendo uma conexão sintática com V'.

Este capítulo discute a relação sujeito–predicado, o que significa caminhar por um terreno movediço, uma vez que o termo a que nos referimos como sujeito nem sempre coincide com o argumento externo da sentença. Na seção 1.1, discutiremos brevemente a noção de sujeito na tradição gramatical e levantaremos algumas questões que podem advir de tal noção, particularmente as relativas à distinção entre sujeito sintático e tópico marcado. Em 1.2, estabelecemos a noção de sujeito adotada neste volume. A seção 2 discorre sobre a ordem dos constituintes sentenciais e sobre a variação na concordância

* Universidade Estadual Paulista — Araraquara/CNPq (Proc. nº 305.837/07-9).

** Universidade Federal do Rio de Janeiro/CNPq (Proc. nº 350.731/99-3).

*** Universidade de São Paulo.



entre sujeito e verbo na amostra analisada. A seção 3 é dedicada à tipologia de sujeito, com especial atenção à representação do sujeito pronominal na amostra analisada, mostrando a preferência dos falantes pelo sujeito pronominal expreso, em detrimento do sujeito “oculto”. Na seção 4 faz-se uma análise das construções de tópico marcado encontradas na amostra e, finalmente, a 5 traz uma sistematização formal do conteúdo do capítulo, em continuação à apresentada no capítulo 2.

1.1. A noção de sujeito nas gramáticas tradicionais¹

As gramáticas tradicionais (GTs) conceituam a sentença como uma estrutura linguística constituída de sujeito e predicado, sendo o primeiro “o ser sobre o qual se faz uma declaração” e o segundo “tudo aquilo que se diz do sujeito” (Cunha e Cintra 2007, p. 122). Tal conceituação obedece a um critério de cunho informacional, isto é, está relacionada à organização do discurso, mas nem sempre esse “sujeito” coincide com “o ser sobre o qual se faz uma declaração”. Veja as sentenças em (1) a seguir. Nelas, os constituintes em **negrito** correspondem exatamente ao conceito de sujeito que acabamos de transcrever. Utilizaremos um traço para representar uma posição vazia vinculada a um tópico e outros constituintes possivelmente movidos de sua posição de origem para a periferia da sentença (cf. cap. 1). O índice subscrito (,) indica a correferência entre a posição vazia e o constituinte grifado.

- (1) a) [*Cada elemento, cada nódulo*]_i... **ele**_i possui o seu conjunto. (EF SSA)
- b) E [*carne*]_i, aqui em casa **nós** fazemos ___i de várias formas. (DID RJ)
- c) [*Olinda*]_i, **ninguém** mora ___i. Ninguém diz é lá que eu moro não diz é lá que eu pernoito. (D2 REC)
- d) *Drama*, já basta **a vida**. (DID SP)
- e) *Filme*, **eu** gosto mais de comédia. (DID SP)

Observe que os elementos sublinhados correspondem ao “ser sobre o qual se faz uma declaração”, e os elementos em **negrito**, ao sujeito “sintático”, ter-

mo que é selecionado por um predador e entra em relação de concordância com o verbo. Mesmo que o falante não use marcas explícitas de concordância verbal, considera-se que a desinência zero, ou a ausência de marcas, não significa falta de concordância. É justamente esse elemento em **negrito** que o estudante reconhece como sujeito da oração, apesar de a definição de sujeito, tal qual aparece nas gramáticas tradicionais, se aplicar, no conjunto de sentenças, acima de outro elemento, a que vamos referir-nos como “tópico”. Um exame atento de cada sentença nos revelará que existe conectividade “referencial” ou “semântica” entre esse tópico e a sentença-comentário, que o segue, mas a conectividade “sintática” pode ser “mais” ou “menos” estreita, ou até mesmo não existir.

Em (1a), por exemplo, há conectividade referencial sintática entre o tópico *cada elemento, cada nóculo* com um elemento interno da sentença-comentário, o sujeito *ele*. Em (1b), o tópico *carne* tem um vínculo com uma posição vazia no interior da sentença-comentário, o complemento (argumento interno) de *fazer* (*aqui em casa nós fazemos [carne]*), representada pelo traço [_]. A partir de (1c), essa conectividade se torna menos transparente. Pode-se dizer que *Olinda* mantém a conectividade referencial com a sentença-comentário, pois identifica o argumento interno (complemento circunstancial) de *morar* (*ninguém mora [em Olinda]*), mas veja que a preposição *em* não precede o tópico. Nos dois últimos exemplos, (1d) e (1e), não há conectividade de função sintática entre o tópico e qualquer elemento do comentário, apesar da conservação de uma conectividade referencial/semântica. *Drama e filme* cabem perfeitamente na definição de sujeito encontrada nas gramáticas tradicionais: “o ser sobre o qual se faz uma declaração”, enquanto *já basta a vida* e *eu gosto mais de comédia* se ajustam perfeitamente à definição de predicado: “tudo aquilo que se diz do sujeito”. [Acho que deveria ser salientado que a conectividade referencial entre tópico e comentário existe em todas as sentenças. O que as distingue é a conectividade de função entre o tópico e um elemento comentário, presente em a/b/c e ausente em d/e. Basta mudar as duas primeiras linhas.]

Vemos, então, que a conceituação de cunho informacional é muito ampla, pois em todas as sentenças elementos externos a ela entram em conexão referencial com um constituinte da sentença-comentário, mantendo com essa sentença-comentário uma relação semântica. Vamos referir-nos a essas construções neste capítulo como construções de *tópico*

marcado (cf. Brito, Duarte e Matos, 2003) e dedicaremos a elas atenção especial na seção 6.

Tanto o tópico marcado como o sujeito sintático podem veicular uma informação nova ou dada (já mencionada no discurso). Só o exame cuidadoso do texto pode-nos informar sobre o estatuto informacional (novo/dado) do tópico marcado e do sujeito sintático. Ressaltamos que “tópico marcado” e “sujeito sintático”, as categorias que serão objeto de análise neste capítulo, não se confundem com o conceito de *tópico discursivo*².

No trecho transcrito de um diálogo, apresentado em (2) a seguir, não há construções de tópico marcado. Mas é possível notar que os sujeitos sintáticos *Olinda* e *ela* correspondem a uma informação dada no contexto discursivo:

- (2) – [...] e o patrimônio histórico tá restaurando as igrejas de Olinda... [...].
– Mas nós não sabemos por quanto tempo **Olinda**_i vai viver porque **ela**_i está escorregando para o mar.

(D2 REC)

Entretanto, é preciso assinalar que nosso sujeito sintático pode ainda aparecer em posição pós-verbal e, em tais casos, servirá, predominantemente, para veicular uma informação nova, como mostra o último constituinte destacado em (3):

- (3) O “Fantástico”_i **eu** acho que _____i é um programa muito... **Muita coisa boa** aparece no “Fantástico”. Agora começam **os programas de política**.

(DID SP)

O trecho acima é bastante ilustrativo a respeito da discussão que começamos aqui e que prosseguirá na seção seguinte e na 2. O constituinte *o Fantástico* é uma informação nova codificada pela estrutura de tópico marcado, já ilustrada em (1); *muita coisa boa* é igualmente uma informação nova, que aparece na posição de sujeito sintático; *os programas de política* é um sujeito sintático que traz uma informação nova, que aparece após o verbo.

Observamos, então, que o sujeito da sentença pode ser uma entidade que codifica informação velha (2) ou uma entidade que codifica informação nova (3). Isso mostra que não podemos basear a conceituação de sujeito exclusivamente em uma análise do *status* informacional da entidade.

1.2. A noção de sujeito a ser adotada neste volume

Diante do exposto na seção anterior, que noção devemos, então, adotar para o sujeito? O capítulo 2 mostra que o sujeito, em geral, coincide com o argumento externo de um predicador. O exame dos predicadores grifados em (4) confirma essa coincidência. Em (4a), temos um predicador nominal, e em (4b, c, d, e), predicadores verbais, respectivamente núcleos dos predicados nominais e verbais. De fato, são eles os responsáveis pela seleção semântica do argumento externo, destacado em negrito, e interno(s), e a eles se ligam, opcionalmente, os adjuntos, que serão tratados no capítulo 4.

- (4) a) *Agora **eu** estou muito sozinha lá na praia.* (DID POA)
 b) *... realmente **eles** sensibilizam uma camada da população.* (D2 RJ)
 c) ***Eu** gostei de Pernambuco.* (DID RJ)
 d) ***As minhas amigas** vão sempre ao teatro, quase sempre.* (DI SP)
 e) ***O governo**, por exemplo, paga aos seus funcionários normalmente um reajuste salarial no mês de março.* (DID REC)

Há, entretanto, dois tipos de estruturas em que o sujeito não coincide com o argumento externo: as estruturas passivas e as sentenças com verbos inacusativos. Em ambos os casos, a posição externa a SV está disponível para receber o argumento interno. No caso das estruturas passivas, enquanto o argumento interno aparece na função sintática de sujeito, o argumento externo pode ou não aparecer sob a forma de um SPrep (Sintagma Preposicionado), com a função tradicionalmente referida como agente da passiva:

- (5) a) *... porque quase sempre **ela** é procurada pelos alunos...* (D2 SP)
 b) ***Todas essas estradas** aqui foram pintadas à máquina.* (D2 SSA)

Em (5a), o argumento interno do predicador *procurar* é *ela* (a professora) — *os alunos procuram a professora* —, que aqui aparece na função de

sujeito, e o argumento externo *os alunos*, na função de agente da passiva, uma função incluída em descrições mais recentes entre os termos oblíquos, juntamente com os complementos relativos e circunstanciais (cf. nota 4). Em (5b), o argumento interno igualmente cumpre a função de sujeito, enquanto o argumento externo não aparece. Essa possibilidade de não realizar foneticamente o argumento externo nas estruturas passivas vem confirmar o que se disse no capítulo 2 acerca da assimetria entre argumento externo e interno e da diferente relação sintática entre eles e seu predicator.

No caso das sentenças com verbos inacusativos, vimos no capítulo 2 (seção 4.4) que geralmente apenas um argumento interno é selecionado. Esse argumento tem as mesmas características semânticas e estruturais do objeto direto; mas, ao contrário do que ocorre com o objeto direto, desencadeia concordância verbal e recebe caso nominativo ao invés de acusativo, tal como o argumento externo. Observe o exemplo em (6):

- (6a) ... de vez em quando *aparecem* **as riscas no chão** marcando o início da pista.
(D2 SSA)

Observe que o constituinte em negrito se encontra em posição pós-verbal e que a falta de um argumento externo permite que ele entre em relação de concordância com o verbo. Uma evidência de que esse elemento recebe caso nominativo vem da possibilidade de ele ser anteposto ao verbo e de ser substituído por um pronome do caso reto, como mostra a reescritura de (6a) em (6b):

- (6b) a) ... de vez em quando **as riscas no chão** aparecem marcando o início da pista.
b) ... de vez em quando **elas** aparecem marcando o início da pista.

Ainda que, em geral, haja coincidência entre sujeito sintático e argumento externo, o comportamento do argumento interno dos verbos inacusativos e do argumento interno das estruturas passivas mostra que o sujeito não se confunde com a noção de argumento externo. Nesses casos, o sujeito coincide com o argumento interno, o que é explicitado pela concordância verbal, ainda que o falante não utilize as marcas formais de concordância-padrão do português. Isso significa que a concordância verbal é crucial para a definição

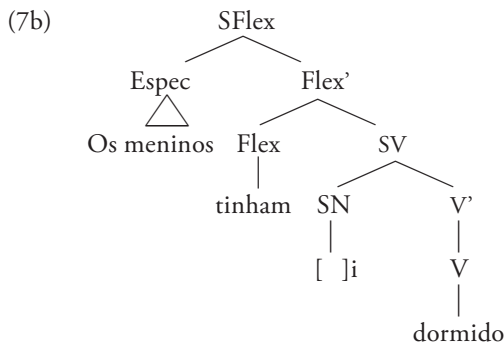
de sujeito. Como mostra o capítulo 2, na ausência de um argumento externo para competir pela posição de sujeito, o argumento interno é um candidato legítimo para ocupar essa posição; daí entrar em relação de concordância com o verbo.

Ao nos concentrarmos na concordância verbal, abandonamos o campo semântico que determina o número de argumentos de um predicator e sua projeção na sintaxe para adentrarmos no campo “mais gramatical”, que envolve questões morfossintáticas.

Para a distinção entre esses dois campos, observe a sentença abaixo:

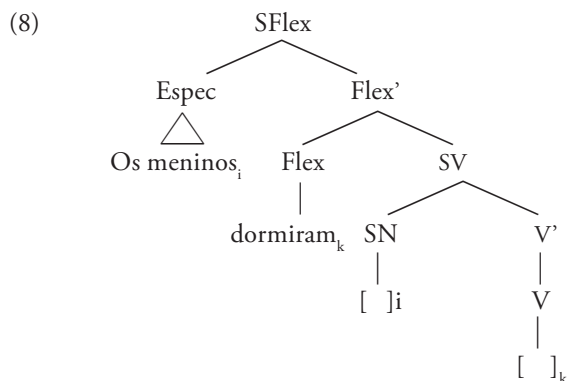
(7a) *Paulo tinha dormido.*

Temos um único argumento e dois verbos *dormir* e *ter*. O verbo *dormir* seleciona um SN e o único candidato na sentença é *Paulo*. O verbo *ter* tem a função de auxiliar do verbo *dormir*. Sendo um auxiliar, não seleciona argumentos, isto é, não tem grade temática. A sua função é marcar tempo e pessoa, traços verbais ausentes no particípio *dormido*. Além disso, ele recebe as marcas de número. Se em lugar de *Paulo* tivéssemos *os meninos*, o verbo deveria tomar a forma *tinham*, explicitando a concordância com o argumento. É preciso, entretanto, notar que a “concordância” entre um especificador e o núcleo de flexão não se deve confundir com a presença de marcas explícitas de concordância verbal. Ela se dá mesmo que o sistema não disponha de marcas morfológicas que explicitem tal relação, como é o caso do inglês ou do chinês, ou até mesmo nos casos em que se observam perdas dessas marcas, como ocorre no português brasileiro falado. A relação de concordância entre sujeito e verbo é expressa sintaticamente, ou seja, o argumento com função de sujeito ocupa uma determinada posição, o especificador de um nóculo funcional, que expressa justamente tempo e concordância. Chamemos esse nóculo de Sintagma Flexional (SFlex). Considerando a função argumental e a função gramatical, passamos a ter a estrutura sentencial em (7b). A estrutura de SV está simplificada nesta seção³:



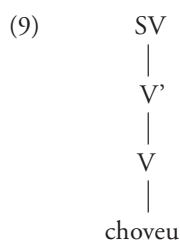
Os meninos, argumento externo de *dormir*, tem sua origem na posição de especificador de V, lugar em que recebe seu papel temático. Entretanto, para entrar em relação de concordância com o verbo, o SN tem de se mover para a posição de especificador de Flex. Nessa posição o argumento externo recebe Caso Nominativo da Flexão. Lembre-se de que esta é a posição do sujeito da sentença, que não se confunde com argumento externo, o qual ocupa a posição de especificador de V. O sujeito entra em relação de concordância e recebe Caso Nominativo da Flexão; o argumento entra em relação semântica com o verbo, do qual recebe papel temático. Observe ainda que o verbo *ter*, por ser um auxiliar e não um predicator, não se origina na posição do verbo, mas na posição de núcleo da concordância verbal.

Tomemos agora o caso do verbo *dormir* na sua forma simples, *dormiram*, que exibe marcas de tempo e modo < -ra > e de número e pessoa < -m >. O verbo é gerado na posição de núcleo do SV, como no caso anterior, e projeta sua estrutura argumental, ou seja, o seu único argumento, *os meninos*, é gerado no especificador de V, onde recebe papel temático. Satisfeitas as exigências semânticas (projeção do argumento e atribuição de papel temático), o verbo, que tem as desinências modo-temporais e número-pessoais, deve mover-se para o núcleo de SFlex, onde estão as marcas de concordância. O argumento externo se move, como no caso anterior, para o especificador de Flex:



Ressalte-se que, quando o sujeito ocupa a posição de especificador de Flexão e o verbo flexionado ocupa a posição nuclear de Flexão, temos a ordem superficial SV. Ou seja, a noção de sujeito, além de estar vinculada à questão da concordância que se observa na relação entre especificador e núcleo de Flex, está vinculada à ordem SV, obtida nessa mesma relação. No português, entretanto, podemos ter um SN pós-verbal na função de sujeito. Na próxima seção, trataremos da variação na presença/ausência de marcas morfológicas de concordância verbal e da sua relação com a ordem do sujeito sintático na amostra analisada.

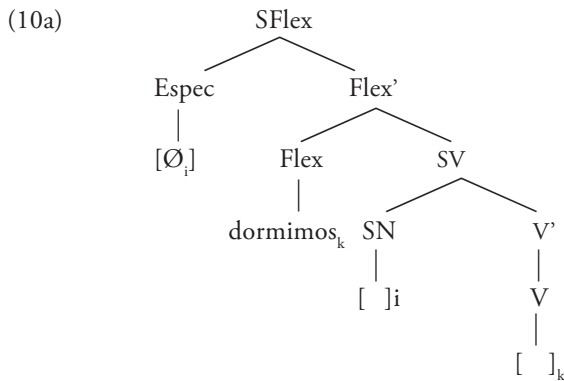
Examinemos agora um verbo “climático”, como *chover*. Esse verbo não seleciona nenhum argumento; portanto, sua estrutura argumental, conforme vimos no capítulo anterior, é:

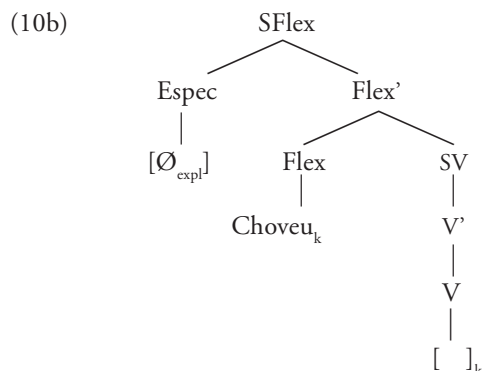


Como se pode depreender da representação acima, a classificação tradicional de oração sem sujeito encontra guarida na estrutura argumental do verbo. Entretanto, a marca morfosintática (< -u >, terceira pessoa do singular do pretérito perfeito) desencadeia o seu movimento para o núcleo de SFlex, como no caso do verbo *dormiram*. No inglês e no francês, há um pronome

expletivo *it*, *il*, respectivamente, que ocupa a posição de sujeito desses verbos (*it rains*, *il pleut*). O termo “expletivo” se refere à falta de conteúdo semântico do pronome. O português brasileiro não tem um pronome expletivo foneticamente realizado⁴, mas isso não nos impede de postular a existência de um pronome foneticamente nulo (assim como ocorre para o sujeito oculto) para ocupar a posição de especificador de Flex. Tem-se aí uma simetria de nulos para a posição de sujeito: nulo referencial, que corresponde ao sujeito oculto da gramática tradicional, e nulo não-referencial ou expletivo, uma categoria não reconhecida pela tradição, mas que vem a suprir a falta de uma forma para a posição de sujeito das estruturas que a GT denomina de “orações sem sujeito”.

As estruturas em (10a) e (10b) ilustram um sujeito nulo referencial e um nulo expletivo, respectivamente. No primeiro caso, o argumento externo de “dormimos”, foneticamente não realizado, é representado por uma categoria vazia *pro* (ou um sujeito oculto — *nós* — em termos tradicionais) na posição de especificador de SFlex, que entra em relação de concordância com o verbo; no segundo caso, o sujeito não-argumental de *chover*, um *pro* expletivo (sem conteúdo fonético e sem conteúdo semântico) igualmente aparece na mesma posição:





A proposição de um pronome expletivo nulo na posição de especificador de Flexão está em consonância com a regra geral segundo a qual toda sentença tem sujeito. O sujeito pode ser um elemento gerado na posição argumental (argumento externo ou argumento interno de verbos inacusativos e de construções passivas), caso em que se move para a posição mais alta, ou um elemento gerado na posição funcional, a saber, no especificador de Flexão, como é o caso do sujeito expletivo.

Enfim, essas reflexões mostram que a noção de sujeito não se confunde de modo algum com a de argumento externo. Nem tampouco com a de tópico. Ambas as noções são necessárias para a compreensão da estrutura sintática sentencial e desfazem o aparente paradoxo encontrado nas GTs, segundo as quais o sujeito é um termo essencial da sentença, embora haja sentenças sem sujeito. A seção 5 traz um tratamento formal mais detalhado da posição do sujeito referencial e expletivo, bem como das construções de tópico marcado.

2. Ordem dos constituintes sentenciais e concordância verbal⁵

Em português, uma língua que, em geral, não traz marcas morfológicas de caso, há dois recursos formais para explicitar a função de sujeito: a ordem dos constituintes sentenciais e a concordância em número e pessoa que se estabelece entre sujeito e verbo. Na presente seção veremos que os dois recursos se manifestam diferentemente segundo o tipo de verbo que compõe a sentença.

2.1. Verbos transitivos e inergativos⁶

Na fala culta, a ordem Sujeito-Verbo (S-V) e a presença de marcas de concordância verbal são muito frequentes. Ainda que não atestado na amostra analisada, um contexto que licencia a ordem Verbo-Sujeito (V-S) para os verbos transitivos e inergativos é a presença de um SN pesado (um sintagma longo, com modificadores e complementos do nome, que podem ser representados por sintagmas simples ou sentenciais).

- (11) a) Isso foi o que decidiram **os deputados da bancada ruralista recém-chegados**.
 b) Só dormiram **os meninos que chegaram do passeio ao Parque Ecológico**.

Na ausência de um SN pesado, tem-se com tais tipos de verbos categoricamente a ordem S-V, como mostram os exemplos abaixo:

- (12) a) e agora **o menino** quer judô. (D2 SP)
 b) **os veteranos** ofereciam um piquenique aos... calouros então nós fomos até Itaparica. (DID SSA)
 c) **O pessoal** joga muito aquelas raquetes assim. (DID POA)
 d) **Os sindicatos** devem levar adiante toda e qualquer reivindicação dos seus associados. (EF POA)

Quanto à concordância entre sujeito e verbo, o português culto tende a explicitá-la na presença de sujeitos nominais (12), de sujeitos pronominais plenos e nulos (13):

- (13) a) *Eu levei as minhas filhas, **Elas** adoraram, né? [Ø]_i não queriam ir, mas no fim [Ø]_i foram, porque [Ø]_i sabiam que iam outros jovens também.* (DID POA)
 b) *Elas_i gostam. Às vezes, quando **elas** têm tempo assim, **elas** pegam uma turminha. **Elas**_j então, pedem licença aqui no Colégio Maria Goretti aqui de cima e [Ø]_i vão jogar vôlei.* (DID POA)

Os dados analisados sinalizam que o português brasileiro culto privilegia o uso de marcas de concordância verbal. Essa tendência à explicitação de marcas formais afeta outras construções, nas quais a prescrição gramatical a rejeita:

- (14) a) *Não podíamos deixar de falarmos novamente no externo.* (EF SSA)
 b) *Então na hora em que fosse possível se viver em São Paulo como se vivem nas pequenas comunidades interioranas.* (D2 SP)
 c) *Há muita riqueza quando vocês olham homens semelhantes e dessemelhantes ou sejam homens bem diferentes.* (EF REC)
 d) *Quer dizer além de chegar ao plano muscular se retiram os elementos musculares ou sejam os peitorais grandes e pequenos.* (EF SSA)

Em (14a), a concordância verbal é duplamente marcada. Aparece no verbo auxiliar *poder* e no verbo *falar*, no grupo verbal *poder deixar de falar*. Em (14b), a presença do *se* com verbo intransitivo deveria inibir a marca de plural na sentença de sujeito indeterminado; em (14c, d), o verbo *ser*, na expressão cristalizada *ou seja*, utilizada para introduzir uma explicação, parece estar-se tornando passível de concordância verbal.

Há, porém, um contexto em que a não-concordância entre sujeito e verbo parece superar a concordância. Trata-se das orações adjetivas. Ainda que o antecedente do pronome relativo seja um SN plural, o verbo permanece no singular, como se estabelecesse concordância com a forma do pronome relativo. Observe o contraste entre (15a-b), em que o verbo concorda com o SN antecedente, e (15c-g), em que a relação de concordância com o antecedente é obliterada pelo pronome relativo. Note que, em (15f), o antecedente não apresenta marcas morfológicas de concordância-padrão entre o substantivo e o determinante. A ausência de marca de plural em *balaca* favorece a ausência de marca no verbo da oração adjetiva:

- (15) a) *Esse povo todo que vai pra **essas indústrias**, que, estão se implantando.* (D2 SSA)
 b) ***Os motivos especiais**, que, tiveram foram só os aniversários.* (DID POA)
 c) ***As UPC**, que, quando eu comprei era de um valor mínimo.* (D2 RJ)

- d) *Então, Bloom e outros colaboradores fizeram um, **vários estudos**, que, abrangeu a, as três áreas da personalidade.*
(EF POA)
- e) *O importante é que o professor proponha **diferentes atividades**, que, envolva diferentes processos mentais.*
(EF POA)
- f) *Então, dava aquele cheiro, então era **as balaca**, que, tava queimando.*
(DID POA)
- g) *Eu tenho sido procurado, como diretor do Colégio Sion, por **alguns pais**, que, estranha a circunstância.*
(D2 SP)

A variação na concordância verbal se dá também na presença de um sujeito coletivo; ora a concordância se faz com a forma singular do nome (16a-d) ora se faz com o significado. Inversamente ao caso observado acima, a marca de plural no verbo ocorre exatamente nas orações adjetivas (16d):

- (16) a) ***A molecada** adorou o filme.*
(DID SP)
- b) ***O pessoal** começa a pegar todos os arranjos do salão.*
(DID POA)
- c) ***O pessoal** joga muito aquelas raquetes assim.*
(DID POA)
- d) ***O pessoal** gozou com **aquela turma**, que, levaram o dia inteiro pra arrumar a canoa.*
(DID POA)

2.2. Verbos inacusativos

No capítulo 2, vimos que os verbos inacusativos se caracterizam por serem monoargumentais, propriedade compartilhada com os verbos inergativos. A diferença entre as duas espécies de verbos monoargumentais está na posição em que é gerado o argumento. No caso dos verbos inergativos, o argumento é gerado no especificador de V, sendo, portanto, um argumento externo; no caso dos inacusativos, o argumento é gerado na posição de complemento de V, ou seja, na posição de argumento interno. Distingue-se do argumento interno de um verbo transitivo pelo fato de não receber Caso Acusativo.

A diferente natureza de seleção argumental dos dois tipos de verbos monoargumentais responde pela diferente colocação do argumento na sentença.

Os verbos inergativos, salvo no caso da presença de um SN pesado, exibem categoricamente a ordem S-V, como vimos em (12); os verbos inacusativos podem exibir a ordem S-V e V-S, como mostra o contraste a seguir:

- (17) a) *As **gurias** chegam, me dão um beijinho.*

(DID POA)

- b) *quando chegou **o balé russo** aqui em São Paulo [...].*

(DID SP)

Apesar das duas ordens possíveis, o argumento dos verbos inacusativos tende a aparecer posposto ao verbo, posição em que é gerado. Na amostra analisada, isso corresponde a cerca de 84% dos casos com argumento realizado como um sintagma nominal pleno, conforme vem exemplificado em (17b) acima. Essa preferência é ainda mais significativa se o predicador inacusativo pertencer ao subtipo que poderíamos chamar de “existencial”, caso de *existir*, *aparecer*, por exemplo, quando a tendência a manter o argumento depois do verbo chega a 93% na amostra.

Embora os casos com argumento pré-verbal sejam pouco frequentes, observa-se que a ocorrência de uma ou outra ordem obedece a certas condições contextuais: depende fortemente da natureza semântico-discursiva do argumento dos verbos inacusativos. As características relevantes dizem respeito ao fato de o argumento ser “definido”, ou seja, ter um referente previamente dado no discurso, ou não. A análise do português falado revela que, quando o argumento é “não-definido”, ou seja, “novo”, há uma forte tendência a que ele ocorra em posição pós-verbal, como observamos em (18):

- (18) a) *Então existe **uma época** pra ter maçã.*

(EF SP)

- b) *Ainda existe **escola** em que o estudante não pratica esporte.*

(DID SSA)

Ao contrário, nos casos em que o argumento é “definido”, a tendência predominante é que ele ocorra em posição pré-verbal, como ilustram as sentenças em (19):

- (19) a) *Seria muito importante para o Brasil que **o Nordeste** crescesse.*

(D2 REC)

- b) ... então **a arte surge** não em função de uma necessidade de auto-expressão... nem em função de uma necessidade de embelezar o ambiente em que eu vivo...
(EF SP)

Esse contraste fica bastante evidente quando observamos casos em que o referente, introduzido num determinado momento, é retomado mais além no discurso, com o mesmo predicator. Observe a diferença entre as sentenças (a) e (b) dos grupos (20) e (21):

- (20) a) *Existe **diferença** entre o sindicato dos trabalhadores e o sindicato patronal?*
b) *Eu acredito que **essa diferença** entre patrões e empregados... entre sindicatos patronais... e sindicatos de empregados... **essas diferenças** efetivamente só existem em sistemas e em regimes que praticam a democracia.*
(DID RE)
- (21) a) *Saem **cinco** comigo de manhã às sete horas.*
b) *Então **esses cinco** saem e vão para Pinheiros.*
(D2 SP)

Vemos, então, que a posição ocupada pelo argumento dos predicadores inacusativos está estreitamente associada à natureza semântico-discursiva daquele. Se o argumento tiver estatuto informacional “novo”, tenderá a apresentar a ordem V-S; se tiver estatuto informacional “velho”, exibirá a ordem S-V.

Da mesma forma que o argumento dos verbos inacusativos pode aparecer antes ou depois do verbo, o uso de marcas de concordância entre verbo e sujeito é passível de variação. Observe o par (22):

- (22) a) *De vez em quando **aparecem as riscas** no chão.*
(D2 SSA)
- b) *Elas se atrofiam porque não existe **aqueles elementos**.*
(EF SSA)

Enquanto em (22a) há concordância formal entre o verbo e seu argumento, em (22b) o verbo permanece no singular. Nesse tipo de estrutura, os índices de uso de marcas de concordância caem na fala culta, uma evidência de que o falante nem sempre reconhece como sujeito um elemento pós-verbal. De fato, se o argumento estiver na posição pré-verbal, a concordância verbal é garantida, como em (17a) acima.

Por outro lado, quando o argumento permanece em posição pós-verbal, é sensível, na amostra analisada, a variação entre o uso de formas verbais com e sem marcas de concordância, como mostram os grupos (23) e (24) respectivamente:

- (23) a) *Ficaram todos muito sem jeito.*
(D2 POA)
- b) *Agora saíram uns uns temperos mais mais novos digamos assim.*
(D2 POA)
- c) *Se disseram que a vida de uma operária japonesa é humana, nasceriam flores nos postes telegráficos, ta?*
(EF RJ)
- d) *Depois... acabaram os bondes.*
(D2 SP)
- e) *Quase sempre ela é procurada pelos alunos quando surgem os problemas, não é?*
(D2 SP)
- f) *onde é que estão os economistas?*
(EF POA)
- g) *... ainda existem bairros sem água.*
(D2 REC)
- (24) a) *Você vê uma... peça que vá duas, três pessoas da família, eles acham caro.*
(DID SP)
- b) *ainda veio o os os ônibus.*
(D2 SP)
- c) *Aí então... começou a aparecer os vestidos feitos.*
(D2 SP)
- d) *diminuiu as UPCs.*
(D2 RJ)
- e) *Falta-me condições para poder, digamos assim, me aprofundar nessa questão.*
(DID REC)

As construções passivas (sintéticas e analíticas) se assemelham aos verbos inacusativos, pois o argumento interno dos verbos na voz passiva assume a função sintática de sujeito. Os dois tipos de passivas apresentam variação na relação de concordância, de número e de gênero. Ao lado das formas que manifestam concordância verbal em (25a e 26a), predominam as formas que não exibem as marcas de concordância:

- (25) a) *Se retiram **os elementos musculares**.* (EF SSA)
 b) *Se na mulher se retira **os ovários**, retirando portanto a fonte elaboradora do hormônio feminino, as glândulas mamárias elas se atrofiam.* (EF SSA)
 c) *Não se usava **botinhas**.* (D2 SP)
 d) *Usava-se também **os chapéus**.* (D2 SP)
- (26) a) ***Os produtos galactófagos** são encontrados na porção central de coloração branca da mama.* (EF SSA)
 b) *Aquelas carroças vinham cheias de **defuntos** para serem enterrado.* (D2 SP)
 c) ***Reivindicações** essa que são evidentemente as mais importantes... ou que devem ser levados em consideração.* (DID REC)
 d) *Quer dizer **essa pesquisa** está baseado em função de serviços.* (D2 SP)
 e) *Senti um certo ciúmes ter sido escolhido **uma mulher**.* (D2 SP)
 f) *Então é marcado **uma entrevista**.* (D2 SP)

A falta de concordância formal entre o SN e o verbo nas passivas sintéticas (25 b-d) sinaliza que o falante não interpreta o SN como sujeito e sim como objeto do verbo transitivo, privilegiando a leitura de voz ativa, aproximando essas construções às de verbos intransitivos (*Vive-se bem em São Paulo*) e transitivos oblíquos (*Precisa-se de carpinteiro*) (Sobre o quadro de complementos verbais, cf. nota 1 deste capítulo).

Nas passivas analíticas em (26b-f), entra em jogo a posição do argumento interno, que pode estar anteposto (b-d) ou posposto ao verbo (e, f), contexto que desfavorece ainda mais a presença de marcas de concordância. De fato, as sentenças em (27) mostram que a concordância com o argumento pós-verbal não é “natural” para o falante culto:

- (27) a) *Então aí mudou mudaram-se **os hábitos**.* (D2 SP)

- b) *É o mesmo caso das estradas brasileiras. Dimensionou-se, foram dimensionadas as estradas para um tráfego mais leve do que elas estão suportando.*

(D2 SSA)

Nos dois casos, o falante reformula a flexão verbal: nota-se claramente a hesitação do informante, que modifica a construção com *se* sem concordância com os respectivos argumentos internos [*os hábitos* em (a); *as estradas* em (b)]. Em (27b) a reformulação é ainda mais profunda, já que a passiva pronominal é substituída por uma construção passiva analítica, com concordância.

Uma análise mais atenta dos casos em (26) acima mostra que a concordância entre o sujeito e o verbo que codifica a noção de pessoa é respeitada, como se observa em (b) no par *defuntos e serem* e em (c) no par *reivindicações e devem*. Nesses casos, não se dá a concordância entre o SN-sujeito e o particípio. Em (26b), “falha” a concordância de número entre o sujeito e particípio; em (26c-f) é a concordância de gênero que deixa de se manifestar.

O comportamento variável da concordância entre o sujeito e o particípio das passivas analíticas se repete nas construções que apresentam um predicativo do sujeito, como mostra o contraste em (28):

- (28) a) ***Eles** como estudiosos não estão preocupados.*

(EF REC)

- b) ***Elas** morreram sufocada.*

(DID POA)

Na contramão dos verbos inacusativos em geral, os verbos *haver* e *ter* (existencial), cujo argumento interno é um objeto direto, mostram certa tendência a acionar a concordância verbal, particularmente quando aparecem no pretérito imperfeito e perfeito, tomando seu argumento interno como sujeito. Em (29a-b), verificamos seu comportamento como verbos transitivos, enquanto os demais exemplos exibem o comportamento de verbos inacusativos:

- (29) a) *Então havia **restaurantes** que eles serviam assim um pouquinho de cada coisa...*

(DID RJ)

- b) *Tinha **uns cinemas ótimos**.*

(DID SP)

- c) *Não havam **subsídios** para auxiliar...*

(D2 SP)

- d) *Este sítio representa para mim, se **outras coisas** não houvessem, uma razão a mais para viver.*
(D2 SP)
- e) *Começaram a haver **alguns enganos**.*
(D2 SP)
- f) *Antigamente tinham **filmes** mais assim, com maior conteúdo.*
(DID SP)
- g) *O público vai lá, mas percebe que não é uma coisa perfeita, que vai aparecer/vão ter **cortes**, vão modificar...*
(DID SP)

Sentenças como (29c-g) têm sido interpretadas como uma hipercorreção baseada na propalada regra das gramáticas normativas, segundo a qual o verbo *existir* deve concordar com o argumento interno e o verbo *haver* com valor existencial (aliás, único significado que veicula no português brasileiro), não. A interpretação se baseia na ideia de que a semântica comum aos dois teria aproximado a sintaxe. No entanto, o fato de observarmos variação na concordância verbal com o verbo *existir*, ilustrada nas sentenças em (30), pode levar a outro tratamento dos casos de (29). Talvez a interpretação mais abrangente seja considerar que, tanto em (29) como em (30), estamos diante de uma variação característica dos verbos inacusativos.

- (30) a) *Existem **fases** em que as glândulas mamárias aumentam consideravelmente de tamanho.*
(EF SSA)
- b) *as glândulas mamárias... elas se atrofiam... elas se atrofiam porque não existe **aqueles elementos**... ou seja aqueles hormônios responsáveis pelo seu desenvolvimento...*
(EF SSA)

3. O sujeito pronominal e suas realizações

Uma vez que definimos a noção de sujeito usada neste volume — o elemento que ocupa a posição de especificador de SFlex e exibe concordância com o verbo, além do caso nominativo, o que é visível quando representado por um pronome —, passaremos a examinar nesta seção a realização do sujeito na amostra analisada. Vemos nos conjuntos a seguir que o sujeito pode

ter referência determinada, como em (31), indeterminada (ou arbitrária), como em (32), ou pode não ter qualquer referência, isto é, o predador pode não selecionar um argumento externo, e a posição de especificador de SFlex pode estar vazia, como em (33), por não existir um pronome expletivo (sem conteúdo semântico) no português do Brasil. Os sujeitos nulos de referência determinada e arbitrária serão representados, respectivamente, pelos símbolos $[\emptyset]$ e $[\emptyset_{arb}]$. Quando se tratar de uma posição não-argumental, o símbolo será seguido da abreviatura subscrita *expl*, significando “expletivo”: $[\emptyset_{expl}]$.

- (31) a) **os sindicatos** também devem levar... adiante... toda e qualquer... reivindicação... dos seus... associados...
(DID REC)
- b) ... **essas representações** eram feitas sempre na parte escura das cavernas...
(EF SP)
- (32) a) mas falava **se** muito sobre o o o alto custo de vida...
(DID SP)
- b) ... $[\emptyset_{arb}]$ dizem que o estatístico o estatístico é o homem que senta numa barra de gelo e bota a cabeça dele dentro do forno.
(D2 REC)
- c) **A gente** observa que as frutas de outros estados são totalmente diferentes.
(DID RJ)
- (33) a) ... $[\emptyset_{expl}]$ choveu muito uma temporada quando a gente ia com o SESC.
(DID POA)
- b) $[\emptyset_{expl}]$ Parece que o Brasil tem quinze ou dezoito impostos.
(D2 RJ)
- c) ... então $[\emptyset_{expl}]$ havia restaurantes que eles serviam assim um pouquinho de cada coisa...
(DID RJ)

Em (31) temos exemplos de sujeitos referenciais definidos, representados pelos SNs *os sindicatos*, argumento externo de *levar adiante*, e *essas representações*, argumento interno de *fazer*, que ocupa a posição de especificador de SFlex na estrutura passiva. Esses sujeitos, quando retomados no discurso, podem ser representados por um pronome pessoal, expresso ou nulo (os parênteses aqui indicam essas duas possibilidades):

- (34) a) (eles) também devem levar... adiante... toda e qualquer... reivindicação... dos seus... associados...

b) ... (elas) eram feitas sempre na parte escura das cavernas...

Em (32a, b), o argumento externo de *falava* e *dizem* está indeterminado (Não se sabe quem falava. Não se sabe quem diz.), e as estratégias para exprimir tal referência, o uso do verbo na terceira pessoa do singular com o pronome *se* e o verbo na terceira pessoa do plural, respectivamente, estão em consonância com o que recomendam as gramáticas descritivas e normativas mais conservadoras. O exemplo (32c), por outro lado, mostra uma forma pronominal *a gente* representando o argumento externo de *observa* e veiculando também a noção de indeterminação. Tanto *a gente* quanto *você, nós, tu e eu*, além do seu uso com referente definido, constituem importantes estratégias para indeterminar o sujeito, como veremos nesta seção.

Em (33a), finalmente, temos um enunciado, cuja primeira oração apresenta um verbo que expressa um fenômeno climático. Verbos desse grupo, como vimos no capítulo 2, não selecionam qualquer argumento e constituem uma instância do que a tradição gramatical nomeia “oração sem sujeito”. Da mesma forma, em (33b), o verbo da sentença matriz (oração principal) *parecer* não seleciona um argumento externo, mas apresenta um argumento interno: a predicação *que o Brasil tem quinze ou dezoito impostos*. O exemplo (33c), finalmente, apresenta uma sentença existencial com o verbo *haver*, que, igualmente, seleciona apenas um argumento interno. Essa ausência de um argumento externo (ou de qualquer argumento) será importante para a análise apresentada em 3.3.

Antes de passarmos à análise da representação (expressa/não-expressa) dos sujeitos pronominais na amostra, é importante dizer que a possibilidade de deixar um sujeito pronominal nulo não é uma característica geral das línguas. Pelo contrário, há línguas, como o francês e o inglês, que representam foneticamente o sujeito pronominal, utilizando mesmo um pronome sem conteúdo semântico (chamado expletivo) diante de verbos que não selecionam um argumento externo, como *parecer* (*it seems that...*, *il semble que...*) e *chover* (*it rains...*, *il pleut...*), como vimos na seção 1; por outro lado, há línguas que apresentam o sujeito não-argumental/não-referencial categoricamente nulo como é o caso do italiano e do espanhol (*[[Ø_{expt}] piove*, *[[Ø_{expt}] llueve*) e preferem igualmente o sujeito referencial nulo (*[Ø] parlo*, *[Ø] hablo*), exceto em casos de ênfase e contraste. Pode-se dizer que o sujeito nulo nessas últimas línguas é a forma não-marcada, em termos de frequência, para a

representação do sujeito pronominal definido. O português brasileiro atual apresenta um comportamento híbrido: prefere sujeitos referenciais expressos e os não-referenciais nulos.

Esta seção é dedicada à representação dos sujeitos pronominais na amostra compartilhada do projeto Nurc. Começaremos pelos sujeitos de referência determinada, passando aos de referência indeterminada (ou arbitrária) e, finalmente, faremos algumas observações sobre os sujeitos não-referenciais/não-argumentais, as sentenças referidas como “sem sujeito”.

3.1. O sujeito referencial nas sentenças finitas

3.1.1. O sujeito de referência determinada

Examinemos inicialmente a realização do sujeito pronominal de referência determinada (de primeira, segunda e terceira pessoa) nas sentenças finitas, isto é, aquelas que exibem o verbo flexionado em tempo, modo, número e pessoa. Nosso objetivo será verificar se os falantes da amostra analisada preferem o sujeito pronominal expresso ou nulo. Os exemplos (35a, b) ilustram um sujeito nulo de primeira e de terceira pessoa, respectivamente. Nos exemplos, o antecedente dos sujeitos de terceira pessoa aparece destacado entre colchetes e um índice subscrito _i indica, como referimos acima, a coreferência entre ele e o sujeito pronominal nulo ou expresso.

- (35) a) (*Você costuma oferecer chá?*)
Olha... isso não... porque [ø] nunca tenho tempo. [ø] Sempre estou lecionando...
 (DID POA)
- b) *Não tem nenhum valor artístico [esta representação]_i, mesmo porque [ø]_i é usada por todas as crianças, acho que quase que do mundo inteiro, para desenhar gatos...*
 (EF SP)

Foi analisado um conjunto de 1.085 dados (cerca de 200 por capital), excluindo-se as ocorrências assinaladas em (36), nas quais o apagamento do sujeito não parece distinguir as línguas. Trata-se de orações com verbo no imperativo e de orações coordenadas, com sujeitos correferenciais:

- (36) a) *Então [ø] vejam aqui, aqui, quando estiver trabalhando com compreensão ele vai atuar sobre uma comunicação...*

(EF POA)

- b) *Eu sai de lá de manhã e [ø] cheguei aqui de noitinha, mas [ø] não estava com... com pressa.*

(D2 SSA)

Foram ainda excluídos casos em que o pronome sujeito não pode ser apagado por estar acompanhado de um elemento focalizador (a que a tradição gramatical se refere como partícula, ou palavra denotativa, de exclusão, inclusão etc.), que se antepõe ao pronome (*só ele*, *até eu*) ou outros elementos usados para ênfase (*eu mesmo*, *eles próprios*) e numerais (*nós três*). A análise não computou, igualmente, formas verbais equivalentes a respostas afirmativas (*Você gostou? (eu) Gostei*), denegativas (*Você não gostou! (eu) Gostei sim*) e enfáticas (*Você gostou! (eu) Gostei*), por constituírem construções particulares, que fogem ao ponto aqui tratado e que mereceriam um tratamento à parte, além das ocorrências de (*eu*) (*não*) *acho* e (*eu*) (*não*) *sei*, tanto com o sujeito expresso quanto com o sujeito nulo, que, por serem extremamente frequentes nos inquéritos, poderiam mascarar os resultados. Finalmente, foram excluídas as repetições, hesitações, frases interrompidas, expressões cristalizadas, ilustradas em (37a) e formas verbais que funcionam como marcadores discursivos interacionais (37b):

- (37) a) *Hoje em dia os filmes são mais vazios... sei lá... eu acho... não sei...*

(DID SP)

- b) *... não é uma casa grande né... apenas com com um jardim com planta, com passarinho, com tudo quanto é bicho que pode existir... compreendeu?*

(D2 REC)

Os resultados do levantamento feito mostram que, de cada 100 frases analisadas, 78 têm o sujeito pronominal expresso. E o comportamento dos falantes das cinco capitais é bastante semelhante, com o índice mais baixo de sujeito expresso ficando com Recife (67%); seguem-se Salvador (74%), Porto Alegre (77%), São Paulo (79%) e Rio de Janeiro (87%). Semelhante também é o resultado em relação ao tipo de inquérito: 80% nas Elocuções Formais, 77% nos Diálogos entre Informante e Documentador e 75% nos Diálogos entre Dois Informantes. É digno de nota o fato de não se perceber a

influência do grau de formalidade na representação do sujeito. Seria de esperar maior frequência de uso de sujeitos nulos nos registros formais; entretanto, os inquéritos de Elocução Formal da amostra analisada chegam a superar os demais na preferência pelo sujeito expreso. Embora esses resultados venham de um único inquérito de cada tipo e saibamos que uma análise que leve em conta resultados quantitativos deve contemplar um universo maior de informantes, estratificados segundo a faixa etária e outros fatores sociais, é importante destacar que esses resultados estão muito próximos de análises variacionistas feitas, segundo tais critérios, com base em amostras da fala culta colhidas nas décadas de 1970 e 1990.

Examinemos separadamente cada pessoa gramatical. Em relação à primeira pessoa do singular, a análise aponta 76% (261) de sujeitos expressos, como ilustra (38a), ficando o sujeito nulo com 24% (82) das ocorrências (38b):

- (38) a) *Realmente **eu** tenho muito cuidado com esse problema de alimentação porque **eu** tenho uma facilidade enorme para engordar, sabe?*

(DID RJ)

- b) *[Ø] tenho prazer de fazer determinados pratos. [ø] Gosto; [ø] me sinto bem.*

(D2 POA)

Quanto à primeira pessoa do plural, fica clara a concorrência entre *nós*, com 94 dados (53%), e *a gente*, com 84 (47%). Quanto à forma de expressão do pronome *nós*, a análise revela que, mesmo tendo uma desinência distintiva e foneticamente saliente < -mos >, os índices de pronomes expressos são bastante altos na fala culta, alcançando 78%; os representados por *a gente* chegam a 94% de pronomes expressos, uma forma de representação quase categórica. Em um mesmo enunciado, é possível identificar as duas formas. Quando isso acontece, inicia-se, em geral, com o pronome *nós* e avança-se com *a gente* (39b, c):

- (39) a) ***Nós** estamos com muito trabalho.*

(D2 SP)

- b) *Lembro um dia **nós** passamos no hotel, mas **a gente** não jogava a dinheiro nada.*

(D2 POA)

- c) ***Nós** não temos hábito justamente por **nós** não termos também condições financeiras. Aqui em casa **a gente** não tem por hábito de fazer quatro cinco seis pratos.*

(DID RJ)

Em relação à segunda pessoa do singular, foram computadas 43 ocorrências: 34 do pronome *você* e apenas 9 do pronome *tu*, estas registradas na fala de Porto Alegre. Seis dessas ocorrências aparecem sem a marca canônica de concordância (cinco com o sujeito expresso e uma com o sujeito nulo), ilustradas em (40):

- (40) a) *Mas aí em que que **tu** te baseia?* (EF POA)
 b) *Onde é que se viu? **Tu** não lê esporte?* (DID POA)
 c) *Maria, **tu** qué dizer alguma coisa?* (EF POA)
 d) *... mas aqui ele vai atuar sobre uma comunicação podendo ser essa sua atuação de três diferentes maneiras. **Tu** fez alguma pergunta, André?* (EF POA)
 e) *Na tua casa mesmo uma ocasião **tu** fez um jantar aí.* (D2 POA)
 f) *Por que tu disseste que [**o**] acha que ali entra a compreensão?* (EF POA)

Veja que o sujeito nulo em (40e) se encontra numa sentença subordinada, que tem seu antecedente na sentença anterior (a oração principal), um contexto em que ainda se pode observar a ocorrência de sujeitos nulos no português do Brasil.

Quanto às desinências de segunda pessoa, observa-se a alternância entre < **o** > e < -s > (41a, b) no presente, enquanto o pretérito perfeito alterna < [**o**] >, < -ste > e a forma assimilada < -sse >, como mostra (41c, d, e):

- (41) a) *Mas aí em que que **tu** te baseia?* (EF POA)
 b) *... não, **tu** vês, por exemplo, o peixe, peixe aqui no Rio Grande, eu tenho impressão que se come peixe, exclusivamente na Semana Santa.* (EF POA)
 c) *Na tua casa mesmo uma ocasião **tu** fez um jantar aí.* (D2 POA)
 d) *Por que **tu** disseste que [**o**] acha que ali entra a compreensão?* (EF POA)
 e) *(macaco) [**o**] nunca comeste? Eu comi em São Borja.* (D2 POA)

Apesar do número muito reduzido de dados, pode-se dizer que o pronome tende a ser expesso, a menos que ocorra um sujeito de referência idêntica na oração principal (41d) ou se tenha uma pergunta direta com a desinência mais saliente (41e).

Nas demais capitais contempladas pela amostra compartilhada, a referência à segunda pessoa é feita com *você*, que apresenta 85% de formas preenchidas e apenas 15% de sujeitos nulos:

- (42) a) *Não vá dizer, muito menos agora, porque, com a criação do Bom Preço, uma cadeia de supermercado da qual **você** é assessor...*

(D2 REC)

- b) *Aí João se **você** justificar da maneira, como **você** me respondeu, eu coloco correto.*

(EF REC)

Os sujeitos nulos de segunda pessoa, como mostra (43), aparecem normalmente em frases interrogativas:

- (43) a) [**ø**] *Só assistiu três vezes?*

(DID SSA)

- b) *... porque [**ø**] já pensou que eu vou dizer para ele se ele não for?*

(D2 SP)

- c) [**ø**] *sabia que pra conseguir sobreviver, tá? precisava ampliar a sua área de atuação? tá claro isso?*

(EF RJ)

Na segunda pessoa do plural, houve 54 dados (nos trechos examinados), estes, em sua maioria, nas Elocuções Formais. Nesse conjunto, da mesma forma que na segunda pessoa do singular, os sujeitos nulos (13%) estão concentrados em perguntas, mas, mesmo em tais casos, prefere-se o sujeito expesso (87%):

- (44) a) *Bem, [**ø**] copiaram? [**ø**] Já copiaram tudo?*

(EF SSA)

- b) ***Vocês** têm a pergunta aí, não é?*

(EF REC)

- c) *... uma, uma ocasião, o, o cônsul alemão, Zinger, não sei se **vocês** conheceram...*

(D2 POA)

A tendência ao preenchimento do sujeito de segunda pessoa se faz notar até mesmo nas sentenças imperativas, não-computadas no levantamento de dados por não serem, tal como as orações coordenadas, um contexto em que a ocorrência de sujeito nulo diferencie as línguas. Mas é digno de nota o fato de que grande parte dos imperativos observados nas EFs exibia o sujeito expreso:

- (45) a) *E **você**s vejam... que é uma intervenção... muitas vezes tão traumatizante... tão oscilante...*
 EF SSA)
- b) *'**Cês** vejam que esse mecanismo (inaudível) aplicou também à Alemanha.*
 (EF/RJ)
- c) *Então [**o**] vejam aqui, aqui, quando estiver trabalhando com compreensão ele vai atuar sobre uma comunicação...*
 (EF/POA)

Quanto aos sujeitos de terceira pessoa, os dados levantados nesta análise não revelam diferenças muito significativas em relação à primeira e à segunda pessoa. A terceira pessoa do singular apresenta 78% de preenchimento (256 dados em 329) e a terceira do plural, 71% (98 dados em 138). Há, entretanto, um importante fator a considerar em relação a tais sujeitos: se o seu referente tem o traço semântico [+humano], o índice de preenchimento alcança um índice global de 84%. Veja os exemplos a seguir, ilustrando a terceira pessoa do singular e do plural com um sujeito [+humano]:

- (46) a) *Normalmente, quando a gente pede para [uma criança]_i, de por volta de quatro a cinco anos desenhar uma mesa, **ela**_i põe o tampo que **ela**_i sabe que existe; **ela**_i põe as pernas para todos os lados. Por quê? Ora, se **ela**_i olhar de um determinado lado, **ela**_i vê duas pernas; se **ela**_i andar meio metro, **ela**_i vê outras duas pernas. Então, **ela**_i põe pernas para todos os lados, por quê? Porque **ela**_i sabe que a mesa tem um tampo, que é onde **ela**_i põe as coisas e que a mesa está apoiada em cima das pernas...Agora isso aqui **ela**_i jamais vai poder ver: essa imagem da mesa. Então isso aqui é o que **ela**_i sabe. **Ela** está desenhando o que **ela**_i tem na cabeça e não o que **ela**_i está vendo.*
 (EF SP)
- b) *Agora, é uma coisa curiosa o cantador do tipo [do Dimas e de Otacílio]_i, porque **eles** são cultos. **Eles**_i não são incultos não. **Eles**_i cantam os repentes deles fazendo referências culturais. Claro que **eles**_i não têm uma cultura filtrada nem cristalizada...*
 (D2 REC)

- c) *Eles não têm mais tempo mesmo de praticar algum esporte, porque [a minha filha mais velha]_i tá no científico. Ela_i sai de manhã e [ø]_i volta de noite. Tem dias, né, [ø]_i ainda estuda no Cultural.*

(DID POA)

- d) *Agora [o pessoal]_i, sei lá, eles_i vão de qualquer jeito ao cinema do jeito que [ø]_i estão, eles_i emendam, [ø]_i saem do trabalho, [ø]_i vão ao cinema, [ø]_i saem da escola, [ø]_i vão ao cinema.*

(DID SP)

Como mostram os exemplos (46c, d), o sujeito nulo tende a aparecer com orações justapostas e coordenadas, um procedimento mais geral entre as línguas, mesmo as que não admitem um sujeito nulo em outros contextos sintáticos. Os exemplos (46a, b) mostram que o sujeito pleno aparece nas orações independentes e nas orações encaixadas (subordinadas adjetivas, adverbiais e substantivas).

Se o traço do referente é [-humano], entretanto, os dados revelam neutralidade entre a escolha do sujeito preenchido ou nulo: temos, na amostra, metade de sujeitos expressos e metade de nulos, como mostram os exemplos:

- (47) a) *Mas nós não sabemos por quanto tempo Olinda_i vai viver porque ela_i está escorregando para o mar.*

(D2 REC)

- b) *... em relação [aquele primeiro capítulo]_i, que eu chamei de introdução, ali é diferente, porque ele_i é fácil; ele_i é... desde o início até o final, ele_i é fácil.*

(EF REC)

- c) *... que [a imagem]_i não tem vida nem sentido. Ela_i existe mas ela_i não é vivente.*

(EF SP)

- d) *digamos, [o açúcar]_i no mercado internacional é cotado a um preço X. No mercado nacional [ø]_i é cotado a um preço Y.*

(DID REC)

- e) *... é [a BR 262]_i [...] ... agora [ø]_i é uma estrada que tem muita curva, muita subida, muita descida, porque [ø]_i atravessa a serra do mar mesmo.*

(D2 SSA)

Essa preferência por sujeitos pronominais preenchidos no português brasileiro tem sido notada em inúmeras pesquisas, atingindo a fala culta e a fala popular. A segunda pessoa, com 85% e 87% de preenchimento para o singular e plural, respectivamente, confirma as pesquisas realizadas sobre o assunto. A primeira e a terceira apresentam índices muito próximos, ao contrário da

hierarquia encontrada em outras pesquisas, que colocam a terceira pessoa como o contexto de resistência do sujeito nulo no português do Brasil. O tamanho reduzido da amostra e a expressiva ocorrência de sujeitos com o traço [+humano] podem explicar a aproximação dos índices de primeira e terceira pessoa. Com o traço [-humano/-animado], o índice de sujeitos preenchidos, embora mais baixo (54%), é muito expressivo no sentido de distanciar o comportamento do português do Brasil daquele do espanhol, do italiano, que rejeitam o uso de pronomes para seres inanimados.

Além disso, favorecem o preenchimento do sujeito as sentenças introduzidas por um pronome relativo ou interrogativo (48), as que têm um tópico marcado (49) e aquelas cujo sujeito tem seu antecedente em outra função ou dele se distancia, graças à presença de elementos intervenientes (50):

- (48) a) *Aquilo de que **tu** te ressentiste para poder fazer uma extrapolação...*

(EF POA)

- b) *Ele deve procurar o seu sindicato, buscando exatamente no departamento jurídico ou na consultoria jurídica aqueles elementos que **ele** não dispõe evidentemente.*

(EF REC)

- c) *Que é que **eu** vou dizer sobre o cumprimento?*

(DID POA)

- d) *Como é que **eles** chamam?*

(DID SP)

- (49) a) *Isso **nós** não tivemos oportunidade de comer não.*

(DID RJ)

- b) *Engraçado, alguns tios **eu** trato de senhor.*

(DID POA)

- c) *O tal pato no tucupi **eu** achei muito ruim.*

(DID RJ)

- d) *Filme, **eu** gosto mais de comédia.*

(DID SP)

- e) *Nossas provas **nós** usamos sempre teste.*

(DID SSA)

- (50) a) *A única função dela é me ajudar [com eles], mas **eles** não aceitam... O menino porque quer fazer tudo sozinho, no que eu procuro deixar, e a menina porque quer que seja a mamãe que faça, né?*

(D2 SP)

- b) *Não, no nível superior não. Medicina não, eu acho que ao menos medicina... Bom, as deficiências que tem agora [os estudantes], Falam... nós também tínhamos naquela época, não bradávamos tanto quanto eles, bradam, é questão só de falar, reclamar, né?*

(DID SSA)

Entretanto, mesmo nos padrões que favorecem o sujeito nulo em línguas como o espanhol, o italiano e o português europeu, isto é, aqueles em que o sujeito pronominal e seu antecedente têm a mesma função e se encontram no mesmo período ou em sentenças adjacentes, o português brasileiro, culto ou popular, prefere o sujeito expreso. O índice de sujeitos expressos na amostra analisada é de 69% nos dois tipos de padrão de correferência ilustrados em (51):

- (51) a) *Então se ele, está vendo de uma determinada perspectiva, em que ele, enxerga as duas patas do outro lado, ele, vai pintar, desenhar, o animal só com duas patas porque é só o que ele, podia ver.*

(EF SP)

- b) *Bom, é a minha menina por experiência própria. [A minha menina], tem três anos agora. Ela, foi à escola com um ano e quatro meses.*

(DID SSA)

Destaque-se, finalmente, que o sujeito nulo ainda encontra um ponto de resistência nas estruturas com o verbo *ser* associado ao traço [-humano/-animado] do antecedente do sujeito, mesmo que ele se encontre distante ou em outra função. Os sujeitos nulos chegam a 50% quando se tem um verbo *ser* como verbo principal:

- (52) a) *Eu me lembro [de vários filmes], não lembro os nomes. [o], Eram filmes que tocavam mais as pessoas.*

(DID SP)

3.1.2. O sujeito de “referência estendida”

As construções com o verbo *ser* merecem aqui uma observação breve, mas relevante à discussão que seguirá em 3.3. Os sujeitos pronominais de terceira pessoa apresentados na seção anterior têm um antecedente claramente definido no discurso. O exemplo a seguir apresenta um antecedente desse tipo (*uma*

merenda) em sentenças com o verbo *ser*, sendo retomado com um demonstrativo *aquilo* e depois representado por um sujeito nulo:

- (53) ... é [*uma merenda*]_i... eu tenho a impressão de que inclusive *aquilo*_i é importado...
[*o*]_i não é brasileiro não... [*o*]_i é um leite que eles... [*o*]_i parece com leite americano...
(DID RJ)

Ora, entre os sujeitos referenciais definidos, observamos um tipo de sujeito referencial que não apresenta um antecedente idêntico no contexto precedente, mas tem sua “referência estendida”, usando os termos da Halliday e Hasan (1976), isto é, retomam porções maiores do discurso, como mostram (54a, b):

- (54) a) *pedi demissão do meu serviço mas consciente de que aquilo era o melhor... para aquela família que se iniciava.* (D2 SP) (= o fato de eu ter pedido demissão)
b) *... e realmente você conclui agora que [o] foi o melhor.* (D2 SP) (= o fato de você ter pedido demissão)

Sujeitos desse tipo ocorrem essencialmente com o verbo *ser* e, embora ainda sejam muito frequentes os sujeitos nulos de referência estendida, é expressiva sua retomada por um demonstrativo neutro (*isso, aquilo*)⁷.

3.1.3. O sujeito de referência indeterminada

Os 405 dados colhidos da amostra analisada ilustram as diversas estratégias para representar o sujeito de referência indeterminada ou arbitrária em sentenças finitas: o uso de *se*, o uso de formas pronominais nominativas, **nulas ou expressas**: *nós, a gente, você*, uma estrutura com o verbo na terceira pessoa do singular, sem qualquer marca de indeterminação e, mais raramente, o uso de *eu* e uma única ocorrência de *tu* na fala de Porto Alegre. Embora essas formas não sejam intercambiáveis, uma vez que *eles* exclui o falante e *se* pode ou não incluir o falante, é importante salientar que, na sua seleção, há diferenças significativas em relação a cada capital contemplada na amostra:

- 1) Porto Alegre prefere *a gente* e *se*, não revelando uma só ocorrência de *você*;

- 2) São Paulo se divide entre *a gente* e *eles* (nulo ou expresso);
- 3) o Rio de Janeiro prefere a terceira pessoa do plural (*eles*) e *você*;
- 4) Salvador e Recife utilizam preferencialmente *você* e (*nós*).

Ainda que esses resultados com base no desempenho de um único tipo de inquérito por região não permitam generalizações, a ausência de *você* indeterminador e a presença, embora tímida, de *tu* indeterminador na fala de Porto Alegre estão em consonância com a preferência por *tu* para a referência à segunda pessoa do singular nessa cidade.

Quando se considera cada tipo de inquérito separadamente, a hierarquia apontada acima se mantém para DID, enquanto, em D2, o uso de *você* supera as demais formas e, em EF, é o uso de *nós* que supera os demais. Considerando-se a amostra conjuntamente, vemos que os pronomes *nós* e *a gente* lideram a preferência, com 22% de ocorrência de cada forma:

- (55) *então quando **nós** falamos, quando **nós** falamos em instrumentos de avaliação **nós** logo devemos pensar que níveis de pensamento esses instrumentos estão nos permitindo avaliar, então, aí, **nós** chegamos ao estabelecimento de níveis de consecução dos objetivos.*

(EF POA)

- (56) a) *bom eu gosto não dessas músicas modernas agora que a gente nem sabe como dançar... eu gosto de fox... de tango... valsa, não é?... bolero também, mas agora **a gente** não ouve mais isso nada, né?... e é tão engraçado, o pessoal dança, um aqui outro lá, **a gente** procura, nem sabe quem é o par... da gurizada...*

(DID POA)

A seguir temos o uso de *você*, com 18,5%, uma estratégia que vem conquistando espaço, conforme estudos com base em amostras mais recentes:

- (57) *Eu acho que a arte do retrato é muito difícil porque aí **você** exige a semelhança, enquanto, se **você** está criando, **você** não precisa colocar nenhum padrão, a não ser o padrão da própria obra, certo? Quando **você** cria um retrato, **você** está dentro da função naturalista. **Você** quer criar uma semelhança, que todo mundo olhe e diga “olha a Elisabete Segunda da Inglaterra, como está parecida”, certo? Então é mais difícil do que **você** criar uma figura de mulher qualquer que **você** pode distorcer da maneira que **você** bem entender, que **você** pode pintar de vermelho.*

(EF SP)

As estratégias *eles* e *se* aparecem a seguir com 17% e 14%, respectivamente. Na estratégia com o verbo na terceira pessoa do plural, a expressão do pronome supera, na amostra analisada, o uso do sujeito nulo:

- (58) a) *Eu comi em São Borja, na fazenda do meu sogro; [o_{arb}] mataram lá um jacaré na ocasião.*
(D2 POA)
- b) *Agora em Salvador tem assim restaurantes muito bons. **Eles** estão incrementando muito o turismo lá e **eles** servem muito bem, sabe?* (DID RJ) (Eles = sujeito indeterminado)

Veja que essa estratégia, embora às vezes apareça em contextos que excluem o falante, geralmente se pode intercambiar com outras: o significado das sentenças acima se manteria caso fossem usadas as formas *matou-se* em vez de *(eles) mataram*, *está se incrementando* em vez de *(eles) incrementaram* e *serve-se* em vez de *(eles) servem*. Da mesma forma, poderíamos ter em (57) acima *quando se cria um retrato* ou *quando (eles) criam um retrato*, em vez de *quando você cria um retrato*.

Em relação ao uso de *se*, além das ocorrências com verbos intransitivos e transitivos indiretos (59a), a amostra revela preferência pela construção ativa também com os verbos transitivos diretos; isto é, não se toma como sujeito o argumento interno, como mostram (59c, d, e), em que o verbo não expressa concordância formal com o argumento. A ausência de concordância formal mostra que a fala culta prefere as construções ativas às passivas pronominais, ou seja, a fala culta privilegia a leitura de sujeito indeterminado:

- (59) a) *... mas quando nós falamos em instrumentos de avaliação, fala-se também em níveis de consecução de objetos.*
(EF POA)
- b) *Aquele conjunto de papéis e os: os títulos vão tendo valores à medida da... da lei da oferta e da procura... Compra-se mais um título... etc...*
(D2 RJ)
- c) *Se na mulher se retira os ovários, retirando portanto a fonte elaboradora do hormônio feminino, as glândulas mamárias elas se atrofiam.*
(EF SSA)
- d) *Tinha se esperanças... em que dona Ana Cândida tendo assumido a procuradoria geral do Estado... em ela sendo mulher... que ela defendesse um pouco mais a:: a classe não?*
(D2 SP)

- e) *é o mesmo caso das estradas brasileiras... dimensionou-se... as estradas para um tráfego muito mais leve do que elas estão suportando...*

(D2 SSA)

Esse procedimento é o mesmo que se observa nos casos de não-concordância entre o verbo inacusativo e seu argumento interno, como mostramos na seção 2, uma confirmação de que a ordem Verbo-Sujeito é cada vez mais estranha ao português brasileiro. O exemplo a seguir ilustra a única ocorrência de concordância do verbo transitivo direto com seu argumento interno na amostra analisada, isto é, uma passiva pronominal:

- (60) *... quer dizer então que nessa altura se formariam mais ou menos umas vagas que seriam... seria o concurso para as cem vagas que entraria o pessoal novo como nível um...*

(D2 SP)

Não se pode falar exatamente em *sujeito indeterminado* em relação a esse último caso, uma vez que o sujeito, tal qual o definimos na seção 3, é, nesse caso, o argumento interno de *formar* (*umas vagas*). Note, porém, que, tanto na sentença passiva (60) quanto nas ativas (59c, d, e), o argumento externo das sentenças não está expresso. Assim, a referência ao *se* como indeterminador ou apassivador é simplesmente o resultado de uma escolha sintática, que só é visível/perceptível quando temos um verbo transitivo direto com um argumento interno no plural.

Em percentuais pouco significativos na amostra se encontram as ocorrências de um sujeito indeterminado nulo com o verbo na terceira pessoa do singular (4%). Essa estratégia é comum em discursos de procedimentos (61a) e é também utilizada para expressar aspecto (ação habitual no passado e presente) (61b) e modalidade (necessidade, obrigação) (61c, d):

- (61) a) *Aí vai ao forno (o camarão refogado) e junto vai também já preparado o arroz, que foi feito à parte, e [$\emptyset_{arb}$] mistura então os frutos do mar que vêm é polvo, mariscos, as, as mais variadas espécies, [$\emptyset_{arb}$] pode pôr tudo, carne de siri, lula, então, naquele arroz [$\emptyset_{arb}$] mexe, [$\emptyset_{arb}$] quebra dois ovos aí e depois, então, [$\emptyset_{arb}$] comprime esse arroz num pirex, bate-se um ovo, [$\emptyset_{arb}$] põe a gema, [$\emptyset_{arb}$] derrama em cima e [$\emptyset_{arb}$] põe bastante pão torrado, então vai junto com o camarão com queijo ao forno e os dois assam juntos...*

(D2 POA)

- b) *Aquela fruta-de-conde, que aqui é caríssima, lá [o_{arb}] vende por um preço baratíssimo...*
(DID RJ)
- c) *então pra receber as chaves do apartamento e aí começa, porque ... [o_{arb}] precisa pagar mais isso, porque tem mais aquilo.*
(D2 RJ)
- d) *L2 é uma questão de ética. [o_{arb}] não pode tirar das pessoas... dos seus próprios clientes [o_{arb}] não pode tirar:::... elementos, [o_{arb}] não pode tirar pessoal quer dizer então tem que ser de:: firmas estranhas... né?... e dessas firmas estranhas também [o_{arb}] tem que... falar com essa pessoa e agir com essa pessoa dentro da máxima ética... porque essa pessoa provavelmente será um cliente futuro... não é?*
(D2 SP)

A indeterminação com o pronome *eu* alcança apenas 2,5% na amostra, e duas (0,5%) ocorrências de *tu*, com referência indeterminada clara, foram encontradas no inquérito D2 de Porto Alegre:

- (62) a) *então **eu** posso dar um conceito de liberdade e [o_{arb}] posso fazer o aluno inferir o que é ser livre através de outras atividades.*
(EF POA)
- b) *[Vocês acham que o brasileiro se alimenta bem em geral?]
Por exemplo, que o brasileiro pra, eu acho que, de um modo geral, nem o do sul, que eu acho que **tu** come bem na tua casa. Eu como bem na minha casa.*
(D2 POA)

Dois aspectos são dignos de nota em relação às formas de indeterminação nas sentenças finitas. Um deles é a frequente mistura de formas, ilustrada a seguir:

- (63) a) *Quando **nós** fazemos, por exemplo uma pesquisa, quando **nós** fazemos uma consulta bibliográfica a rigor, eu tenho que dizer a rigor porque normalmente **a gente** tira exatamente o pedaço do livro [...] então **a gente** tira retalhos.*
(EF POA)
- b) Falante 2: ***Você** tem, em época de São João em Olinda, **você** ainda vê fogueira e como **se** vê fogueira! O olindense faz fogueira até em cima do calçamento.*
Falante 1: *Também isso, isso **você** vê em qualquer bairro do Recife também... nos outros bairros do Recife **você** também vê.*
(D2 REC)
- c) *... **a gente** ia com a turma... não **se** perdia um concerto...*
(DID POA)

- d) *Pronto o camarão, exatamente quando aquele queijo fica todo derretido, envolvendo o camarão, aí [θ_{arb}] retira os dois e serve-se.*
(D2 POA)
- e) *... mas realmente **nós** estamos precisando de bastante gente... [θ_{arb}] está precisando demais.*
(D2 SSA)
- f) *É engraçado que **você** saindo do Brasil... **a gente** sente uma falta muito grande dessa parte de verduras...*
(DID RJ)

Outro aspecto se relaciona à ocorrência de *você* na forma de reduzida *cê*, atestada nos inquéritos de Salvador e Rio de Janeiro:

- (64) a) *Aqui **você** tem o problema de trabalhar. **Cê** tem hora fixa pra almoçar [...] porque depois de comer aquilo tudo cê tem que ter uma hora pra descansar.*
(DID RJ)
- b) *E é muito interessante porque **cê** atravessa exatamente a serra. Agora é uma estrada que tem muita curva [...] por causa da monotonia... é um trecho completamente deserto muito cheio de curva... a estrada não é:boa... então é:um trecho monótono... **cê** cansa muito esse trecho de viagem...*
(D2 SSA)
- c) *No início do século, a África e a América Latina... eram quase que ilustres desconhecidos... **cês** viram aqui que o total da população... [...] era um total bastante pequeno.*
(EF RJ)

Observe no exemplo (65) a seguir que essa forma fraca⁸ do pronome só ocorre na posição de sujeito (especificador de SFlex). Numa posição externa à sentença, que será analisada na seção seguinte, as formas pronominais não são reduzidas:

- (65) *Então sucede que **você** [vendo as estatísticas de tráfego de distribuição de carga e de peso por roda etc...] **cê** vê que as estradas brasileiras estão sendo muito solicitadas.*
(D2 SSA)

Como mostram os resultados apresentados nesta seção, há, no português culto falado das cinco capitais que compõem a amostra, clara preferência pelos sujeitos pronominais expressos nas sentenças finitas, tenham eles referência definida ou indeterminada. Embora os percentuais de preenchimento sejam

altos, em nenhum dos contextos analisados ele é categórico. As interrogativas globais (sim/não) e os sujeitos com o traço [-animado] ainda são contextos que podem apresentar sujeitos nulos definidos; além disso, é possível indeterminar o sujeito com o verbo na terceira pessoa do singular, apesar de esta não ser uma estratégia em crescimento e de ser bastante restrita à veiculação das categorias aspecto e modalidade.

Nota

A análise dos sujeitos referenciais apresentada nesta subseção segue a metodologia utilizada em Duarte (1995, 2000), e os resultados obtidos são muito próximos dos encontrados pela autora para amostra da fala culta carioca, gravada em inícios da década de 1990, e para a fala popular, gravada em fins da década de 1990 (Duarte 2003a). Em relação ao uso de *a gente*, análises recentes revelam seu avanço na fala de grupos mais jovens (cf. Lopes, 1999; Duarte, 1995; Omena, 2003, entre muitos outros). Falta-nos um mapeamento do uso de *tu* em variação com *você* no território nacional. Investigações feitas com base na amostra Varsul (cf. Menon e Loregian-Penkal, 2002) revelam que das três capitais da região Sul apenas Curitiba não apresenta ocorrências de *tu*. Florianópolis e Porto Alegre apresentam os dois pronomes, mas são mais conservadoras em relação ao uso de *tu* do que as cidades do interior, em que há maior variação, com um expressivo aumento de falantes que já têm ambos os pronomes em seu repertório. Isso não significa que o pronome *tu* não ocorra em outras regiões em variação com *você*. Lemos Monteiro (1991, 1994) e Paredes Silva (2003) atestam a presença de *tu* em Fortaleza (na fala culta) e no Rio de Janeiro (na fala popular), respectivamente.

Sobre a estratégia de indeterminação com a terceira pessoa do singular, ver Galves (1987). Segundo a autora, é justamente a tendência a preencher o sujeito com referência definida de terceira pessoa no português brasileiro (*[*ø*]/Ele comprou um livro ontem) que permite dar uma interpretação arbitrária/indeterminada a um sujeito nulo com o verbo na terceira pessoa do singular ([*ø*_{arb}] *Está usando saia curta* – [*ø*_{arb}] *Não vê mais amolador de faca*).

Finalmente, em relação ao uso de *se*, análises mais recentes da fala, tanto culta quanto popular (cf. Duarte 1995, 2003), revelam índices mais baixos de

ocorrências em sentenças finitas. No entanto, como se verá na seção seguinte, seu uso tende a se expandir para as sentenças não-finitas.

3.2. O sujeito referencial nas sentenças não-finitas

3.2.1. A posição do sujeito em sentenças infinitivas

A posição de sujeito dos infinitivos controlados por um antecedente é geralmente vazia, como mostra (66a). Caso contrário, o sujeito tende a ser representado foneticamente, como mostra (66b):

- (66) a) *Seria muito melhor pra você_i [[$\emptyset$]_i gravar gravar as cantorias deles] do que essa besteira que a gente tá dizendo aqui...*
(D2 REC)
- b) *... seria muito mais importante [você_s_i gravarem eles], eu acho.*
(D2 REC)

Não nos deteremos nesta seção no uso do infinitivo flexionado/não-flexionado com sujeitos referenciais (nulos ou expressos) definidos na amostra. Nosso interesse particular aqui recai sobre o infinitivo cujo sujeito tem referência indeterminada, isto é, não é correferencial com um SN no contexto discursivo. São conhecidas as que se interessam pelas gramáticas normativas as recomendações de que não se deve realizar foneticamente/graficamente o sujeito de um infinitivo “impessoal”, uma vez que ele não se refere a qualquer pessoa. Dos 79 dados coletados, 31 (ou 39%) de fato exibem a posição de sujeito indeterminado vazia:

- (67) a) *O problema de [$\emptyset_{arb}$] morar em uma grande cidade é outra coisa.*
(D2 REC)
- b) *É preciso [$\emptyset_{arb}$] marcar uma reunião pra gravar com essa gente.*
(D2 REC)
- c) *Humanamente é impossível [$\emptyset_{arb}$] fazer tanto processo ao mesmo tempo.*
(D2 SP)
- d) *Então é mais fácil [$\emptyset_{arb}$] mandar esses professores que ganham determinado, uma...*
(D2 RJ)
- e) *Hoje eles têm muito mais meio de comunicação. É muito mais fácil [$\emptyset_{arb}$] fazer cultura geral.*
(DID SSA)

No entanto, 48 dados (ou 61%) representam foneticamente essa posição, lançando mão de quatro das estratégias para indeterminar o sujeito nas sentenças finitas, como vimos na seção anterior. As preferidas são o uso de *se* (com 18 ocorrências ou 37%) e o uso de *você* (com 17 ocorrências ou 36%), como mostram (68) e (69), respectivamente:

- (68) a) *Eu não entendo **se** morar longe do mar.* (D2 REC)
 b) *Olinda é uma beleza de cidade para **se** morar.* (D2 REC)
 c) *Tá resumido aí no capítulo seis, sem **se** sair muito... da indústria de precisão.* (EF RJ)
 d) *Não há nem um meio de se chegar a esse tumor.* (EF SSA)
 e) *Eu acho que seria o lado mais fácil de **se** chegar ao público.* (DID SP)
 f) *O objetivo da pesquisa bibliográfica, da consulta bibliográfica, seria a análise de uma série de fontes para depois **se** apresentar um todo novo reformulado.* (EF POA)
 g) *É uma beleza de **se** ver aquele troço trabalhando.* (D2 SSA)
- (69) a) *Então é difícil se torna difícil **você** formular uma sentença rigorosamente fechada.* (EF REC)
 b) *É muito difícil **você** chegar a esse tom de pele.* (EF SP)
 c) *Mas eu acho válido **você** botar a criança o mais cedo possível na escola.* (D2 SSA)
 d) *A banana é uma banana tão grande que não dá para **você** comer uma banana inteira.* (D2 RJ)

Observe que a preferência pelo uso de *se* recai sobre sentenças subordinadas regidas de preposição, enquanto o uso de *você* privilegia contextos não-preposicionados, aparecendo em sentenças geralmente ligadas a predadores adjetivais.

As duas outras formas atestadas na amostra são nove ocorrências de *a gente* (ou 19%), compartilhando os mesmos contextos preferidos por *se* e *você*, e quatro ocorrências do pronome *eu* (ou 8%):

- (70) a) *ao [o_{arb}] ver as imagens vai ficar muito mais fácil **da gente** perceber essas categorias.*
(EF SP)
- b) *é muito difícil **a gente** desenhar estritamente o que a gente vê, a gente separar a percepção do conceito.*
(EF SP)
- c) *é assunto mesmo de praticamente **a gente** não sair da cidade.*
(D2 SSA)
- d) *por isso é difícil **a gente** não entender como a economia americana chegou ao fim.*
(EF RJ)
- (71) a) *uma coisa é [o_{arb}] dizer que a arte boa época tinha função pragmática [...] outra coisa é **eu** falar em estilo naturalista.*
(EF SP)
- b) *enquanto representação, enquanto imagem, não tem sentido **eu** matar uma imagem.*
(EF SP)

Nota-se uma distribuição bastante irregular por capital. Rio de Janeiro e São Paulo apresentam todos os pronomes, embora o Rio de Janeiro prefira *você* e São Paulo, *a gente*. As capitais nordestinas apresentam variação entre *se* e *você*, com preferência por *se*. Porto Alegre só utiliza *se* com muita parcimônia, preferindo, na amostra analisada, a posição de sujeito de infinitivo vazia. Tal como em relação às sentenças finitas, Porto Alegre se mostra mais conservadora.

3.2.2. A posição do sujeito em sentenças reduzidas de gerúndio

Nas orações reduzidas de gerúndio, todas com valor adverbial, o sujeito nominal pode aparecer posposto ao verbo, como mostra (72):

- (72) *Eu lembro a vocês que sendo **a glândula mamária** uma glândula cutânea, nós vamos encontrar nesse tecido subcutâneo os elementos responsáveis pela manutenção dessa glândula.*
(EF SSA)

Essa ordem, entretanto, é cada vez menos frequente no português brasileiro, que prefere a ordem SN gerúndio, ilustrada em (73), a mesma que se

observa em línguas que têm sujeito pronominal obrigatoriamente expresso, como o inglês. Assim, a preferência encontrada nos dados parece acompanhar as tendências apontadas na seção 2 e em 3.1.

- (73) a) *Os sociologistas né? entre aspas... do direito, sendo mais radicais, então [Ø], diriam não há de jeito nenhum complementaridade.*
(EF REC)
- b) *Então a região apresentando esses limites é evidente que equivalem ao tamanho da glândula mamária propriamente dita.*
(EF SSA)
- c) *Então a glândula mamária elaborando leite, sairá através dos conjuntos esses galactófagos.*
(EF SSA)

Com os sujeitos pronominais já é categórica a posição anteposta, podendo eles ter referência definida (74) ou indeterminada (75):

- (74) a) *Seria uma alternativa, quer dizer, **vocês** não tendo nenhum programa melhor... vão por este (caminho).*
(D2 SSA)
- b) *Tinha-se esperanças, em **ela** sendo mulher, que ela defendesse um pouco mais a classe, não?*
(D2 SP)
- c) *Um juiz mais aberto, **ele** tendo possibilidades **ele** possuindo argumentos científicos para colocar na sua sentença, ele coloca.*
(EF REC)
- (75) a) ***Você**, vendo as estatísticas de tráfego de distribuição de carga e de peso por roda etc... **cê**, vê que as estradas brasileiras estão sendo muito solicitadas.*
(D2 SSA)
- b) ***Você**, geralmente viajando você, não se prende muito ao horário.*
(DID RJ)
- c) *É engraçado, que **você**, saindo do Brasil, a gente, sente muita falta muito grande dessa parte de verduras.*
(DID RJ)

Note que as estruturas com sujeito indeterminado + gerúndio apresentam correferência com um pronome expresso na sentença matriz (oração principal), o que as torna semelhantes às construções de tópico marcado que apresentamos na seção 1 e que serão analisadas na seção 4.

3.3. O sujeito não-referencial (as sentenças impessoais)

Retomemos em (76) a seguir os exemplos em (33) na introdução a esta seção.

- (76) a) ... [$\emptyset_{\text{expl}}$] choveu muito uma temporada quando a gente ia com o SESC.
(DID POA)
- b) [$\emptyset_{\text{expl}}$] Parece que o Brasil tem quinze ou dezoito impostos.
(D2 RJ)
- c) ... então [$\emptyset_{\text{expl}}$] havia restaurantes que eles serviam assim um pouquinho de cada coisa...
(DID/RJ)

Verbos que não selecionam um argumento externo deixam uma posição vazia que pode hospedar argumentos internos movidos de sua posição original, como vimos em 1.2. Em relação aos tipos de verbos em (76), entretanto, observamos que, além do argumento interno, essa posição pode hospedar outros elementos, de que passamos a tratar.

3.3.1. As sentenças com verbos “climáticos”

As sentenças com verbos relativos a fenômenos da natureza são raras em amostras do tipo aqui analisado, mas a observação da fala espontânea revela uma tendência a preencher a posição à esquerda do verbo com um SAdv ou um SP locativo ou temporal (77a), às vezes sem a preposição (77b, c), ou ainda com um demonstrativo (77d):

- (77) a) **Lá/em São Paulo** tem chovido demais.
b) **São Paulo** chove. **O Rio** faz sol. (Fala de rádio)
c) **O Carnaval** choveu? (Fala espontânea)
d) Petrópolis é uma coisa! **Aquilo** chove demais! (Fala espontânea)

Da mesma forma que ocorre com os verbos “climáticos”, as expressões relativas a tempo com *ser*, *estar* e *fazer* (*é cedo*, *está frio*, *faz muito tempo*) tendem a exibir uma expressão como as ilustradas acima em posição inicial da sentença (o Sul é frio, ali é muito quente, isso já faz dez anos, aquilo era muita gente). Essa tendência se deve à rejeição que se observa em PB a construções

#V (com verbo em primeira posição), apenas 15% dos dados analisados na amostra⁹.

3.3.2. As sentenças com verbos de alçamento

O tipo de construção impessoal ilustrado em (76b) inclui um conjunto de verbos que têm o verbo *parecer* como prototípico. O tratamento dado a esse verbo na tradição gramatical é o mesmo que se dá a um intransitivo, classificando-se a sentença que o segue como uma sentença subordinada substantiva subjetiva. Veja os exemplos em (78).

(78) a) *Eu acho... [o_{exp}] parece [que a gente se sente até mais... assim por fora].*

(DID SP)

b) *[o_{exp}] parece [que o Brasil tem quinze ou dezoito impostos].*

(D2 RJ)

Ora, a impossibilidade de mover a sentença entre colchetes para a posição do sujeito é uma evidência de que ela é um argumento interno do verbo, como foi mostrado no capítulo 2:

(79) *[que o Brasil tem quinze ou dezoito impostos] parece.

No mesmo capítulo, esse verbo foi classificado entre os verbos de *alçamento*, uma designação que advém da possibilidade de *alçar* o sujeito da sentença subordinada para a posição vazia à sua esquerda. Uma evidência de que há nas sentenças em (78) uma posição de sujeito que pode ser preenchida por um sujeito expletivo lexical em outras línguas, como o francês e o inglês (*il semble que, it seems that...*). Essa mesma posição pode ser preenchida pelo sujeito da subordinada, que para lá se move. Trata-se de uma construção conhecida como de “alçamento”, ou “alçamento padrão”, como ilustram os exemplos em (80):

(80) a) *Eu acho... **a gente**_i parece [____i se sentar até mais... assim por fora].*

b) ***O Brasil**_i parece [____i ter quinze ou dezoito impostos].*

Uma evidência de que o sujeito da subordinada ocupa a posição de especificador de SFlex ou de sujeito de *parecer* está no fato de entrar em relação

de concordância com o verbo e receber caso nominativo, ficando o verbo da sentença subordinada no infinitivo. Esse tipo de alçamento, embora frequente na escrita-padrão, é mais raro na língua oral.

Há ainda a possibilidade de o sujeito da sentença subordinada se mover para uma posição externa à sentença, uma posição de tópico, como se vê em (81):

- (81) a) **Os alunos**_i [**Ø**_{expl}] parece [que **Ø**_i tomam conta dos professores], ao menos é o que eu ouço contar, né?
(DID POA)
- b) Eu acho que diminuiu bem o pessoal que vai a cinema, não sei, o que eu noto é que **os cinemas**_i [**Ø**_{expl}] parece [que não **Ø**_i estão também como antigamente].
(DID SP)

A falta de marcas de concordância entre o elemento deslocado e o verbo *parecer*, numa amostra em que predomina a ocorrência de marcas de concordância verbal, além da flexão dos verbos das subordinadas (*tomam*, *estão*), confirmam a posição deslocada do SN, ou seja, externa ao SFlex. Nesse caso, a posição do especificador de SFlex é ocupada por um pronome expletivo nulo.

Uma última possibilidade seria o alçamento do SN para a posição de especificador de SFlex (para a posição de sujeito de *parecer*), tal como vimos no alçamento-padrão, ilustrado em (80), além da flexão no verbo da subordinada, ilustrada em (82a', b'), uma modificação de (81a, b) acima:

- (82) a') **Os alunos**_i parecem [que **Ø**_i tomam conta dos professores], ao menos é o que eu ouço contar né?
b') Eu acho que diminuiu bem o pessoal que vai a cinema, não sei, o que eu noto é que **os cinemas**_i parecem [que não **Ø**_i estão também como antigamente].

Tal construção é conhecida na literatura linguística como uma instância de “hiperalçamento” do sujeito, isto é, o sujeito da subordinada é “alçado” para a posição à esquerda de *parecer*, com o qual entre em relação de concordância, e o verbo da subordinada também aparece flexionado. Esse tipo de estrutura, no entanto, não foi atestado de maneira inequívoca na amostra analisada. Os exemplos da amostra, ilustrados em (83), apresentam todos **os SNs** na terceira pessoa do singular, que se combina com a forma verbal sem marca explícita de flexão. São, pois, dados que podem ter uma interpretação de “hiperalçamento” (a', b') ou de sujeito deslocado à esquerda (a", b"):

- (83) a) *Chegou uma época que o cinema estava assim há uns seis anos ou oito. Agora não, **o pessoal**_i parece que entra e sai. É um burburinho ali no cinema, entra e sai todo mundo.*

(DID SP)

- a') Chegou uma época que o cinema estava assim há uns seis anos ou oito. Agora não, **o pessoal**_i parece [que $[\emptyset]_i$ entra e sai]. É um burburinho ali no cinema, entra e sai todo mundo.

- a'') *... **o pessoal**_i [$[\emptyset_{expl}]$ parece [que $[\emptyset]_i$ entra e sai]...*

- b) *Hoje eu paguei a gasolina a seis cruzeiros o litro... **A azul**_i parece [que está a sete cruzeiros].*

(D2 RJ)

- b') Hoje eu paguei a gasolina a seis cruzeiros o litro... **A azul**_i parece [que $[\emptyset]_i$ está a sete cruzeiros].

- b'') ***A azul**_i [$[\emptyset_{expl}]$ parece [que $[\emptyset]_i$ está a sete cruzeiros].*

A ocorrência de dados com o SN na primeira pessoa e na terceira pessoa do plural em outras amostras de língua oral não deixa dúvida, entretanto, de que se trata de construções de “hiperalçamento”, como em “*eu pareço que vou pegar um resfriado*”.

Outros verbos que só permitem as construções sem alçamento, como (78) acima, ou com o alçamento-padrão do sujeito da subordinada, ilustrado em (80), entre os quais os verbos *custar*, *demorar*, *levar*, *faltar*, *acabar* etc., revelam ampla preferência pelo alçamento. Das 14 ocorrências observadas na amostra, apenas uma aparece sem alçamento, como mostra (84), enquanto as demais exibem o alçamento do SN sujeito da subordinada (esteja ele expresso ou nulo), como mostra (85):

- (84) *eu tenho um conhecido, aliás, um amigo comum nosso que ele é especialista em comida internacional então vai fazer uma comida chinesa, indiana, qualquer coisa, até incenso ele queima, ah, só falta música ambiental, $[\emptyset_{expl}]$ só falta [eu me vestir a rigor].*

(D2 POA)

- (85) *(eles)_i **levaram** o dia inteiro [pra [___]_i arrumar a canoa.*

(DID POA)

Com o verbo *acabar*, a preferência pelo alçamento é digna de nota. Os exemplos em (86) mostram isso. Em vez de “ $[\emptyset_{expl}]$ acabou que eu pedi transferência” ou “ $[\emptyset_{expl}]$ acabou que nós não entramos na concorrência”, temos:

- (86) a) *Dessa relação salário... é... aluguel... por exemplo... é completamente diferente... por exemplo... em Curitiba... eu tive agora o fim-de-semana em Curitiba... porque **eu**, se puder, ainda **acabo** [___]_i **pedindo** transferência pra Universidade Federal do Paraná.*

(D2/RJ)

- b) *... agora não sei se depois mudaram qualquer coisa assim, mas eu vi esse projeto inclusive porque nós íamos entrar na concorrência, [ø]_i **acabamos** não [[___]_i **entrando**].*

(D2 SSA)

Uma ocorrência com o verbo *custar*, ilustrada em (87), exhibe a repetição do sujeito alçado diante do infinitivo, o que está em consonância com a tendência apontada em 3.3.2.1:

- (87) *Esse tipo de coisa que pai e mãe gostam eu acho que a gente não **custa** nada [a gente **satisfazer** a vontade de pais e mães], mas pra nós estudantes que formamos é muito cacete né?*

(DID SSA)

Nota

As construções de alçamento-padrão tendem a diminuir na fala e, quando ocorrem, ficam restritas a sentenças subordinadas com os verbos *ser* e *estar*. Duarte (2007) encontra numa amostra de fala popular uma única ocorrência:

- 1) Ele_i parece [____i ser uma exceção nessa história].

Ao contrário do que ocorre na fala, porém, o alçamento é a estrutura preferida na escrita-padrão, como mostram os resultados de Duarte (2007), trazendo interessantes evidências sobre a construção da gramática do letrado, conforme proposta de Kato (2005).

As construções com “hiperalçamento do sujeito” (2a, b) concorrem com as construções com “hiperalçamento de tópico” (2c, d, e) (para uma análise das duas estruturas, cf. Nunes, 2008):

- 2) a) Tem ocasiões que **eu**_i nem *pareço* que [ø]_i *sou* brasileiro. (Fala popular, 1980)
b) *As pessoas*_i *pareciam* que [ø]_i *iam* cair do brinquedo. (Fala popular, 2000)

- c) Quando eu brigo, **eu** *pareço* até que **eu** *vou* explodir de tanta raiva. (Fala popular, 1980)
- d) ... mas **você** *parece* que **você** *está* se dividindo entre a medicina. (Fala popular, 1980)
- e) **Esse menino** *i* *parece* que **ele** *i* *sofreu* muito quando era pequeno, quando era criança. (Fala popular, 1980)

O “hiperalçamento do sujeito” já é atestado até mesmo na escrita-padrão (cf. Duarte, 2006; Henriques e Duarte, 2006):

- 3) a) Com os anos **as ideias** *i* parecem que **[ø]** *i* vão ficando cada vez mais longe, enquanto o seu poder de convocá-las diminui. (Crônica, *O Globo*)

Em relação aos verbos *faltar*, *demorar*, *custar*, por exemplo, até mesmo na escrita-padrão o alçamento-padrão é preferido ao não-alçamento (cf. Duarte, 2006):

- 4) a) ... eu *i* só faltava **[ø]** *i* perguntar qual era a equipe brasileira. (Crônica, *O Globo*)

3.3.3. As sentenças existenciais com *ter/haver*

Em relação às sentenças existenciais com *haver/ter*, dois aspectos merecem atenção:

- 1) a substituição de *haver* por *ter* no português brasileiro falado;
- 2) a implementação de sentenças pessoais com *ter*.

Começemos pelo primeiro aspecto. Considerados os três tipos de inquéritos, a análise da amostra revela 31% de ocorrências de *haver* e 69% de ocorrências de *ter*, um resultado ainda bastante expressivo de ocorrências de *haver*, já modificado em análises recentes da fala culta.

Apenas nas Elocuções Formais o uso do verbo *haver* (com 59%) supera o uso de *ter*. Nos inquéritos do tipo D2, esse índice cai para 34%, e nos inquéritos DID, para 10%. A hesitação do falante ilustrada em (88) pode ser interpretada como um sintoma da consciência que o falante revela ter, em certos momentos, do caráter formal da entrevista.

- (88) [θ_{expl}] Não tinha pis..., [θ_{expl}] não havia quase piscina naquele tempo.
(DID POA)

Entre as capitais contempladas na amostra, Recife, com 51% de ocorrências de *ter* sobre *haver*, aparece como a mais conservadora, seguida por São Paulo, com 66%. Rio de Janeiro, Porto Alegre e Salvador se mostram mais inovadoras, exibindo, respectivamente, 70%, 74% e 78% de uso do verbo *ter* *impessoal*.

- (89) ... mas comer a... a imagem na pedra ia ser bem mais difícil; precisava de dentes muito mais fortes que eu acho que [θ_{expl}] não havia não... e também [θ_{expl}] não tinha sal, temperinho, porque às vezes agora a gente precisa tomar sopa de pedregulho, né?
(EF SP)

Essa preferência por *ter* sobre *haver* favorece a implementação de uma estrutura que permite evitar a posição vazia de sujeito: trata-se das sentenças pessoais com *ter*. Observe nos exemplos a seguir que todas as sentenças com *ter* pessoal exibem um claro sentido existencial. Os pronomes utilizados são os mesmos que aparecem representando o sujeito indeterminado, predominando o uso de *você*, *nós*, *a gente* e *eu*:

- (89) a) agora a Salvador-Feira trinta e três quilômetros, mas principalmente rampa e curva, piso pavimento, quer dizer, você sente porque **você** não tem curvas assim muito fortes pra fazer... *cê não sobe rampas violentas, entendeu?*
(D2 SSA)
b) Olinda tem desenvolvido essas festas populares. Em Olinda **você** tem ciranda. A ciranda é cantada durante o verão em toda Olinda. Isso é uma beleza.
(D2 REC)
c) **você** tem frutas... **você** tem frios, eles servem suco, depois ainda servem café com leite...
(DID RJ)
d) por exemplo, numa igreja hoje **você** tem imagens que representam uma ideia religiosa, uma série de coisas, mas que estão lá para ser vistas também.
(EF SP)
(90) a) [...] a gente observa que as frutas dos outros estados são totalmente diferentes... com nomes estranhíssimos e os que **nós** temos aqui têm nomes diferentes noutras regiões, né?
(DID RJ)

- b) *então ele fazia com que nós lêsemos... os livros, coleções, uma e outra que a gente tem... sobre a formação do mundo.*

(D2 SP)

- c) *eu tenho um rapaz que trabalha conosco aí no Instituto de Biologia, Edilson, que ele é de lá de Ituaçu.*

(D2 SSA)

Além das sentenças com *ter* pessoal, cerca de 8% das ocorrências, por capital, de sentenças com *ter* existencial revelam a presença de um sintagma adverbial ou preposicionado com valor locativo à esquerda do verbo, como mostra (91):

- (91) a) *mas como eu dizia há pouco a cada vantagem... a desvantagem corresponde a uma vantagem também... **aqui** [_{expl}] tem brisa marinha... então nós temos os ventos alísios que vêm aqui... é... soprando aqui perto... temos a brisa terral de manhazinha cedo...*

(D2 REC)

- b) ***lá no Rio, na Praia Vermelha**, [_{expl}] tem um restaurante com o nome... também não lembro o nome.*

(DID SP)

Outros elementos costumam aparecer à esquerda do verbo *ter* existencial, como marcadores discursivos¹⁰, outros adjuntos, além da negação e de pronomes relativos e conjunções subordinativas, sendo menos frequentes as sentenças com *ter/haver* em início absoluto:

- (92) a) ***então** [_{expl}] tinha... uns... esses moirões assim... dentro d'água...*

(DID POA)

- b) ***geralmente** [_{expl}] tinha o baile de formatura.*

(DID SSA)

- c) *bom, aí, brincadeira de praia **que** [_{expl}] tinha era, era jogo. Naquele tempo não tinha movimento.*

(DID POA)

- d) *nós saíamos parece que às duas ou três horas da manhã **porque** [_{expl}] tinha estrela.*

(DID POA)

A seção mostra que o português do Brasil tende a realizar foneticamente os sujeitos pronominais referenciais, isto é, os sujeitos de primeira, segunda

e terceira pessoas, e os de referência indeterminada. No caso das sentenças com sujeitos não-referenciais (ou não-argumentais), vimos que as estratégias utilizadas para evitar um “expletivo nulo” são variadas, mas apresentam um ponto comum: os dados da língua falada mostram a utilização de elementos referenciais, que passam a concorrer com o sujeito expletivo nulo. Em outras palavras, o português brasileiro rejeita um expletivo lexical (como o *it* do inglês e o *il* do francês) e prefere ocupar a posição de especificador de SFlex com elementos que tenham conteúdo semântico, o que está em consonância com sua orientação para o discurso, hipótese levantada por Pontes (1987), Galves (1987) e Kato (1989), e utilizada para interpretar um conjunto de fenômenos superficiais observados no português brasileiro (Kato e Duarte, 2003, 2005). De fato, uma das características das línguas de tópico ou orientadas para o discurso é não exibirem elementos expletivos lexicalmente realizados (cf. Li e Thompson, 1976).

Nota

A ocorrência de *haver* ainda resiste, embora em índices mais baixos que os de *ter*, na fala dos indivíduos letrados, particularmente aqueles pertencentes a faixas etárias mais altas (cf. Callou e Avelar, 2001). As gerações mais jovens de indivíduos letrados, no entanto, alcançam índices próximos aos dos indivíduos com baixo índice de escolaridade, entre 10% e 2% de usos de *haver* em relação a *ter* (cf. Callou e Duarte, 2005). A escrita, porém, consegue recuperar essa forma em extinção na fala. Sobre considerações acerca da gramática do indivíduo letrado, ver Kato (2005) e, especificamente sobre *ter/haver* na fala e na escrita, ver Avelar (2006).

4. Construções de tópico marcado

No início deste capítulo, mencionamos a construção com um constituinte externo à sentença seguido de uma sentença-comentário como uma forma de organização do discurso. Há línguas que privilegiam esse tipo de construção de “tópico marcado”, embora apresentem também o tópico numa relação sujeito-predicado, na configuração de sentenças predicativas. São chamadas

línguas de proeminência de tópico ou línguas orientadas para o discurso. Outras privilegiam a relação predicativa entre sujeito e predicado. São línguas de proeminência de sujeito ou orientadas para a sentença. O português brasileiro apresenta os dois tipos de relação predicativa.

Esta seção é dedicada às construções de “tópico marcado”, também conhecidas como de “duplo sujeito”, sendo o “sujeito externo” o tópico (ou o sujeito do discurso) e o interno, o sujeito sintático, um argumento selecionado pelo predador (externo e, às vezes, interno, como vimos na seção precedente), que entra em relação de concordância com o verbo. As chamadas construções de tópico marcado não constituem, entretanto, um conjunto homogêneo, diferenciando-se conforme a conectividade entre o tópico e a sentença-comentário, como comentamos brevemente na seção 1.

4.1. O anacoluto ou tópico pendente

Examinemos, inicialmente, estruturas semelhantes às apresentadas em (1d, e), aqui repetidas em (94a, b) juntamente com outras:

- (93) a) *Drama, já basta a vida.* (DID SP)
 b) *Filme, eu gosto mais de comédia.* (DID SP)
 c) *A BR-101 não precisa ir a Campos, cê dobre em Vitória... pega a Vitória-Belo Horizonte...* (D2 SSA)
 d) *Bom, aí, brincadeiras de praia, tinha era jogo.* (DID POA)

Observe que há conectividade semântica entre os tópicos destacados e a sentença-comentário, mas não há conectividade sintática com uma posição interna à sentença-comentário. Nossas GTs costumam apresentar sentenças semelhantes a essas, em geral denominadas como “anacolutos”, que significam “quebra na sintaxe”, nas seções dedicadas às figuras de linguagem. Estudos linguísticos recentes as tratam como “construções de tópico pendente” (cf. Brito, Duarte e Matos, 2003). Uma língua prototipicamente orientada para a sentença costuma introduzir o tópico de duas formas: ou numa construção sujeito/predicado ou através de um Sintagma Preposicionado, utilizando as

locuções prepositivas “em relação a”, “quanto a”, igualmente encontradas na amostra analisada.

- (94) a) ... *em relação àquela área que ele ia estudar... quer dizer medicina, entravam três disciplinas: só química, física, e biologia...*

(DID SSA)

- b) *Quanto às dimensões... quanto às dimensões... nós vamos notar que... na mulher... existem fases... em que... as glândulas mamárias... aumentam consideravelmente de tamanho...*

(EF SSA)

Uma língua orientada para o discurso, ao contrário, não exige os introdutórios (locução prepositiva) de tópico, como mostram as sentenças em (94).

4.2. O Deslocamento à Esquerda

Um segundo tipo de construção de tópico marcado, mostrado em (1a) é conhecido como Deslocamento à Esquerda (DE), em que o constituinte na posição de tópico tem seu correferente expresso na sentença-comentário. Naturalmente, apesar do nome “Deslocamento”, não há movimento de constituinte, ou de parte dele, para a posição de tópico, pois nesses casos o correferente ocupa posição sintática na sentença, como em (95):

- (95) a) *Cada elemento, cada nódulo_i... ele_i possui o seu conjunto.*

(EF SSA)

- b) *É a categoria conhecimento_i, que_i nós vamos separá-la_i.*

(EF POA)

Veja que, em (95a), a vinculação se faz com o sujeito da sentença-comentário, e em (95b), com o objeto direto através de um clítico, construção muito rara no português brasileiro¹¹; nesse caso específico, temos uma hipercorreção, já que o objeto se encontra “representado” na oração pelo pronome relativo *que*. Essa construção, em que um tópico é vinculado a um clítico complemento, é, tal como o anacoluto ou tópico pendente, tratada nas nossas GTs como uma figura de linguagem, o chamado “pleonismo”.

Tomando por base a amostra analisada, foram identificadas 68 ocorrências de construções de DE, em que o tópico se vincula ao sujeito, com 53 ocorrências de tópico representado por um SN vinculado a um pronome

(78%) e 15 em que o tópicos é igualmente um pronome (22%). Há ainda construções de DE, menos frequentes e não contempladas nesta análise, em que o tópicos está vinculado a um SN anafórico ou a um demonstrativo, como ilustra (96):

- (96) *Esse problema de puxar pela criança_i [...] eu acho que **isso_i** não funciona muito.*
(DID SSA)

Começemos por examinar as construções em que o SN é retomado por um pronome. O SN em posição de tópicos não parece sofrer qualquer tipo de restrição quanto ao traço semântico [+/-animado] ou quanto à sua definitude, podendo ser definido, como em (97), ou [-definido], como em (98), em que temos um tópicos [+genérico], e (99), em que o tópicos é quantificado:

- (97) a) *Bom essas assembleias_i, habitualmente **elas_i** tratam dos assuntos.*
(DID REC)
b) *O IBGE_i, por exemplo, **ele_i** já é do Estado.*
(EF REC)
c) *... porque o meu marido_i, todos os meses **ele_i** vai pra Caxias.*
(DID POA)
- (98) a) *Por exemplo, o pessoal de teoria geral do estado_i, **eles_i** como estudiosos não estão preocupados em colher uma amostragem [...] não [há] uma preocupação realmente científica...*
(EF REC)
b) *O pessoal_i, sei lá, **eles_i** vão de qualquer jeito ao cinema.*
(DID SP)
c) *A turma de brotos_i, **eles_i** preferem eu acho que filme de, sei lá, corrida.*
(DID SP)
- (99) a) *Todas as categorias_i, mesmo que tenham subcategorias, **elas_i** terão dentro delas próprias, níveis de gradação.*
(EF POA)
b) *Eu acho que todo sujeito que que trabalha e tem uma profissão no Brasil_i, **ele_i**, tem uma chance...*
(D2 POA)
c) *Cada elemento_i, cada nóculo_i, **ele_i** possui o seu conjunto.*
(EFSSA)

Além disso, a construção de DE ocorre com ou sem pausa entre o tópico e a sentença-comentário, com ou sem elementos intervenientes entre o tópico e o pronome a ele coindexado. Os elementos intervenientes, que aparecem em cerca de 40% dos dados, são, em geral, adjuntos adverbiais [simples, como em (96), ou oracionais, como em (99a)], e orações relativas [subordinadas adjetivas, que modificam o tópico, como em (99b) acima].

Entre as estruturas em que o tópico é representado por um pronome, podemos encontrar tanto pronomes de referência definida, quanto de referência arbitrária ou genérica (indeterminada), como em (100) e (101), respectivamente:

- (100) a) *Mas eu, **eu** gosto também de violino.* (DID POA)
 b) *Eu lá **eu** vi que período de manhã.* (D2 SP)
 c) *Ela de manhã **ela** sempre faz uma merenda pra mim.* (DID RJ)
- (101) a) *... porque realmente você depois de comer aquilo tudo **cê** tem que ter uma hora pra descansar.* (DID RJ)
 b) *Eu acho que a gente não custa nada **a gente** satisfazer a vontade dos pais.* (DID SSA)
 c) *Isso a gente **nós** já explicamos em classe.* (EF REC)

A mesma alternância entre *nós* e *a gente* ou mesmo entre *você* e *a gente* apresentada na seção 3 pode ser novamente atestada nas construções de tópico marcado.

Podemos ainda encontrar as construções com o sujeito anteposto de uma oração reduzida de gerúndio retomado na matriz, que se assemelham às construções de DE, como comentamos na seção anterior:

- (102) a) *Um juiz mais aberto, **ele**, tendo possibilidade, ele, possuindo argumentos científicos para colocar na sua sentença, ele, coloca... no sentido de, digamos...* (EF REC)
 b) *Você geralmente viajando, **você**... não se prende muito ao horário.* (DID RJ)

- c) *Então sucede que você vendo as estatísticas de tráfego de distribuição de carga e de peso por roda etc... **cê** vê que as estradas brasileiras estão sendo muito solicitadas.*

(D2 SA)

Na seção 3.1.3, mencionamos a ocorrência da forma reduzida (fraca) do pronome *você*. A estrutura em (c) acima ilustra bem a ocorrência de um pronome forte na posição de tópico e um pronome fraco na posição de sujeito da sentença-comentário. O português brasileiro desenvolveu um paradigma de pronomes fracos, que substituem o sujeito nulo dentro de uma sentença-comentário, opondo-se à série de pronomes fortes, localizados à margem esquerda da sentença. Como as duas séries são quase homófonas em português (ao contrário do francês e do inglês, por exemplo), essa oposição é mais facilmente percebida na realização do pronome fraco *você* como *cê*.

Essa oposição pode ainda ser vista na possibilidade de múltiplos tópicos; nos exemplos a seguir o pronome forte (tópico) aparece grifado e o pronome fraco (sujeito) aparece em negrito:

- (103) a) *Ora, ele_i pra pagar um aluguel de mil cruzeiros, 1200 cruzeiros, ele_i pra morar, se **ele**_i quisesse, um exemplo, na Zona Sul, um apartamento de mil cruzeiros, mil e duzentos é apartamento de quê?*

(D2 RJ)

- b) *então o Japão_i... ele_i desde o seu início... desde o seu início... minha filhinha... **ele**_i contava como força fundamental (das suas colônias) os dois fatores.*

(EF RJ)

- c) *A professora_i, ela_i... no fundo **ela**_i é uma orientadora.*

(D2 SP)

O uso das reticências pode levar a pensar em hesitação por parte do falante, mas a pausa é a mesma que a representada por uma vírgula e essa retomada do tópico por um pronome forte tem sido observada com frequência na fala.

4.3. A topicalização

Passemos a um terceiro tipo de construção, ilustrado em (1b, c), aqui retomado em (105), que é aquele em que o tópico está vinculado a uma

posição vazia dentro da sentença-comentário, ao contrário do que vimos nas construções de DE:

- (104) a) *Aquele arroz com frutos do mar*, a minha mulher é incapaz de, de, de prova(r) [__]_i.
(D2 POA)
- b) E *carne*, aqui em casa nós fazemos [__]_i de várias formas.
(DID RJ)
- c) *A passagem*, eu compro [__]_i a prazo.
(D2 RJ)
- d) *Olinda*, ninguém mora [__]_i. Ninguém diz é lá que eu moro; não, diz é lá que eu pernoito.
(D2 REC)
- e) *Colei embaixo de cada prato assim... [...] sem eles ver, um papelzinho, né? botei umas bobagens assim escritas, né?... e um premiado, né? [...] e os outros, eu botei umas bobagens [__]_i, né?*
(DID RJ)

Os tópicos destacados em (104a, b, c) estão vinculados ao objeto direto selecionado por *provar*, *fazer* e *comprar*, e ao complemento circunstancial selecionado por *morar* e *botar* em (104d, e). Essas construções são conhecidas como *Topicalização*, uma operação sintática que envolveria o movimento de um constituinte para a posição de tópico, deixando um vestígio, aqui representado por um traço [__] na sua posição de origem. Veja, porém, que o constituinte em função oblíqua (complemento regido de preposição) pode aparecer sem a preposição (*Olinda, os outros*), o que não seria possível se esses constituintes estivessem em sua posição de origem (**Ninguém mora Olinda* e **eu botei um papelzinho os outros*). Esse mesmo comportamento é observado em inúmeros adjuntos adverbiais na amostra (cf. cap. 4). Observe as estruturas em (105):

- (105) a) *Paris*, eu não pago hotel [__]_i; *Paris*, eu fico na casa de um amigo [__]_i.
(D2 RJ)
- b) *O Norte*, principalmente no Amazonas e no Pará, a influência indígena sobre a alimentação é muito grande [__]_i.
(DID RJ)
- c) *Recife*, nós comemos muitas coisas assim muito gostosas [__]_i.
(D2 RJ)

Da mesma forma que vimos com os complementos acima, a preposição, ausente na estrutura dos tópicos, não poderia ser omitida caso os adjuntos aparecessem em sua posição não-marcada:

- (106) a) Eu não pago hotel em Paris. Eu fico na casa de um amigo em Paris.
 b) A influência indígena sobre a alimentação é muito grande no Norte, principalmente no Amazonas e no Pará.
 c) Nós comemos muitas coisas assim muito gostosas em Recife.

A ausência de preposição parece afrouxar, de certa forma, o vínculo sintático entre tópico e comentário, aproximando essas construções dos anacolutos, apesar de as duas serem distintas pelas razões já apresentadas.

As análises realizadas com base na amostra compartilhada Nurc apontam, entre as estruturas de topicalização, o movimento de parte de um SN, com uma expressão partitiva na posição de especificador. Embora sejam construções possíveis em línguas com clara orientação para o sujeito, nota-se, tal como em (105), a ausência da preposição no elemento em posição de tópico:

- (107) a) *De primeira classe, aí tem [poucas [__]], tem a Castelo Branco...* (D2 SSA)
 b) *Verdura, na parte da Argentina nós não vimos [nada [__]].* (DID RJ)
 c) *Mas eu ah merenda escolar, eu tenho [pouca noção [__]].* (DID RJ)

Pelo que mostram os dados em 4.2 e 4.3, parece haver uma distribuição “complementar” entre deslocamento à esquerda do sujeito e topicalização do objeto. Essa complementaridade está relacionada à preferência pelos sujeitos pronominais expressos, como vimos na seção 3.1 deste capítulo, e pelo objeto nulo, como ficou demonstrado no capítulo 2. Se levarmos em conta o fato de que as línguas de sujeito nulo, como o italiano, o espanhol e o português europeu, não apresentam estruturas de sujeito deslocado à esquerda, ou seja, retomados por um pronome, e de que essas estruturas são comuns em línguas de sujeito obrigatoriamente preenchido, como o francês e o inglês, podemos relacionar a frequência de tal construção no português brasileiro a um efeito, ou consequência, da tendência a realizar foneticamente o sujeito pronominal.

Antes de passarmos à subseção seguinte, é importante mostrar que nem sempre é fácil reconhecer um sujeito topicalizado. Veja a seguinte sentença:

- (108) a) *Na minha casa, por exemplo, se come verdura, eu como, minha mulher não come. Meus filhos adoram, principalmente o guri.*

(D2/POA)

O SN grifado acima poderia ter estatuto sintático ambíguo no português brasileiro, podendo oscilar entre uma interpretação de predicação discursiva e uma interpretação de predicação sentencial, respectivamente:

- (109) a) Tópico [Sujeito nulo + Predicado]
Meus filhos_i [[**o**]_i adoram verdura]
- b) [Sujeito pleno + Predicado]
[Meus filhos adoram verdura]

A ambiguidade poderia ser desfeita pela presença/ausência de traços suprasegmentais: presença de pausa entre o tópico e a sentença comentário *vs* ausência de pausa entre sujeito e predicado. Mas, como vimos acima, nem sempre ocorre a pausa nas construções de tópico marcado e o sujeito nulo é cada vez menos frequente no PB. Pode-se, pois, postular que uma sentença como (109a), exibindo um tópico em correferência com um sujeito nulo não deve ser frequente na fala, sendo mais comum, então, a interpretação de uma predicação sentencial (109b). Entretanto, essa postulação não deve ser categórica. Há casos em que a posição de sujeito é claramente vazia, pois o elemento nominal, o tópico marcado, se acha na sentença precedente e o sujeito nulo, numa subordinada:

- (110) a) *Porque o teatro_i [eu acho [que [**o**]_i está tão caro]].*
(DID SP)
- b) *Quer dizer o teatro_i [eu acho [que [**o**]_i está caminhando]].*
(DID SP)
- c) *Então a casa própria_i [eu acredito [que [**o**]_i seria evidentemente uma medida de larga repercussão social]].*
(DID REC)
- d) *O acarajé_i [eu acho [que [**o**]_i é de feijão]], não é?*
(DID RJ)

Observe que todas as ocorrências de sujeito nulo coindexado com o tópico se encontram em uma subordinada substantiva objetiva direta, complemento do verbo epistêmico *achar/acreditar*. A topicalização também pode ser encontrada em construções de miniorações, as construções com o chamado “predicativo do objeto” (ver discussão sobre predicativo do sujeito e do objeto no cap. 4). As miniorações são constituídas de um sujeito e de um predicado nominal. Na sentença (111) abaixo, o sujeito da minioração foi movido para a posição de tópico:

(111) *O tal pato no tucupi*, [eu achei [[__], muito ruim]].

(DID RJ)

(Eu achei [o tal pato no tucupi muito ruim])

(Eu achei [que o pato no tucupi é muito ruim])

4.4. O tópico-sujeito

Há, finalmente, uma construção de tópico a destacar. É aquela em que o tópico se encontra numa sentença com um sujeito nulo não-argumental, como mostram os exemplos em (112):

(112) a) *O Amazonas*, [$\emptyset_{\text{expl}}$] é impressionante o número de frutas, e frutas assim, tudo duro, tudo tipo cajá-manga.

(DID RJ)

b) *A televisão* [$\emptyset_{\text{expl}}$] é horroroso quando eles estão fazendo programa.

(DID SP)

Essa proximidade, aliada à tendência de preenchimento do sujeito, pode levar à reanálise do tópico como sujeito. Embora não tenham ocorrido na amostra analisada, são comuns na fala culta e popular estruturas em que um constituinte da sentença parece ocupar a posição de um sujeito expletivo nulo. A orientação para o discurso e a preferência pelos sujeitos pronominais preenchidos são certamente os fatores que têm levado ao preenchimento da posição à esquerda do verbo que não seleciona um argumento externo, como já mencionamos na seção 3. Além da presença de elementos adverbiais e marcadores discursivos, podemos observar o movimento de constituintes internos ao SV para a posição “disponível” de especificador de SFlex de verbos inacusativos e impessoais. Assim, podemos encontrar na fala espontânea:

1) o movimento de parte de um constituinte (SN) para a posição de SFlex em (113b, 114b e 115b):

- (113) a) [θ_{expl}] acabou [$_{SN}$ a bateria do meu celular].
b) [Meu celular]_i acabou [a bateria []_i]. (Fala espontânea)

- (114) a) [θ_{expl}] Disparou [$_{SN}$ a aceleração do ônibus].
b) [O ônibus]_i disparou [a aceleração []_i]. (Rádio CBN)

- (115) a) [θ_{expl}] Não está [$_{sp}$ na época dessa manga].
b) [Essa manga]_i num tá [na época []_i]. (Fala espontânea)

2) ou de um constituinte articulado ao predador com função dativa (116b) ou adverbial (117b e 118b):

- (116) a) [θ_{expl}] Faltou sorte [$_{sp}$ ao Fluminense] no segundo tempo.
b) [O Fluminense]_i faltou [sorte []_i] no segundo tempo. (Rádio CBN)

- (117) a) [θ_{expl}] Vão sair dois brotos [$_{sp}$ na orquídea].
b) Ela_i vai sair dois brotos [$_{sp}$]_i. (Fala espontânea)

- (118) a) [θ_{expl}] Não ocorreu nenhum problema [$_{sp}$ na localidade].
b) [A localidade]_i não ocorreu nenhum problema [$_{sp}$]_i. (Assistência NET)

3) ou ainda ocorrências de difícil reconstrução, como em (119c):

- (119) a) Vê se [θ_{expl}] está chovendo dentro do quarto.
b) Vê se [θ_{expl}] está entrando água pelas janelas do quarto lá de dentro.
c) Vê se aquelas janelas 'tão chovendo. (Fala espontânea)

Pode-se argumentar que as estruturas acima são construções de tópico marcado, com o movimento de um constituinte para a posição externa à sentença, mas a ocorrência de concordância em (119c) de *estão chovendo* com *aquelas janelas* é sem dúvida um argumento a favor da reanálise do tópico como sujeito.

4.5. O antitópico

O tópico pode aparecer à direita da sentença, sendo denominado “anti-tópico”. É o caso de sentenças como:

- (120) a) $[\emptyset]_i$ *Leva azeite de dendê, o acarajé.* (DID RJ)
 b) *é... mas $[\emptyset]_i$ não é tão sentido esse problema de idade.* (D2 SP)
 c) *então aí nesse caso $[\emptyset]_i$ deixa de ser tão importante o fator idade...* (D2 SP)
 d) *Dizem que $[\emptyset]_i$ tá tudo abandonado aquele troço.* (D2 SSA)

Nessa construção, o SN ocupa uma posição não-argumental, externa à sentença e simétrica àquela dos tópicos descritos até aqui. Três propriedades caracterizam fundamentalmente essa estrutura. A primeira se refere ao fato de o SN antitópico manter uma relação de predicação secundária sobre o sujeito pronominal, que pode ser nulo, como nos exemplos em (120), mas também pode ocorrer lexicalizado:

- (121) a) **Ele**_i *leva azeite de dendê, o acarajé.*
 b) *mas **ele**_i não é tão sentido esse problema de idade.*

Assim como as construções de tópico-sujeito apresentadas em 4.4, a construção de antitópico com sujeito pronominal lexicalizado é pouco frequente nas amostras de fala culta. Na amostra analisada, observamos uma ocorrência:

- (122) *bom está numa idade de definição quanto ao segundo ciclo porque **elas**_i já estão na oitava série as mais velhas, não é?* (D2 SP)

A segunda propriedade diz respeito ao fato de o SN antitópico ser sempre definido, ao contrário do que se observa em outras construções, como as que descrevemos em 4.2. O exemplo em (123) ilustra bem essa segunda propriedade: nele o SN antitópico tem sua referência estabelecida claramente no contexto anterior.

- (123) *mas ele saiu dali toda a energia que ele acumulou ali naquele periodozinho, que ele leu... que geralmente $[\emptyset]_i$ não é pequeno esse período...* (D2 SP)

Por fim, a estrutura com antitópico é sensível à restrição de monoargumentalidade, como observamos ao contrastar a aceitabilidade das sentenças em (124), (125a', b'), com a estranheza causada por (125a, b):

- (124) a) Chegou cedo a chuva.
 a') Ela chegou cedo, a chuva.
 b) Telefonou ontem o cliente.
 b') Ele telefonou ontem, o cliente.
- (125) a) ? Mandou uma carta o cliente.
 a') Ele mandou uma carta, o cliente.
 b) *Mandou uma carta para o hospital o cliente.
 b') Ele mandou uma carta para o hospital, o cliente.

A construção de antitópico com a posição do sujeito vazia pode contradizer a tendência ao sujeito pronominal expresso. Essas ocorrências são, no entanto, pouco frequentes e apresentam, muitas vezes, o verbo *ser* e um sujeito com o traço [-animado], que ainda aceitam mais facilmente um sujeito nulo no português brasileiro:

- (126) [ø]_i É muito difícil esse problema_i.

4.6. A interface sintaxe–prosódia: construções de tópico/comentário vs sujeito/predicado

Foram desenvolvidas, no âmbito da Gramática do Português Falado, investigações empíricas pioneiras em relação às construções de tópico marcado, tanto do ponto de vista tipológico, quanto no que tange à análise prosódica.

Callou et al. (1993) investigaram as ocorrências de topicalização (TOP) e deslocamento à esquerda (DE), reunindo sob o rótulo “topicalização” tanto construções em que a categoria vazia se vincula a uma posição argumental, quanto as de anacoluto, em que se estabelece entre tópico e comentário apenas um elo semântico. Além de apontar a complementaridade entre construções de DE ligadas ao sujeito e de topicalização ligadas ao objeto, a análise revelou que, por haver uma grande diversidade de padrões entonacionais, TOP e DE não apresentam, do ponto de vista prosódico, uma distinção nítida, embora a distribuição percentual permita vislumbrar que há maior incidência da

curva ascendente entre as construções de TOP (73%). A curva descendente, por outro lado, é cerca de duas vezes mais frequente em DE do que em TOP. O fato de a distribuição percentual dos padrões para as duas construções variar nas cinco capitais leva os autores a suspeitar de que os padrões devam ser investigados com base no fator “região”, podendo não haver um “padrão geral distintivo”.

Confrontando as construções de sujeito/predicado com as de tópico/comentário, os resultados mostram um comportamento entonacional mais regular para as primeiras, com 61% de ocorrência do padrão neutro (isto é, sem modulação). Em ambos os tipos, porém, predomina a ausência de pausa (74% das construções sujeito/predicado e 88% das construções de tópico/comentário não apresentam pausa).

No que diz respeito à distinção entre construções de tópico marcado e adjunção (Leite et al., 1996), o elemento prosódico mais marcante é a pausa, mais longa na adjunção do que nas construções de tópico. O padrão ascendente simples, tal como nas construções mencionadas acima, é o mais geral.

Nota

A tipologia das construções de tópico marcado aqui adotada é adaptada de Brito, Duarte e Matos (2003). O interesse dos estudos linguísticos no Brasil se voltou para as construções de tópico na década de 1980 com o trabalho pioneiro de Eunice Pontes, reunido em Pontes (1987) e inspirado em estudos sobre línguas orientadas para o discurso em oposição às línguas orientadas para a sentença (Li e Thompson, 1976). Análises formais de tais estruturas aparecem em Galves (1987, 1998) e Kato (1989). Estudos empíricos posteriores confirmam a complementaridade entre topicalização de objeto e DE de sujeito apontada em Callou et al. (1993), relacionando-a

- 1) ao uso irrestrito do objeto nulo no português do Brasil; e
- 2) ao preenchimento do sujeito pronominal (Duarte, 1989, 1995; Cyrino, 1994, 1997; Vasco, 1999, 2006; Orsini, 2003, entre outros).

O aparecimento de uma série de pronomes fracos na posição de sujeito, ainda em variação com um pronome nulo, ao lado da série de pronomes for-

tes, analisado em Kato (1999) fica confirmado na descrição das construções de DE aqui apresentadas.

Com base nas análises prosódicas pioneiras de Callou et al. (1993), Leite et al. (1996) e Orsini (2003), estuda, do ponto de vista sintático e prosódico, as três construções de tópico marcado mostradas nesta seção (anacoluto ou tópico pendente, TOP e DE), além das de tópico-sujeito e de sujeito/predicado. Sua análise entonacional aponta para existência de três padrões prosódicos distintos e sistemáticos, reforçando a tese de que o português brasileiro revela dois módulos independentes — um sintático e outro prosódico — que interagem. Os padrões identificados são:

- 1) um padrão ascendente, sem pausa, recorrente entre as construções de SUJ/PRED e de TOP/COM, evidenciando que o sistema não parece diferenciar por meio da curva entonacional essas construções;
- 2) um padrão descendente, com pausa, próprio das construções de deslocamento à esquerda; e
- 3) um padrão ascendente, sem pausa, que se diferencia, porém, do padrão (1) por apresentar, na postônica final do tópico, uma elevação de altura maior (trata-se de um *raised peak*, segundo Ladd, 1996, apud Orsini, 2003).

Esse padrão se repete nas construções com valor contrastivo, independentemente da estratégia de construção de tópico empregada pelo falante.

5. Sistematização formal das estruturas de predicação

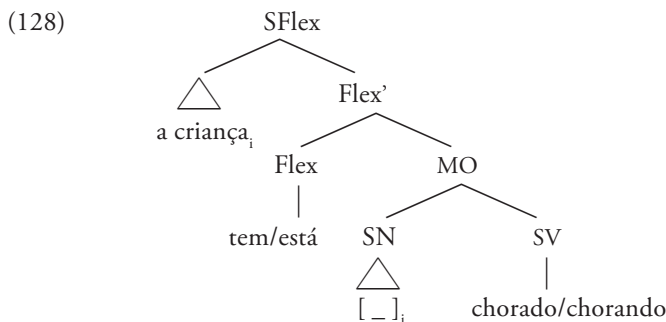
Neste capítulo, introduzimos mais um ramo na frondosa árvore que representa a sentença. Além dos ramos argumentais que representam o SV e o Sv, passamos a ter os ramos gramaticais, lugar de acolhida dos argumentos que se movem na sentença para receber o estatuto de sujeito sentencial. Esses ramos têm como núcleo a flexão, que detona a concordância com o sujeito e lhe atribui Caso Nominativo, obedecendo ao princípio do caso, segundo o qual todo sintagma nominal, foneticamente realizado, recebe Caso Estrutural.

5.1. Os verbos auxiliares *ser*, *estar* e *ter/haver*

Os auxiliares *ter/haver* e *estar* aparecem nas construções de voz ativa, na presença, respectivamente, de um particípio e de um gerúndio (no caso específico do português brasileiro, visto que o português europeu privilegia a estrutura com infinitivo precedido da preposição *a* como *estar a falar*):

- (127) a) A criança tem chorado.
b) A criança está chorando.

Nos dois casos, a relação de predicação se dá entre o argumento *a criança* e o predicador *chorado* (127a) ou *chorando* (127b). Os auxiliares *ter* e *estar* codificam tão somente as noções de tempo e número, portanto são gerados na posição nuclear de Flexão:

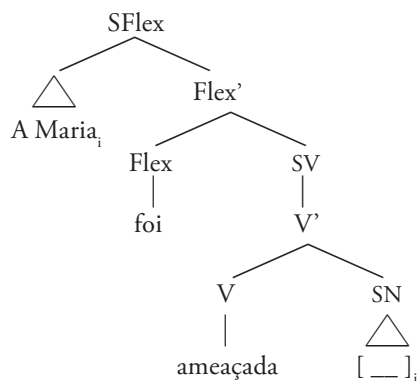


Na relação especificador–núcleo de Flexão, ocorre a concordância verbal e a atribuição de Caso Nominativo ao SN “a criança” pelo auxiliar.

O auxiliar *ser* aparece comumente nas passivas analíticas. A estrutura passiva com a ordem Sujeito-Verbo segue de perto o percurso dos demais auxiliares, no sentido de que o verbo pleno (que tem grade temática) fica *in situ* (em SV) e a inserção de *ser*, um auxiliar, se dá diretamente na posição nuclear da Flexão, pois não é predicador. Sua função é puramente gramatical: carrega as marcas de tempo, número e pessoa. Como os demais auxiliares, estabelece relação de concordância com o sujeito e lhe atribui Caso Nominativo. A diferença está em que a posição de sujeito, que, neste capítulo, identificamos como especificador de Flexão, é ocupada pelo argumento interno do verbo:

(129) A Maria foi ameaçada.

(129a)



Esses exemplos permitem visualizar a diferença entre estrutura argumental, tratada extensivamente no capítulo anterior, e estrutura gramatical, em que se realiza a relação de concordância e a atribuição de Caso Nominativo ao sujeito da oração, expediente que se realiza no nódulo Flexão. De fato, os auxiliares codificam tão-somente as noções de tempo e pessoa responsáveis pela relação de concordância e atribuição de Caso Nominativo. Por esse motivo, esses elementos aparecem na posição sintática que lhes é mais peculiar: o núcleo do nódulo Flexão.

Nem sempre, porém, a língua apresenta um morfema independente de flexão, como no caso dos verbos que acabamos de tratar. Antes, na maior parte dos casos, a flexão é um morfema preso ao verbo. Nesses casos, como se verá na seção seguinte, o verbo não é inserido diretamente em Flexão, mas movido da posição mais baixa, a partir de Sv. Nos casos em que a flexão é uma forma independente (caso dos auxiliares), o verbo que a explicita não pode ser gerado em V, mas diretamente na posição nuclear Flex.

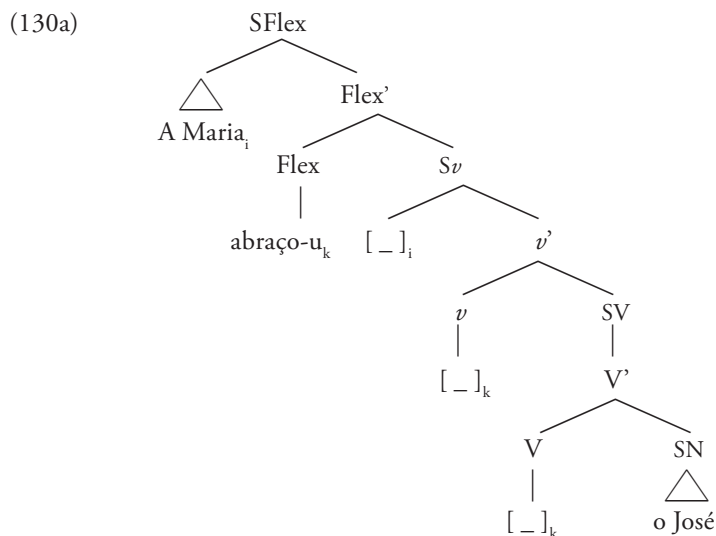
5.2. Os verbos transitivos e inergativos (intransitivos)

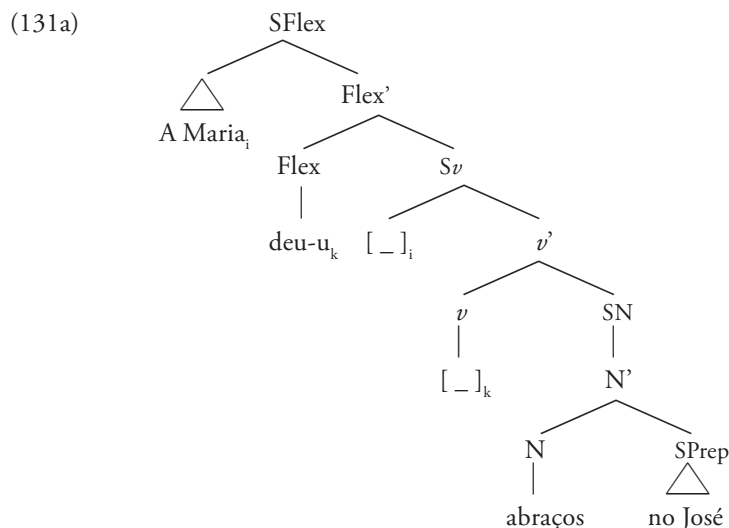
Considerando as discussões a partir dos dados analisados ao longo deste capítulo e partindo do esquema geral da estrutura do Sv, apresentado no capítulo 2, passemos à representação da sentença que tem o verbo como predador. Observe as sentenças em (130-131):

(130) A Maria abraçou o José.

(131) A Maria deu um abraço no José.

No capítulo anterior, vimos que, por paralelismo sintático e semântico, o SN *Maria*, argumento externo do verbo leve *dar* (131) e do verbo leve abstrato (130), aparece na posição em que recebe papel temático de agente¹². Analogamente ao que ocorre com o esquema geral da estrutura *Sv*, o nódulo Flexão pode alocar um elemento abstrato. Nesse caso, o verbo sai do núcleo de *Sv* e sobe para Flex. A configuração abaixo mostra a operação de subida do verbo para o nódulo Flexão:



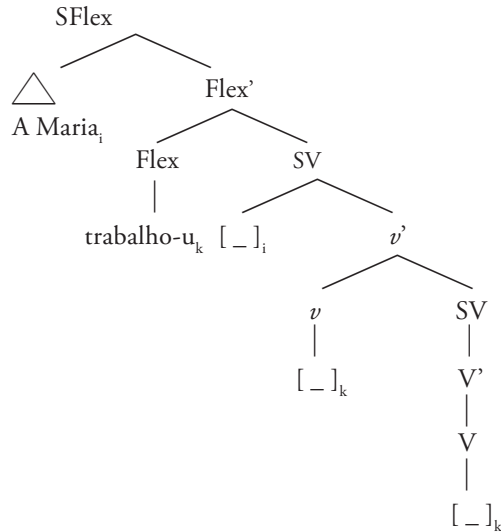


Na relação especificador–núcleo do nóculo Flexão, ocorre a relação de concordância entre os elementos que ocupam essas posições; o verbo, munido de afixo flexional, na posição nuclear de Flexão atribui o Caso Nominativo do SN na posição de especificador desse mesmo nóculo.

O verbo inergativo segue o mesmo percurso. O verbo se move para a posição nuclear de Flexão, onde serão lidas as informações relativas ao tempo e pessoa, e o argumento do verbo se move para a posição de especificador de Flexão. Lembre-se de que a diferença entre esses dois tipos de verbos está na estrutura argumental, o verbo inergativo seleciona apenas o argumento externo:

(132) A Maria trabalhou.

(132a)



5.3. Os verbos de ligação "ser" e "estar"

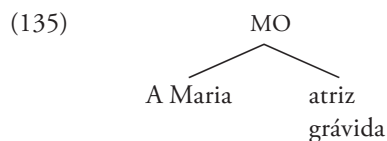
Observe as sentenças:

- (133) a) A Maria é atriz.
b) A Maria está grávida.

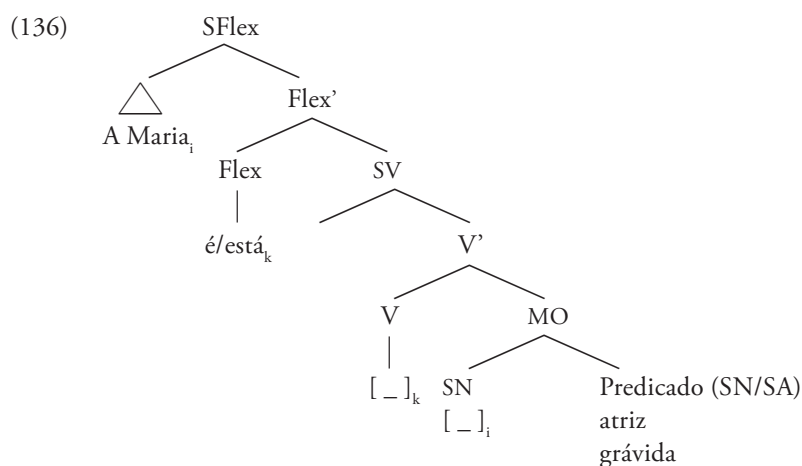
As sentenças acima exibem um verbo que a tradição gramatical chama de ligação, casos em que temos um predicativo do sujeito. Nessas sentenças, os verbos *ser* e *estar* selecionam um complemento, uma minioração (MO), no sentido de que temos um argumento (*Maria*) e um predicator (*atriz*, *grávida*):

- (134) [_{MO} [argumento] [predicado]]

Tendo em vista que o predicator atribui papel temático ao seu argumento, estão cumpridas as exigências relativas à posição mais baixa da árvore. Temos, portanto, uma minioração (MO), composta de argumento de predicator não-verbal, em que o SN *atriz* e o SA *grávida* atuam como predadores do argumento, o SN *Maria*.



Para receber o estatuto de uma estrutura oracional, o verbo *ser* (e *estar*), que explicita marcas de tempo e pessoa, sobe para o núcleo de Flex. O SN [*Maria*] sobe para o especificador do nó Flexão e entra em relação de concordância com o verbo em Flex, do qual recebe Caso Nominativo:



Essa representação capta a intuição por trás da ideia de verbo de ligação da GT, ou seja, esse tipo de verbo não é um predicador. Tem uma função puramente sintática, na medida em que codifica noções morfológicas de tempo e pessoa, as quais são cruciais para a configuração de uma oração absoluta.

5.4. Verbos impessoais

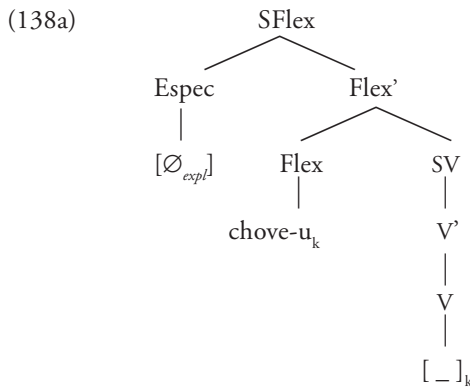
No início deste capítulo (1.2), mencionamos a existência de um pronome expletivo no inglês e no francês (*it/there* e *il*, respectivamente), que ocupa a posição de sujeito sentencial com verbos “climáticos” e inacusativos. Na seção 3.3, voltamos a essas estruturas ao tratar do sujeito não-referencial. Observe as sentenças no inglês:

- (137) a) **It** rained all day.
 b) **There** is a man in the room.
 c) **There** came a man.

Como dissemos, o português brasileiro (bem como o espanhol e o italiano) não possui um pronome expletivo foneticamente realizado para ocupar a posição de sujeito desses verbos. Entretanto, é possível postular um pronome expletivo nulo que ocupe a posição de especificador de verbos climáticos e de verbos existenciais.

No caso dos verbos “climáticos”, o verbo não possui estrutura argumental, mas nasce em V. Dessa posição, sobe para Flexão e entra em relação de concordância com o sujeito expletivo (pronome expletivo) que se apresenta nulo do ponto de vista fonético:

- (138) [$\emptyset_{\text{expl}}$] choveu.



A ausência de argumento externo, marcada na árvore pela ausência do nóculo Sv, justifica a designação tradicional de oração sem sujeito. A estrutura gramatical, que contém o nóculo Flexão e o expletivo nulo no (pro_{expl}) seu especificador, justifica, por sua vez, o princípio universal de que toda oração tem sujeito, princípio este também observado pelas gramáticas tradicionais quando postulam o sujeito como um dos termos essenciais da oração.

Observemos agora o comportamento do verbo *parecer*:

- (139) O menino parece dormir.

(140) Parece que o menino dormiu.

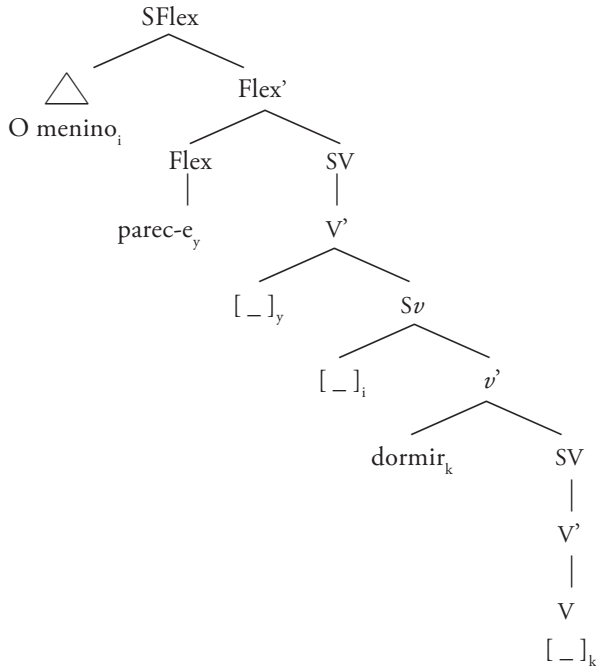
O SN *o menino* é argumento de *dormir* nas sentenças (139-140). A inexistência de outro SN nas orações acima sinaliza que o verbo *parecer* não seleciona um argumento externo, mas um argumento interno, representado por uma sentença, como se vê a seguir:

(139a) *Parece [_s o menino dormir].

(140a) Parece [_s que o menino dormiu].

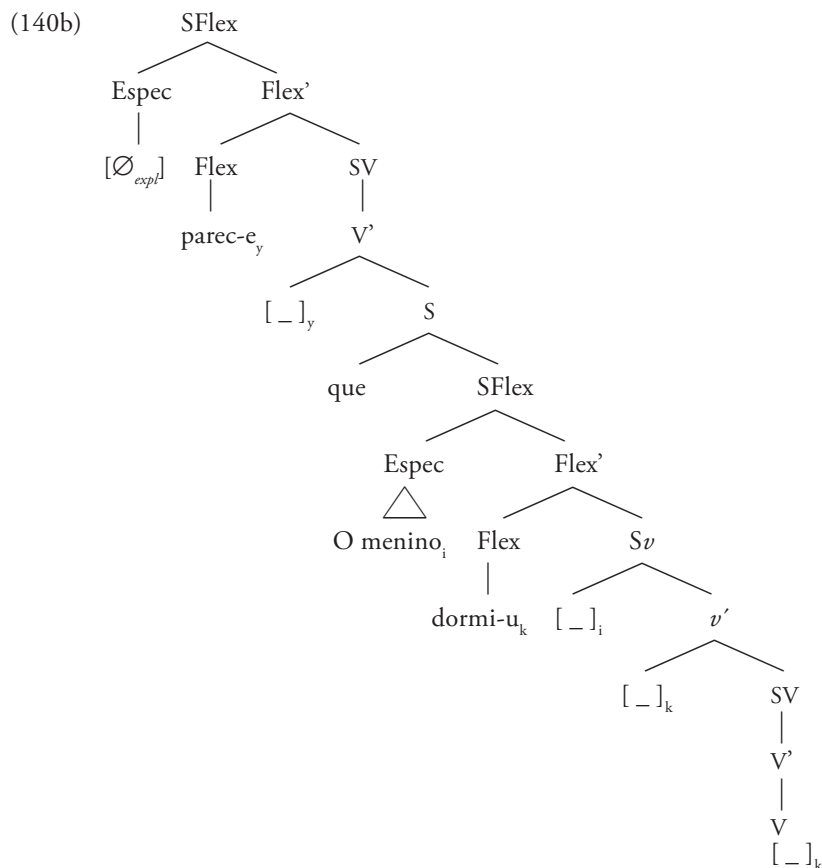
Ocorre que (139a) não é uma construção gramatical, ao contrário de (140a). A diferença entre as duas sentenças está na ausência de flexão em (139a) e sua realização em (140a). Conforme vimos neste capítulo, o nódulo Flex é responsável pela ativação da concordância e atribuição de Caso Nominativo. Logo, a agramaticalidade de (139a) decorre da ausência do afixo flexional, ou melhor, da violação ao Filtro do Caso, segundo o qual todo SN realizado foneticamente tem que receber Caso Estrutural. Para que o SN *o menino* em (139a) receba caso, deve mover-se para a posição de especificador de Flex, lugar em que receberá Caso Nominativo do verbo *parecer*, o qual, por ser munido de afixo de tempo e pessoa, é alçado de V para Flex:

(139b)



Na representação acima, há duas projeções de SV, uma para o verbo *dormir* e outra para o verbo *parecer*. O verbo *dormir* sobe para o núcleo da estrutura *Sv* para a atribuição de papel temático, mas não ativa o nó Flex. O verbo *parecer* não seleciona argumento externo e não ativa o nó *Sv*, mas ativa Flex, por ser um verbo que apresenta afixo flexional. O SN *o menino*, argumento externo do verbo *dormir*, na busca de um Caso Estrutural, deve mover-se para o especificador de Flexão, onde é acionado o Caso Nominativo.

Em (140a) o verbo *dormir* é flexionado, ocupando, portanto, a posição nuclear de Flex. O SN *o menino*, para satisfazer o Filtro do Caso, se move para o especificador de Flex, do qual recebe o Caso Nominativo. A posição de especificador de Flex referente ao verbo *parecer* é, então, ocupada pelo pronome expletivo nulo como no caso dos verbos impessoais acima:



Na representação acima, introduzimos, para simplificar, o símbolo S para alocar a conjunção *que*. O nó que abriga esse elemento será alvo de análise no próximo capítulo com a designação de sintagma complementizador.

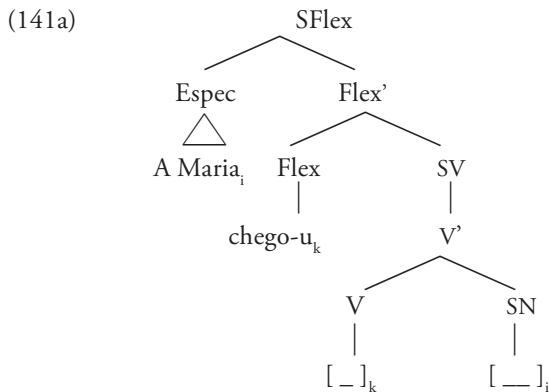
5.5. Os verbos inacusativos

Assim como ocorre nas sentenças com verbos inergativos, o verbo inacusativo nasce em V e sobe para o núcleo de Flexão. A diferença entre os dois tipos de verbos está na estrutura argumental: os inergativos selecionam um argumento externo; os inacusativos, um argumento interno.

O argumento do verbo inacusativo pode permanecer *in situ* (em SV) ou mover-se para a posição de sujeito da oração. Tratemos em primeiro lugar do

movimento do argumento para o especificador de Flexão, desencadeando a ordem Sujeito-Verbo:

(141) A Maria chegou.

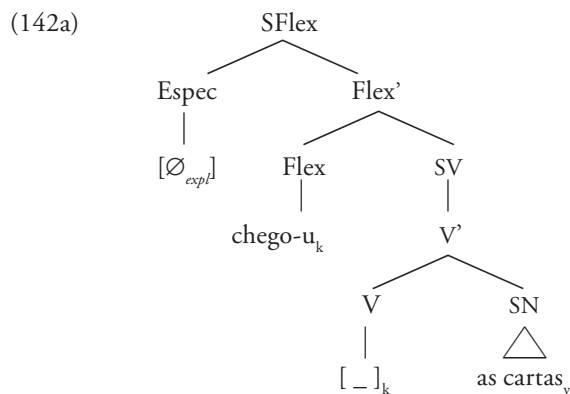


Tendo em vista que o argumento do verbo inacusativo é interno, não se projeta a estrutura *Sv*, ao contrário do que vimos para o verbo inergativo (e os transitivos), que precisa desse nó para alojar o argumento externo. O SN *A Maria*, argumento interno na posição de especificador de Flexão, recebe Caso Nominativo e entra em relação de concordância com o verbo.

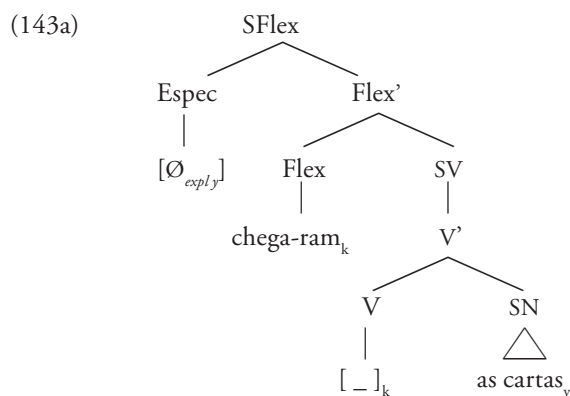
No caso dos inacusativos, o argumento interno não precisa necessariamente alçar para a posição de especificador de Flexão. Nesse caso, obtém-se a ordem Verbo-Sujeito. O que se tem aqui é, como no caso dos verbos impessoais, a inserção de um pronome expletivo nulo na posição de especificador de Flexão:

(142) Ø_{expl} chegou a(s) carta(s).

(143) Ø_{expl} chegaram as cartas.



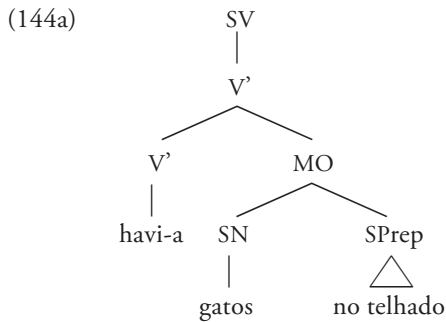
Atente para o fato de que o sujeito da sentença na representação acima é o pronome expletivo e não o SN *a carta* (*as cartas*), o que justifica a ausência de marcas de concordância verbal entre o verbo e o seu argumento interno. O SN *as cartas* é um elemento associado ao expletivo. Essa associação explica os casos em que a concordância verbal espelha as marcas de número do SN pluralizado, o que leva a gramática tradicional a interpretar o argumento interno como o sujeito dos verbos inacusativos:



Os verbos existenciais (*ter/haver*) constituem uma subclasse dos verbos inacusativos e, como tal, apresentam estruturas semelhantes. Tome as sentenças abaixo:

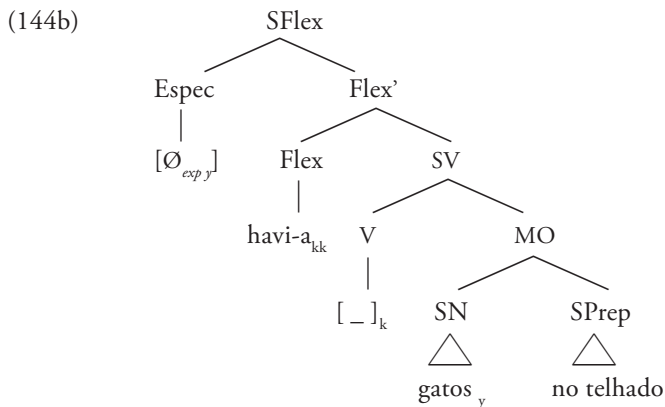
(144) $\emptyset_{exp}$ havia/tinha gatos no telhado.

O único argumento do verbo existencial tem a configuração de uma minioração, constituinte que expressa uma relação de predicação entre o SN (*gato*) e o SPrep (*no telhado*):



Observe que na estrutura acima há uma relação de complementação entre o verbo *haver* e a minioração e uma relação de predicação entre o SN *gatos* e o SPrep *no telhado*.

Carregando o afixo, o verbo *haver* se move para o núcleo de Flexão, em cujo especificador é inserido um pronome expletivo nulo:



Assim como no caso das estruturas com verbo inacusativo que apresentam a ordem VS, o sujeito sintático é um pronome não-referencial nulo, a que damos o nome de pronome expletivo nulo. Essa proposta, além de distinguir a função sintática de sujeito da função semântica de argumento externo, tem a vantagem de criar um quadro simétrico de pronomes nulos para a

posição de sujeito no português do Brasil: de um lado, temos o pronome nulo referencial, chamado de sujeito oculto pela GT; de outro, temos o pronome nulo não-referencial, que configura o pronome expletivo nulo que tem função puramente sintática, ocupando a posição de sujeito de verbos climáticos, existenciais e inacusativos que exibem a ordem V-S.

Vimos nesta seção que os inacusativos com argumento *in situ*, ou seja, na ordem Verbo-Sujeito, podem ativar a concordância verbal com o SN, graças ao elemento associado na posição de especificador de Flex. Essa mesma propriedade explica a possibilidade de termos concordância do SN com o verbo existencial (*ter/haver*), conforme observado nos dados da amostra compartilhada, tratados na seção [3.3.3] deste capítulo.

5.6. As construções de tópico marcado

Retomemos as construções de tópico marcado, estruturas em que o tópico é um elemento extrassentencial:

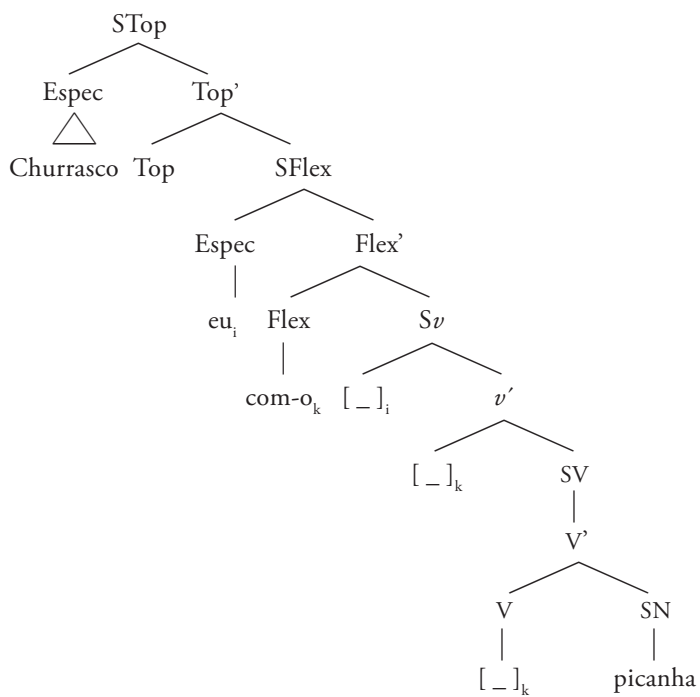
(145) Churrasco, eu como picanha.

(146) A minha mãe ela adora carne.

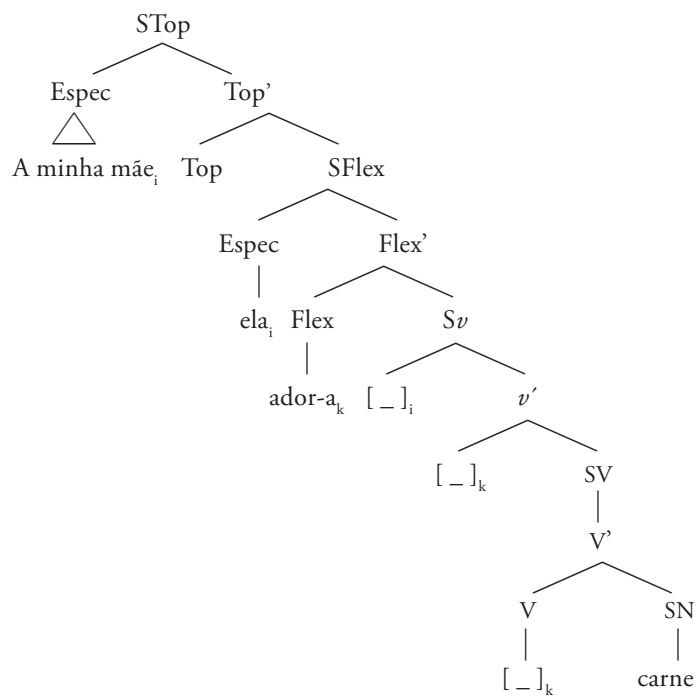
(147) Carne eu como.

O tópico ocupa uma posição acima da Flexão, ou seja, há uma ramificação acima do nó Flexão que abriga elementos que não fazem parte da sentença, mas estão, de certo modo, vinculados aos constituintes sentenciais. Vamo-nos referir a essa nova camada como Sintagma Tópico (STop), e, tendo em vista a vinculação ou não desse STop com algum elemento no interior da sentença, podemos ter os seguintes esquemas:

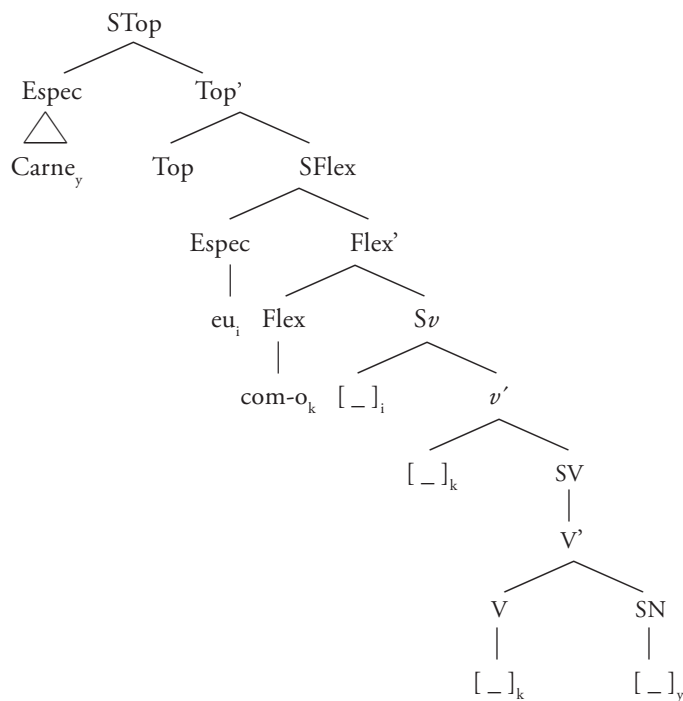
(145a) Churrasco [_{SFlex} eu como picanha].



(146a) A minha mãe [_{SFlex} ela adora carne].



(147a) Carne [_{SFlex} eu como [_]].

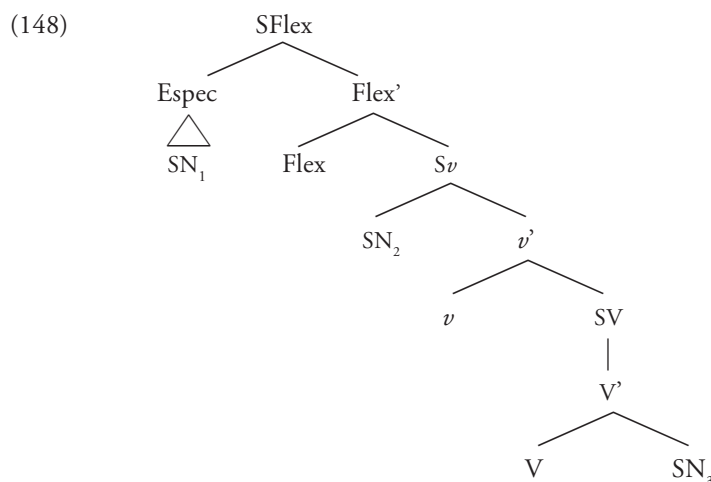


Os três esquemas representam um STop. Em (145a), temos uma instância de anacoluto (ou tópico pendente), não vinculado sintaticamente a nenhuma posição sentencial. Em (146a), o STop está vinculado ao especificador de SFlex, sujeito da oração, ilustrando uma construção de Deslocamento à Esquerda; em (147a), por outro lado, o STop se vincula ao argumento interno do verbo, que se encontra vazio, uma instância de Topicalização. À diferença do nó Flexão, não há na língua portuguesa um elemento foneticamente realizado na posição nuclear do sintagma Tópico.

Neste capítulo, tratamos apenas dos casos de construção de tópico marcado, mas há outras estruturas que exigem uma posição extrassentencial, como é o caso das interrogativas e dos adjuntos, como se verá nos dois próximos capítulos.

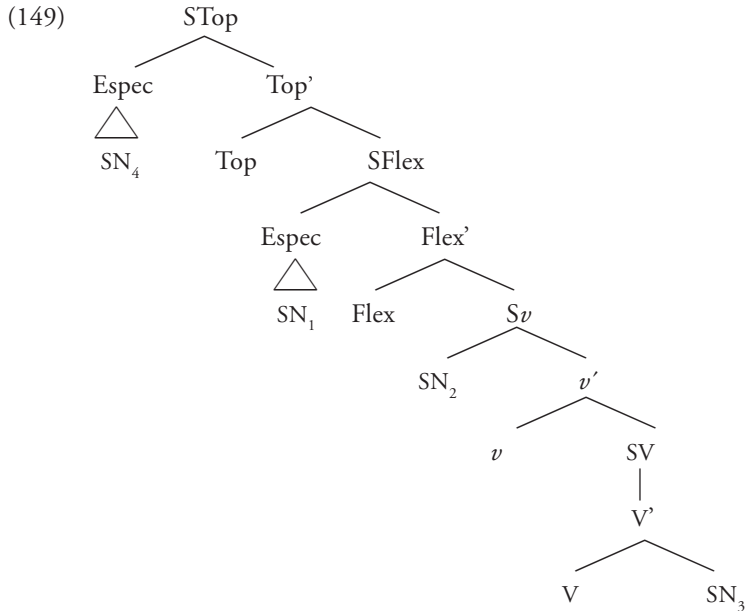
5.7. Esquema geral da estrutura do sintagma flexional

Podemos, agora, resumir as estruturas descritas em um esquema geral, que apresenta as diferentes posições que o *sujeito* pode ocupar de modo a estabelecer uma relação de predicação.



O SN₂ é a posição em que é gerado o argumento externo de verbos transitivos e inergativos, aquele que desempenha a função de sujeito desses verbos. O SN₃ é a posição em que é gerado o argumento interno de verbos inacusativos. Por fim, o SN₁ é a posição para onde o sujeito se deve mover para receber Caso da Flexão e desencadear concordância. Como vimos acima, essa posição pode ser ocupada tanto por argumentos externos de verbos transitivos (130a) e inergativos (132a), como por argumentos internos de verbos inacusativos (141a) e de verbos transitivos, quando em construções passivas (129a).

Além das posições descritas em (148), para acolher os elementos topicalizados, o esquema geral inclui ainda uma posição externa ao SFlex (SN₄):



Nos capítulos 4 e 5, esse esquema será enriquecido por meio da discussão de construções de adjunção e de subordinação.

Nota geral

Este capítulo foi escrito a partir, principalmente, das análises desenvolvidas ao longo do Projeto da Gramática do Português Falado, que constam de Kato, Nascimento, Nicolau, Berlinck e Britto (1996), Callou et al. (1993) e Leite et al. (1996). Os conceitos e a terminologia relativos à GT levam em conta Kury (1964), Rocha Lima (1972) e Cunha e Cintra (2007). O levantamento de dados e a análise da ordem SV/VS bem como das formas de representação do sujeito pronominal seguem a metodologia e os pressupostos teóricos em Berlinck (1989, 2000) e Duarte (1995, 2000, 2007). Na sistematização formal foram utilizados Raposo (1992), Radford (1997a, b), Roberts (1997), Cecchetto (2002), Graffi (1994), Mito, Figueiredo Silva e Lopes (2004). Análises mais recentes, que contribuem para a discussão dos resultados, são apresentadas em notas de rodapé, e “Sugestões de leitura” complementares aparecem no final do capítulo.

Tanto o sistema pronominal do português do Brasil quanto a ordem SV/VS têm merecido a atenção de pesquisadores envolvidos em projetos de pesquisa com base em amostras de diferentes regiões do Brasil. Entre os diversos volumes disponíveis com resultados dessas pesquisas relacionados ao conteúdo deste capítulo, citam-se: Oliveira e Silva e Scherre (1996), Kato e Negrão (2000), Zilles (2000), Vandresen (2002), Cohen e Ramos (2002), Roncarati e Abraçado (2003), Paiva e Duarte (2003), Brandão e Mota (2003), Hora (2004), Guedes, Berlinck e Murakawa (2006). Chamará a atenção do leitor a semelhança dos resultados encontrados para esses fenômenos nas diferentes regiões do Brasil (sobre um conjunto de pesquisas sobre o sujeito pronominal na fala popular, cf. Paiva e Duarte, 2006).

Ressalte-se ainda que a representação do sujeito pronominal e a ordem SV/VS têm sido objeto de estudos em uma perspectiva diacrônica. Entre eles, podemos citar Duarte (1992, 1993), Berlinck (1989, 2000), Duarte (2003), Duarte e Lopes (2002), Cavalcante (2001, 2002), Lopes (2001, 2002), Ribeiro (2001) e Kato, Duarte, Cyrino e Berlinck (2006). Vários dos trabalhos citados com data a partir de 2000 foram desenvolvidos no âmbito do Projeto para a História do Português Brasileiro (PHPB).

Sugestões de leitura

No que se refere à seção 2:

Sobre a *correlação* entre *monoargumentalidade* e *ordem V-S* no português brasileiro, ver Tarallo e Kato (1989), Kato e Tarallo (2003), Kato (2000a, 2000b), Berlinck (1989, 2000), Coelho (2000), Coelho et al. (2006). Para relações entre foco, estatuto informacional, posposição e estrutura da sentença no português brasileiro, ver, entre outros, Kato (1996a), Berlinck (1997), Pilati (2002), Quarezemin (2006). Ver ainda, sobre as relações entre ordem e concordância, Decat (1983), Pontes (1986), Coelho et al. (2006).

A *correlação* entre *definitude* e o comportamento do argumento de verbos *inacusativos* tem sido analisada em relação a muitas línguas, desde o trabalho pioneiro de Perlmutter (1978). Para discussões mais aprofundadas sobre esse fenômeno em português, ver Nascimento e Kato (1995) e Kato (2002a). Ver, ainda, Coelho (2000), para uma análise de dados do português falado em Florianópolis, e Spano (2002), para uma comparação entre a fala culta bra-

sileira e portuguesa. E, sobre as estruturas V-S em correlação com o sistema dos clíticos na história do português brasileiro, ver Torres-Morais (1993), e, sobre a perda da ordem V-S de tipo “germânica” no português brasileiro, Ribeiro (2001).

Para análises sobre *a passiva sintética*, do ponto de vista sincrônico e diacrônico, ver Nunes (1990); para uma análise sincrônica da passiva analítica, ver Moino (1989).

Com respeito à variação entre *presença/ausência de marcas morfológicas de concordância*, a relação entre o grau de saliência fônica das marcas de plural nos verbos e nomes e a perda dessas marcas na fala e na escrita, ver, entre muitos outros trabalhos, Naro (1981), Naro e Scherre (1999, 2003a, 2007), Scherre (1988, 1991), Scherre e Naro (1991, 1993, 1998, 2000).

Em relação à seção 3:

Sobre as *respostas assertivas*, excluídas na análise apresentada na seção 3, ver Oliveira (2000), que analisa essas estruturas no português e no italiano, com base em dados sincrônicos e diacrônicos; sobre os *marcadores discursivos*, consulte o volume I da *Gramática do português culto falado no Brasil* (Jubran e Koch, 2006), que trata da construção do texto oral e dedica aos marcadores três capítulos.

Para um amplo estudo dos *pronomes pessoais* com base na Amostra Nurc-70, ver Lemos Monteiro (1991, 1994). Sobre o processo de gramaticalização da expressão nominal *a gente* no mais novo pronome a integrar o nosso quadro pronominal, ver, entre outros, Omena e Braga (1996), Menon (1996), Vitral e Ramos (1999) e Lopes (1999/2003). Sobre as estratégias de realização do *sujeito indeterminado* na fala, ver Kato e Tarallo (1986).

No que diz respeito ao *sujeito de “referência estendida”*, ver Paredes Silva (1986) e Oliveira (2005), que tratam da função coesiva do demonstrativo em variação com uma categoria vazia em diferentes funções.

Para uma análise das *construções de alçamento e hiperalçamento do sujeito e do tópico* na fala popular e sua relação com outras mudanças no português do Brasil, ver Henriques e Duarte (2006) e Duarte (2007); para uma interpretação teórica das construções de hiperalçamento, ver Martins e Nunes (2005; no prelo) e Nunes (2008).

A respeito de análises teóricas e empíricas sobre *as sentenças existenciais com ter/haver*, ver, entre muitos outros, Franchi, Negrão e Viotti (1998), Viotti

(1999), Callou e Avelar (2001), Duarte (2003b), Avelar (2006). Para uma comparação entre as variedades culta e popular, ver Callou e Duarte (2005).

Sobre *a posição do sujeito em sentenças não-finitas*, ver Figueiredo Silva (1996), Britto (1994), Cavalcante (2006). Sobre a inserção do *se* nas *sentenças não-finitas* no português escrito culto brasileiro, ver Colsato (2007), e, sobre as estratégias para o preenchimento do sujeito das sentenças infinitivas no português brasileiro e europeu, nas modalidades oral e escrita, ver Duarte (2008).

Em relação à seção 4:

Sobre *os pronomes fortes*, que ocupam a posição externa a sentenças, e os pronomes fracos, quase homófonos, que aparecem na posição do sujeito gramatical, ver Kato (1999) e Kato (2002b). Ver, ainda, Duarte (1995) e Barbosa, Duarte e Kato (2005).

Quanto à *reanálise do tópico como sujeito*, ver Pontes (1987), além de Kato (1989) e Galves (1987, 1998); e, para uma análise mais elaborada das *construções de antitópico*, ver Tarallo e Kato (1989), Berlinck (1995, 2000) e Kato e Tarallo (2003). Para análises minuciosas dos tipos de *construções de tópico na fala popular e na fala culta do Brasil e Portugal*, ver Vasco (1999, 2006), Orsini (2003) e Orsini e Vasco (2007).

Notas

- 1 Para uma crítica à incoerência presente nos conceitos das gramáticas tradicionais e ao divórcio entre teoria e análise, conferir Perini (1985) e Mattos e Silva (1998). Sobre a Nomenclatura Gramatical Brasileira (NGB), ainda utilizada na maioria das gramáticas pedagógicas, ver a nota 1 do cap. 2. Quadros mais recentes (cf. Duarte 2003) distinguem três tipos de complementos: objeto direto, objeto indireto e complementos oblíquos. Segundo esse quadro, o complemento relativo e o circunstancial seriam classificados simplesmente como complementos oblíquos.
- 2 A esse respeito, ver vol. I, cap. 3.
- 3 Ver o cap. 2 e a seção 5 deste capítulo para uma representação mais minuciosa.
- 4 O português europeu revela a presença de *ele* como expletivo, em contextos bastante restritos, segundo Carrilho (2001), limitando-se, na variedade-padrão, a usos enfáticos, como “*Ele* há cada coisa neste mundo!”.
- 5 As informações aqui apresentadas se baseiam inicialmente na análise contida em Kato et al. (1996), somada a uma ampliação da amostra ali estudada, que incluiu dados das capitais não analisadas no primeiro estudo.
- 6 Para o conceito de *inergativo*, ver cap. 2, seção 4.4, e seção 2.1 deste capítulo.
- 7 A esse respeito, ver no vol. II o cap. 2, parte 2, seção 1.1.2.

- 8 A forma reduzida, ou fraca, do pronome *você*, apontada na fala mineira (Ramos, 1997), na fala carioca (Paredes Silva, 2003) e na fala de cidades da região Sul (Menon e Loregian-Penkal, 2002), é também notada em outras formas pronominais (*eu/ô*, *eles/ez*), particularmente em Minas Gerais (Corrêa, 2002). Sobre os paradigmas de pronomes fortes e fracos no PB, ver Kato (1999).
- 9 Kato et al. (1996), no âmbito do Projeto da Gramática do Português Falado, apontam a preferência na amostra analisada pelo padrão XYY, podendo X ser o sujeito. Na sua falta — isto é, se o sujeito referencial é nulo ou se o predador não seleciona um argumento externo — qualquer outro elemento pode aparecer à esquerda do verbo, ocupando a primeira posição na sentença. Kato e Duarte (2005) atribuem a resistência a ter uma posição vazia à esquerda de V no PB à sua proeminência para o tópico, como o chinês e o japonês.
- 10 A esse respeito, ver vol. I, caps. 12-14.
- 11 A esse respeito, ver o cap. 2, seção 5.3.5, neste volume.
- 12 A esse respeito, ver também “verbos suporte”, vol. II, cap. 3, seção 1.6.

ADJUNÇÃO



SUMÁRIO

1. Introdução	193
2. Os adjuntos na gramática tradicional	195
3. O que define um adjunto	199
3.1. Adjuntos não são selecionados por um dado núcleo	199
3.2. Adjuntos expandem o elemento a que se adjungem	200
3.3. Adjuntos se adjungem a um dado elemento	202
4. Forma, função e posição dos adjuntos na amostra examinada	205
4.1. Forma dos adjuntos	205
4.1.1. Advérbios	207
4.1.2. SPrep	207
4.1.3. SPrep sem núcleo	208
4.1.4. Sentenças finitas	209
4.1.5. Sentenças gerundiais	210
4.1.6. Minioração	210
4.1.7. Subordinada sem cabeça (sem núcleo realizado)	211
4.2. Função semântica dos adjuntos	212
4.2.1. SCs	213
4.2.2. SPreps — Preposições complementadas por sentenças ou por SNs	213
4.2.3. Advérbios	216
4.3. Posição dos adjuntos	218
4.3.1. Sentenciais	218
4.3.2. SPreps	220
4.3.3. Advérbios	223
4.3.3.1. Advérbios temporais	223
4.3.3.2. Advérbios aspectuais	223
4.3.3.3. Advérbios modalizadores	223
4.3.3.4. Operadores de foco	224

5. Sistematização formal	226
5.1. Negação.....	226
5.2. O sintagma aspectual.....	231
5.3. Ilhas.....	234
Sugestão de leitura	235
Notas	235

4

ADJUNÇÃO

Maura A. Freitas Rocha*
Ruth E. Vasconcellos Lopes**

1. Introdução

Mostrou-se brevemente no capítulo 1 que a sentença pode ser expandida por meio de elementos que não alteram a natureza categorial do constituinte a que se juntam, pois não são selecionados por um núcleo. Assim, se (1a) é um sintagma verbal, conforme se discutiu no capítulo 2, (1b), que contém também o constituinte [*a prazo*] adjungido a ele, será ainda um sintagma verbal:

- (1) a) [_{SV} comer arroz].
b) [_{SV} [_{SV} *compro*] [*a prazo*]].

(D2 RJ)

Essa expansão pode dar-se em vários níveis da sentença e pode realizar-se por meio de advérbios, como em (2), sintagmas preposicionados (SPrep), sentenças subordinadas introduzidas por um sintagma complementizador (SC), sentenças reduzidas ou o predicativo do sujeito — que trataremos, adiante, por minioração.

No caso dos sintagmas preposicionados, ou seja, constituintes introduzidos por uma preposição, o complemento da preposição pode ser um SN como em (3), uma sentença finita como em (4) — marcada com tempo — ou uma sentença infinitiva como em (5).

No caso das subordinadas, podem ser introduzidas por um sintagma complementizador — cuja conjunção pode ser parafraseada por um SPrep (*se* =

* Universidade Federal de Uberlândia.

** Universidade Estadual de Campinas/CNPq (Proc. nº 303.617/2004-7),

com a condição de que) como em (6) —, uma reduzida de gerúndio (ou de participio absoluto), como em (7), com gerúndio, que pode ser parafraseada por uma sentença introduzida por um SC (*quando utiliza um processo mental...*). Em (8) há um exemplo de predicativo do sujeito.

Retomando, temos:

– adjunto realizado por advérbio:

- (2) ***ainda** existe o individualismo marcado.*

(EF SP)

– adjunto realizado por um SPrep, cujo complemento é um SN:

- (3) *então **no teatro** eu acho que é bem mais difícil.*

(DID SP)

– adjunto realizado por um SPrep, cujo complemento é uma sentença finita:

- (4) *eles me deram de volta uma série de duplicatas **para que eu assinasse, eu e o fiador.***

(D2 RJ)

– adjunto realizado por um SPrep, cujo complemento é uma sentença infinitiva:

- (5) *Ele não precisa ir à Universidade **para se preparar para a vida profissional.***

(DID SSA)

– adjunto realizado por uma sentença subordinada, ou seja, introduzida por um SC:

- (6) *eu volto somente **se tiver alguma pergunta.***

(EF REC)

– adjunto realizado por uma sentença com gerúndio, igualmente introduzida por um SC:

- (7) *então o homem faz esta **utilizando um processo mental já de compreensão**.*
(EF POA)

– adjunto realizado por uma minioração:

- (8) *De modo que eu vou **tranquilo**.*
(D2 SSA)

Este capítulo trabalhará as relações de adjunção no português brasileiro, definindo o que se entende por adjunção e descrevendo os lugares em que os diversos tipos de adjuntos aparecem em relação aos elementos que compõem a sentença. A apresentação e análise dessas relações, entretanto, será limitada aos chamados “adjuntos adverbiais” pela gramática tradicional, desconsiderando os adnominais. Será mostrado que, a despeito de adjuntos não serem elementos selecionados pelos núcleos sentenciais, ainda assim apresentam um comportamento previsível quanto aos lugares onde podem figurar na sentença, contribuindo para refinadas distinções de sentido a partir da posição que ocupem e dos elementos com os quais se juntem, como se observa no contraste entre (9a, b, c):

- (9) a) O João atravessou a rua.
b) O João **quase** atravessou a rua.
c) O João atravessou **quase** toda a rua.

Partiremos, na seção 2, da noção de adjunção na gramática tradicional, apontando algumas de suas limitações, para, na seção 3, definirmos o que se entende por adjunção neste livro. Na seção 4 veremos como se comportam os adjuntos no português brasileiro falado e, finalmente, na 5 haverá uma seção de sistematização formal sobre os adjuntos, contendo algumas discussões específicas, como o caso da negação.

2. Os adjuntos na gramática tradicional¹

Tradicionalmente os adjuntos são definidos, a partir da Nomenclatura Gramatical Brasileira (NGB), como “termos acessórios” da oração, em oposição aos “termos essenciais” (sujeito e predicado) e “termos integrantes” (os

complementos). Várias gramáticas definem como acessórios os termos que se juntam a um nome ou a um verbo para modificar-lhes o sentido. Afirmam ainda que, embora os adjuntos tragam dados novos à sentença, não são indispensáveis ao seu entendimento.

O que está por trás dessa intuição é o fato de os adjuntos não serem selecionados pelo núcleo verbal, como são os complementos e os especificadores, conforme já se viu em capítulos anteriores.

Vamo-nos deter por ora na definição acima, segundo a qual adjuntos se juntam a nomes ou a verbos, examinando os exemplos em (10):

- (10) a) A Rose deu os brinquedos para as crianças.
- b) A Rose [provavelmente deu] os brinquedos para as crianças. (Mas não os guardou depois).
- c) A Rose deu [provavelmente os brinquedos] para as crianças. (Mas não as roupas).
- d) A Rose deu os brinquedos [provavelmente para as crianças]. (Mas não para os adolescentes).
- e) Provavelmente, a Rose deu os brinquedos para as crianças. (É provável que o tenha feito, mas também pode ter-se esquecido de fazê-lo).

O advérbio *provavelmente* pode ocorrer em várias posições da sentença em (a), juntando-se a um verbo em (b) e a um sintagma nominal em (c); contudo, ao menos esse tipo de advérbio também se pode juntar a outros elementos, no caso, um sintagma preposicionado, em (d), e a toda a sentença, em (e). Além disso, o caso de (c) é problemático para a gramática tradicional, pois, embora o advérbio esteja junto de um sintagma nominal, o que constituiria um caso de adjunto adnominal — distinção que faremos logo abaixo —, gramáticos tradicionais não aceitam que tal advérbio possa ter essa função, mas tão-somente a de adjunto adverbial. Isso torna a definição acima incapaz de dar conta de todos os casos de adjunção na língua.

É preciso ter cuidado, também, com aquilo que a gramática tradicional chama de elementos “dispensáveis” ao entendimento da sentença. Da perspectiva estritamente sintática, são, de fato, elementos não-selecionados e, assim, não-obrigatórios na estrutura da sentença. Porém, da perspectiva semântica, é preciso considerar que, se o falante os colocou em uma dada sentença, é porque certamente trazem algum tipo de informação que se quer veicular e, dessa forma, não são dispensáveis. Veja-se que a distinção de sentido promovida

pelo uso do advérbio nas diferentes sentenças em (10), por meio do contraste estabelecido entre os parênteses, mostra a relevância desse elemento para a interpretação semântica da sentença.

Os adjuntos são, ainda da perspectiva tradicional, divididos em verbais (adjuntos adverbiais) e nominais (adjuntos adnominais), respectivamente (11) e (12) — uma consequência da definição explorada acima:

(11) João [comprou um carro [a prazo]].

(12) João comprou [uma cadeira [de praia]].

Note-se que em (11) o adjunto [*a prazo*] diz respeito ao SV [*comprou um carro*], já em (12) o adjunto [*de praia*] diz respeito exclusivamente ao SN [*uma cadeira*], daí a distinção.

Neste capítulo, ocupar-nos-emos apenas daqueles considerados como “adjuntos adverbiais”, conforme já apontamos na introdução. Como os adjuntos se podem juntar a outros elementos que não apenas o verbo, refinaremos a classificação acima ao longo do capítulo. Por outro lado, incorporaremos à classe dos adjuntos aquilo que a gramática tradicional trata como “predicativo do sujeito”, ou seja, como um termo integrante, conforme em (13). Vamos desconsiderar os casos de predicativo do objeto, porque esses casos foram analisados no capítulo de “Complementação”, como miniorações.

(13) *aprendeu a comer né? sozinha.*

(DID SSA)

Notem que *sozinha* é um adjetivo, pois está flexionado, que se relaciona com o SV que contém o verbo *comer*, já que descreve o modo como alguém aprendeu a comer. Há em (13) uma minioração que contém o adjetivo e ela se junta ao SV.

Todos os advérbios são tratados pela gramática tradicional como adjuntos, o que inclui a negação, por exemplo. Porém trataremos aqui a negação como uma categoria funcional (ver cap. 1), que faz parte do “esqueleto” sentencial, desempenhando a função de um operador semântico capaz de reverter o valor de verdade de uma proposição. Assim, se (14a) é uma declaração verdadeira acerca de um dado estado do mundo, (14b) necessariamente será falsa, pois a nega:

- (14) a) Rocha Lima é um gramático.
b) Rocha Lima não é um gramático.

A declaração (14b) pode ser parafraseada como “não é verdade que Rocha Lima seja um gramático”. Reservaremos a discussão da negação igualmente à seção de Sistematização formal.

Outro ponto a ser levantado, já discutido no capítulo sobre “Complementação”, envolve a reinterpretação de alguns complementos como adjuntos a partir da adoção da Nomenclatura Gramatical Brasileira (NGB). Os elementos em **negrito** nas sentenças abaixo eram considerados, pré-NGB, complementos circunstanciais por muitos gramáticos:

- (15) *Vocês gostam de **morar numa cidade de um milhão de habitantes?***
(D2 REC)

- (16) A festa durou **uma hora**.

- (17) A criança pesa **20 quilos**.

Após o advento da NGB, esses elementos passaram a ser considerados adjuntos pela gramática tradicional. Conforme a discussão que se encontra sobre o tema no capítulo 2, mantém-se a análise de que sejam de fato complementos, portanto não serão aqui discutidos.

Pouco se fala na gramática tradicional sobre a realização categorial dos adjuntos. Basicamente, consideram-se os advérbios e as orações subordinadas adverbiais, mas muitos dos exemplos apresentados envolvem igualmente sintagmas preposicionados, com ou sem a realização da preposição. Já vimos que casos como (13), em que há um adjetivo internamente a uma minioração adjungida ao sintagma verbal, não são tratados como adjuntos. De fato, a noção de sintagma, como se viu no capítulo 1, é estranha à gramática tradicional. É, contudo, essencial verificar a forma dos adjuntos, já que adjuntos realizados por diferentes elementos terão comportamentos distintos. Alguns podem ser “empilhados” nas margens da sentença, enquanto outros escolherão elementos muito específicos da estrutura a que se juntar. Ao tratá-los como “termos acessórios”, podemos ser levados a imaginar que sejam elementos que têm um comportamento absolutamente livre na sentença, já que são, da perspectiva sintática, dispensáveis. Veremos, passo a passo, que os adjun-

tos, embora mais livres do que, por exemplo, os complementos, são elementos bastante bem-comportados no que se refere a posições que possam ocupar na sentença, à recursividade, à proibição de movimento de elementos que os constituem. Esse último tópico será discutido na seção de Sistematização formal do capítulo.

Passemos, então, à descrição dos adjuntos. Mas antes cabe uma nota: para efeito da discussão geral do capítulo, vamos ignorar a distinção entre Sv e SV, porque é irrelevante aqui. Deixaremos as representações com Sv para a seção de Sistematização ao final do capítulo.

3. O que define um adjunto²

3.1. Adjuntos não são selecionados por um dado núcleo

Discutiu-se, no capítulo 2, que a entrada lexical dos verbos conterá informações acerca do número de argumentos que um dado verbo requer, sua natureza semântica (papéis temáticos) e categorial. Os verbos, portanto, selecionam diretamente seu(s) argumento(s) interno(s), e o verbo mais o(s) complemento(s) selecionam indiretamente o argumento externo. A informação contida no léxico tem de se projetar na sintaxe, respeitando o número de argumentos que um verbo requer e sua semântica, pois do contrário a sentença se torna agramatical. Há um número exato de argumentos a serem realizados (embora possam não se realizar foneticamente, como o objeto nulo, por exemplo) e o mais interessante é que nenhum verbo em língua alguma jamais seleciona mais do que três argumentos.

Entretanto, diferentemente dos argumentos, adjuntos não são selecionados e, assim, não há na sintaxe nenhuma restrição quanto ao número de adjuntos que possam ocorrer em uma dada sentença. Veremos mais abaixo, contudo, que há restrições dos próprios adjuntos, especialmente os advérbios, em relação ao tipo de elemento a que se vão adjungir. Comparemos as sentenças abaixo:

- (18) a) Maria vendeu o vestido.
 b) *Maria vendeu.
 c) *Maria vendeu o vestido a grinalda.

- (19) *Infelizmente, Maria quase vendeu o vestido* [à vista] [no último domingo] [na casa da tia] [depois do almoço] [com muita tristeza] [enquanto sonhava que o noivo retornaria aos seus braços].

É pouco provável que usemos comumente sentenças como (19), mas as limitações para isso não surgem de restrições impostas pela gramática da língua e sim por razões de natureza externa, como memória, capacidade de processamento do interlocutor etc.

O exemplo em (18) nos mostra que um verbo como *vender*, que requer dois argumentos, deve ter os dois realizados e nada a menos (18b) ou a mais (18c). Já em (19), temos a presença de oito adjuntos e poderíamos, com alguma criatividade, acrescentar mais alguns.

Por não serem selecionados, os adjuntos não mantêm com o verbo nem relação de concordância, nem realização de caso. Viu-se, no capítulo 1, que verbos normalmente concordam com o sujeito de uma sentença e que sujeitos normalmente têm caso nominativo, assim como objetos diretos têm caso acusativo e os indiretos, dativo — todos aqui representados pelo uso de pronomes, que preservam, de certa forma, a marcação de caso no português:

- (20) Eles me viram.
| |
Nom Acus

- (21) Ela sempre dava biscoito para mim.
|
Dativo

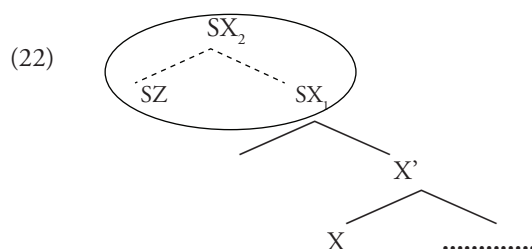
Essas relações não afetam os adjuntos. Mas vamos ver, na seção 4.2.2, que eventualmente adjuntos podem confundir-se com complementos em algumas funções realizadas por dativos.

3.2. Adjuntos expandem o elemento a que se adjungem

Adjuntos expandem uma categoria por meio do acréscimo de expressões não projetadas pelo predicador. Em outras palavras, há um processo sintático, chamado de adjunção, que tem a capacidade de agregar um elemento a uma categoria já existente, apenas expandindo essa categoria. Mais especificamente,

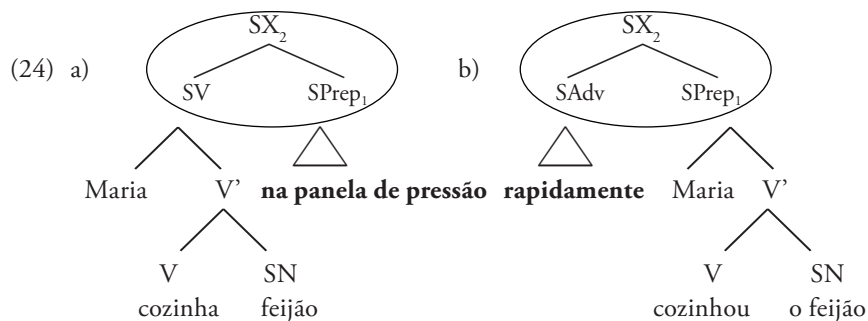
adjuntos não têm a capacidade de modificar a natureza categorial do elemento com que se juntam, mas apenas a de acrescentar camadas hierárquicas sobre tal categoria.

Talvez por isso é que adjuntos tenham formas tão distintas de realização como sintagmas preposicionados, advérbios de diferentes naturezas, sentenças subordinadas etc. Esse processo cria uma nova posição estrutural SX_2 , unindo-a a um nó existente SX_1 , isto é, junta um termo ao topo de outro, por meio de inserção de material lexical, como vemos esquematicamente em (22), em que SZ seria um adjunto:



Vamos exemplificar o que ocorre em (22) com as sentenças em (23) e suas representações arbóreas em (24):

- (23) a) Maria cozinha feijão [na panela de pressão].
b) Maria [rapidamente] cozinhou o feijão.

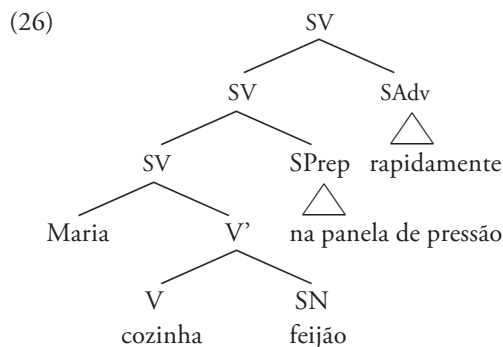


Representou-se, em (24), apenas a parte relevante da estrutura, ou seja, o SV ao qual os diferentes adjuntos, *na panela de pressão* e *rapidamente*, se juntam. Observe que a adjunção pode dar-se à direita ou à esquerda do SV.

De fato, veremos adiante que alguns adjuntos preferem a direita, enquanto outros preferem a esquerda. Há certa liberdade na posição dos adjuntos, mas ela é ditada pela natureza do adjunto. Observe ainda que, em vez do SPprep *na panela de feijão*, em (24a), poderíamos ter uma sentença adverbial plena, uma SC, como em (25a), embora não necessariamente essa sentença se junte ao SV, como veremos adiante. Observe também que o sintagma adverbial (SAdv) em (23b) pode ser, ele mesmo, modificado, acomodando mais material lexical, como em (25b):

- (25) a) [_{SFlex} ... [_{SV} Maria [_{V'} cozinha feijão]] [_{SC} quando os filhos aparecem em sua casa]].
 b) [_{SV} [_{SAdv} **muito** rapidamente [_{SV} Maria [_{V'} cozinhou o feijão]]]].

Finalmente, é possível reunirmos os dois adjuntos de (23) numa mesma sentença, apenas expandindo o SV, em mais uma camada, como vemos na representação em (26) abaixo:



3.3. Adjuntos se adjungem a um dado elemento

É bastante interessante a situação dos adjuntos nas gramáticas das línguas naturais e, obviamente, o português brasileiro não foge à regra. Adjuntos não são selecionados — mantra repetido aqui algumas vezes —; contudo, gostam de escolher os elementos aos quais se vão adjungir. Em certo sentido, é lícito afirmar que adjuntos é que selecionam os elementos aos quais vão unir-se. Isso se traduz pela metalinguagem utilizada até aqui no capítulo: adjuntos se adjungem A..., se juntam COM...

Veremos com mais vagar, na seção 4, quais são exatamente as escolhas que os adjuntos fazem, reveladas por meio da análise da amostra examinada, mas por ora observemos:

- (27) a) Ontem João chorou.
 b) *Ontem João chorou hoje.
 c) *Ontem João vai chorar.
- (28) a) Maria já trouxe o presente.
 b) Maria sempre traz algum presente.
 c) *Maria já sempre trouxe o presente.

Ontem e *hoje* são elementos que adicionam uma dimensão de tempo à sentença. Contudo, como já se viu em capítulos anteriores, o sintagma flexional também carrega informação temporal, realizada pela flexão verbal. É preciso haver, então, uma paridade entre a dimensão temporal expressa pela flexão e aquela expressa pelo adjunto. Isso indica que tais adjuntos escolhem o sintagma flexionado a que se adjungir. Mas a disparidade de informação entre o adjunto e a marca morfológica de tempo leva as sentenças a se tornarem agramaticais, como vimos nos exemplos (b) e (c) em (27).

Já em (28) temos uma descrição sobre o modo como um dado evento — o de Maria trazer um presente — ocorre. Em (a) parece haver um ponto final no evento, ou seja, o evento culmina com “o presente trazido”. Já em (b) temos uma descrição de um evento que ocorre e torna a ocorrer periodicamente (eventualmente, toda vez que Maria é confrontada com a situação de ter de trazer um presente). Não estamos mais na dimensão temporal da sentença, mas em sua dimensão aspectual.

Tempo e aspecto são dimensões que se entrecruzam, embora conttenham informações distintas. O tempo, no caso do português, é marcado morfológicamente no verbo. Trata-se de uma categoria dêitica, pois sua interpretação se dá relativamente ao momento em que um enunciado é feito. Pode, igualmente, ser veiculado lexicalmente por meio de adjuntos, como *ontem*, *amanhã*, *no próximo mês* etc., o que nos interessa diretamente aqui. Já o aspecto indica como um determinado evento ocorre no tempo: se é pontual ou não (João caiu *vs* João está construindo uma casa), sua duração, seu começo, seu desenvolvimento e seu eventual fim (João está lendo um livro *vs* João leu o livro todo)³. Não é nosso objetivo aqui

tratar dessa questão, mas, apenas a título de exemplificação, vejamos as sentenças abaixo:

- (29) a) Ela chorou muito.
b) Ela esteve chorando por muito tempo.

Reparem que ambas as sentenças estão no passado, como as marcas morfológicas em *chorou* e no auxiliar *esteve* revelam. Ao enunciar as duas sentenças, fica claro que o evento de chorar ocorreu antes do momento de sua enunciação. Contudo, são eventos bastante distintos e é o aspecto que os diferencia: em (a) não se faz referência ao desenvolvimento do evento, por exemplo, como se faz em (b).

Voltando aos adjuntos, advérbios como *já* e *sempre* são considerados aspectuais porque escolhem essa dimensão da sentença, ou seja, são elementos que demandam uma paridade também aspectual.

Em nossa língua, há uma forma bastante interessante de detectarmos adjuntos aspectuais, diferenciando-os dos temporais. Assim, podemos responder a uma pergunta que requer uma resposta afirmativa com tais adjuntos, mas apenas com eles (ou com o verbo), e nunca com advérbios temporais:

- (30) a) – Você já foi ao zoológico?
– **Já.**
b) – Ontem você foi ao zoológico?
– *Ontem.

Na próxima seção discutiremos, com base na amostra examinada, justamente que tipos de adjuntos escolhem quais tipos de categorias com que se juntar. Mas vejamos, agora, uma clara distinção que se estabelece entre os adjuntos: aqueles realizados por advérbios e os que chamaremos de adjuntos “puros” — estes realizados, usualmente, por constituintes, como sintagmas preposicionados (SPprep) ou orações subordinadas (SC).

Como vimos acima, advérbios são bastante restritivos em relação a que pontos da estrutura sentencial vão unir-se. Também são restritivos em relação a coocorrer com outros advérbios da mesma classe, como vimos em (27b) e (28c). Esse tipo de efeito tem a ver com o escopo do advérbio. Informalmente, podemos definir escopo como o alcance de modificação que um determinado elemento tem na sentença. Podemos pensar, ainda, em escopo

como um feixe de luz produzido por uma lanterna: seu efeito terá uma certa abrangência luminosa a depender da posição em que segurarmos a lanterna.

Os exemplos explorados em (10), e retomados aqui como (31), mostram esse efeito com clareza:

- (31) a) A Rose [provavelmente deu] os brinquedos para as crianças. (mas não os guardou depois).
 b) A Rose deu [provavelmente os brinquedos] para as crianças. (mas não as roupas).
 c) A Rose deu os brinquedos [provavelmente para as crianças]. (mas não para os adolescentes).
 d) Provavelmente, a Rose deu os brinquedos para as crianças. (É provável que o tenha feito, mas também pode ter-se esquecido de fazê-lo).

Em cada uma das sentenças acima, o advérbio *provavelmente* tem um escopo distinto, gerando diferentes interpretações. O mesmo podemos verificar na comparação entre (32) e (33) abaixo. Embora os advérbios estejam na mesma posição linear da sentença, podem produzir efeitos distintos de interpretação em função de seu escopo, como podemos verificar pelas paráfrases utilizadas:

- (32) Provavelmente, Maria está fugindo de suas obrigações.
 (É provável que Maria esteja fugindo de suas obrigações).
 (33) Cuidadosamente, João limpou o quarto.
 (João foi cuidadoso ao limpar o quarto).

No primeiro caso, o advérbio parece ter escopo sobre toda a sentença, enquanto no segundo, sobre *João*⁴. Há outros testes que confirmam essa diferença de comportamento entre advérbios como *provavelmente* (também chamados de “modalizadores”) e *cuidadosamente*, conforme se vê nas paráfrases abaixo para (32) e (33), respectivamente:

- (32') *Maria está fugindo com probabilidade de suas obrigações.
 (33') João limpou com cuidado o quarto.

Não é possível, entretanto, mexer com a ordem de ocorrência desses elementos na sentença, sem lhes alterar o escopo. Vejamos a distinção em (34).

Como *provavelmente* tem escopo sobre toda a sentença, deve, necessariamente, estar em uma posição mais alta do que *cuidadosamente*:

- (34) a) Provavelmente, João limpou o quarto cuidadosamente.
(É provável que João tenha sido cuidadoso ao limpar o quarto).
b) *Cuidadosamente, João provavelmente limpou o quarto.

Por outro lado, o que estamos aqui chamando de “adjuntos puros” pode-se “empilhar”, preferencialmente, à direita dos sintagmas verbais, sem restrição de colocação ou ordem preferencial entre eles, como em (35). Em outras palavras, esses adjuntos não causam nenhum efeito aparente de escopo.

- (35) a) João viajou [de carro] [para Curitiba] [pela BR-101] [no sábado] [com a namorada] [após o lanche] [sem dinheiro algum]...
b) João viajou [sem dinheiro algum] [de carro] [no sábado] [pela BR-101] [para Curitiba] [após o lanche] [com a namorada]...

O leitor poderá facilmente acrescentar inúmeras outras possibilidades de ordenação entre os adjuntos acima. O que interessa aqui, entretanto, é que se perceba a distinção de comportamento entre alguns advérbios e a classe que chamamos, apenas a título de separação da anterior, de “adjuntos puros”.

4. Forma, função e posição dos adjuntos na amostra examinada⁵

4.1. Forma dos adjuntos

Para o elencamento das formas dos adjuntos, vamos contrapor aqueles que se realizam como advérbios e aqueles que apresentam uma estrutura sintagmática maior. Nesse último caso, há adjuntos que podem ter um núcleo, realizado foneticamente ou não, seguido de complemento: SPrep = preposição (núcleo) + SN (complemento) ou preposição (núcleo) + sentença; sentença subordinada = complementizador (núcleo) + sentença (complemento). Abaixo seguem as formas com os respectivos exemplos.

4.1.1. Advérbios

Podem-se realizar sozinhos, (36) a (39), ou expandidos por outros advérbios, como em (40):

- (36) *Já vimos aqui quanto às dimensões...*
(EF SSA)
- (37) *mas **sempre** tem um bom número na reunião.*
(DID SSA)
- (38) *[...] primeira coisa primeiro ponto o homem **simplesmente** adquire a informação.*
(EF POA)
- (39) *A criança vai ao maternal **somente** para brincar.*
(DID SSA)
- (40) *ela... no fundo ela é uma orientadora... porque **quase sempre** ela é procurada pelos alunos.*
(D2 SP)

4.1.2. SPrep

Podem-se realizar apenas com a preposição seguida de um SN, nos exemplos (41) e (42); podem ter junto de si um elemento dêitico (como *aqui*, *lá* etc.), nos exemplos (43) e (44); ou podem, finalmente, introduzir uma sentença finita ou infinitiva, como em (45) e (46), respectivamente:

- (41) *então **no teatro** eu acho que é bem mais difícil.*
(DID SP)
- (42) *[...] eu **em dois meses** paguei dois dias de hotel em Madri [...].*
(D2 RJ)
- (43) ***Lá em Belém**, por exemplo, era uma farinha misturada com água. [...].*
(DID POA)
- (44) ***Agora neste momento** eu vou trabalhar com barro [...].*
(EF SP)

- (45) *Eles me deram de volta uma série de duplicatas **para que eu assinasse, eu e o fiador.***

(D2 RJ)

- (46) *Ele não precisa ir à Universidade **para se preparar para a vida profissional.***

(DID SSA)

4.1.3. SPrep sem núcleo

São sintagmas que podem ocorrer com a preposição nula, ou seja, sem sua realização fonológica. Esses sintagmas são também denominados de sintagmas nominais adverbiais (ou SPreps sem cabeça) e podem ocorrer sem a preposição quando os SNs são encabeçados por:

- nomes que indicam unidades do calendário (dia, mês, ano, minuto, hora);

- (47) *era **sábado** à noite.*

(DID SP)

- (48) *Já **outro dia** eu chamei você de Fernando.*

(EF REC)

- (49) *então infelizmente **esse ano** eu tive que fazer um outro empréstimo [...].*

(D2 RJ)

- nomes comuns como *tempo, vez, ocasião, férias, intervalo, período, época, fase, momento, temporada* etc.;

- (50) *Nós não ficamos **muito tempo** em Curitiba.*

(DID RJ)

- (51) ***Uma vez** foi em Santa Cruz.*

(DID POA)

- (52) ***Uma ocasião**, o, o cônsul alemão, Zinger, não sei se vocês conheceram...*

(EF SP)

- nome comum ou próprio indicando lugar;

- (53) *porque a televisão eu tenho ido...*

(DID SP)

- (54) *Paris, eu fico na casa de um amigo.*

(D2 RJ)

Como foi visto no capítulo 3, a posição de Tópico favorece particularmente o apagamento da preposição. Mas, mesmo não estando nessa posição, a preposição pode aparecer apagada, como vemos em (47) a (52) de forma inequívoca.

Voltemos aos casos de Tópico, examinando alguns exemplos:

- (55) a) Eu fico na casa de um amigo em Paris.
 b) *Eu fico na casa de um amigo Paris.
 c) Em Paris, eu fico na casa de um amigo.
 d) Paris, eu fico na casa de um amigo.
- (56) a) Eu fico na casa de um amigo em agosto.
 b) *Eu fico na casa de um amigo agosto.
 c) Em agosto, eu fico na casa de um amigo.
 d) Agosto, eu fico na casa de um amigo.

A sentença em (55b) indica que o adjunto não pode ter sua preposição apagada quando em sua posição original. Contudo, quando o adjunto é movido para posições externas à sentença, então o apagamento da preposição pode ocorrer, como se verifica em (55d). Há, portanto, casos em que, mesmo em sua posição original dentro da sentença [cf. (47) e (50)], o adjunto não ocorre com a preposição, enquanto em outros casos o apagamento da preposição se dá em função do movimento do adjunto, o que igualmente se verifica com os complementos preposicionados. Essa discussão foi feita no capítulo 3.

4.1.4. Sentenças finitas

São os casos de sentenças com verbo flexionado para tempo que ocorrem com o que chamamos, no capítulo 1, de SCs.

- (57) *Quando eu quero levar assim uma merenda, [...], eu geralmente eu levo maçã.*
 (DID RJ)

4.1.5. Sentenças gerundiais

Como o nome denuncia, são adjuntos oracionais que ocorrem com verbo no gerúndio:

- (58) *eu vim uma vez de Belo Horizonte **pegando justamente Ipatinga dali da Usiminas.***

(D2 SSA)

Reparem que separamos as sentenças gerundiais das infinitivas, evitando o rótulo geral “sentenças reduzidas”, pois nossa preocupação nesta seção é com a forma de realização do adjunto. O que separa essas sentenças é que as gerundiais nunca admitem preposição, enquanto as infinitivas sempre são complemento de uma preposição, portanto estão dentro de um SPrep, como vimos acima no exemplo (46).

4.1.6. Minioração

É tratada na gramática tradicional como “predicativo do sujeito”, expressando modo e sendo realizada por um adjetivo, conforme vimos na seção 2. Esses casos são, na realidade, considerados como miniorações, em que o sintagma adjetival (SA) está incluído numa estrutura que o relaciona ao sujeito.

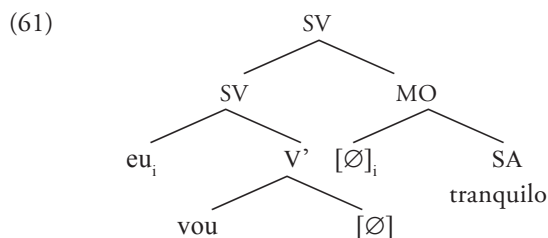
- (59) *aprendeu a comer né? **sozinha***

(DID SSA)

- (60) *De modo que eu vou **tranquilo.***

(D2 SSA)

Vamos representar em (61) a estrutura relevante para (60). Observe-se que o sintagma adjetival realizado por *tranquilo* é parte de uma estrutura de predicação, a minioração (MO), relacionando-se ao argumento externo (*eu*) selecionado pelo verbo *ir*.



A estrutura de (59) seria semelhante, com a diferença de que o sujeito “ela” vem oculto.

De alguma forma, um mesmo elemento em (60) — *eu* — está entrando em duas relações distintas na sentença: uma com o verbo e outra com o adjetivo. Uma maneira de analisar essa relação é pressupor que há, como adjunto, uma minioração contendo uma categoria vazia que remete ao sujeito, como se representa em (60’) a versão linear de (61):

(60’) [eu_i vou [Ø] [_{MO} [Ø]_i tranquilo]]

Trata-se, portanto, de uma categoria vazia que remete ao sujeito da sentença — conforme os índices idênticos entre os dois elementos mostram —, capturando o fato de que se trata de uma categoria que tanto é predicada por *tranquilo* quanto por *ir*.

4.1.7. Subordinada sem cabeça (sem núcleo realizado)

Da mesma forma que o SPrep sem núcleo realizado, a subordinada sem cabeça caracteriza-se por não ter um elemento subordinador, isto é, um núcleo. Esse tipo de subordinada se apresenta com a função semântica de tempo.

(62) Eu *sofri um acidente* ***há coisa de vinte dias atrás***.

(D2 RJ)

(63) *eu também aprendi, mas no Barroso ainda, no tempo que tinha... uns trapiches ali, **há muitos anos**, era guria... era no... no fundão mesmo.*

(DID POA)

4.2. Função semântica dos adjuntos

Quando falamos em relação de complementação ou de adjunção, referimo-nos a uma descrição puramente sintática. Na relação de complementação, quando um verbo se combina com um complemento, a projeção resultante (V') é diferente da projeção do verbo (V); ou quando o verbo + complemento (V') se combina com um especificador, a categoria resultante é SV.

Já na relação de adjunção, quando um adjunto se junta a um SV, o que se tem é a projeção de mais uma camada de SV, conforme vimos na seção 3.2. Entretanto, o termo que foi adjungido ao SV acrescenta-lhe uma função semântica, qualificando-o ou restringindo-o de alguma forma. Os adjuntos têm, portanto, um domínio semântico de atuação que se traduz, entre outras coisas, pela relação de escopo que possam tomar, conforme já se discutiu anteriormente de forma breve.

Não vamos ocupar-nos aqui de uma classificação detalhada acerca das funções semânticas dos adjuntos, mas, antes, exemplificar algumas das possibilidades. Vamos, contudo, explorar, com um pouco mais de detalhes, os advérbios, já que a classificação que utilizaremos é inexistente na gramática tradicional. Essa seção vai dividir-se em funções normalmente realizadas por SCs, por SPreds e por advérbios. É preciso, entretanto, considerar que uma mesma função semântica pode realizar-se pelas três formas, senão vejamos:

- (64) a) *Quando eu quero levar assim uma merenda, [...], eu geralmente eu levo maçã.*
(DID RJ)
- b) *a via de acesso pra lá atualmente é uma barbaridade...*
(D2 SSA)
- c) *Nós não ficamos (por) muito tempo em Curitiba.*
(DID RJ)

Todos os adjuntos em (64) expressam uma função temporal, entretanto em (a) ela é realizada por uma sentença (uma SC), em (b), por um advérbio e em (c), por um Spred que pode, inclusive, ter seu núcleo apagado.

Assim, a classificação abaixo revela muito mais algumas funções prototipicamente realizadas por uma dada forma do que esgota a discussão sobre as funções semânticas dos adjuntos.

4.2.1. SCs

Podemos aqui agrupar aquelas funções já familiares como orações consecutivas, condicionais, concessivas etc.

- (65) *E a gente gostou tanto **que ficava todo o dia jogando**.*

(DID POA)

- (66) *A identificação **se tiver assim um caráter já de uma pequena, um pequeno exame**, então já está num nível mais complexo.*

(EF POA)

- (67) ***Se ela for uma criança como parece que é totalmente desinibida e que no ambiente que chega ela lidera**, então eu tenho a impressão que eu vou botar num colégio logo maior e que ela fique até a faculdade.*

(DID SSA)

- (68) *eu não chego a ter ideia, **embora eu lá conviva com brasileiros que trabalham [...]**.*

(D2 RJ)

Em (65) temos a chamada consecutiva, função que expressa a consequência acarretada por uma causa apresentada na primeira oração, ou seja, a causa é [*e a gente gostou tanto*], sendo sua consequência [*que ficava o dia todo jogando*]. Os exemplos (66) e (67) são condicionais, expressando uma relação de implicação entre uma oração e outra. Já (68) exemplifica uma concessiva, em que o adjunto expressa a relação de contraposição à oração que modifica.

4.2.2. SPreps — Preposições complementadas por sentenças ou por SNs

O que nos leva a agrupar os exemplos abaixo é o fato de que é a preposição a responsável pela atribuição da função semântica em cada instância. Vale ressaltar, ainda, que o elemento que segue a preposição é, portanto, seu complemento — uma noção com que vimos trabalhando ao longo do capítulo sem explicitá-la até o momento.

- (69) *Estou sempre falando tudo depressa **porque não dá tempo.***

(D2 SP)

- (70) *Sabemos, por exemplo, nós que entramos aqui neste sindicato no ano de 1974, das carências e das deficiências que o sindicato apresentava **por não possuir uma sede adequada já que evidentemente se tratava de um edifício antigo...***

(DID REC)

- (71) *Ele não precisa ir à Universidade **pra se preparar para a vida profissional.***

(DID SSA)

- (72) *eles me deram de volta uma série de duplicatas **para que eu assinasse, eu e o fiador.***

(D2 RJ)

- (73) *[...] se desenvolvem normalmente **como se fossem mamãs femininas.***

(EF SSA)

Os exemplos (69) e (70) são de sentenças causais, cuja função é dada pela preposição *por*, que atribui o sentido de causa, motivo, razão à sentença finita ou infinitiva que introduz. Vale uma ressalva: o fato de a preposição ser escrita junto com o complementizador é uma mera convenção ortográfica para o português no Brasil. Sintaticamente, entretanto, a preposição é núcleo do SPrep e o complementizador introduz a sentença que o complementa.

Já (71) e (72) são exemplos de sentenças de finalidade, exprimindo propósito ou fim e, novamente, é a preposição *para* que atribui essa função semântica às sentenças. O exemplo (73) é um adjunto comparativo, que expressa a comparação por meio do estabelecimento de uma relação de inferioridade, igualdade ou superioridade. Vejam que, novamente, a preposição tem um papel na função semântica.

Não é de desconsiderar que os casos que agrupamos em 4.2.1 envolvem SCs cujo núcleo pode ser parafraseado por expressões preposicionadas. Se há uma generalização a fazer, portanto, é a de que as preposições são essenciais na definição da função semântica dos adjuntos que introduzem.

Abaixo agrupamos casos de locativos (74) e (75), modo (76), companhia (77), instrumento (78) etc., apenas a título de exemplificação, pois parecem dispensar explicações.

- (74) *Então **no teatro** eu acho que é bem mais difícil.*
(DID SP)
- (75) ***Em Manaus**, por exemplo, eh, tudo, tudo tem, tem base com peixe.*
(DID RJ)
- (76) *Eu compro **a prazo**.*
(D2 RJ)
- (77) *eles acompanham **com farinha**, sabe?*
(DID RJ)
- (78) *eu vou trabalhar **com barro**.*
(EF SP)

Finalmente, resta-nos apresentar os chamados *benefactivos* ou dativos de interesse, de posse, de opinião e dativos éticos, segundo a gramática tradicional. Esse tipo de construção pode ocorrer como objeto indireto ou como adjunto. Comparemos os exemplos abaixo:

- (79) João deu o presente para Maria.
- (80) *E começou a ler os livros que nós liamos **para ele**, não é?*
(D2 SP)

Em (79) *para Maria* é um sintagma selecionado pelo verbo *dar*, comportando-se, portanto, como objeto indireto. Já, em (80), *ler* seleciona *livros* como objeto direto (argumento interno) e *nós* como sujeito (argumento externo). *Para ele* não é um elemento selecionado, mas antes um adjunto que denota quem se “beneficia” no evento expresso pelo predicado.

Já, em sentenças como (81),

- (81) Não **me** quebre o prato.

algumas gramáticas consideram o clítico *me* como adjunto adnominal, porque interpretam a frase como “Não quebrem o meu prato”. Entretanto, em todos os casos, o benefactivo indica, normalmente, algo em benefício/ malefício de alguém e não faz parte da predicação verbal.

4.2.3. Advérbios

Diferentemente das classificações exploradas acima, aqui nos vamos deter mais pormenorizadamente nas funções semânticas dos advérbios, pois, como vimos anteriormente, a depender de sua função eles vão juntar-se a um ou outro elemento da sentença.

– Aspectuais (*já, ainda, sempre, normalmente* etc.)

Os adjuntos aspectuais indicam a frequência com que um evento ocorre, indicam se o evento teve um ponto de culminância ou não etc., mas diferem dos temporais, como vimos na seção 3.3.

(82) ***ainda** existe o individualismo marcado.*

(EF SP)

(83) *porque eles **já** fazem no quinto ano de medicina.*

(DID SSA)

– Intensificadores (*muito, pouco, bastante, mais* etc.)

Esses adjuntos, apesar de previstos pela gramática tradicional, apresentam um domínio de modificação mais amplo do que o previsto. Por exemplo, *muito* em (84) tem escopo sobre os substantivos que o seguem, em (85) *mais ou menos* tem escopo sobre o adjetivo *responsável* e em (86) *muito* tem escopo sobre o adjetivo *sozinha*.

(84) *Então nós comemos **muito** xinxin-de-galinha, bobó de camarão, acarajé.*

(DID RJ)

(85) *... e ainda agora que estão todos maiores, quer dizer, cada um já fica **mais ou menos** responsável por si.*

(D2 SP)

(86) *agora eu estou **muito** sozinha lá na praia.*

(DID POA)

– Modalizadores (*talvez, realmente, provavelmente, possivelmente, praticamente* etc.)

Os adjuntos modalizadores não fazem parte do conteúdo proposicional expresso pela sentença, mas atuam sobre esse conteúdo ou sobre a asserção feita. Além de expressarem crença, opinião, expectativa, podem também delimitar um ponto de vista. Em (87), por exemplo, *infelizmente* evidencia a atitude do falante em relação ao que foi afirmado: *ter de fazer um empréstimo*.

(87) *então **infelizmente** este ano eu tive que fazer um empréstimo para pagar os doze mil.*

(D2 RJ)

(88) *os nomes **realmente** eu não guardei.*

(DID RJ)

– Focalizadores (*também, só, justamente* etc.)

Esses adjuntos têm foco sobre adjetivos, numerais, advérbios etc. O que se quer dizer com isso? Que tais elementos colocam “em destaque” alguma categoria específica da sentença com que se juntam. Vamos aqui construir um exemplo com o *só*, para que a comparação possa ser feita, já que exemplos comparativos não surgem na amostra examinada. Apresentamos depois os exemplos da amostra, para encerrar a seção.

- (89) a) João trouxe carne para o almoço.
 b) [Só João] trouxe carne para o almoço. (mas não o resto dos convidados)
 c) João [só trouxe carne] para o almoço. (mas não foi buscar o pão)
 d) João trouxe [só carne] para o almoço. (e não a salada)
 e) João trouxe carne [só para o almoço]. (e não para o jantar também)

(90) *as cooperativas **também** são entidades realmente bastante significativas.*

(DID REC)

(91) *... tinha **até** um tempero azul.*

(D2 POA)

- (92) *vemos por aí que os sindicatos... uma assistência jurídica que é demasiadamente importante, **principalmente** naquelas questões jurídicas relacionadas entre patrões e empregados.*

(DID REC)

4.3. Posição dos adjuntos

Embora não haja uma correlação absoluta entre forma, função semântica e posição dos adjuntos, algumas funções privilegiam determinadas posições, o que é previsível pela descrição que vínhamos fazendo. Espera-se encontrar, por exemplo, advérbios aspectuais próximos aos verbos, modalizadores no início (linear) das sentenças etc. Vamos organizar, novamente, a posição de ocorrência dos adjuntos na amostra examinada em função de sua forma. Há uma motivação para isso: aqueles realizados por sentenças tenderão a ocorrer em posição inicial ou final, o que também se espera dos SPreps — o que justificaremos ao longo da discussão. Já os advérbios ocuparão posições várias por se adjungirem ou a um elemento temporal na estrutura, ou a um aspectual etc. Faz-se, assim, um cruzamento entre forma e função semântica dos adjuntos a seguir, na tentativa de estabelecer preferências de posição entre eles.

4.3.1. Sentenciais

É preciso notar que a classificação dos “adjuntos sentenciais” aqui envolve SCs e sentenças finitas ou infinitivas introduzidas por preposições, assim como as subordinadas sem cabeça.

– *Posição inicial*

As condicionais ocorrem, principalmente, na posição inicial. Essa preferência pode ser eventualmente explicada pela relação semântica que se estabelece entre essas sentenças subordinadas em adjunção e a sentença a que se adjungem: a premissa normalmente vem antes da conclusão.

Os exemplos a seguir evidenciam esse tipo de comportamento:

- (93) [*mas se a gente está num nível de vida em que a preocupação inicial é se manter vivo*], qualquer atividade nossa vai estar relacionada com com essa preocupação...

(EF SP)

- (94) [*Se ela for uma criança como parece que é, totalmente desinibida, e que no ambiente que chega ela lidera*], então eu tenho a impressão que eu vou botar num colégio logo maior e que ela fique até a faculdade.

(DID SSA)

Em (93) e (94), as sentenças em negrito expressam a premissa, isto é o ponto ou ideia de que se parte para armar um raciocínio; as não-negritadas, a conclusão.

– *Posição final*

As causais tendem a ocorrer em posição final, pois o efeito/consequência vem antes da causa.

Os exemplos a seguir evidenciam esse tipo de comportamento:

- (95) *Andávamos em fila de seis, porque naquele tempo não tinha movimento.*

(DID POA)

- (96) *me chocou tremendamente porque... eh por detrás dos bastidores é uma coisa horrível, né...*

(DID SP)

Em (95) e (96) as orações em negrito expressam a causa e as não-negritadas, o efeito.

Os adjuntos realizados por sentenças de finalidade (97 e 98), consecutivas (99 e 100) e conformativas se caracterizam pela baixa frequência de ocorrência, na amostra examinada, e privilegiam a posição final na sentença, isto é, após o(s) complemento(s) — preenchidos ou nulos —, quando houver um.

- (97) ... ela sai *para ser alfabetizada...*

(DID SSA)

- (98) *eles me deram de volta uma série de duplicatas **para que eu assinasse, eu e o fiador.***

(D2 RJ)

- (99) *A banana é uma banana tão grande **que não dá para você comer inteira.***

(DID RJ)

- (100) *E a gente gostou tanto **que ficava todo o dia jogando.***

(DID POA)

Também ocorrem em posição final as subordinadas sem cabeça:

- (101) *... eu sofri um acidente **há coisa de vinte dias atrás.***

(D2 RJ)

– *Posição inicial ou final*

As sentenças temporais podem ocorrer no início ou no final da estrutura. É preciso lembrar, contudo, que essa função semântica pode realizar-se através de diferentes formas, como vimos em 4.2.

- (102) *... até que fosse aprovado [Ø] **quando eles me abriram uma conta...***

(D2 RJ)

- (103) ***Quando ela começou a cursar em março** ela tinha um ano e seis meses.*

(DID SSA)

Quanto à posição dessas sentenças na configuração estrutural, assume-se que sejam adjungidas a SFlex, tanto na margem à esquerda quanto na margem à direita.

4.3.2. SPreps

Os adjuntos realizados por SPreps tendem a ocorrer ou em posição inicial ou final. Apenas os locativos apresentam uma preferência maior pela posição final.

Podemos agrupar aqui os benefactivos (104), os de modo (instrumento, meio, maneira e companhia) (105 a 108), os temporais (109) e os locativos (110 e 111).

- (104) *para elas* aquele... *eh::ordenado é ótimo...*
(D2 SP)
- (105) *eu vou trabalhar com barro.*
(EF SP)
- (106) *e eles viviam basicamente da coleta.*
(EF SP)
- (107) *pretendia ir pela Varig.*
(EF RJ)
- (108) *então geralmente ele vai com um tio.*
(D2 SP)
- (109) *ele deve ter sido formado em odontologia, por volta de 1917.*
(D2 RJ)
- (110) *vocês leram isso nas páginas doze, treze e quatorze.*
(EF REC)
- (111) *nós fizemos pernoite em Curitiba.*
(DID RJ)

Note-se que os adjuntos de modo se concentraram maciçamente na posição pós-verbal, o que parece constituir evidência de ocorrerem, preferencialmente, em adjunção a SV.

Cabe, ainda, uma observação acerca dos temporais e locativos. Embora privilegiem as posições inicial e final da sentença, conforme apontamos acima, há ocorrências desses adjuntos antes de verbos, indicando que poderiam estar entre o sujeito da sentença e o verbo propriamente.

Contudo, um exame mais rigoroso mostra que esses adjuntos ocorrem, de fato, no início da sentença, não entre um sujeito e um verbo, mas entre um tópico (cf. cap. 3) e um verbo, como em (112):

(112) *até o professor **naquele tempo** queria que eu competisse.*

(DID POA)

Em (112), o constituinte *o professor* constitui um tópico, em vez de constituir um sujeito, de tal forma que o que apresenta posição variável é o sujeito e não o adjunto. Nessa análise, subjaz a assunção de que línguas de tópico, como o português do Brasil, o que é interpretado como sujeito não é o SN na posição de especificador da flexão, mas um sujeito mais externo — o tópico, conforme se mostrou no capítulo 3. Pode-se constatar essa análise através da “duplicação do sujeito”, como em “*o professor, [naquele tempo] ele queria que eu competisse*”, exemplo que mostra com clareza que o adjunto está antes do sujeito, portanto, em posição inicial da sentença.

Essa estrutura poderia ser assim representada:

(112') até [o professor] naquele tempo [Ø] queria que eu competisse.
Top (S) V Complemento

Assumiremos que os adjuntos temporais se juntem a SFlex e que os locativos possam juntar-se a SFlex e/ou SV.

Com ou sem cabeça, os Spreps também tendem a ocorrer nas posições inicial e final. Os temporais distribuem-se proporcionalmente pelas posições inicial e final, conforme (113), (114) e (115), a seguir.

(113) *esses últimos tempos eu tenho ido nesses programas de televisão.*

(DID SP)

(114) *e se reúne **aquele dia**, né?*

(DID POA)

(115) *eu preciso sair daqui **sexta-feira de manhã**.*

(D2 SSA)

Por sua vez, os frequentativos ocorrem nas posições inicial, final e logo depois do verbo, conforme (116), (117) e (118).

(116) ***quase todos os anos** tem aqui no Rio Grande do Sul.*

(DID POA)

(117) *vai trabalhar o **dia** inteiro.*

(D2 SP)

(118) *porque eu vim **uma vez** de Belo Horizonte.*

(DID REC)

4.3.3. Advérbios

Vamos aqui destacar os tipos adverbiais de que vimos falando ao longo do capítulo.

4.3.3.1. Advérbios temporais

Ocorrem como adjuntos a SFlex, em posição inicial ou final.

(119) a) [_{SFlex}... **atualmente** [_{SFlex} *o governo estabelece os chamados reajustes salariais*]].

(DID REC)

b) [_{SFlex} [_{SFlex} ... *isso é o que interessa*] **agora**].

(D2 RJ)

4.3.3.2. Advérbios aspectuais

Os advérbios aspectuais ocupam preferencialmente uma de três posições: a posição 1 (antes do verbo), (120a); a posição 2 (entre dois verbos), (120b); e a posição 3 (após o verbo), (120c):

(120) a) Pedro **ainda** não tinha visto o filme.

b) Pedro não tinha **ainda** visto o filme.

c) Pedro não tinha visto **ainda** o filme.

Percebam que os efeitos de sentido serão distintos em função do escopo que o advérbio tomar.

4.3.3.3. Advérbios modalizadores

Os modalizadores preferem a zona pré-verbal, harmonizando com outras categorias modalizadoras, como os verbos modais, que aparecem antes de todos os verbos (*tive que fazer*), como em (121):

- (121) *Então **infelizmente** esse ano eu **tive que** fazer um outro empréstimo para pagar os doze mil.*

(EF RJ)

A análise adotada para os aspectuais será estendida aos modalizadores. Assim, eles podem ser gerados em adjunção a SV, mas podem-se adjungir, igualmente, a projeções máximas mais altas, já que tendem a se concentrar em posição pré-verbal.

Deve-se salientar que, entre os modalizadores, estão incluídos os advérbios denominados de orientados para o sujeito e orientados para o falante, conforme apontamos anteriormente.

Como já discutimos, um dos diagnósticos para a identificação de tais advérbios é o uso de paráfrases. Os advérbios orientados para o falante apresentam a característica de, ao serem parafraseados, exigirem uma sentença encaixada.

- (122) a) **Evidentemente**, Maria está nos evitando.
b) É evidente que Maria está nos evitando.

Mas, por expressarem uma opinião do falante, é adequado considerar que tais elementos sejam adjuntos de uma categoria mais alta da sentença, ou seja, SC. Isso significa que tais adjuntos não estão dentro da sentença, mas acima dela, pois vinculam-se a um discurso maior, já que remetem o advérbio a uma manifestação daquele que enunciou a sentença.

Já os advérbios orientados para o sujeito caracterizam-se por, na paráfrase, ocorrerem como um adjetivo e se adjungirem a SFlex. Estão, assim, dentro da sentença, com escopo sobre o sujeito.

- (123) a) **Cuidadosamente**, João colocou o leite no copo.
b) João foi cuidadoso ao colocar o leite no copo.

4.3.3.4. Operadores de foco

Como operadores de foco, englobamos os adjuntos focalizadores, intensificadores e os de inclusão/exclusão, dada a característica de eles se comportarem de modo similar no que se refere ao estabelecimento de foco nos constituintes.

Além disso, a distinção entre esses adjuntos quanto à função semântica é bastante complexa, uma vez que, além da possibilidade de homonímia, a distinção só é possível a partir da análise dos efeitos de sentido que tais advérbios produzem, implicando a necessidade de uma análise bastante detalhada e voltada para o papel discursivo que estes desempenham, o que não faz parte do escopo deste trabalho.

Já no aspecto formal, esses adjuntos se adjungem a constituintes específicos, a saber: ao sujeito, ao complemento e ao verbo ou a SFlex, produzindo a sensação de que se distribuem por quase todas as posições. Contudo, tendem a se concentrar entre o verbo e o complemento. Os exemplos abaixo ilustram a ocorrência desses adjuntos nas variadas posições, bem como as possibilidades de adjunção:

– *Adjunção a SFlex:*

(124) ... *sabiam que iam outros jovens **também**.*

(DID POA)

– *Adjunção a SV:*

(125) *eu vou adiantar **um pouquinho** a matéria.*

(EF REC)

(126) *O homem **simplesmente** adquire a informação.*

(EF POA)

Abaixo há um quadro que resume, por ora, as principais possibilidades de adjunção discutidas nesta seção; contudo, esse quadro será expandido na última seção para acomodar uma nova categoria funcional que será apresentada.

SFlex	SV
Operadores de foco	Operadores de foco
Adjuntos sentenciais	Modo
Locativos	Locativos
Aspectuais	Aspectuais
Modalizadores	Modalizadores
Temporais	SPreps sem cabeça

5. Sistematização formal

Vamos explorar, nesta seção, o caso da negação, conforme se prometeu na introdução, assim como uma nova categoria funcional necessária para acomodar a representação da adjunção — o sintagma aspectual. Trata-se de dois novos núcleos funcionais até agora não explorados neste livro, que se justificam quando se analisa a adjunção por diferentes motivos: no caso da negação, para mostrar que os chamados “advérbios de negação” não são meros adjuntos, e no caso do aspecto, como uma categoria a que se adjungem os advérbios aspectuais de que já tratamos. Passaremos, agora, a incorporar o Sv — sintagma do verbo leve — em nossas representações.

Finalizaremos o capítulo apresentando uma característica dos adjuntos: de dentro deles não se pode mover nenhum elemento. Esse fenômeno é universal e tem sido chamado de “ilha”.

5.1. Negação⁶

Um fato que chama a atenção sobre a negação, e que a diferencia dos demais advérbios, é que tem posição fixa na sentença. Vejamos a sentença abaixo:

(127) Pedro (ainda) não tinha (ainda) visto (ainda) o carro (ainda).

Alguns advérbios como *ainda* podem aparecer em diversas posições da sentença, contudo não podemos fazer o mesmo com a negação:

- (128) a) *Pedro tinha não visto o carro.
b) *Pedro tinha visto não o carro.

Há dialetos do português brasileiro em que, em determinados contextos sintáticos, a negação poderá vir no final da sentença, como em (129), mas esse não é o retrato que temos na amostra analisada. Em todas as capitais estudadas, a negação sentencial é sempre pré-verbal, como em (130):

- (129) – Você viu Pedro?
– Vi não.

(130) *não como pão.*

(DID RJ)

A pergunta que temos de fazer é o que diferencia o comportamento semântico e sintático da negação em relação aos demais advérbios. Para além de sua posição fixa, a negação tem como função inverter o valor de verdade da sentença, diferentemente dos advérbios que se adjungem a elementos específicos, modificando, por exemplo, a interpretação aspectual de uma sentença, como em (131):

- (131) a) João comprou castanha no Natal.
b) João sempre comprou castanha no Natal.

A diferença entre (a) e (b) é que o advérbio *sempre* incorpora ao evento de “João comprar castanha no Natal” uma interpretação de frequência, reiterando o evento (João compra mais do que uma vez, se compra sempre). A negação, por outro lado, mexe com o valor de verdade de uma sentença, como afirmamos acima:

- (132) a) Eu como pão.
b) Eu não como pão.

Se (a) é uma sentença verdadeira, (b) só pode ser falsa. A negação, portanto, não se comporta como um mero adjunto, mas sim como um operador semântico que determinará a referência da sentença: se é falsa ou verdadeira.

Tomando *p* para representar sentenças quaisquer, podemos inclusive construir uma tabela de valor de verdade para a negação:

(133)

p	não p
V	F
F	V

Isso nada mais quer dizer que, se uma sentença é verdadeira, então sua negação será falsa; se, por outro lado, é falsa, então sua negação será verdadeira (se proferida pela mesma pessoa no mesmo contexto situacional). Assim, se (132a) for falsa, (132b) será necessariamente verdadeira. Podemos traduzir (132b) como (134):

(134) não é verdade que eu como pão.

Como se viu no capítulo 1, estruturas sintáticas recebem interpretações fonológica e semântica. Nesse sentido, é muito importante que a sintaxe já reflita determinadas relações semânticas das línguas naturais, pois assim uma sentença poderá ser interpretada a partir de informações obtidas das relações sintáticas (diz-se: interpretação composicional). É preciso, portanto, distinguir sintática e semanticamente a negação dos demais advérbios. Vimos que os advérbios ocupam lugares específicos na sentença, provocando determinados efeitos de escopo. A negação se distinguirá deles por constituir uma categoria funcional no esqueleto estrutural na sentença: SNeg (o sintagma da negação), em vez de se adjungir a um dado elemento. Como os advérbios, entretanto, a negação também produz efeitos de escopo ilustrados abaixo. O mais relevante é o de que só a uma sentença se atribui um valor de verdade, assim, a negação deverá ter escopo sobre todo o material existente em uma SFlex, o que se tentou traduzir em (134) acima.

Vejam agora outro efeito da negação. O elemento negativo pode-se cliticizar ao verbo, ou seja, pode sofrer uma modificação fonológica, necessitando apoiar-se em outro elemento, o verbo.

(135) Não, Pedro não viu o João, não.

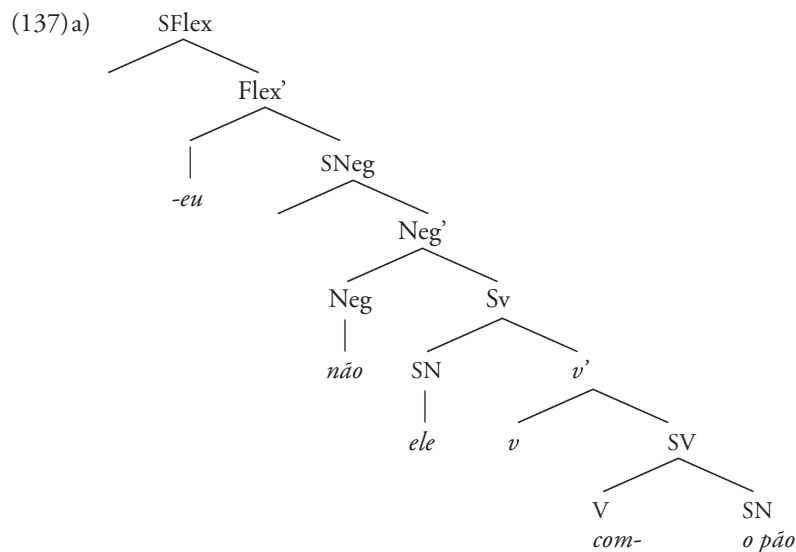
Em (135) há várias partículas negativas, porém as que estão nas bordas da sentença não parecem comportar-se como a negação sentencial. Quando cliticizamos a negação, a pronunciamos como “num”. Usando * para impossível e ✓ para possível, temos:

- (136) a) Pedro ✓ num viu o João.
b) *Num, Pedro ✓ num viu o João.
c) ✓ Não, Pedro ✓ num viu o João, *num.

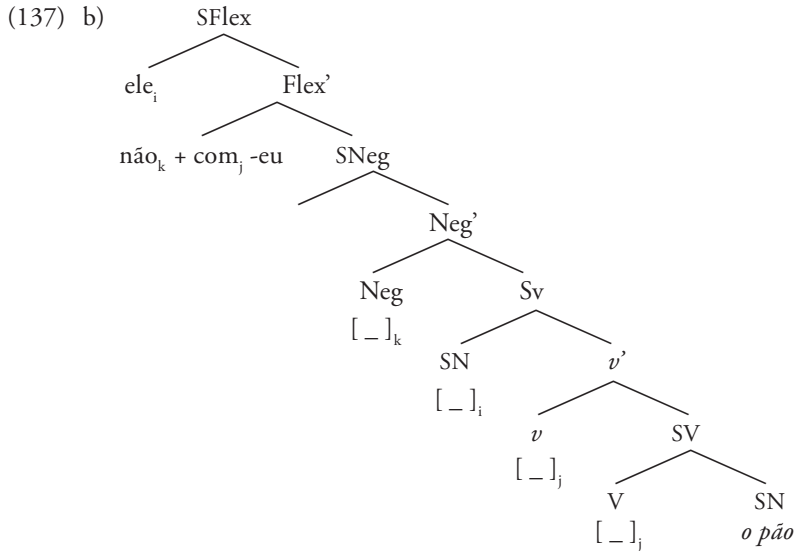
Observa-se que apenas a negação sentencial é cliticizável, as demais não, como vemos pela estranheza das sentenças em (b) e (c) acima. Veremos, a seguir, que esse comportamento é bastante previsível.

A proposta, portanto, é que a negação seja um núcleo funcional gerado logo acima do Sv, e é por ser um núcleo funcional que tem o poder de ope-

rar uma função semântica específica, a de mudar o valor de verdade de uma sentença:



O verbo irá para o núcleo do sintagma flexionado que carrega a informação de tempo da sentença (além da concordância que não nos interessa aqui), passando por *v*, conforme se discutiu no capítulo da “Complementação”. Mas, com esse movimento, a ordem linear dos elementos não refletiria o que ocorre no português, já que a sentença seria: ... *comeu não o pão*. Contudo, como vimos acima, a negação se cliticiza ao verbo, o que mostra que, então, ela também sobe e se junta a ele na posição de núcleo do sintagma flexionado, como em (137b):



Porém, como dissemos acima, só a uma sentença se atribui valor de verdade e, se o núcleo de SNeg tem esse efeito, então deve estar acima de SFlex para ter escopo sobre esse nóculo, o que não é o caso da representação em (137b). Vamos assumir aqui que, de fato, esse movimento ocorra, mas não como uma operação sintática propriamente, e sim semântica. Em outras palavras, esse movimento não é uma exigência da sintaxe, mas ocorre apenas para que a sentença receba a interpretação desejada.

Voltando à discussão sobre escopo da negação, nem sempre ela terá que se cliticizar ao verbo flexionado, podendo igualmente se cliticizar a um verbo não-flexionado em uma sentença encaixada. Observemos (138):

(138) *Acabamos **não** entrando.*

(D2 SSA)

É fácil perceber que o verbo que carrega a informação temporal e de concordância é o primeiro (acabar), porém a negação não está cliticizada a ele, e sim ao verbo da sentença seguinte.

Como é um núcleo funcional sentencial, quando há várias sentenças, pode ocorrer em todas elas, como em (139), em que tanto “confessar algo” quanto “Olinda existir” são negadas:

- (139) [*Por que essa besteira de **não** confessar [que Olinda **não** existe mais]]?*
(D2 REC)

Finalmente, voltemos às sentenças com dupla negação do tipo de (135). Há inúmeros exemplos na amostra analisada, como podemos observar:

- (140) *Eu não gostei, **não**.*
(DID RJ)

- (141) *Eu não acredito em estatística, **não**.*
(D2 REC)

Vejam que a negação sentencial tem a ver com (*eu gostei de x*) e (*eu acredito em x*). Em ambos os casos, a segunda negação tem outro papel, mais discursivo, no sentido de reforçar, de alguma forma, a negação sentencial, ou é simplesmente um preenchedor discursivo mesmo como em (142):

- (142) *e nós havíamos programado nove ou dez filhos... não é?*
(D2 SP)

Estabelecida a distinção entre advérbios e a negação⁷ como núcleo funcional, podemos agora voltar aos adjuntos, discutindo o sintagma aspectual.

5.2. O sintagma aspectual

Tendo discutido como se dá o processo de adjunção com diferentes categorias, ao longo do capítulo, podemos, agora, chegar a uma representação mais complexa. Para tanto, vamos introduzir mais uma categoria funcional, a de aspecto — que se projeta como um sintagma aspectual (SAsp). A motivação para essa categoria tem a ver com o fato de que as línguas naturais dividem os eventos em perfectivos e imperfectivos, em outras palavras, aqueles que chegam a um ponto de culminação, a um ponto final, e aqueles que não têm um ponto final. Tecnicamente são chamados, respectivamente, de télicos e atélicos. Em (143), percebe-se uma clara distinção aspectual:

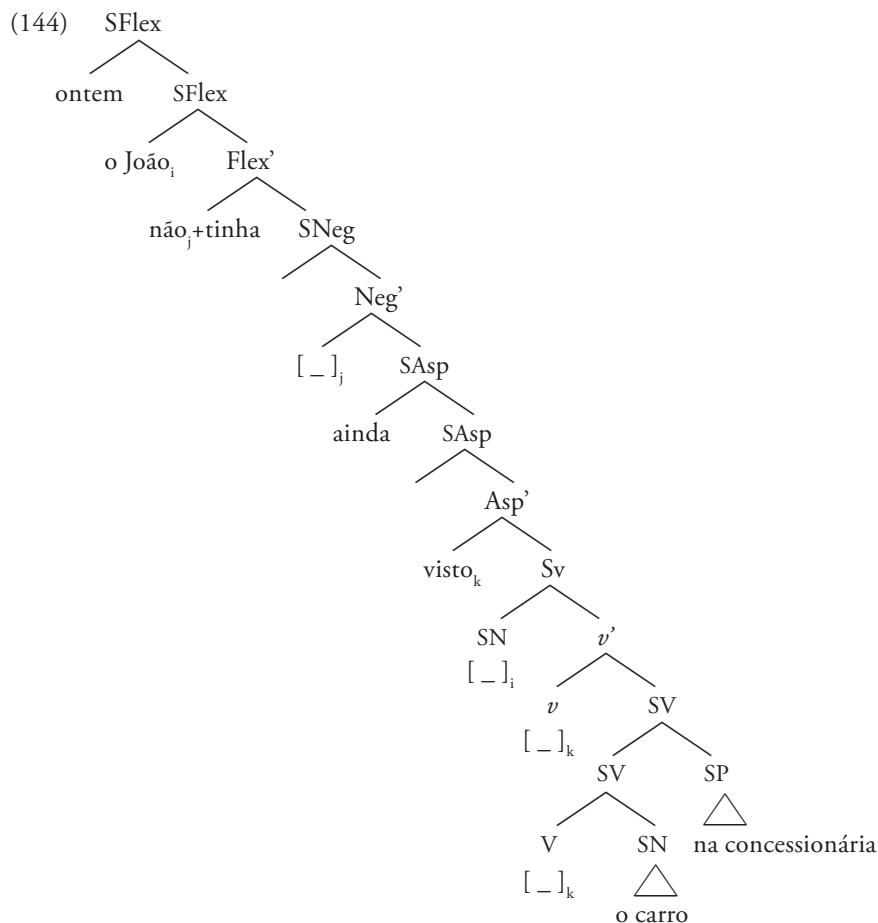
- (143) a) João tomou a sopa.
b) João estava tomando a sopa.

Enquanto (a) indica que João terminou o evento de tomar a sopa, (b) indica que isso ainda estava ocorrendo. Note-se que em (b) é o verbo auxiliar *estar* que carrega as marcas de tempo e concordância, portanto é o elemento que estará no núcleo do sintagma flexionado. *Tomar* é o verbo que seleciona os argumentos *João e a sopa*; é, portanto, o núcleo do SV, mas sobe até o núcleo aspectual para marcar a telicidade da sentença. Não nos vamos aprofundar aqui sobre o tema, pois não é parte de nossos objetivos. Apenas queríamos demonstrar a necessidade de postular a existência do núcleo aspectual.

Sempre é bom lembrar, também, que o núcleo do sintagma flexional carrega tanto informação sobre concordância, como informação temporal. Isso é relevante, pois discutimos a existência de adjuntos temporais que se relacionarão, portanto, com tal categoria.

Diferentemente dos capítulos anteriores, não há como fazer uma representação única em que todas as possibilidades de adjunção possam ocorrer, pois vimos que há restrições em relação à coocorrência entre alguns adjuntos, há restrições em relação aos elementos a que os adjuntos vão juntar-se, por exemplo, além de podermos empilhar inúmeros adjuntos à direita do sintagma verbal.

Nesse sentido, a representação abaixo apenas retrata algumas das possibilidades de adjunção:



Nessa representação, há um adjunto temporal (*ontem*) adjungido ao SFlex; um adjunto aspectual (*ainda*) adjungido ao SAsp e, finalmente, um adjunto locativo (*na concessionária*), realizado por um SPrep, adjungido ao SV.

Em relação aos advérbios aspectuais, podemos agora formalizar melhor sua posição. Eles ocuparão preferencialmente uma de três posições, como já se afirmou anteriormente: posição 1 (antes do verbo), adjungindo-se a SFlex; a posição 2 (entre dois verbos), adjungindo-se a SAsp; e a posição 3 (após o verbo), adjungindo-se a SV.

Reapresentamos, agora, o quadro relativo às posições dos advérbios anteriormente mostrado em 4.3.3, agora acrescido da categoria funcional SAsp:

SFlex	SAsp	SV
Operadores de foco		Operadores de foco
Adjuntos sentenciais		Modo
Locativos		Locativos
Aspectuais	Aspectuais	Aspectuais
Modalizadores		Modalizadores
Temporais		SPreps sem cabeça

5.3. Ilhas⁸

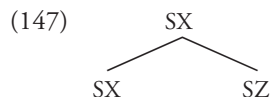
Um dos fenômenos mais interessantes em relação aos adjuntos é conhecido como “efeito de ilha”. Trata-se de um fenômeno universal, ou seja, observado em todas as línguas naturais e não apenas em português. É uma característica que distingue, inclusive, complementos complexos de adjuntos complexos. Um adjunto é uma ilha, pois é um ambiente estrutural a partir do qual não se pode mover nenhum elemento. Comparemos (145) com (146). Em (145a) temos uma sentença completiva, com função de objeto direto. Em (146b) temos um adjunto sentencial. Observemos o que ocorre quando se tenta mover um elemento interrogativo (ver cap. 5, seção 4) de dentro das sentenças subordinadas:

- (145) a) [A Maria acha [que o João comprou o quê]]?
 b) O que [A Maria acha [que o João comprou ____]]?
 (146) a) [A Maria teve um ataque [porque o João comprou o quê]]?
 b) *O que [A Maria teve um ataque [porque o João comprou ____]]?

Em (145a), o movimento da expressão interrogativa *o que* da sentença subordinada produz (145b), uma sentença gramatical. Por outro lado, o movimento de *o que* da sentença subordinada em (146a) produz (146b), uma sentença agramatical. A comparação entre os exemplos indica, então, que o movimento de um elemento de dentro de uma sentença subordinada adjungida não pode ocorrer, enquanto o mesmo movimento de dentro de uma sentença subordinada completiva é lícito.

Assim, a possibilidade de realização de movimento de elementos de dentro de uma sentença subordinada é um diagnóstico que pode ser também utilizado para distinguir complementos de adjuntos complexos.

A chamada configuração de “ilha”, para o que interessa neste capítulo, nada mais é do que (147):



Onde se vê que o sintagma SZ se adjunziu ao sintagma SX, forçando sua duplicação, sendo X e Y núcleos quaisquer. Assim, em estruturas dessa natureza, nada que estiver dentro de SZ poderá ser movido para fora desse domínio.

Sugestão de leitura

Sugerimos, a seguir, a leitura de alguns textos que contribuem para o aprofundamento dos assuntos discutidos neste capítulo.

Para o aprofundamento da *noção de adjunção e de outras relações*, sugerimos a leitura de Miotto et al. (2004). Trata-se de um manual introdutório à sintaxe gerativa, a partir do modelo conhecido como Regência e Ligação, em que o leitor encontrará análises de vários exemplos e explicações sobre o tópico.

Para *estudos sobre a negação e sobre a distinção tempo/aspecto e sua interpretação*, sugerimos a leitura do livro introdutório à semântica de Pires de Oliveira (2001).

Para uma discussão e análise bastante compreensiva sobre *adjunção e adjuntos nas modalidades oral e escrita*, considerando a Teoria X-barra e outros princípios que sustentam a Teoria Gerativa, sugerimos a leitura de Rocha (2001).

Notas

- 1 As observações sobre a gramática tradicional baseiam-se em Cunha (1970) e, para análises pré-NGB (especificamente em relação ao tratamento dos complementos circunstanciais), em Rocha Lima (1972).
- 2 A análise aqui discutida baseia-se em parte e apenas através de alguns conceitos e ideias de autores como Uriagereka (2006) — para a noção de “adjuntos puros” —, Hornstein e Nunes (2008) — para o “comportamento previsível de alguns adjuntos” —, Alexiadou (1997), Cinque (1999) — que mostram como os advérbios “escolhem” as categorias a que se vão adjungir (embora não se incorpore neste

volume a análise de que advérbios sejam sempre especificadores de categorias funcionais) — e Ernst (2002). Suas análises não são aqui necessariamente assumidas tal qual originalmente formuladas.

- 3 Sobre Tempo e Aspecto, ver Castilho, Ilari e Neves (2008), cap. 3, seções 4, 5 e 6. Doravante, essa obra será referida como “vol. II desta série”.
- 4 Sobre Advérbios, ver vol. II desta série, cap. 5.
- 5 A descrição da amostra baseia-se em Callou et al. (1996), Moino (1996), Kato e Nascimento (1996), Rocha (1996, 2001), Kato et al. (1993).
- 6 A análise sobre “negação” inspirou-se em Zanuttini (2001) e Pires de Oliveira (2001).
- 7 Sobre a “negação”, ver também vol. II desta série, cap. 5, seção 8.
- 8 A discussão sobre “ilhas” inspirou-se em Miotto et al. (2004).

AS CONSTRUÇÕES-Q NO PORTUGUÊS BRASILEIRO FALADO



SUMÁRIO

1. Introdução	241
2. As sentenças relativas	242
2.1. As relativas com núcleo nominal	243
2.2. As relativas livres	247
2.3. A variação nas sentenças relativas	250
3. As sentenças clivadas	253
3.1. O foco	254
3.2. Tipos de sentenças clivadas	256
3.2.1. Clivadas canônicas pessoais e impessoais	256
3.2.2. Clivadas invertidas	257
3.2.3. Clivadas sem cópula ou reduzidas	258
3.2.4. Pseudoclivadas canônicas	258
3.2.5. Pseudoclivadas reduzidas	259
3.2.6. Pseudoclivadas invertidas	260
3.2.7. Pseudoclivadas extrapostas	260
3.2.8. Clivadas apresentativas	261
3.3. Variação entre os tipos de clivagem	261
4. As sentenças interrogativas-Q	264
4.1. Os pronomes-Q interrogativos	266
4.2. Os tipos de interrogativas-Q	268
4.2.1. As interrogativas com Q <i>in situ</i> e deslocado	268
4.2.2. As interrogativas com ordem verbo-sujeito	269
4.2.3. As interrogativas clivadas	270
4.2.4. Interrogativas clivadas sem cópula	270
4.3. Variação nas interrogativas-Q	271
5. Análise formal das construções-Q	273
5.1. Introdução	273
5.2. Análise formal das relativas	273

5.3. A análise formal das clivadas.....	280
5.3.1. As pseudoclivadas.....	281
5.3.2. As clivadas.....	283
5.4. Análise formal das interrogativas-Q.....	285
Sugestões de leitura.....	288
Notas.....	289

AS CONSTRUÇÕES-Q NO PORTUGUÊS BRASILEIRO FALADO

Maria Luiza Braga*

Mary A. Kato**

Carlos Miotto***

1. Introdução

Este capítulo investiga as construções-Q, um conjunto de estruturas assim denominadas porque contêm palavras do paradigma morfológico dos pronomes-Q. Os pronomes-Q constituem uma classe fechada de itens e o rótulo Q corresponde ao que poderia ser considerado a raiz da maioria deles, à exceção de *onde*, *cujo* e *como* (nestes últimos ainda é perceptível a raiz na consoante /k/).

- (1) Os pronomes-Q: *que*, *quem*, *qual*, *o que*, *onde*, *quando*, *como*, *quanto*, *cujo*.

Os pronomes-Q podem aparecer introduzindo diversos tipos de sentença: pergunta-Q matriz (2a), pergunta-Q encaixada (2b), relativa (2c) e relativa livre (2d):

- (2) a) **quem** não gosta de literatura de cordel? (D2 REC)
 b) nós não sabemos **quanto tempo** Olinda ainda vai viver porque ela tá escorregando para o mar. (DID REC)
 c) ... nos locais **onde** tem assim mais facilidade até de comunicação... (D2 REC)
 d) **quem** trabalha fora acumula as coisas da ca::sa... (D2 SP)

* Universidade Federal do Rio de Janeiro/CNPq (Proc. nº 306.567/2006-7).

** Universidade Estadual de Campinas/CNPq (Proc. nº 303.274/2005-0).

*** Universidade Federal de Santa Catarina/CNPq (Proc. nº 300.557/2005-1).

As construções-Q estudadas neste capítulo são as relativas, as clivadas e as interrogativas.

2. As sentenças relativas

Uma relativa é uma sentença encaixada que se caracteriza por partilhar com a sentença matriz um constituinte, que é o constituinte relativizado, como exemplificamos em (3):

- (3) a) *então é muito mais fácil mandar [embora] **esses professores** que ganham... um salário aula tal.* (D2 RJ)
- b) *bem, é diferente um pouco da **maioria das pessoas** que eu conheço.* (D2 REC)
- c) ***Lourival**, que eu conheço de perto,... Lourival não sabe escrever...* (D2 REC)

Em (3a) *esses professores*, que é o objeto do verbo *mandar* e, anaforicamente, o sujeito do verbo *ganhar*, é o constituinte relativizado; em (3b) é *a maioria das pessoas*; em (3c) é *Lourival*. O processo de relativização se realiza por meio de um pronome-Q.

Os principais tipos de sentenças relativas são formalmente estabelecidos de acordo com a presença ou ausência de um nome, chamado de núcleo, externo a elas. Na presença do nome, como os que estão em negrito em (3a), (3b) e (3c), a sentença relativa aparece adjacente a ele e é chamada de relativa com núcleo (razão pela qual é chamada também de oração adjetiva e considerada adjunto adnominal pela tradição gramatical), como acontece em (3a), e nesse caso é classificada como restritiva. A relativa pode funcionar ainda como aposto (razão pela qual são chamadas explicativas ou apositivas), como vemos em (3c). Neste capítulo, apenas as restritivas serão abordadas detalhadamente.

Na ausência do núcleo nominal externo, temos as chamadas de relativas livres, das quais temos um exemplo em (3d):

- (3) d) *[quem obedece à sinalização] evita acidentes, né?* (D2 SSA)

Nessa modalidade, pode-se dizer que toda a sentença funciona como um argumento, em (3d) como argumento do verbo *evitar*.

2.1. As relativas com núcleo nominal

Existem vários tipos de relativas com núcleo nominal, cada um deles formado por uma estratégia diferente. O primeiro tipo é exemplificado em (4):

- (4) a) ... cadeia de supermercado [*da qual* você é assessor]. (D2 REC)
 b) ... nos locais [*onde* tem assim mais facilidade até de comunicação]. (D2 REC)
 c) carros muito pesados com cargas muito pesadas... trafeguem... acima, quer dizer, acima do peso [*para o que* ela foi construída]. (D2 SSA)
 d) uma carreira boa para mulher... a carreira [*com que* a gente pode resolver todos os problemas... sem prejudicar nenhuma parte]. (D2 SP)
 e) ele desenha todos os animais pré-históricos com todas as características, o nome de cada um... a era [*em que* viveu]. (D2 SP)
 f) ela sai presa a esse tecido conjuntivo... [*cujo tecido* se prende à borda anterior da clavícula]... (EF SSA)

Nas construções em (4a-e), temos de admitir que as expressões-Q foram removidas para a periferia esquerda da sentença relativa. Se elas permanecem *in situ*, as sentenças são agramaticais, como mostra (5):

- (5) a) *... cadeia de supermercado [você é assessor **da qual**].
 b) *... nos locais [tem assim mais facilidade até de comunicação **onde**].
 c) *carros muito pesados com cargas muito pesadas... trafeguem... acima, quer dizer, acima do peso [ela foi construída **para o que**].
 d) *uma carreira boa para mulher... a carreira [a gente pode resolver todos os problemas **com que**... sem prejudicar nenhuma parte].
 e) *ele desenha todos os animais pré-históricos com todas as características, o nome de cada um... a era [viveu **em que**].

Pelo fato de serem agramaticais as sentenças (5a-e), temos de admitir também que os pronomes-Q relativos sempre se movem para uma posição periférica à esquerda da sentença relativa, antes do sujeito, deixando na posição de onde são movidos uma categoria vazia ([_]). Por dedução, o mesmo deve acontecer quando o constituinte relativizado é o sujeito, como em (4f). Como exposto no capítulo 1, a posição que o pronome-Q ocupa na periferia esquerda é o especificador de SC acima de SFlex. Assim, as relativas de (4) têm as estruturas em (6):

- (6) a) ... cadeia de supermercado [_{SC} **da qual**_i [_{SFlex} você é assessor [_]_i]].
 b) ... locais [_{SC} **onde**_i [_{SFlex} tem assim mais facilidade até de comunicação [_]_i]].
 c) carros muito pesados com cargas muito pesadas... trafeguem... acima, quer dizer, acima do peso [_{SC} **para o que**_i [_{SFlex} ela foi construída [_]_i]].
 d) uma carreira boa para mulher... a carreira [_{SC} **com que**_i [_{SFlex} a gente pode resolver todos os problemas [_]_i... sem prejudicar nenhuma parte]].
 e) ele desenha todos os animais pré-históricos com todas as características, o nome de cada um... a era [_{SC} **em que**_i [_{SFlex} viveu [_]_i]].
 f) ela sai presa a esse tecido conjuntivo... [_{SC} **cujo tecido**_i [_{SFlex} [_]_i se prende à borda anterior da clavícula]].

O movimento do pronome-Q para o início da sentença subordinada, que arrasta junto a preposição, forma as chamadas relativas-padrão. Como resultado desse movimento, fica uma categoria vazia na posição de origem. No português não ocorre, a não ser em situações muito especiais (*Este é um vinho_i que eu não posso viver sem* [_]_i), um tipo de relativa muito comum em línguas como o inglês, na qual se move apenas o pronome-Q e se deixa a preposição para trás (This is the person who_i I talked about [_]_i). Note-se que nenhum dos exemplos em (6) tem variantes com a preposição solta.

- (6) e') *Ele desenha todos os animais pré-históricos com todas as características, o nome de cada um... a era [**que**_i [viveu **em** [_]_i]].

Nos dois outros tipos de relativa com núcleo nominal, correntes no PB falado, já não é tão claro que esteja envolvido o movimento do pronome. Um deles consiste em ter um *que* na periferia esquerda da sentença e um pronominal na posição do constituinte relativizado, como exemplificado em (7):

- (7) a) *eu tenho um rapaz **que** trabalha conosco, me esqueci o nome dele é D... **que ele** é de lá de Ituaçu.*
(D2 SSA)
- b) *eu preferia deixar evidentemente essa questão... a um consultor jurídico **que ele** poderia então lhe dar: uma resposta mais conclusiva...*
(DID REC)

Nas sentenças de (7), o constituinte relativizado é retomado pelo pronome pessoal *ele*, que está na posição de sujeito (estamos atentos ao fato de que (7b) admite também uma leitura causal, com o *que* podendo ser lido como *porque*). Quando o constituinte relativizado é um SPrep, o pronome é precedido de uma preposição. A ocorrência do resumptivo indica que não houve movimento do pronome-Q, já que não há uma categoria vazia envolvida.

O terceiro tipo de relativa tem um *que* na periferia esquerda da sentença e uma categoria vazia na posição do constituinte relativizado, como mostram os dados em (8):

- (8) a) *Belo Horizonte... **que** é uma cidade, **que** eu pelo menos não gosto $\mathcal{E}_i$.*
(D2 SSA)
- b) *um negro americano, **que** eu não me recordo o nome $\mathcal{E}_i$ agora... mas foi um dos **que** mais gostei **que** ele cantou umas... umas músicas formidáveis.*
(DID POA)
- c) *tem umas pessoas, **que** a gente tem mais intimidade $\mathcal{E}_i$ também né.*
(DID POA)

A relativa formada por essa estratégia, por dispensar a preposição, é conhecida como cortadora. Por não haver uma preposição seguida de um pronome-Q na periferia esquerda da sentença, como acontece nas relativas-padrão em (6), não se pode deduzir simplesmente que a categoria vazia é formada por movimento da expressão-Q. Essa situação cria uma incerteza (que será debatida mais adiante) quanto à estratégia usada para formar as relativas de (9):

- (9) a) *porque as mulheres se acomodam com o salário... **que** se percebe.*
(D2 SP)
- b) *então tem carreiras **que** seriam brilhantíssimas para a mulher...*
(D2 SP)
- c) *vou aproveitar pra uma coisa **que** há muito tempo desejava ver... **que** é o maquiné.*
(D2 SSA)

Não é possível saber se o *que* é um pronome-Q ou o complementizador nem se a estratégia usada nas sentenças de (9) envolve ou não o deslocamento de toda a expressão-Q.

O exemplo (10a), retirado da amostra, merece uma atenção especial:

- (10) a) ... e *alguns* **que** às vezes eu não me lembro **de todos**.

(DID POA)

- b) e alguns **que** às vezes eu não me lembro **de todos eles**.
 c) *e alguns **de todos os quais** eu não me lembro.
 d) *e alguns **dos quais** eu não me lembro o nome **de todos**.

Por um lado, ele não tem um pronome pessoal resumptivo depois de *todos*, mas poderia conter tal pronome, como mostra (10b). A não ser que se considerasse o quantificador *todos* como um resumptivo, a sentença (10a) não poderia ser confundida com uma relativa resumptiva. Por outro, preserva a preposição e não tem propriamente uma categoria vazia retomando o constituinte relativizado e, por isso, não pode ser considerada uma relativa cortadora. Mas a questão ainda tem um terceiro lado: não existe uma contrapartida-padrão para (10a), já que (10c) é agramatical. Também (10d) é agramatical, pois um pronome-Q deve ser retomado necessariamente por uma categoria vazia e a presença de *de todos* viola essa generalização. Assim, o fato de (10a) envolver quantificações diferentes sobre o nome *estudantes*, que é o núcleo nominal omitido da relativa, força o informante a recorrer a uma estratégia de relativização que permite preservá-las: *alguns* quantifica sobre o núcleo da relativa e *todos*, sobre a categoria vazia (10a) [ou o pronome (10b)].

Em resumo, podemos classificar as relativas do PB em padrão e não-padrão. As primeiras são formadas por movimento de toda a expressão-Q (incluindo a preposição no caso dos constituintes preposicionados); as expressões-Q destas, às vezes, apresentam concordância de gênero e número (*a qual, as quais*) e traços semânticos como [$\pm$ humano] (*quem, o que*), [lugar] (*onde*), [modo] (*como*), [quantia] (*quanto*). As segundas englobam dois tipos que, a rigor, não parecem ser formados por movimento do pronome-Q. O primeiro tipo formado pela estratégia resumptiva ou copiadora tem um *que* na periferia esquerda da sentença relativa e um pronome resumptivo *in situ*. O segundo tem apenas um *que* na periferia esquerda da sentença.

2.2. As relativas livres

As relativas livres constituem outro tipo de relativa, formalmente distinto das relativas com núcleo nominal. Elas são chamadas de livres porque nunca modificam um núcleo nominal. Comparemos as relativas com núcleo nominal em negrito em (11) com as relativas livres de (12):

- (11) a) *ele é:: como é que se diz **a pessoa que** cuida do clube...*
(DID POA)
- b) *agora aqui se vê que se trata de um caminhão prá trabalhar num canteiro de serviço quer dizer **num lugar onde** tá se movimentando terra em grande quantidade.*
(D2 SSA)
- c) *esse é **o único meio como** a gente consegue...vê o aprendizado do estudante.*
(DID SSA)
- d) *jogamos muito uma vez quando fiquei na praia... choveu muito **uma temporada quando** a gente ia com o SESC.::... não não se perdia um concerto...naquele tempo do... quando eu estava estudando...*
(DID POA)
- e) *são as deficiências de **tudo quanto** é cidade... desse país.*
(D2 REC)
- (12) a) *tem **quem** diga que não, que sociologia do direito é estudada por **quem** faz ciência social... sociologia jurídica.*
(EF REC)
- b) *eles devem aprender **o que** a gente ensinar.*
(DID SSA)
- c) *eu acho que morar bem é morar fora da cidade... é morar **onde** você respire... **onde** você acorde de manhã como eu acordo e veja passarinho à vontade no quintal.*
(D2 REC)
- d) *então ficou muito bonito **quando** a gente entrou...*
(DID POA)
- e) *Ele fez os bolinhos **como** manda a receita.*
- f) *Aquele advogado cobra **quanto** quer pelas consultas.*
- g) *Faça uma boa apresentação das **casas à venda**, pois ele vai comprar **qual** a filha escolher.*

As relativas livres são introduzidas invariavelmente por um pronome-Q que engloba as noções semânticas do tipo [±humano] (*quem, o que*), [lugar]

(*onde*), [tempo] (*quando*), [modo] (*como*), [quantidade] (*quanto*) e por *qual* (desde que o SN sobre o qual o pronome opera seja recuperado anaforicamente, como em (12g)), mas não pelo pronome-Q *que*. Os pronomes-Q sempre aparecem no início da relativa e, por isso, deduzimos que eles ali se posicionam por movimento deixando uma categoria vazia na posição de origem.

Enquanto as relativas com núcleo nominal são consideradas adjunto nominal, as relativas livres funcionam como um argumento ou como um adjunto: em (12a) a primeira relativa livre é complemento do verbo *ter*, e a segunda, o agente da passiva; em (12b) é complemento do verbo *aprender* e em (12c) é complemento do verbo *morar*; em (12f) é complemento do verbo *cobrar* e em (12g) é do verbo *comprar*; e em (12d) e (12e) as relativas livres são adjunto. Em virtude de assumirem essas funções, as relativas livres são analisadas pela tradição gramatical como orações substantivas, quando elas são argumentos, ou como orações adverbiais, quando elas são adjuntos adverbiais. A análise das relativas que funcionam como argumento como substantivas mantém a classificação das palavras que introduzem as orações como pronomes-Q, muito embora se lhes acrescente o rótulo de “indefinidos”. Essas relativas são parafraseadas às vezes por relativas com núcleo nominal (*quem... = a pessoa que...; o que = a coisa que*). Mas a análise das relativas que funcionam como adjunto adverbial teve uma consequência indesejável: apesar de se admitir que essas sentenças podem ser parafraseadas por relativas com núcleo nominal (*quando... = no momento em que...; como... = do modo que/como...*), os itens que introduzem essas sentenças migraram da classe dos pronomes-Q para a das conjunções (*quando* = conjunção subordinativa temporal). Neste capítulo, nós resgatamos o *quando* para a classe dos pronomes-Q.

Quando as relativas livres funcionam como complemento de verbos, elas se assemelham a sentenças interrogativas-Q encaixadas. Compare, por exemplo, a relativa em (13a) com a interrogativa em (13b):

- (13) a) Ele comprou o que a Maria pediu.
b) *eu poderia perguntar também o que estuda a sociologia jurídica.*

(EF REC)

Nos dois casos, a sentença introduzida por *o que* funciona como complemento de um verbo matriz, em (13a) *comprar* e em (13b) *perguntar*. Como diagnosticar se a sentença encaixada é relativa livre ou interrogativa? Para um

diagnóstico seguro, recordemos que uma relativa partilha um constituinte com a sentença matriz, que no caso da relativa livre de (13a) é *o que*. Esse constituinte (como veremos com mais detalhes na seção 5.2) tem de satisfazer as propriedades de subcategorização do verbo matriz: é o de acontece em (13a), onde *o que* corresponde a SN, a categoria selecionada pelo verbo *comprar*. Entretanto, uma interrogativa-Q encaixada não tem um constituinte relativizado e, por isso, o constituinte-Q deve estar apenas para a sentença encaixada. Assim, em (13b) o SN *o que* não está para satisfazer a subcategorização do verbo *perguntar*, que seleciona uma pergunta como complemento sem que importe a categoria do pronome-Q. Veja que, fazendo os ajustes necessários dentro da interrogativa, se pode substituir o pronome-Q sem afetar o estatuto de complemento nem a gramaticalidade da sentença da interrogativa, como mostra (14a):

- (14) a) Eu poderia perguntar **onde/para que/por que/quando** ele estudou sociologia.
b) Ele comprou **onde/porque/quando** a Maria pediu.

Porém, em (13a), a substituição do pronome-Q muda o estatuto de complemento da sentença encaixada, como vemos em (14b): para que a sentença seja gramatical, temos de aceitar que existe um objeto nulo como complemento do verbo *comprar* e que a sentença introduzida pelas expressões em negrito é um adjunto. Isso deve acontecer porque a expressão em negrito não satisfaz a subcategorização do verbo *comprar*, que seleciona SN.

O que é interessante é que o PB possibilita um modo simples de diagnosticar se a sentença encaixada é uma relativa livre ou uma interrogativa-Q: basta inserir um *que* logo após o pronome-Q. Onde a inserção é possível, a sentença é interrogativa, como exemplificamos em (15a); onde não é possível, a sentença é relativa livre, como em (15b):

- (15) a) Eu poderia perguntar **o que que** a sociologia jurídica estuda.
b) *A sociologia do direito é estudada por **quem que** faz ciência social.

Outra forma de identificar uma relativa livre é substituir a expressão-Q *o que* por *o que quer que*:

- (16) a) João vai comprar **o que** a Maria encomendar.
 b) João vai comprar **o que quer que** a Maria encomende.
- (17) a) A sociologia do direito é estudada **por quem** faz ciência.
 b) A sociologia do direito é estudada **por quem quer que** faça ciência.

2.3. A variação nas sentenças relativas¹

Na seção anterior, mostramos como as sentenças relativas são construídas no português brasileiro. Nesta, vamos apresentar alguns resultados obtidos a partir do *corpus* do Nurc sobre a variação nas relativas. As relativas livres, para as quais não se prevê variação, serão deixadas de lado. A atenção vai para as relativas com núcleo nominal em que um SPrep está envolvido no processo de relativização, pois é esse contexto que deixa patente qual das três estratégias é utilizada pelo informante.

O primeiro resultado que realçamos é a frequência muito baixa de relativas copadoras ou resumptivas, como as de (7), aqui repetidas como (18):

- (18) a) *eu tenho um rapaz que trabalha conosco, me esqueci o nome dele é D... **que ele** é de lá de Ituaçu.*
 (D2 SSA)
- b) *eu preferia deixar evidentemente essa questão... a um consultor jurídico **que ele** poderia então lhe dar: um resposta mais conclusiva...*
 (DID REC)
- c) *... e alguns **que** às vezes eu não me lembro **de todos**.*
 (DID POA)

Na amostra foram encontradas 10 resumptivas em 701 dados, sendo 6 com o pronome em posição de sujeito e 4 em posição de objeto direto. A resumptiva em (7c), com o objeto indireto relativizado, foi coletada para este volume e, como foi discutido, foge um pouco do padrão. Esse resultado é correlacionado com a alta escolaridade das pessoas que serviram de informantes e é complementar ao de outros trabalhos que registraram incidência alta desse tipo de relativa entre informantes menos escolarizados. Então, é possível conjecturar que a escolarização atua diretamente na produção de relativas sem resumptivo e que o Nurc é rico para estudar a variação entre a relativa-padrão, que envolve o movimento de todo o SPrep que contém a

expressão-Q, e a relativa que tem o *que* na periferia esquerda da sentença e uma categoria vazia na posição relativizada.

Nas relativas em que o sujeito ou o objeto é relativizado não é possível perceber qual das duas estratégias está em jogo, a não ser quando ocorre o relativo *o qual*. Como a ocorrência desse relativo nessa situação não é apontada, talvez por praticamente não existir, a maioria dos dados não concorre para explicitar o processo de relativização que é o mais recorrente no Nurc. Isto é, sendo 82,5% (578/701) dos dados de relativização do SN sujeito e objeto direto, o recurso é analisar os 17,5% (123/701), em que um SPrep é relativizado, para desvendar a estratégia de relativização usada com maior frequência por falantes escolarizados.

Essa investigação deve então se concentrar na região periférica da sentença relativa, onde se pode observar se ocorre ou não a preposição: se ocorre a preposição, está em jogo o movimento de todo o SPrep, a estratégia para formar relativas-padrão; se não ocorre a preposição, trata-se da estratégia cortadora, que tem o *que* na periferia esquerda. O que foi observado nas relativas com SPreps relativizados foi a incidência bem menor da estratégia que move todo o SPrep (35% ou 43/123 dados contra 65% ou 80/123). Essa diferença de frequência é robusta e fornece indícios para concluir que, se a escola daqueles falantes tentou atuar para que eles produzissem relativas-padrão, deslocando todo o SPrep, o sucesso não foi notável.

Observemos a Tabela 1 em (19), que mostra como se distribuem as relativas que têm e as que não têm preposição na periferia esquerda por função sintática:

(19)

Tabela 1 — Distribuição dos SPreps relativizados com e sem preposição por função sintática

Função sintática	Com		Sem		Total
	Nº	%	Nº	%	
Adjunto adverbial	35	49	37	51	72
Objeto indireto	6	23	20	77	26
Complemento nominal	2	15	11	85	13
Complemento adverbial	-	-	5	100	5
Genitivo	-	-	7	100	7
Total	43	35	80	65	123

Apud Kato et al. (2002).

Começamos por ler verticalmente a primeira coluna: o número de preposições retidas é muito maior (35/43 ou 81% contra 8/43 ou 19%) com adjunto do que com constituintes que não são adjuntos. Isso mostra que ser adjunto é fator relevante na retenção da preposição. Que explicação poderíamos imaginar para essa situação? A que aflora imediatamente é que a quase-metade de retenção de preposição se deve ao fato de que as preposições que são núcleos de adjunto são lexicais enquanto as outras são funcionais. As preposições lexicais têm importe semântico (isto é, são capazes de atribuir papel temático a seu argumento) e, por isso, são mais difíceis de serem “apagadas”, já que seu apagamento pode incorrer em perda para a interpretação semântica da sentença. Não é possível no momento fazer uma análise qualitativa dos 35 SPreps que retêm as preposições ou dos 37 que não retêm.

À guisa de conclusão, damos um passo projetando as conclusões retiradas da observação da minoria dos dados sobre o universo dos dados analisados (reconhecemos que essa extensão não é livre de riscos). O que conseguimos da análise dos 123 dados com SPreps relativizados? Que 80 ou 65% deles dispensam a preposição, enquanto 43 ou 35% a retêm, o que mostra uma forte tendência a evitar a estratégia que move a expressão-Q inteira para formar as relativas-padrão. Dos 43 dados, 35 ou 81% são de SPreps adjuntos e 8 apenas ou 19% são de argumentos. Isto é, a preposição é mais retida quando o SPrep relativizado é encabeçado por uma preposição lexical, que, como assumimos, concorre para possibilitar a recuperação do constituinte relativizado (recuperam-se, inclusive, traços como [+humano] em *quem*, plural como em *quais* e feminino como em *as quais*). A estratégia de mover toda a expressão-Q parece estar diretamente associada, como último recurso, à recuperação de constituintes. Agora, o que acontece quando o SN sujeito ou objeto é relativizado com *que*? Não sabemos se se trata ou não de movimento de toda a expressão-Q. Mas como nesses casos o verbo (ou o nome/adjetivo) possibilita a recuperação do constituinte, quer seja o sujeito ou o objeto direto, podemos concluir que a estratégia do movimento é desnecessária e que, em consequência, não deve ser ela que está em jogo nas relativas que relativizam um SN.

3. As sentenças clivadas

As gramáticas normativas do português não analisam o fenômeno da clivagem. Algumas apresentam exemplos de sentenças clivadas, referindo-se à palavra *que* ou à locução *é que* como partículas expletivas, ou de realce ou ênfase.

Na literatura linguística, a clivagem é, muitas vezes, entendida como uma operação que se aplica a uma sentença qualquer, como (20a), e a cinde em duas, como exemplificamos em (20b) e (20c):

- (20) a) O menino comeu a torta b) **Foi** [o menino] **que** comeu a torta.
 c) O menino comeu a torta d) **Quem** comeu a torta **foi** [o menino].

O resultado dessa cisão é que ela produz um nível de encaixe, em (20b) [*que comeu a torta*] e em (20c) [*quem comeu a torta*], ausente da sentença que sofreu o processo de clivagem. A sentença em (20b) é identificada como uma clivada e o que permite identificá-la como tal é o verbo *ser* e o complementizador *que*; a de (20c) é identificada como uma pseudoclivada e o que permite identificá-la como tal é, além do verbo *ser*, o pronome-Q *quem*.

A operação de clivagem é realizada necessariamente para destacar sintaticamente um sintagma como foco, em (20) os constituintes entre colchetes. Dizemos sintaticamente porque o foco é, por definição, o elemento prosodicamente saliente na sentença. Assim, por exemplo, a sentença complexa de (20b) só pode ser uma clivada se o constituinte entre colchetes for o foco e, por isso, marcado por um pico acentual [a sílaba que recebe o pico acentual vai ser escrita em maiúsculas em (21)]. Nesse caso, (20b) pode responder a uma pergunta como a que temos em (21a), com *o menino* sendo o foco da resposta.

- (21) a) Quem foi que comeu a torta? b) **Foi** [o meNino] **que** comeu a torta.
 c) Quem saiu correndo? d) **Foi** [o menino **que** comeu a TOrtA].

A pergunta em (21a) induz que o foco na resposta é [*o menino*], constituinte sobre o qual recai o pico acentual e, nesse caso, a resposta é uma clivada: o foco se localiza entre a cópula e o complementizador. Mas a pergunta em (21b) induz que o foco na resposta é [*o menino que comeu a torta*], com o pico

acentual sobre *torta*, e, nesse caso, a resposta não é uma clivada: agora o *que* é um pronome relativo e não contribui para isolar o foco. Como a noção de foco é fundamental para o estudo da clivagem, vamos mostrar rapidamente como se identifica o foco de uma sentença.

3.1. O foco

É de regra que toda sentença veicula foco. Às vezes, toda a sentença é o foco, caso em que temos o foco sentencial, largo; outras vezes apenas um dos constituintes dela, caso em que temos foco de constituinte, estreito.

Uma estratégia para localizar o foco é utilizar um par contendo uma pergunta-Q e a resposta. Dadas as perguntas em (22), o foco vai ser o constituinte entre colchetes na resposta, justamente aquele que dá o valor para o pronome-Q:

- (22) a) – Quem comeu a tua torta?
 – [O Garfield] comeu a minha torta.
 b) – O que o Garfield comeu?
 – Ele comeu [a minha torta].
 c) – O que o Garfield fez?
 – Ele [comeu a minha torta].

O resto do material que a resposta contém, como já está presente na pergunta, faz parte da pressuposição. Observe que o foco é marcado prosodicamente por um pico acentual onde quer que ele apareça. Se aparece como último constituinte da sentença, seu acento vai coincidir com o acento nuclear da sentença, que em (22b) e (22c) recai sobre a palavra *torta*. Quando o foco é o sujeito da sentença, ele vai puxar para si o pico acentual. Assim, em (22a), não vai haver coincidência entre o acento nuclear e o acento focal e este vai recair sobre *Garfield*.

Se, por outro lado, a pergunta é a que temos em (23), a resposta vai ser toda ela o foco:

- (23) – O que houve?
 – [O Garfield comeu a minha torta].

Temos aí um caso em que toda a sentença é o foco, já que nada da pergunta é repetido na resposta. Agora, o acento nuclear vai recair sobre a palavra *torta*, embora o foco seja toda a sentença.

O foco informacional tal como reconhecido em (22) e (23) coincide com a noção discursiva de informação nova e deve ser diferenciado do foco *contrastivo* (agora marcado por maiúsculas). Esse tipo de foco denega uma afirmação anterior, como a que temos em (24a), e a sentença pode ter acréscimo da negação entre parênteses em (24b-f):

- (24) a) – O Garfield comeu a torta.
 b) – Não, ele comeu [O HAMBÚRGUER] (não a torta).
 c) – Não, ele [ESCONDEU] (não comeu) a torta.
 d) – Não, (ele não comeu a torta) ele [TOMOU O LEITE].
 e) – Não, [O JON] comeu a torta (não o Garfield).
 f) – Não, [o HAMBÚRGUER] ele comeu (não a torta).

O foco contrastivo no português se obtém com acento extra *in situ*. Em certos casos, o constituinte focalizado contrastivamente aparece na periferia esquerda da sentença, como exemplificamos com o objeto *o hambúrguer* em (24f). O foco contrastivo pode, ainda, corresponder a uma informação dada, às vezes, a um subconjunto de um conjunto anteriormente mencionado:

- (25) a) – O Garfield comeu a torta e o hambúrguer.
 b) – Não, ele comeu [O HAMBÚRGUER] (a torta não).
 c) – Não, [O HAMBÚRGER] ele comeu (a torta não).

Como veremos, as sentenças clivadas correspondem a recursos para destacar, na sentença, o foco da pressuposição, seja apenas para identificar o *foco informacional* ou para contradizer algo afirmado ou pressuposto, caso do *foco contrastivo*.

3.2. Tipos de sentenças clivadas

3.2.1. Clivadas canônicas pessoais e impessoais

Nas clivadas canônicas, o foco aparece depois da cópula e é seguido por uma sentença encabeçada por um *que* invariável. O constituinte clivado pode

ser foco informacional ou contrastivo, mas essa distinção será ignorada aqui. Nas clivadas a cópula pode concordar com o elemento clivado em pessoa e número, se ele for nominal, e com o tempo do verbo subordinado, como vemos em (26a):

- (26) a) **Foram** [as crianças] que **viram** a Gabriela.
 b) **É** [o João] que **saiu**. (*versus* **Foi** o João que **saiu**)
 c) **É** [os meninos] que **vão** comigo.

A modalidade atual do português brasileiro popular prefere a clivada sem concordância de tempo ou de número e pessoa, tal como exemplificamos em (26b, c), que chamamos de impessoal: em (26b) falta a concordância de tempo e em (26c) falta a de número.

Abaixo se encontram exemplos de clivadas pessoais e impessoais encontrados no *corpus* do Nurc. Os dois tipos são apresentados na mesma seção porque, na maioria dos casos, os exemplos são ambíguos entre ser clivada pessoal e clivada impessoal, quando o foco nominal é singular e o tempo é o presente.

- (27) a) *era [aí] **que** eu ia dormir.* (DID SP)
 b) *é [a família] **que** comprava o título.* (D2 SP)
 c) *é [por isso] **que** eu penso que em matéria de cinema... deveríamos explorar essa.* (EF SP)
 d) *é [isso] **que** o Chico Anísio está... ah... caçoando.* (D2 SP)
 e) *era [ela] **que** tomava conta da casa.* (DID SP)
 f) *... então é... são [essas profissões] **que**... porque qualquer *pe*/profissão.* (DID SP)

É curioso notar que em (27f) o falante interrompeu a frase e mudou seu padrão sintático de concordância, demonstrando certa hesitação, o que mostra que ele passa da estratégia vernacular sem concordância para a estratégia-padrão com concordância.

3.2.2. Clivadas invertidas

Esse tipo de clivada tem o foco movido para antes da cópula, que tende a permanecer invariante. O foco tem sempre uma leitura contrastiva:

- (28) a) [As crianças] é **que** viram a Gabriela, (não os vizinhos).
 b) [A Gabriela] é **que** as crianças viram, (não a Margarida).

É esse o tipo mais frequente na amostra estudada, podendo o foco ser tanto um argumento quanto um adjunto.

- (29) a) [*por isso*] é **que** eu acho que a coisa é muito difícil de acontecer. (D2 SP)
 b) *Porque o alvaiade de zinco não faz mal; [o alvaiade de chumbo] é **que** faz mal.* (D2 SP)
 c) *quer dizer que [depois que eu... pude escolher o que eu queria fazer] é **que** eu... tomei outras deliberações.* (DID SP)
 d) *e [nós] é **que** deveríamos conservar?* (D2 SP)
 e) [*As moças*] é **que** usavam sapato... sem conforto. (D2 SP)
 f) [*Os organismos empresariais*]*sobreto é **que** têm necessidade de ter relações digamos mais... éh... mais constantes. (DID SP)
 g) [*Os futuros historiadores*] é **que** vão poder aferir com precisão o que que aconteceu. (D2 SP)
 h) ... [*ultimamente*] foi **que** ele fez o curso de Direito e veio para São Paulo. (DID SP)

O exemplo (29h) é o único em que a cópula aparece concordando com o tempo do verbo subordinado.

3.2.3. Clivadas sem cópula ou reduzidas

As sentenças clivadas podem aparecer sem a cópula, como exemplificamos com os dados em (30):

- (30) a) [Eu] **que** entro.
 b) Um só nada faz, [o conjunto] **que** opera.

Pode-se dizer que este é um tipo inovador no português brasileiro. Veja os exemplos extraídos da amostra analisada:

- (31) a) [*Por isso*] **que** eu estou dizendo... (D2 RJ)
 b) [*Aí*] **que** entra o problema de dinheiro. (D2 RJ)
 c) *Agora quando ele viu que os irmãos aprendiam francês e [ele só] **que** não falava então ele quis aprender francês também.* (D2 SP)
 d) *esse daí aprende francês também... versinhos... vocabulário... mas [ele] **que** pediu também.* (D2 SP)
 e) [*Por isso*] **que** ele (o camarão) fica um pouco cor de rosa. (D2 POA)

3.2.4. Pseudoclivadas canônicas

Trata-se de uma construção na qual o sujeito é uma relativa livre (em negrito) e o predicado pós-cópula é o foco. Teoricamente qualquer pronome-Q pode encabeçar a relativa livre, como nos exemplos abaixo:

- (32) a) **O que eu quero** é [um cafezinho].
 b) **Quem telefonou** foi [o João].
 c) **Onde a Gabriela mora** é [aqui].
 d) **Quando a polícia vai fechar a Paulista** é [amanhã].

O que ocorre nos dados da amostra, contudo, é que o pronome-Q da relativa livre é sempre um SN argumento (sujeito ou objeto, *quem* ou *o que*). O predicado focal, por sua vez, pode ser um constituinte da sentença, como em (33a-e), ou uma sentença inteira, como em (33f, g):

- (33) a) **o que eu leio habitualmente** é [o jornal]. (D2 SP)

- b) *descobrimos que o que Jean procurava na pintura não é [a própria pintura],
o que ele procurava na pintura é [a relação harmoniosa]*
(EF SP)
- c) *quem fazia a roupinha era [eu e mamãe].*
(D2 SP)
- d) *o que vamos encontrar ao longo do caminho... é [o sofrimento dos homens].*
(EF SP)
- e) *o que eu observei... foi... naturalmente... [isso].*
(DID SP)
- f) *o que acontece é [que as épocas estão evoluindo].*
(DID SP)
- g) *o que eu quero salientar é [que... no séc. XVIII existiram... indivíduos que...
defenderam esta ideia.].*
(EF SP)

3.2.5. Pseudoclivadas reduzidas

As pseudoclivadas reduzidas são as construções que parecem ser uma pseudoclivada com o pronome-Q omitido, como vemos nas sentenças em (34) obtidas a partir das sentenças em (33):

- (34) a) **eu leio habitualmente** é [o jornal].
b) **ele procurava na pintura...** é [a relação harmoniosa]...
c) **vamos encontrar ao longo do caminho...** é [o sofrimento dos homens].
d) **acontece** é [que as épocas estão evoluindo].
e) **eu observei...** foi... naturalmente... [isso].
f) **eu quero salientar** é [que... no séc. XVIII existiram indivíduos que...
defenderam esta ideia].

É curioso que nesse tipo temos a impressão de que a cópula pode “passar” pela sentença marcando o constituinte, que é o foco. O formato do pronome-Q omitido é ditado pelo constituinte que se situa após a cópula:

- (35) a) **(O que) o João quer** é [sambar na Portela no próximo carnaval].
b) **(Onde) o João quer sambar** é [na Portela] no próximo carnaval.
c) **(Quando) o João quer sambar na Portela** é [no próximo carnaval].

As pseudoclivadas reduzidas parecem ser mais facilmente encontradas e aceitas com argumentos, embora no *corpus* ocorram casos de adjuntos com *como* [cf. (36b)].

Os exemplos abaixo são de pseudoclivadas reduzidas encontrados na amostra estudada:

- (36) a) *eu sinto é que, por dever do ofício, quer dizer, como professor, [eu tenho que comentar o assunto...].*
(D2 SP)
- b) *eu viajo mais é [fazendo turismo mesmo].*
(D2 SP)
- c) *e a socialista União Soviética queriam mais é [que a Birmânia morresse].*
(EF RJ)
- d) *eu me prendo mais é [à parte de frutas].*
(DID RJ)
- e) *gostei bastante foi [a última (peça de teatro) que eu assisti] mas não me lembro o nome dela.*
(DID SP)
- f) *aqui em casa geralmente a titia compra muito é [alcatra].*
(DID RJ)

3.2.6. Pseudoclivadas invertidas

São construções raras no *corpus*. Seu foco vem preposto à copula, a qual vem seguida da relativa livre que foi extraposta.

- (37) *[Isso] foi o que mais me impressionou.*
(DID SP)

3.2.7. Pseudoclivadas extrapostas

São construções em que o constituinte focalizado aparece depois da cópula, com leitura de foco contrastivo, e a relativa livre aparece depois do constituinte clivado.

- (38) a) Foi [a Gabriela] **quem as crianças viram.**
b) É [aqui] **onde a Gabriela mora.**

Embora aceitos por falantes cultos, exemplos desse tipo também não são encontrados na amostra de língua falada examinada.

3.2.8. Clivadas apresentativas

A clivagem, como vimos, é um recurso usado para focalizar um constituinte (argumento ou adjunto) de uma sentença. É possível, contudo, termos a sentença toda como o elemento marcado como foco, sem que se configure a situação de foco de constituinte. Esse tipo é o que se chama clivada apresentativa e o exemplificamos no diálogo em (39):

- (39) A “Você podia ir ao centro da cidade pagar estas contas para mim.”
 B “(Acho que não. Acho que ninguém devia andar pelo centro. Está muito perigoso.) É **que** [bandidos estão matando policiais].”

Não se deve confundir, contudo, esse tipo de sentenças com causativas como a de (40), mesmo tendo em conta que *(por) que os bandidos estão matando policiais* é o foco:

- (40) A “Por que está todo mundo correndo?”
 B “É (por) **que** os bandidos estão matando policiais.”

Na seção seguinte, veremos os tipos encontrados na amostra do Nurc-SP. Nossa análise se limita apenas ao *corpus* de São Paulo porque a variável “região” não se revelou um fator relevante em outros estudos e pelo fato de a amostra do *corpus* representativo das regiões não conter dados suficientes.

3.3. Variação entre os tipos de clivagem²

A comparação em Kato et al. (2002) foi feita apenas entre os tipos mais recorrentes, a saber: clivadas, clivadas invertidas e pseudoclivadas. O primeiro quadro mostra a ocorrência dos três tipos de clivagem no *corpus* Nurc-SP, conforme o tipo de discurso:

(41)

Tabela 2 — Total de ocorrências dos tipos de clivagem em cada tipo de elocução dos dados do Nurc-SP

	Pseudoclivada		Clivada		Clivada invertida		Total	
	(N ^o)	%	(N ^o)	%	(N ^o)	%	(N ^o)	
EF	(9)	23,5	(2)	8,0	(7)	10,5	(18)	14,0
D2	(20)	53,0	(15)	60,0	(31)	47,0	(66)	51,0
DID	(9)	23,5	(8)	32,0	(28)	42,5	(45)	35,0
Total	(38)	100,0	(25)	100,0	(66)	100,0	(129)	

Examinando a tabela acima, pode-se dizer que as sentenças clivadas tendem a ser usadas mais frequentemente nas situações de fala menos formais, vale dizer, D2s, sendo evitadas nas EFs a situação de fala que requereu maior grau de planejamento e monitoração; os DIDs, que parecem ocupar posição intermediária no que concerne à formalidade, ficam a meio do caminho no que diz respeito à frequência de uso de sentenças clivadas.

As clivadas invertidas constituem a estratégia de focalização mais recorrente e seu padrão distribucional conforma-se ao descrito acima: uso rarefeito nas EFs em contraposição à utilização frequente nas situações de fala mais casuais, D2s e DIDs. A distribuição a que nos referimos pode ser observada, também, a propósito das *clivadas*, construções de baixa ocorrência nas amostras de fala analisadas. As pseudoclivadas distinguem-se dos dois outros subtipos no que diz respeito à correlação com situação de fala, já que, não obstante a predominância nos D2s, apresentam percentagens idênticas para EFs e DIDs.

Quanto ao constituinte focalizado, os dados do Nurc-SP não contradizem o que dizem estudos gerativos, que mostram que qualquer constituinte pode, em princípio, ser focalizado por qualquer tipo de clivagem, mas indicam que essa possibilidade não se confirma em termos quantitativos.

Assim, as pseudoclivadas focalizam predominantemente o objeto direto (63%) e quase nunca os adjuntos; as clivadas focalizam muito tanto sujeito (36%) quanto objeto direto (36%); e as clivadas invertidas focalizam predominantemente sujeito (50%) e adjuntos (41%). O quadro abaixo apresenta os números e as porcentagens de cada constituinte focalizado por cada tipo de clivagem.

(42)

Tabela 3 — Estatuto sintático do elemento focalizado em cada tipo de clivada dos dados do Nurc-SP

	Clivadas		Pseudoclivadas		Clivadas invertidas		Total	
	(Nº)	%	(Nº)	%	(Nº)	%	(Nº)	%
Sujeito	(9)	36,0	(11)	29,0	(33)	50,0	53	
Objeto direto	(9)	36,0	(24)	63,0	(3)	4,5	36	
Objeto indireto	(2)	8,0	(2)	5,0	(3)	4,5	7,0	
Adjunto de tempo	(2)	8,0	—	—	(18)	27,5	20	
Adjunto de lugar	(2)	8,0	—	—	(2)	3,0	4	
Adjunto de causa	(1)	4,0	—	—	(6)	9,0	7	
Adjunto de modo	—		(1)	3,0	(1)	1,5	2	
Total	(25)	100,0	(38)	100,0	(66)	100,0		

Apud Kato et al. (2002)

Uma explicação funcional diria que a escolha de uma alternante clivada particular é sensível ao estatuto informacional e ordem neutra dos constituintes sintáticos que são focalizados. Assim, a informação nova tende a ser introduzida pelos objetos diretos que, não marcadamente, ocorrem na posição pós-verbal. Ao focalizar um elemento na posição de objeto direto, por intermédio de uma pseudoclivada, o falante preserva a ordem não-marcada dos constituintes e, simultaneamente, atende ao requisito de que a informação velha preceda a informação nova. A codificação da informação nova requer, usualmente, maior quantidade de material linguístico e tal fato explica por que os constituintes clivados por pseudoclivadas são, usualmente, mais “pesados” do que aqueles focalizados por clivadas e clivadas invertidas.

Mas as explicações funcionais e formais nem sempre podem ser harmonizadas. Por exemplo, a ausência de PCs que focalizam adjunto pode receber uma explicação formal em termos de incompatibilidade de combinação, que discutiremos mais adiante. Observe que a expressão Q da relativa livre tem de satisfazer algum requerimento presente na sentença matriz: por exemplo, a sentença [**Ele confia de quem ela desconfia*] é agramatical porque a expressão *de quem* não satisfaz as propriedades de subcategorização do verbo *confiar*. Como a relativa livre das pseudoclivadas está em posição de sujeito, sua expressão Q deve ser do tipo SN, para ser compatível com nominativo: por isso, a relativa

livre vai muito bem se é encabeçada por *o que* ou *quem*. Ao focalizarmos um adjunto, porém, a expressão Q deve ser do tipo SPrep (*onde, quando, por onde, de onde, como*), incompatível com o caso nominativo da posição de sujeito: veja que a sentença [*Por onde a Maria passou foi por aqui*] não é nada natural. Entretanto, se o adjunto é focalizado em uma pseudoclivada reduzida, sem a expressão Q, a sentença é perfeita: [*A Maria passou foi por aqui*]. Nas clivadas, como não existe expressão Q, nenhuma incompatibilidade se verifica e um SPrep pode ser focalizado normalmente.

4. As sentenças interrogativas-Q

As sentenças interrogativas podem ser de dois tipos, segundo as respostas que lhes devem ser dadas. As do primeiro tipo pedem como resposta a confirmação ou a desconfirmação de um fato e, por isso, são chamadas de interrogativas sim/não, como exemplificamos em (43):

- (43) a) *Você gosta de literatura de cordel?* (D2 REC)
 b) *Mas não é aquela (estrada) que... ainda passa por Monlevade?* (D2 SSA)
 c) *A sua família é grande?* (D2 SP)

As do segundo tipo são chamadas de interrogativas-Q, pois contêm um pronome-Q:

- (44) a) **Quem** não é apaixonado por Olinda? (D2 REC)
 b) **Qual** é o pior... horário... dessa saída da cidade... de manhã? (D2 SSA)
 c) **Que** tipo de carreira... fora essa... seriam digamos conveniente... (D2 SP)
 d) **Onde** é que elas estão?... (D2 SP)

As respostas adequadas a essas perguntas são induzidas pelos pronomes ou pelas expressões-Q. Quando a pergunta é feita com o pronome *quem* o que se

espera como resposta é a identificação de uma pessoa; com o pronome *onde* é um lugar; e com a expressão [*que tipo de carreira*] é um tipo de carreira. O pressuposto que subjaz às perguntas-Q pode ser expresso de modo simplificado pela fórmula em (45a):

- (45) a) Existe um x que é pessoa em (44a), que é um horário em (44b), que é um tipo de carreira em (44c), que é um lugar em (44d).
 b) Para qual x é verdade que x não é apaixonado por Olinda em (44a), que x é o pior horário em (44b), que x seria conveniente em (44c), que eles estão em x (44d).

O pronome-Q opera sobre o pressuposto de tal forma que a pergunta pode ser parafraseada simplificada por (45b). Por isso, os pronomes-Q são operadores e a variável sobre a qual eles operam é x em (45).

As sentenças interrogativas podem ser matrizes ou encaixadas. As primeiras são usadas para fazer uma pergunta direta [cf. (44)]. As últimas são dependentes e sempre ocorrem para satisfazer as exigências de um item da sentença matriz, em geral um verbo. Como o escopo da pergunta se circunscreve à sentença encaixada, elas não fazem a sentença toda ser uma pergunta e isso é representado na escrita pelo ponto final (46):

- (46) a) *nós não sabemos [quanto tempo Olinda ainda vai viver porque ela tá escorregando para o mar].*

(DID REC)

- b) *eu não sei [se é pela dificuldade que eles têm...].*

(DID RJ)

- (47) *eu acho [que aqui nós já temos certas estradas relativamente bem sinalizadas].*

(D2 SSA)

A sentença encaixada em (47) contrasta com as de (46) por ser uma declarativa, o que é marcado pelo complementizador *que*, que sozinho é incapaz de marcar uma sentença como interrogativa. Para que seja interrogativa, a sentença deve conter na periferia esquerda ou um pronome-Q, como *quanto* em (46a), ou o complementizador interrogativo *se*, como em (46b).

Por fim, as interrogativas-Q podem ser infinitivas:

(48) a) **o que falar** agora sobre peças?

(DID SP)

b) **não sei o que te responder.**

(DID SP)

4.1. Os pronomes-Q interrogativos

Os pronomes-Q interrogativos podem ser distribuídos em duas classes segundo a capacidade de embutir ou não em sua constituição morfológica o universo sobre o qual eles operam. Os do primeiro tipo são exemplificados em (49):

- (49) a) ... **quem** não gosta [de literatura de cordel]? (D2 REC) Q → humano
 b) **o que** as levou [a] escolher a carreira? (D2 SP) Q → coisa
 c) **onde** é que elas estão?... (D2 SP) Q → lugar
 d) **como** é que se transporta um... um caminhão desse tipo de um lugar para o outro? (D2 SSA) Q → modo
 e) **quando** é que ela [a vida estudantil] se formaliza? (DID SSA) Q → tempo

Em (49) vemos que cada pronome-Q define o universo sobre o qual ele opera, direcionando a resposta esperada: em (49a) *quem* determina que a resposta é um ser humano; em (49b) uma coisa; em (49c) um lugar; e assim por diante.

A classe de pronomes-Q contém também itens que não trazem embutido o domínio de operação e, por isso, se combinam com um restritor nominal. Esses pronomes-Q são exemplificados em (50):

- (50) a) **que serviços** prestariam então uma cooperativa? (DID REC)
 b) **quantos grupos** estiveram... aqui presen:tes... fazendo aquele trabalho de:... definição? (EF REC)
 b') **você já imaginou para ((ruído de garganta)) para fazer a peça Hair quanta gente** que não foi... éh éh::não foi éh::preparada. (DID SP)
 c) **qual outro filme** que... o público infantil ... gostou? (DID SP)

Eles têm comportamento semelhante ao dos determinantes/quantificadores nominais, pois operam semanticamente sobre um nome. Nesse caso, concordam com o nome, concordância esta que é manifesta pelo menos com os que são flexionáveis como *qual*, em número, como vemos em (50c), e *quanto*, em gênero e número, como vemos em (50b, b'). Além da capacidade de concordar com um nome, os itens interrogativos *que/qual/quantos* manifestam outro indício de que são determinantes: eles estão em distribuição complementar com outros determinantes como *o* ou *este*. O fato de *qual* e o determinante *o* ocorrerem contíguos em exemplos como (51a) não contradiz a afirmação de que eles estão em distribuição complementar:

- (51) a) ***qual o prato mais exótico*** *que já comeram?* (DID REC)
 b) ***qual é o prato mais exótico*** *que já comeram?*

Em (51a) a contiguidade ocorre porque a cópula, presente em (51b), foi apagada. Alegar isso é justificável, pois, se não, teremos uma interrogativa sem verbo matriz: o verbo *comer* não pode ser o verbo da matriz, pois pertence à sentença relativa.

Ademais, a classificação desses itens como determinantes poderia ser mantida para sentenças em que o *que* faz parte de um sintagma preposicional sem ter um SN restritor pronunciado, como nos dados em (52):

- (52) a) *de **que** se compõe a universidade?...* (DID SSA)
 b) *por **que** é que não tem que se considerar [a sociologia jurídica] ciência?* (DID POA)

Nesses casos, o SN não-pronunciado/não-escrito é identificado pelo item que seleciona o determinante-Q: em (52a) é o verbo *compor* e, por isso, o restritor deve ser um nome que significa algo como *partes*; em (52b) deve ser um nome como *motivo* selecionado pela preposição *por*.

Os pronomes *qual* e *quanto* podem quantificar também sobre um sintagma preposicional, como mostram os dados em (53):

- (53) a) ***qual dos dois*** *é mais comple(to)?* (EF POA)

- b) *dos instrumentos musicais qual* você prefere?

(DID POA)

- c) *eu pago agora... não sei quanto de UPCs, vírgula zero, zero.*

(D2 RJ)

O exemplo (53b) ilustra um caso em que o restritor sobre o qual o pronome *qual* quantifica foi topicalizado. Em todos os dados de (53), não se verifica, como é de se esperar, a concordância do pronome com o nome interno ao sintagma preposicional. Entretanto, o pronome-Q pode aparecer flexionado, como em (54), por exemplo:

- (54) Dos instrumentos musicais, **quais** você prefere?

Nesse caso, supomos um SN não-pronunciado, como *instrumentos*, para desencadear a concordância de número. Fenômeno semelhante se verifica em (55), onde os pronomes-Q exemplificados em (50) também podem aparecer sozinhos:

- (55) a) ... **qual** é o outro tipo de escola que a criança CHEga... depois do maternal?

(DID SSA)

- b) ... a... classe não é grande... dos procuradores do Estado com **quantos** estão agora?

(D2 SP)

- c) **que** é que um professor faz?...

(DID SSA)

Em (55a) *qual* é separado do sintagma sobre o qual opera pela cópula; em (55b), *quantos* ocorre sozinho, mas da concordância e do contexto se deduz que ele opera sobre *procuradores*; em (55c), *que* não parece operar sobre nenhum restritor específico e sua interpretação é semelhante à do pronome-Q *o que*.

4.2. Os tipos de interrogativas-Q

4.2.1. As interrogativas com Q *in situ* e deslocado

As sentenças interrogativas do PB podem apresentar tanto a expressão-Q *in situ*, como vemos em (56), quanto deslocada na periferia esquerda da sentença, como mostram os dados de (57):

- (56) a) *cada::...formatura tinha **o quê**, além do do da colação de grau?* (DID SSA)
 b) *um apartamento de 1.000 cruzeiros... é apartamento **de quê**?* (D2 RJ)
- (57) a) ***o que** a senhora considera uma boa peça teatral?* (DID SP)
 b) ***que tipo de assistência jurídica** o sindicato presta?* (DID REC)
 c) ***quem** que a senhora acha que cuida de toda essa parte?...* (DID SP)

O lugar que a expressão-Q ocupa é, como foi afirmado para os pronomes relativos, o especificador de SC. Às vezes, a posição de onde a expressão-Q é deslocada pertence a uma sentença encaixada, como mostra (57c). Entretanto, se a interrogativa é encaixada, a expressão-Q não pode manter-se *in situ*, como vemos em (58):

- (58) a) *eu poderia perguntar também **o que** estuda a sociologia jurídica.* (EF REC)
 b) *Eu poderia perguntar também (que) a sociologia jurídica estuda **o quê**.

4.2.2. As interrogativas com ordem verbo-sujeito

Quando a expressão-Q está deslocada, o sujeito pode ocasionalmente se apresentar depois do verbo finito, o que pode acontecer tanto na sentença matriz como na encaixada:

- (59) a) ***o que** fizeram as economias industriais adiantadas da época... que ganharam Segunda Grande Guerra?* (EF RJ)
 b) ***de que** se compõe a universidade?...* (DID SSA)
 c) *eu pergunto... **o que** estuda a sociologia do direito.* (EF REC)

4.2.3. As interrogativas clivadas

As interrogativas podem ser estruturadas com a cópula e o complementizador *que* seguindo a expressão-Q e, por isso, serão chamadas de interrogativas clivadas:

- (60) a) ***que é que um professor faz?***... (DID SSA)
 b) ***o que é que a gente fazia como é que era...*** *a::a verificação no nosso tempo de escola?* (DID RJ)
 c) ***o que foi que vocês encontraram?*** (EF REC)
 d) *ele pode... me dizer* ***o que foi que o conferencista disse?*** (EF POA)

Esse tipo de interrogativa tanto pode figurar como sentença matriz [cf. (60a, b, c)] quanto como encaixada [cf. (60d)]. Às vezes, a cópula se apresenta com o mesmo tempo do verbo principal, como vemos em (60a, c, d); outras vezes, a cópula fica simplesmente no presente, em discordância com o tempo do verbo principal, como vemos em (60b).

4.2.4. Interrogativas clivadas sem cópula

As interrogativas podem, ainda, ter uma expressão-Q na periferia esquerda da sentença seguida pelo complementizador *que*, espelhando o fenômeno conhecido como Comp duplamente preenchido:

- (61) a) ***quem que a senhora acha que cuida de toda essa parte?***... (DID SP)
 b) ***qual que seria o material?*** (DID SSA)
 c) ***por que que a senhora gostou dessa peça?*** (DID SP)
 d) *você sabe* ***o que que é UPC?*** (D2 RJ)

Esse fenômeno se verifica tanto em sentenças matrizes [cf. (61a, b, c)] como em encaixadas [cf. (61d)].

4.3. Variação nas interrogativas-Q³

A variação nas interrogativas-Q se verifica nos seguintes pontos: a ordem sujeito-verbo *versus* a ordem verbo-sujeito, pronome-Q *in situ versus* deslocado e interrogativa clivada *versus* não-clivadas. A motivação para estudar esses pontos parece ter duas fontes. Uma provém da observação de que o português brasileiro sofreu mudanças sintáticas direcionadas da ordem verbo-sujeito à sujeito-verbo, do pronome-Q deslocado à *in situ* e da interrogativa não-clivada à clivada, à clivada reduzida. A outra motivação é comparativa e brota da comparação do português brasileiro, que se põe do lado direito da seta, com o português europeu, que parece não se colocar (mais) do lado direito da seta. O que se presume é que os vários tipos de interrogativas convivem “pacificamente” no português brasileiro falado atual.

Quanto à ordem sujeito-verbo *versus* verbo-sujeito, a análise da amostra do Nurc mostra que os dados se distribuem equitativamente entre as duas. O fator que influencia mais fortemente a frequência da ordem verbo-sujeito é o tipo de verbo, como observamos na tabela em (62):

(62)

Tabela 4 — Porcentagem e peso relativo da ordem verbo-sujeito segundo o tipo de verbo

Tipo de verbo	Porcentagem V-S		Peso relativo V-S
Cópula	89%	(51/57)	.87
Intransitivo	45%	(5/11)	.72
Reflexivo	40%	(4/10)	.64
Transitivo	14%	(8/57)	.10

Apud Kato et al. (2002).

Dentre eles, existe uma oposição nítida entre os copulares e os transitivos, os primeiros favorecendo fortemente a ordem verbo-sujeito. O outro fator que influencia relevantemente essa ordem é a dimensão silábica do sujeito:

(63)

Tabela 5 — Porcentagem e peso relativo da ordem V-S segundo a dimensão do sujeito

Dimensão do sujeito	Porcentagem V-S		Peso relativo V-S
9 ou mais sílabas	96%	(24/25)	.71
6 a 8 sílabas	93%	(14/15)	.93
3 a 5 sílabas	45%	(25/55)	.27
1 ou 2 sílabas	15%	(6/41)	.46

Apud Kato et al. (2002).

Sujeitos com maior número de sílabas tendem fortemente a vir pospostos ao verbo. Assim, os dois fatores que têm maior influência no desencadeamento da ordem verbo-sujeito residem no tipo de verbo e no tamanho do sujeito: a ordem verbo-sujeito não parece um fenômeno tipicamente associado às interrogativas-Q

No que diz respeito aos outros fenômenos observados na seção anterior, numa amostra de textos jornalísticos, os autores deste capítulo encontraram os resultados em (64):

(64)

Tabela 6 — Tipos de interrogativas-Q no português brasileiro

Tipos de interrogativas-Q									
Q movido		Q <i>in situ</i>		Clivadas		Clivadas reduzidas		Total	
Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
238	65,75	32	8,84	72	21,95	4	1,10	362	100

Adaptado de Kato e Miotto (2005).

Nessa amostra, observa-se que os quatro tipos de interrogativas-Q são encontrados. Podemos dizer que na Tabela 6 existem dois grupos em variação. O primeiro engloba interrogativas com o pronome-Q movido e *in situ*: 238/88% do total de 270 com deslocamento, contra 32/12% sem. O segundo grupo engloba as interrogativas clivadas e as clivadas reduzidas: 72/95% de um total de 76 de clivadas contra 4/5% de reduzidas.

5. Análise formal das construções-Q

5.1. Introdução

A parte descritiva deste capítulo deixou claro que, nas construções estudadas, um pronome-Q está envolvido ou um *que* parecido com um pronome Q, e, em grande parte de sua ocorrência, ele se desloca para o especificador de SC. A análise formal desta seção é um detalhamento do que ocorre nesse domínio, considerando a interface da sintaxe com o discurso. Há muitas análises disponíveis na literatura gerativista, mas aqui elegemos uma perspectiva que desse maior uniformidade de tratamento às três construções.

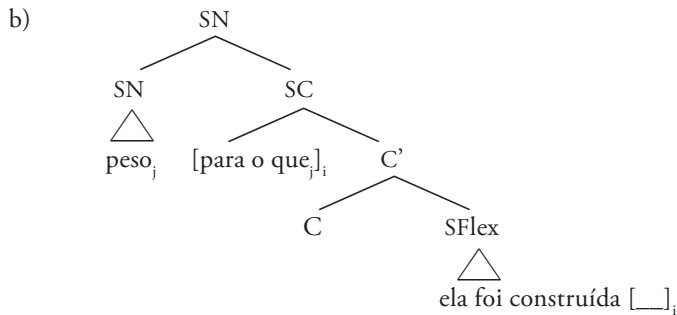
5.2. Análise formal das relativas

Uma relativa com núcleo nominal é tradicionalmente considerada um modificador desse núcleo tendo função paralela à de um sintagma adjetival (SA), como ilustramos em (65):

- (65) a) *então tem carreiras **que seriam brilhantíssimas para a mulher...*** (D2 SP)
 b) *então tem carreiras **brilhantíssimas para a mulher...***

Por isso, é considerada tradicionalmente um adjunto do núcleo nominal. A forma usual de representar um adjunto é dobrar a categoria à qual o constituinte está adjungido, como vimos no capítulo 4. Assim, a representação abreviada da parte relevante da relativa em (66a) é (66b):

- (66) a) *carros muito pesados com cargas muito pesadas... trafeguem... acima, quer dizer, acima do peso [**para o que** ela foi construída].*
 (D2 SSA)



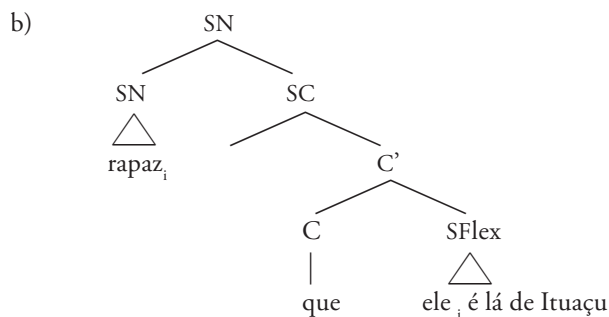
Em (66b) está anotada a categoria vazia $[_]_i$ marcando o lugar de onde o pronome-Q foi movido, análise que é aplicada a uma relativa-padrão. Que houve movimento da expressão-Q nesse caso é geralmente admitido por dois motivos: primeiro, a preposição aparece junto ao pronome deslocado; segundo, o lugar onde a expressão-Q tem sua função gramatical é sistematicamente vazio. O movimento do pronome-Q, como aliás qualquer tipo de movimento, pode ser formulado como exigência do seguinte princípio: *existe um traço atrator na área de pouso do constituinte movido*. Como a área de pouso do pronome-Q é o SC, dizemos que o traço, que podemos chamar de $[+Q_{rel}]$, está em C. Por ser a relativa dependente, o traço $[+Q_{rel}]$ que atrai o pronome-Q está subordinado à sentença matriz, mais propriamente ao núcleo nominal da relativa. Por isso, se existe pronome-Q nos domínios do traço $[+Q_{rel}]$, ele é obrigatoriamente atraído para o especificador de SC.

Entretanto, as relativas resumptivas e cortadoras apresentam indícios em contrário à derivação que move o pronome-Q para SC. As primeiras porque não contêm um vazio na posição de onde o pronome-Q seria movido; as segundas porque o que elas contêm em SC é apenas um *que*, mesmo quando o constituinte relativizado é um SPrep. Por isso, o *que* à esquerda se parece muito mais com o complementizador do que com um pronome-Q. Associe-mos a ambas a mesma representação como adjunto. O mesmo traço $[+Q_{rel}]$ está presente em C, mas, como não há pronome-Q em seu domínio, nada de visível é atraído para o especificador de SC.

Se assumimos que o *que* dessas relativas é um complementizador, a representação da parte relevante da relativa resumptiva em (67a) é (67b):

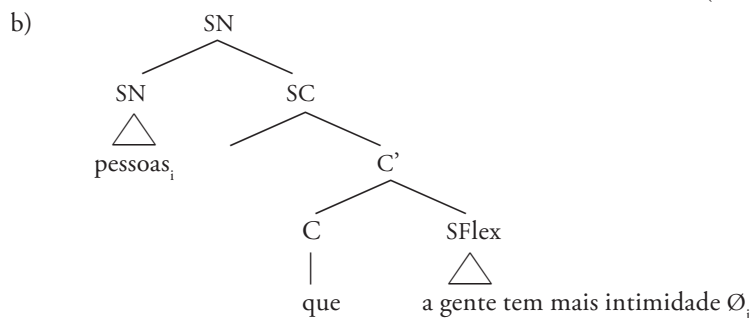
(67) a) *eu tenho um rapaz que... **que ele** é de lá de Ituaçu.*

(D2 SSA)



A de uma cortadora como (68a) é representada em (68b):

- (68) a) *tem umas pessoas_i **que** a gente tem mais intimidade Ø_i também, né?*
(DID POA)



A estrutura em (68b) é semelhante a (67b), exceto por conter a categoria vazia $\emptyset_i$. Como é assumido que em (68) não há um pronome-Q, não se alega que $\emptyset_i$ se tenha formado por movimento.

Como adiantamos na seção 2.1, as relativas-padrão e as cortadoras, por apresentarem a categoria vazia descrita em (66b) e (68b), criam uma indefinição para a análise de relativas que têm como constituinte relativizado um SN (sujeito ou objeto direto): a sua periferia esquerda vai ser ocupada com um *que*, como exemplificamos com (69):

- (69) a) *então tem carreiras **que** seriam brilhantíssimas para a mulher...*
(D2 SP)
- b) *vou aproveitar pra uma coisa **que** há muito tempo desejava ver... que é o Maquiné.*
(D2 SSA)

Tanto a análise que concebe o *que* como pronome-Q, aplicando-lhe movimento para o especificador de SC, como a análise que o concebe como complementizador, gerando-o em C, são compatíveis com esses dados.

Em resumo, uma relativa com núcleo nominal funciona como adjunto do nome, independentemente de ser padrão, cortadora ou resumptiva.

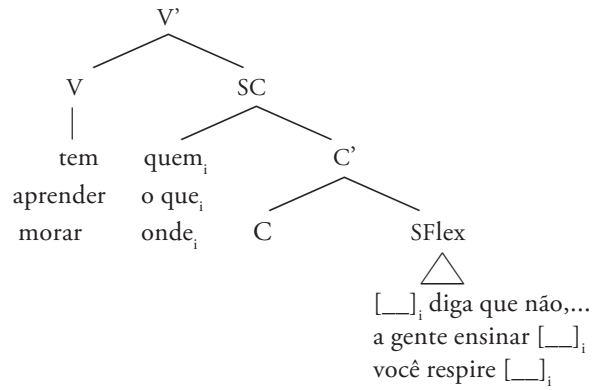
Por sua vez, uma relativa livre, que não pode ser adjunto do nome, é uma sentença que desempenha várias funções sintáticas:

- (70) a) **quem** trabalha fora acumula as coisas da casa. (D2 SP)
- b) *tem quem diga que não, que sociologia do direito é estudada por quem faz ciência social... sociologia jurídica.* (EF REC)
- c) *eles devem aprender o que a gente ensinar.* (DID SSA)
- d) *eu acho que morar bem é morar fora da cidade... é morar onde você respire... onde você acorde de manhã como eu acordo e veja passarinho à vontade no quintal.* (D2 REC)
- e) *... eu fico...com quem diz que... é igual... é igual...* (EF REC)
- f) *então ficou muito bonito quando a gente entrou...* (DID POA)

Em (70a) a relativa livre encabeçada por *quem* é o sujeito do verbo *acumular*. Em (70b) a primeira relativa livre é o complemento do verbo *ter*; a segunda relativa é o complemento da preposição *por*, com a qual constitui o agente da passiva. Em (70c) *o que* introduz uma relativa *que* é objeto do verbo *aprender*. Em (70d) as relativas encabeçadas por *onde* são os complementos locativos do verbo *morar*. A relativa de (70e) é o complemento preposicionado do verbo *ficar*. E, por fim, a relativa livre de (70f) é adjunto do predicado da sentença matriz (cf. cap. 4).

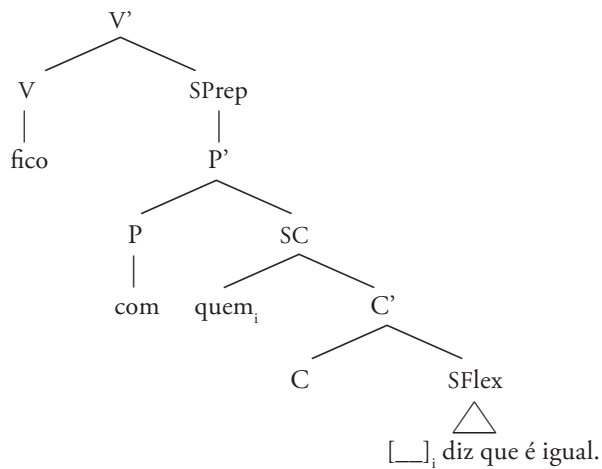
As relativas livres que são complemento de verbo são representadas, de acordo com o que foi estabelecido no capítulo 2, em (71):

(71)

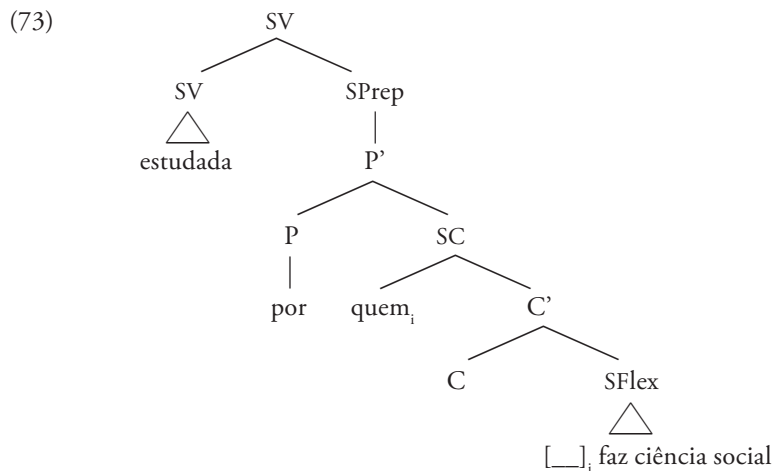


Como o complemento do verbo *ficar* em (70e) é um SPrep, a relativa livre deve ser formalmente o complemento da preposição *com*:

(72)

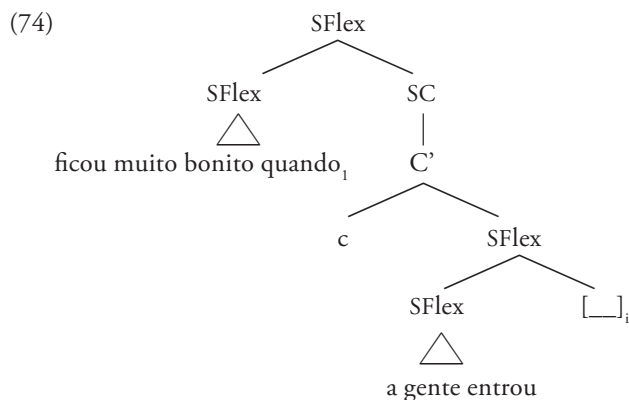


A relativa que corresponde ao agente da passiva em (70b) é representada em (73):



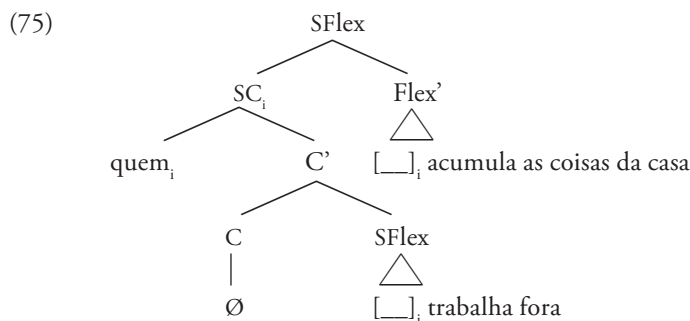
Em (73) está representado que SC funciona como complemento da preposição *por* que encabeça um SPrep adjunto.

A relativa livre de (70f) é um adjunto temporal e, por isso, vamos representá-la em (74) como adjunto do SFlex:



O pronome-Q *quando*, que traz embutida a noção de tempo, relativiza o tempo das duas sentenças: da sentença matriz por estar em SC e da sentença encaixada por ser adjunto de SFlex.

Deixamos para representar por último a relativa sujeito de (70a), porque ela ocupa a posição derivada de especificador de SFlex, que, como vimos no capítulo 3, é a posição do sujeito:



Em (75) estão envolvidos dois movimentos: o primeiro desloca o pronome-Q *quem* para o especificador de SC, movimento presente em qualquer relativa livre, como representamos em (71-74); o segundo desloca o SC da posição de argumento externo de *acumular* para o especificador de SFlex (sujeito).

Nas representações (71) a (75), observamos que existe dentro de todas as relativas livres uma categoria vazia que retoma o pronome-Q. Isso nos induz a pensar que o pronome foi movido para o especificador de SC. Portanto, o traço [+Q_{rel}] está presente em C para atrair o pronome-Q. Entretanto, esse movimento está sujeito a condições derivadas do fato de a expressão-Q estar em relação tanto com a sentença matriz como com a relativa. Observe, por exemplo, (75): *quem* tem todas as especificações para ser o sujeito do verbo *trabalhar* e, no especificador de SC, para marcar a relativa como o sujeito do verbo *acumular*. Isto é, o pronome-Q tem de ter forma compatível com as duas funções que desempenha. Mesmo que a função sintática do pronome-Q seja diferente nas duas sentenças, a relativa livre pode ser derivada, como podemos ver voltando a (73): *quem* tem forma compatível com o sujeito do verbo *fazer* (marcado por nominativo) e, no especificador de SC relativo, tem forma compatível com o complemento da preposição *por* (marcado por caso oblíquo). Assim, o pronome *quem* seria movido para o especificador de SC, ficando contíguo à preposição. Podemos dizer que o mesmo acontece em (70e), onde a preposição *com* é regida pelo verbo *ficar*:

(70) e) ... eu fico... com **quem** diz que... é igual... é igual...

(EF REC)

Também existe compatibilidade em exemplos como os de (76), onde a mesma preposição é regida pelos dois verbos:

- (76) a) Ela sempre gosta de quem o João gosta.
b) Ela desconfia de quem o João gosta.

Em (76) deveria haver a mesma preposição *de* ocorrendo duas vezes, mas não é isso que se verifica. Então, temos de supor que uma das ocorrências de *de* é apagada nesse caso e, da observação de (77), que a preposição apagada é aquela regida pelo verbo encaixado:

- (77) a) ?João confia em quem a Maria desconfia.
b) *João confia de quem a Maria desconfia.

Em (77a) mantemos a preposição *em*, regida por *confiar*, e a sentença parece aceitável; em (77b) mantemos a preposição *de*, regida por *desconfiar*, e a sentença é inaceitável. Concluindo, pode-se admitir que uma relativa livre é derivada por movimento do pronome-Q desde que as propriedades de subcategorização do verbo matriz não sejam violadas.

5.3. A análise formal das clivadas

A clivagem é uma operação que cria sentenças copulares. Para analisá-las, vamos distinguir dois tipos de cópula: a impessoal, exemplificada em (78), e a cópula de alçamento, exemplificada em (79):

- (78) a) É tarde.
b) É que eu vou viajar.
- (79) a) O João é um poeta. a') *Um poeta é o João.
b) O João é o chefe. b') O chefe é o João.

Como mostra (78), o que a cópula impessoal seleciona não contém um constituinte para ser alçado para a posição de sujeito. Por sua vez, a cópula de alçamento seleciona uma minioração (MO), como representamos em (80):

- (80) a) é [_{MO} o João [_{pred} um poeta]].
b) é [_{MO} o João [o chefe]].

O predicado da MO em (80a), por ser um SN não-definido, é caracterizado como atributivo. O diagnóstico para reconhecer a MO como atributiva é que a sentença que a contém resiste ao alçamento do predicado, como mostrado em (79a'). Já a MO de (80b) tem como predicado um SN definido e, por isso, é caracterizada como equativa. O que permite diagnosticar esta MO como equativa é que qualquer dos dois DPs pode ser alçado para a posição de sujeito. Assim, a derivação das sentenças que contêm cópula de alçamento parte de (80) e resulta no quadro (81), que obtemos após o alçamento:

- (81) a) O João_i é [_{MO} [_]_i um poeta].
 b) *Um poeta_i é [_{MO} o João [_]_i].
 c) O João_i é [_{MO} [_]_i o chefe].
 d) O chefe_i é [_{MO} o João [_]_i].

Tendo em mente os dois tipos de cópula, passemos à análise das clivadas.

5.3.1. As pseudoclivadas

Uma pseudoclivada, como já apontamos, é uma sentença formada por uma relativa livre como sujeito e por um predicado que contém uma cópula e um predicativo que pode ser de várias categorias, mesmo outra relativa livre:

- (82) a) [_{relativa livre} **O que** eu quero] [_{predicado} é [_{SN} um cafezinho]].
 b) [_{relativa livre} **O que** Maria é] [_{predicado} é [_{SA} interessante]].
 c) [_{relativa livre} **Do que** estou farta] [_{predicado} é [_{SP} dessa palhaçada]].
 d) [_{relativa livre} **O que** eu quero] [_{predicado} é [_{SC} que você vá prá casa]].
 e) [_{relativa livre} **O que** eu quero] [_{predicado} é [_{SFlex} ir pra casa]].
 f) [_{relativa livre} **O que** Maria é] [_{predicado} é [_{relativa livre} o que o João foi]].

Uma pseudoclivada reduzida pode ser obtida de (82) pelo apagamento do pronomes-Q de uma pseudoclivada com a relativa livre como sujeito:

- (83) a) [_{relativa livre} ~~Θ~~**que** eu quero] [_{predicado} é [_{SN} um cafezinho]].
 b) [_{relativa livre} ~~Θ~~**que** Maria é] [_{predicado} é [_{SA} interessante]].
 c) [_{relativa livre} ~~De~~**que** estou farta] [_{predicado} é [_{SP} dessa palhaçada]].
 d) [_{relativa livre} ~~Θ~~**que** eu quero] [_{predicado} é [_{SC} que você vá prá casa]].

- e) [_{relativa livre} **Θ** **que** eu quero [_{predicado} é [_{SFlex} ir pra casa]]].
 f) [_{relativa livre} **Θ** **que** Maria é [_{predicado} é [_{relativa livre} o que o João foi]]].

Entretanto, essa correlação nem sempre pode ser feita. Às vezes o apagamento do pronome-Q de uma pseudoclivada não resulta numa boa reduzida, como vemos em (84):

- (84) **Quem fazia a roupinha** era eu e mamãe à *Fazia a roupinha era eu e mamãe.

Outras vezes, não se pode recuperar uma pseudoclivada como a fonte que teria dado origem à reduzida:

- (85) a) *O que o João parece é ser inteligente à O João parece é ser inteligente.
 b) *O que o Lula tem é falado pouco e com poucos à O Lula tem é falado pouco e com poucos.

Para derivar os outros tipos de pseudoclivadas, partimos da estrutura em (86):

- (86) [_{IP} é [_{MO} [_{SN} um cafezinho] [_{relativa livre} o que eu quero]]].

Se não alçamos nenhum constituinte, obtemos a pseudoclivada extraposta.

- (87) É um cafezinho **o que eu quero**.

Se alçamos a relativa livre, obtemos a pseudoclivada canônica:

- (88) **O que eu quero** é um cafezinho.

Se, por fim, alçamos o SN, temos a pseudoclivada invertida:

- (89) **Um cafezinho** é o que eu quero.

Quanto ao lugar para onde os constituintes são alçados, normalmente se assume que a relativa livre vai para a posição de sujeito. Entretanto, não deve ser para a posição de sujeito que o foco deve ser alçado. Isso pode ser

comprovado por (90), onde se verifica que não pode haver concordância de *dois cafezinhos* com a cópula:

- (90) a) **Dois cafezinhos é** o que eu quero.
 b) ***Dois cafezinhos são** o que eu quero.

Essa observação dá base para resolver a ambiguidade da sentença em (91), que pode ser uma pseudoclivada invertida ou uma mera copular equativa:

(91) A Suzanita é quem quer casar.

- (92) a) A Suzanita é quem quer casar e não a Anita.
 b) Quem é a Suzanita?

Se a sentença (91) se encaixa no contexto em (92a), *a Suzanita* é o foco contrastivo e, portanto, recebe o acento mais proeminente da sentença. Nesse caso, temos uma pseudoclivada invertida. Se a sentença (91) responde à pergunta (92b), *a Suzanita* é o sujeito da sentença e o foco é a relativa livre. Nesse caso, não temos uma pseudoclivada, mas uma copular equativa.

5.3.2. As clivadas

Vamos admitir que o *que* das clivadas pessoais em (93) é um pronome relativo com o núcleo nominal nulo e que elas são semelhantes às sentenças em (94), onde aparece entre parênteses o núcleo *as* e *a* da relativa.

- (93) a) São as crianças $\emptyset$ que vão comigo.
 b) É esta criança $\emptyset$ que vai comigo.
- (94) a) São [_{suj} as crianças [_{pred} (**as**) que vão comigo]].
 b) É [_{suj} esta criança [_{pred} (**a**) que vai comigo]].

A estrutura de ambas é semelhante, pois têm uma MO como complemento da cópula. Dessa MO, nada é alçado.

As clivadas apresentativas são formadas de uma cópula impessoal e têm a sentença introduzida pelo *que* sob o escopo da cópula:

- (95) a) É que os meninos saíram.
 b) [_{IP} É [_{SC} que [os meninos saíram]]].

Essa clivada apenas junta a cópula impessoal a um SC iniciado com o complementizador *que*, sendo a sentença-complemento que vai ser interpretado como foco.

As clivadas inversas também são formadas de uma cópula impessoal que tem sob seu escopo o SC introduzido pelo *que*, como mostramos em (96b):

- (96) a) Os meninos é que saíram.
 b) [_{IP} É [_{SC} que os meninos saíram]].
 c) [_{SC+F} Os meninos_i [_{IP} é [_{SC} que [_]_i saíram]]].

Mas, nessas sentenças, o constituinte que é interpretado como foco (contrastivo) é movido para antes da cópula, como espelhado em (96c). Nessa posição, o SN *os meninos* não está habilitado a desencadear a concordância com a cópula. O que motiva esse movimento é um traço focal [+F] presente no SC da sentença matriz. Note que esse traço [+F] contrastivo não está presente em (95), onde nenhum movimento como o de (96) é desencadeado.

As clivadas impessoais canônicas são diferentes das apresentativas e das inversas. O que as torna diferentes é que o traço [+F] agora se localiza no SC encaixado, o que é representado em (97b):

- (97) a) É os meninos que saíram.
 b) [_{IP} É [_{SC+F} que os meninos saíram]].
 c) [_{IP} É [_{SC+F} os meninos_i que [_]_i saíram]].

Esse traço atrai o constituinte que vai ser focalizado, que se move da posição de sujeito de *saíram*, como representado em (97c).

As clivadas impessoais canônicas ocorrem produtivamente com adjuntos. Elas são produtivas com adjuntos porque esses constituintes não desencadeiam a concordância de número e de pessoa:

- (98) a) É que a Maria mora aqui.
 b) É aqui que a Maria mora.
- (99) a) É que a Maria morou aqui.
 b) É aqui que a Maria morou.

Das clivadas inversas derivam-se as clivadas reduzidas com o apagamento da cópula, apagamento esse possível pelo fato de a cópula ser invariável:

- (100) a) Os meninos é que saíram.
 b) Aqui é que a Maria mora.
 c) Ontem é que a criança nasceu.

5.4. Análise formal das interrogativas-Q

As interrogativas-Q são sentenças que, ao contrário das relativas, podem ser independentes, como vemos em (101):

- (101) a) **que serviços** *prestariam então uma cooperativa?* (DID REC)
 b) **quantos grupos** *estiveram... aqui presen:tes... fazendo aquele trabalho de:... definição?* (EF REC)
 c) *você já imaginou para ((ruído de garganta)) para fazer a peça Hair* **quanta gente** *que não foi... éh éh::não foi éh::preparada.* (DID SP)
 d) **qual outro filme** *que... o público infantil... gostou?* (DID SP)
 e) **o que** *falar agora sobre peças?* (DID SP)

Como os pronomes-Q podem aparecer deslocados no especificador de SC, temos de admitir que existe lá um traço atrator, digamos [+Q_{int}]. Esse traço, que é paralelo ao traço [+Q_{rel}], não é subordinado em (101). Entretanto, ele pode ser subordinado, como em (102):

- (102) a) *nós não sabemos* [**quanto tempo** *Olinda ainda vai viver porque ela tá escorregando para o mar*]. (DID REC)
 b) *não sei* **o que** *te responder.* (DID SP)

Em (102) as sentenças interrogativas são complementos dos verbos matrizes e devem ser compatíveis com eles, isto é, os verbos selecionam um SC interrogativo.

Ser dependente ou independente é relevante para as sentenças interrogativas-Q, porque no português brasileiro as expressões-Q podem permanecer *in situ*. Mas isso ocorre apenas em sentenças matrizes, como as de (103):

- (103) a) *cada::... formatura tinha **o quê**, além do do da colação de grau?* (DID SSA)
 b) *um apartamento de 1.000 cruzeiros... é apartamento **de quê** [...].* (D2 RJ)

Nas subordinadas, a expressão-Q tem de estar no especificador de SC, como mostra a agramaticalidade de (104b):

- (104) a) *eu poderia perguntar também **o que** estuda a sociologia jurídica.* (EF REC)
 b) *Eu poderia perguntar também (que) a sociologia jurídica estuda **o quê**.

Quanto ao movimento da expressão-Q, as interrogativas subordinadas se comportam como as relativas. Podemos, então, fazer uma generalização afirmando que nas sentenças-Q subordinadas o pronome-Q tem de se mover para o especificador de SC. O traço-Q atrator é obrigatoriamente presente como exigência do item que subordina o SC: do nome nas relativas com núcleo nominal, do regente da relativa livre ou dos verbos nas interrogativas encaixadas. Como as relativas são sentenças dependentes, a previsão é que o pronome-Q sempre vai ser movido para o especificador de SC.

Quando as interrogativas são sintaticamente independentes, o movimento do pronome-Q pode ocorrer, como em (101) ou não, como em (103). Entretanto, se se trata de uma interrogativa clivada, com cópula impessoal, o pronome-Q é obrigatoriamente atraído para SC:

- (105) a) ***que** é que um professor faz?...* (DID SSA)
 a') *É que um professor faz **quê**?
 b) ***o que** é que a gente fazia **como** é que era... a::a verificação no nosso tempo de escola?* (DID RJ)
 b') *É que a gente fazia **o que**, é que era a verificação **como** no nosso tempo de escola?

c) **o que** foi que vocês encontraram?

(EF REC)

c') *Foi que vocês encontraram **o quê**?

Como em (96), o traço [+F] desse tipo de clivada atrai o pronome-Q. Mas existe uma diferença fundamental entre clivadas declarativas e interrogativas: naquelas, qualquer constituinte pode ser clivado (atraído); nas interrogativas, por sua vez, apenas o pronome-Q pode ser atraído. Isso acontece porque o pronome-Q tem inerentemente as propriedades (focais) que fazem com que ele seja atraído.

O tipo de sentença interrogativa em (105) pode, como ocorre com as clivadas inversas, ter a cópula apagada:

(106) a) **quem** que a senhora acha que cuida de toda essa parte?...

(DID SP)

b) **qual** que seria o material?

(DID SSA)

c) **por que** que a senhora gostou dessa peça?

(DID SP)

Esse tipo é muito comum no português brasileiro falado, embora ainda seja raro no escrito, mais sujeito aos ditames da norma.

Por fim, no que diz respeito à ordem entre o sujeito e o verbo nas interrogativas-Q, as análises associam a ordem VS obrigatória a alguma relação que deve existir entre o complementizador e a flexão. O que resulta linearmente dessa relação é que o pronome-Q e o verbo finito vão estar adjacentes, ficando proibida a interferência do sujeito. O que resulta estruturalmente é que Flex (com o verbo afixado) é atraída para C. Como no PB a ordem é variável nas interrogativas-Q (meio a meio na amostra analisada, como vimos na seção 4.3), a ordem VS não deve ser atribuída ao movimento de Flex para C nem a qualquer outro fator específico de uma sentença interrogativa-Q. Se a ordem VS é atribuída a um conjunto de fatores como propriedades lexicais dos verbos, tamanho ou indefinitude do sujeito, a previsão é que esses fatores atuem para que VS ocorra também em sentenças interrogativas:

(107) a) Onde dormem os meninos?

b) **o que** é uma taxonomia?

(EF POA)

c) ... *de que instrumentos se compõe uma orquestra.*

(DID POA)

- (108) a) Neste quarto dormem os meninos.
b) Isto é uma taxonomia.
c) De vários instrumentos se compõe uma orquestra.

De fato, para cada interrogativa de (107) temos uma contraparte declarativa gramatical em (108). Entretanto, uma diferença pode ser apontada: parece que o conjunto de fatores atua com um pouco mais de força nas interrogativas.

Sugestões de leitura

Para *a constituição sintática dos pronomes-Q*, recomendamos Ambar (1988), Mioto e Kato (2006) e Mioto (no prelo). Para *a morfologia dos pronomes-Q*, sugerimos a leitura de Di Sciullo (2005), que afirma que a raiz desses pronomes no inglês é /wh-/. Se transferimos a sugestão para o português, a raiz seria /q/.

Para um estudo teórico sobre a *tipologia das relativas*, sugerimos a leitura de De Vries (2002).

Sobre a sintaxe das *relativas no português europeu*, leia-se Brito (1991).

Para tratamentos das *relativas no português brasileiro*, recomendamos Tarallo (1983) e Kato (1993a). Para um estudo mais recente, ver também Kenedy (2002). Para um estudo da *tipologia das relativas em aquisição*, leia-se Correa (1997).

No que diz respeito às *relativas livres*, leiam-se Mória (1992), Medeiros (2005) e Marchesan (2008) sobre o português. Sobre um estudo em outras línguas, ver Grosu (2002).

Para uma visão exaustiva da *noção de foco*, cf. Zubizarreta (1998) e sua resenha em Kato (2000c) e Mioto (2003).

Sobre o termo *clivagem e sentença clivada*, leia-se Jespersen (1937), em que os conceitos e os termos aparecem pela primeira vez. Na literatura gerativista as clivadas foram tratadas inicialmente por Akmajian (1970), Higgins (1973), Chomsky (1977) e mais recentemente por Boskovic (1997). Um tratamento recente não-gerativista é feito por Lambrecht (2001). No português, as estruturas desse tipo têm sido estudadas tanto por formalistas [Casteleiro (1979), Wheeler (1982), Lopes Rossi (1993), Kato et al. (2002), Kato e Raposo

(1996), Modesto (2001), Miotto e Negrão (2007), Miotto (no prelo), Kato e Ribeiro (2007) e Resenes (2009)], quanto por funcionalistas [cf. Braga (1991) e Oliveira e Braga, (1997)].

No que diz respeito às *pseudoclivadas*, *plenas e reduzidas*, leiam-se os estudos de Higgins (1973) para o inglês e de Wheeler (1982), Kato et al. (2002), Kato e Ribeiro (2007) e Resenes (2009).

Um *estudo teórico* importante que embasa os trabalhos sobre *as interrogativas-Q* é o de Rizzi (1997). Veja sua aplicação em Miotto e Kato (2006) no português brasileiro. Para uma visão minimalista, ver Hornstein, Nunes e Gorham (2005).

Sobre *interrogativas no português*, leiam-se: Kato (1987), Lobato (1988), Ambar (1988), Kato (1992), Lopes Rossi (1993), Miotto (1994), Barbosa (2001), Kato e Miotto (2005).

Notas

- 1 Os dados e as tabelas apresentados nessa seção foram adaptados de Kato et al. (2002).
- 2 Os dados e as tabelas apresentados nessa seção foram adaptados de Kato et al. (2002).
- 3 Essa seção relata os trabalhos de Kato et al. (2002) e Kato e Miotto (2005).



A INTERAÇÃO ENTRE ADJUNTOS E DISCURSIVOS



SUMÁRIO

1. Introdução.....	295
2. Discursivos em <i>A nova gramática do português contemporâneo</i> de Celso Cunha e Lindley Cintra.....	297
3. Pressupostos e hipótese.....	300
4. Segmentos relacionados a dificuldades de planejamento ou processamento linguístico.....	303
5. Marcadores discursivos.....	305
6. Distribuição de adjuntos e discursivos.....	308
Conclusões.....	318
Sugestões de leitura.....	320
Notas.....	320



A INTERAÇÃO ENTRE ADJUNTOS E DISCURSIVOS

Maria Luiza Braga*

Milton do Nascimento**

1. Introdução

No capítulo 2, demonstrou-se que a seleção do(s) argumento(s) por parte de um verbo deve projetar-se na sintaxe. Esta é uma restrição sintática forte, categórica, que impõe condições relativas à distribuição dos constituintes de uma sentença nos enunciados. Neste capítulo, vamo-nos referir a ela como uma restrição relativa à projeção das funções sintáticas, categóricas, de predicação e complementação.

No capítulo 4, discutiu-se o fato de a sentença poder ser expandida por meio de adjuntos que, não sendo selecionados por um núcleo, não se submetem, do ponto de vista estritamente sintático, às mesmas determinações, categóricas, dos argumentos. Mostrou-se, no entanto, que, apesar de não haver na sintaxe nenhuma restrição quanto ao número de adjuntos que possam ocorrer em uma dada sentença, há restrições que os próprios adjuntos, especialmente os advérbios, colocam em relação ao tipo de elemento a que se vão adjungir: como se afirmou em 3.3, os adjuntos “gostam de escolher os elementos aos quais se vão adjungir”. Nessa escolha, conforme se destacou em 4.3, “embora não haja uma correlação entre forma, função semântica e posição dos adjuntos, algumas funções privilegiam determinadas posições”, o que não impede que os adjuntos se apresentem como “elementos bastante bem comportados no que se refere a posições que possam ocupar na sentença, à recursividade, à proibição de movimento de elementos que os constituem”. Nesse sentido, as propriedades distributivas dos adjuntos na linearidade dos enunciados

* Universidade Federal do Rio de Janeiro/CNPq.

** Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.

diferem da dos argumentos: como se observou em 4.2.3, eles obedecem a uma condição sintática, a de sempre se ajuntar a constituintes nuclearmente selecionados sem alterar-lhes a natureza, mas, “a depender de sua função”, “alguns adjuntos vão juntar-se a um ou outro elemento da sentença”.

Essa possibilidade de escolhas por parte dos adjuntos, aliada ao fato de eles não se caracterizarem por uma correlação entre forma, função semântica e posição em que ocorrem, torna complexa e variável a distribuição geral dos constituintes sentenciais na materialidade linear dos enunciados falados. Eles devem obedecer a dois tipos de “instruções” advindas da Língua-I: de um lado, as relativas à distribuição dos argumentos, categoricamente estabelecidas; de outro, as relativas aos adjuntos, não-categóricas, mas com restrições de várias naturezas. Na configuração dos enunciados, temos, ainda, a presença necessária de um terceiro tipo de segmentos, os quais exercem funções especificamente discursivas, de caráter *formativo-interacional*¹, funções destinadas a registrar, nos enunciados, as marcas da atividade enunciativa, funções estas que também podem ser exercidas, cumulativamente, por determinados tipos de adjuntos.

Diante desse quadro, a questão que se coloca é a seguinte: Na análise empírica dos segmentos que se articulam na organização dos enunciados falados, é possível chegar-se a alguma generalização que vá além da identificação, descrição e classificação de suas respectivas formas, funções e posições? Esta é a questão que será abordada neste capítulo, enfocando-se, primordialmente, a interação entre adjuntos e discursivos, uma vez que esta deve levar em conta as exigências distributivas dos argumentos categoricamente estabelecidas.

Constatar que determinados adjuntos podem exercer “um papel discursivo”, como se observou, por exemplo, em 4.3.3.4, a respeito dos Operadores de foco, corresponde a trazer para o âmbito de uma descrição sintática a tarefa de especificar uma possível interação entre fatores sintáticos e discursivos na configuração da ordem manifesta dos enunciados falados. Ou seja, além da tarefa de explicitar como a *sintaxe da predicação e da complementação* integra os adjuntos — o que se fez no capítulo 4 —, assume-se a de explicitar como ela acolhe a interação entre adjuntos e discursivos na organização dos enunciados. Realizar uma análise exaustiva dessa questão ultrapassa os objetivos deste capítulo; limitar-nos-emos a:

- 1) apresentar alguns dos pressupostos teórico-metodológicos básicos adotados na formulação e abordagem da questão;
- 2) ilustrar a proposta de utilização de tais pressupostos na análise do fenômeno;
- 3) verificar o alcance da hipótese central.

É o que se propõe fazer neste capítulo. Começamos por uma primeira apresentação do problema, enfocando uma proposta de análise dos discursivos apresentada por uma gramática tradicional.

2. Discursivos em *A nova gramática do português contemporâneo* de Celso Cunha e Lindley Cintra

*A nova gramática do português contemporâneo*², de Celso Cunha e Lindley Cintra, traz, como último item do capítulo XIV, “Advérbio”, o seguinte tópico:

PALAVRAS DENOTATIVAS

1) Certas palavras, por vezes enquadradas impropriamente entre os advérbios, passaram a ter, com a Nomenclatura Gramatical Brasileira, classificação à parte, sem nome especial. São palavras que denotam, por exemplo:

a) INCLUSÃO: **até, inclusive, mesmo, também**, etc.:

Tudo na Vida engana, **até** a Glória (A. Nobre, D, 114)

Os bichos sentem, o mato sente **também**, quando se fala sem modos, sem carinho e sem perdão. (L. Jardim, AMCA, 52)

b) EXCLUSÃO: **apenas, salvo, senão, só, somente**, etc.:

Da família **só** elas duas subsistiam. (J. Montello, DP, 382)

Às vezes interrompia-o **apenas** com um gestozinho frio e elegante. (A. Bessa Luís, AM, 360)

c) DESIGNAÇÃO: **eis**

Eis o dia, **eis** o sol, o esposo amado! (A. de Quental, SC, 4)

Subamos ainda e **eis**-nos na grande Praça de Vila-Rica. (A. Arinos, OC, 820)

d) REALCE: **cá, lá, é que, só**, etc.:

Pior eu sei **lá**, Manuel, pior que uma desgraça!

— Eu **cá** tenho mais medo do sol que dos leões. (Castro Soromenho, C, 204)

e) RETIFICAÇÃO: **aliás, ou antes, isto é, ou melhor**, etc.

— Sinto que ele me escapa, **ou melhor**: que nunca me pertenceu. (A. Abelaira, CF, 226)

De repente nasci, **isto é**, senti necessidade de escrever. (C. Drummond de Andrade, CA, 200)

f) SITUAÇÃO: **afinal, agora, então, mas**, etc.:

Desculpe-me... **Mas** sente-se mal? (A. Abelaira, NC, 40)

Então conheceu o meu irmão? (É. Veríssimo, A, II, 463)

Afinal, ela não tem culpa de ser filha de ministro. (F. Sabino, EM, 85)

2) Como vemos, tais palavras não devem ser incluídas entre os advérbios. Não modificam o verbo, nem o adjetivo, nem outro advérbio. São por vezes de classificação extremamente difícil. Por isso, na análise, convém dizer apenas: “palavras ou locução denotadora de exclusão, de realce, de retificação”, etc.

3) A Nomenclatura Gramatical Portuguesa admite a existência dos ADVÉRBIOS DE EXCLUSÃO e DE INCLUSÃO e considera ADVÉRBIOS DE ORAÇÃO o que denominamos PALAVRAS DENOTATIVAS DE SITUAÇÃO.

Em (1) e (2), acima, Cunha e Cintra postulam que os itens citados, no tipo de enunciados apresentados como exemplos, não devem submeter-se a uma classificação sintática, devendo receber “uma classificação à parte, sem nome especial”. Isso pode ser entendido como uma proposição de que fatores discursivos não devem, ou não podem, receber um tratamento sintático; ou de que a sintaxe nada tem a ver com o comportamento de elementos discursivos. Note-se, no entanto, que há, dentre os exemplos citados pelos dois gramáticos, itens e/ou expressões que são analisáveis como adjuntos no quadro aqui adotado. Que a gramática tradicional exclua também adjuntos do âmbito da descrição sintática explica-se, como já se afirmou no capítulo 4, pelo fato de eles não serem selecionados por um núcleo, como os complementos e os especificadores. Além disso, como já se destacou naquele mesmo capítulo, uma gramática tradicional, não operando com a noção de

sintagma e de adjunção a unidades sintagmáticas, não tem mesmo como tratar, de forma integrada, as relações de predicação, complementação e adjunção em termos de uma descrição puramente sintática³.

Note-se ainda que, nos exemplos de Cunha e Cintra, a maioria dos itens destacados se distribuem na linearidade dos enunciados de uma maneira, se não paralela, no mínimo semelhante à de segmentos analisados, no capítulo 4, como adjuntos. Isso fica evidente, se confrontarmos os seus exemplos com alguns outros já considerados naquele capítulo, que reapresentamos com outra numeração:

- (1) *A criança vai ao maternal somente para brincar.*
(DID SSA 231)
- (2) *então no teatro eu acho que é bem mais difícil.*
(DID SP 234)
- (3) *Lá em Belém, por exemplo, era uma farinha misturada com água [...].*
(DID POA 45)
- (4) *então infelizmente esse ano eu tive que fazer um outro empréstimo [...].*
(D2 SP 360)
- (5) *Então nós comemos muito xinxin-de-galinha, bobó de camarão, acarajé.*
(DID RJ 328)
- (6) *... e ainda agora que estão todos maiores quer dizer cada um já fica mais ou menos responsável por si.*
(D2 SP 360)
- (7) *agora eu estou muito sozinha lá na praia.*
(DID POA 45)
- (8) *então infelizmente este ano eu tive que fazer um empréstimo para pagar os doze mil.*
(D2 RJ 355)
- (9) *as cooperativas também são entidades realmente bastante significativas.*
(DID REC 131)
- (10) *... tinha até um tempero azul.*
(D2 POA 291)

- (11) *vemos por **ai** que os sindicatos... uma assistência jurídica que é demasiadamente importante, **principalmente** naquelas questões jurídicas relacionadas entre patrões e empregados.*

(DID REC 131)

- (12) *... **mas sempre** tem um bom número na reunião.*

(DID SSA 231)

Nesses exemplos, foram colocados em negrito os termos e/ou expressões do tipo dos itens considerados por Cunha e Cintra. Muitos deles (os sublinhados) já foram analisados como adjuntos no capítulo 4. Pode-se observar que os demais (apenas em negrito) parecem competir com os adjuntos no que concerne à localização e distribuição na linearidade dos enunciados. Isso convida à busca de uma explicação unificada, de natureza sintática, ou sintático-discursiva, para o comportamento de todos eles, adjuntos ou discursivos, na organização dos enunciados.

3. Pressupostos e hipótese

A interação entre adjuntos e discursivos na configuração da ordem linear dos enunciados foi objeto de vários estudos orientados e/ou realizados por Kato e Tarallo no âmbito do Projeto da Gramática do Português Falado⁴, em alguns dos trabalhos que deram origem a este volume. É desses estudos que tomamos alguns pressupostos teórico-metodológicos necessários para a explicitação da função e distribuição de adjuntos e discursivos na organização de enunciados orais. São eles:

- (13) a) o objeto de análise é o desempenho linguístico dos falantes cultos na produção de enunciados constitutivos de textos orais, um objeto externo, observável através do *corpus* gravado de falantes brasileiros;
- b) o desempenho linguístico dos falantes (Língua-E) engloba necessariamente, como uma de suas condições de efetivação, a Gramática Internalizada (Língua-I), um sistema computacional que lhes fornece instruções necessárias à integração som-sentido na produção/recepção de enunciados, no fluxo da fala;
- c) no desempenho linguístico, os falantes operam, de um lado, com *formas e/ou processos categóricos*, resultantes de instruções da Língua-I, sobre os

quais eles não têm escolha; e, de outro, com *fatores não-categóricos*, que, sendo passíveis de “escolhas”, lhes possibilitam configurar enunciados de uma forma A ou B;

- d) *pressuposto básico*: da mesma forma que a morfologia flexional é indispensável para a realização das palavras na sintaxe, os adjuntos e os discursivos são necessários para que as sentenças se concretizem em enunciados, como partes do discurso.

Pelo que afirmam em (d), uma hipótese formulada a partir dos pressupostos (a)-(c), Kato e Tarallo postulam, de forma inovadora e contundente, que a articulação de adjuntos e discursivos no fluxo da fala é uma *condição necessária para a produção e integração dos enunciados em um texto*. Para os autores, de acordo com (c), os falantes, seguindo “instruções” da Língua-I, operam, de um lado, com *formas e/ou processos categóricos* e, de outro, com *fatores não-categóricos*. Um corolário dessa proposição é que a essas duas modalidades de operações discursivas — com formas e/ou processos categóricos, de um lado, e com fatores não-categóricos, de outro — correspondem, respectivamente, a duas propriedades necessárias dos enunciados:

- (14) a) garantir a legibilidade da estrutura clausal abstrata que subjaz às orações, possibilitando a recuperabilidade das funções sintáticas categóricas de predicação e complementação, determinadas pela Língua-I;
b) registrar as operações enunciativas responsáveis pela sua configuração e uso como unidades constitutivas do discurso.

Tomar como objeto de estudo essas duas propriedades, ou funções, do enunciado no processo enunciativo implica enfocar a maneira como os falantes *usam* o conhecimento linguístico internalizado (Língua-I) na elaboração de qualquer texto (Língua-E). Esse tipo de investigação pressupõe a concepção e construção de uma metodologia específica. Kato e Tarallo recorreram a uma articulação entre o quadro conceitual da Teoria de Princípios e Parâmetros e o instrumental teórico-metodológico fornecido pelos estudos variacionistas, da linha laboviana. O modo de operacionalização dessa metodologia e o tipo de resultados obtidos serão ilustrados a seguir.

Tomou-se a correlação entre fatores categóricos e não-categóricos como parâmetro básico para o estudo da maneira como os falantes operam com a sintaxe da predicação/complementação para utilizar adjuntos e discursivos

na organização dos enunciados. Para identificar e descrever, na estrutura dos enunciados, as marcas de operações de caráter sintático-discursivo permitidas pelas determinações da Língua-I, decidiu-se por examinar a distribuição dos adjuntos e discursivos pelas fronteiras de constituintes.

A hipótese que norteou a postulação das fronteiras foi o princípio da *adjacência de caso*⁵, segundo o qual fronteiras de *caso* não permitem interrupção. Seriam estas as fronteiras:

- 1) a fronteira entre o Verbo e seu Complemento (V...C): caso acusativo;
- 2) a fronteira entre a Preposição e seu Complemento (P...C): caso dativo ou oblíquo;
- 3) a fronteira entre o elemento verbal flexionado e o sujeito: caso nominativo.

Desde o início deixou-se de lado a fronteira P...C, dado que essa fronteira segue de forma estrita aquele princípio, não permitindo a intromissão de nenhum elemento. Examinou-se, então, a distribuição dos adjuntos e discursivos pelas fronteiras de constituintes da estrutura clausal subjacente às orações, apresentadas no quadro a seguir. No quadro, apenas 3 e 4 deveriam desfavorecer interrupção.

Uma possível hipótese seria a de que os discursivos ligados exclusivamente a processamento, tais como correções, hesitações, seriam imunes a tal princípio, uma vez que não constituem elementos que ocupam fronteiras, que não avançam na linearidade, constituindo uma elaboração vertical paradigmática.

Quadro 1 — Fronteiras de constituintes

1) Margem à esquerda	...TOP, ...S, ...(S)
2) Margem limite de SFlex	TOP...(S), TOP...S
3) Margem limite de SV	S...V, (S)... V
4) Fronteira central de regência	V...Co, V...(Co)
5) Próximos à margem direita	(Co)...Co, (Co)... Ci, Co...Antitópico, Co...Co, V...Antitópico, Co...(Ci), Co...Ci
6) Margem à direita	Co..., Antitópico..., (Co)..., Ci..., (Ci)..., V..., Antitópico...

Co = complemento direto explicitado; (Co) = complemento direto não-explicitado; Ci = complemento indireto explicitado; (Ci) = complemento indireto não-explicitado; Co...Co = dois complementos em relação de minioração

Nessa análise, os elementos não-categóricos enfocados foram distribuídos em dois subgrupos: o primeiro consistiu de segmentos que sinalizam dificuldades no planejamento ou processamento linguísticos — *correções*, *hesitações*, *gaguejos*, *falsos inícios* — e o segundo congregou adjuntos e discursivos. Exemplos ilustrativos dos componentes de cada subgrupo serão oferecidos ao longo da seção.

4. Segmentos relacionados a dificuldades de planejamento ou processamento linguístico

As *correções*, os *gaguejos*, as *hesitações* e os *falsos inícios* compartilham a propriedade de serem motivados por alguma dificuldade de processamento que está sendo enfrentada pelo falante. As *correções* e os *gaguejos* caracterizam-se pela repetição de elementos, o que, em princípio, pode tornar fluida a distinção entre eles.

Foram denominadas como *correções* as substituições de um elemento por um outro produzido com vistas a “reparar”, “consertar” a primeira emissão. Incluem-se aqui correções que incidem sobre a concordância de gênero, sinalizada pela substituição de artigo definido, a concordância verbal e as correções lexicais, conforme mostram os trechos a seguir:

- (15) *Então quer dizer a... o deslocamento mais a possibilidade não computados.*
(DID RJ 338)
- (16) *O mesmo caso das estradas brasileiras: dimensionou-se... foram dimensionadas as estradas para um tráfico muito mais leve do que elas estão suportando.*
(D2 REC 05)
- (17) *Eu pretendo chegar... sair daqui sexta de manhã.*
(D2 REC 05)

Os *gaguejos* distinguem-se das *correções* porque o segmento repetido não altera a forma do segmento anterior. Além disso, tendem a coocorrer com hesitações, conforme pode ser verificado em (18), a seguir:

- (18) *Não são **hem não são** esse tipo de frutos, né?*

(DID RJ 328)

As *hesitações* caracterizam-se por alongamento da vogal. Incluem-se aqui tanto os *eh...*, forma mais frequente de alongamento, quanto os *bem...* e *ahm...*, quando não-interrogativos.

- (19) ***Eh...** das Olimpíadas também só olhei assim os cabeçalhos.*

(DID POA 216)

Os *falsos inícios* geralmente interrompem e remodelam um determinado trecho, com a consequente interrupção da curva entonacional associada àquela porção textual.

- (20) ***Então passa... tinha** umas velhas, umas senhoras de mais idade.*

(DID POA 216)

Os *falsos inícios* são motivados por falhas de planejamento no começo do percurso e distinguem-se das *correções*, *hesitações* e *gaguejos*, que são motivados por falhas de execução durante o percurso. Os três últimos apresentam um comportamento semelhante, distribuindo-se equitativamente por todas as fronteiras de constituintes, ao longo da oração, à exceção da *margem direita*, que apenas ocasionalmente é preenchida por eles. Os *falsos inícios* fogem ao padrão geral em virtude de sua maior concentração na margem esquerda. No que diz respeito, portanto, à distribuição por fronteiras, esses *discursivos* apresentam um perfil distinto daquele oferecido pelos adjuntos.

Pelos exemplos apresentados, observa-se que esses discursivos têm sua ocorrência determinada por fatores estritamente ligados a fatores da Língua-E, à atuação dos falantes no processamento *on-line* do fluxo da fala. Eles não têm caráter categórico e, como previsto, não afetam a legibilidade da estrutura clausal abstrata que subjaz às orações, permanecendo garantida a recuperabilidade das funções sintáticas de predicação e complementação, determinadas categoricamente pelos princípios da Língua-I. Mesmo nas correções, em que a estruturação de um constituinte é interrompida, ou abandonada, a correção efetuada garante a legibilidade da estrutura subjacente do constituinte em questão, bem como a de sua função na estrutura em que ele se insere.

Esse princípio da legibilidade das estruturas categoricamente configuradas por instruções da Língua-I será aqui tomado como uma explicação para o fato de os discursivos ocorrerem sempre em fronteiras de constituintes.

5. Marcadores discursivos

Uma das implicações da hipótese de Kato e Tarallo pode ser assim formulada: “As condições comunicativas que sustentam a ação verbal inscrevem-se na superfície textual, de modo que se observam marcas do processamento formulativo-interacional na materialidade linguística do texto”⁶. E essa inscrição das condições comunicativas na superfície textual deve, pela referida hipótese, preservar o princípio da legibilidade das estruturas categoricamente configuradas por instruções da Língua-I. Esse princípio, por hipótese, deve delimitar também a distribuição dos *marcadores discursivos* na estrutura dos enunciados. Denominam-se *marcadores discursivos* segmentos do seguinte tipo, extraídos do *corpus* analisado:

- (21) *agora, ah!, então, agora então, aí, depois, aí depois, mas, mas aí, assim, bem, bom, vamos dizer, digamos, digamos assim, quer dizer, por assim dizer, ou melhor, ou seja, em outras palavras, não é bem assim, aliás, por sinal, por exemplo, resumindo, mesmo, voltando ao assunto, como eu dizia, de modo que, logo, em (primeiro) lugar, a seguir, para terminar, é óbvio, é claro, tudo bem, é isso aí, inclusive, tatatá etc., Ave Maria, graças a Deus, deixover, né?, heim?, sabe?, olhale, entende/eu?, viu?, tá?; perdão, desculpe; os vocativos; alguns advérbios em -mente, tais como: naturalmente, obviamente, realmente, primeiramente, finalmente, provavelmente etc.*

Os *marcadores discursivos*, dada sua recorrência, variabilidade de formas e amplitude de funções textuais e interacionais, ocupam posição saliente no conjunto dos *discursivos*. Eles têm como característica básica operar “no plano da atividade enunciativa e não no plano do conteúdo [...]”. Nessa qualidade, estabelecem-se como embreadores dos enunciados com as condições da enunciação, apontando para as instâncias produtoras do discurso e definindo a relação dessas instâncias com a estrutura textual-interativa”⁷. Nessa função, sua forma de ocorrência e distribuição nos enunciados falados é variada e muito complexa. Sua identificação pode ser feita a partir de critérios que levam em

consideração a posição e a função. De acordo com a perspectiva funcional, podem ser reagrupados em *iniciadores*, *requisitadores de apoio discursivo*, *partículas de extensão* e *anunciadores de complementos*⁸.

As posições em que ocorrem os marcadores discursivos são, pela referida hipótese, também delimitadas pelo princípio da preservação da legibilidade das estruturas categoricamente configuradas por instruções da Língua-I: como um todo, eles tendem a se dispor nas margens extremas das orações, tanto à esquerda quanto à direita, como ilustram os iniciadores (*ai*, *então*, *agora* etc.), por um lado, e os requisitadores de apoio discursivo (*né?*, *sabe?*, *entendeu?* etc.) e partículas de expansão (*e por aí vai* etc.), por outro, respectivamente, como se pode observar no seguinte trecho:

- (22) ... *então* no teatro eu acho que é bem mais difícil eu tenho impressão que é mais difícil [porque a televisão é horroroso quando eles estão fazendo um programa eu tenho ido todas terças-feiras no programa que aparece no sábado... *então* é um grupo que estão fazendo uma promoção do Lanjal *então* eu vou com eles é incrível o que aparece lá os cortes que eles dão nas cenas e:: música que para, artista que começa fora de de de de:: horário que eles batem tudo *então* e o que aparece para nós na televisão é tudo muito:: organizado não::] E o teatro não, *né?* O teatro tem que... eu acho que o trabalho deles é:: é medonho... *quer dizer*.

(DID SP 234)

Alguns marcadores fogem, no entanto, a essa distribuição nas margens extremas. É o caso de certas palavras em *-mente* e da palavra *assim*, em empregos como marcadores discursivos, como também dos advérbios aspectuais, intensificadores, modalizadores e operadores de foco, que, dependendo da sua função semântica, se juntam a um ou outro elemento da sentença⁹. Mas o princípio da preservação da legibilidade das estruturas categoricamente especificadas por instruções da Língua-I não é violado: como ilustram os exemplos de (23) a (29), abaixo, tais itens ocupam sempre posições de adjuntos, em margens de constituintes categoricamente selecionados:

- (23) *quer dizer* você sente porque você não tem curvas *assim* muito fortes pra fazer.

(D2 SAL 98)

- (24) os nomes *realmente* eu não guardei.

(DID RJ 328)

- (25) *porque eles **já** fazem no quinto ano de medicina.*
(DID SSA 231)
- (26) *agora eu estou **muito** sozinha lá na praia.*
(DID POA 45)
- (27) *as cooperativas **também** são entidades realmente bastante significativas.*
(DID REC 131)
- (28) *eu vou adiantar **um pouquinho** a matéria.*
(EF REC 337)
- (29) *O homem **simplesmente** adquire a informação.*
(EF POA 278)

Em termos das posições em que ocorrem, os itens do subgrupo que engloba *hesitações*, *gaguejos* e *correções* dispersam-se pelas variadas fronteiras das orações, dispersão que se torna mais rarefeita nas proximidades da margem direita. Essa distribuição se explica pela motivação cognitiva associada ao uso desses elementos: dificuldades de planejamento e processamento linguísticos. À medida que o enunciado se aproxima do seu término, os problemas de processamento deixam de se colocar e, conseqüentemente, os discursivos motivados por elas. A exceção a esse padrão, como foi adiantado previamente, fica por conta dos *falsos inícios*, cujo nicho preferencial, como o nome sugere, são as margens à esquerda.

Os itens da classe dos *marcadores discursivos*, por seu turno, se considerados em conjunto, tendem a se aninhar nas margens, principalmente na margem esquerda; as margens à direita e limite de **SFlex** constituem outros pousos recorrentes. Ocorrências em outras fronteiras são escassas. Cumpre salientar que a localização nas fronteiras de constituintes é um dos critérios que permitem distinguir os vários estatutos categoriais associados a uma mesma forma linguística, como ilustram os usos de palavras como *agora*, *aí*, *então*: enquanto marcadores discursivos ocorrem na fronteira à esquerda; enquanto adjuntos, advérbios, tendem a ocupar as fronteiras à direita ou mais próximas da direita.

A distinção entre os dois subgrupos de discursivos, no que concerne à localização em fronteiras de constituintes, explica-se pela diferente motivação associada a seu uso. As *hesitações*, *correções*, *gaguejos* e *falsos inícios* constituem

índices de dificuldades de planejamento da fala; já os *marcadores discursivos* são empregados com vistas a contribuir para a organização do texto e da interação. Todavia, a distinção entre esses dois subgrupos não é absoluta, já que alguns marcadores como *assim* e certas palavras em *mente* também podem indiciar dificuldades de processamento ou funcionar como estratégias para ganhar tempo enquanto se planeja um conteúdo linguístico mais problemático.

6. Distribuição de adjuntos e discursivos

O cotejo entre discursivos e adjuntos, quanto à sua distribuição por fronteiras de constituintes que são categoricamente selecionados, revela que cada uma dessas duas classes tende a apresentar um perfil mais ou menos específico, não se podendo falar, portanto, em um espelhamento entre adjuntos e discursivos. O que se verifica é que, embora as fronteiras mais internas do enunciado possam ser ocupadas por discursivos, esse preenchimento é relativamente escasso. E, quando isso acontece, os discursivos ocorrem como adjuntos, exercendo simultaneamente uma função no nível sintático e outra no nível textual/discursivo, como já se observou, por exemplo, a respeito dos Advérbios modalizadores e dos Operadores de foco, em 4.3.3.3 e 4.3.3.4, respectivamente, no capítulo sobre a “Adjunção”.

Há um tipo de discursivo que não acumula essas duas funções, distinguindo-se bem dos adjuntos: são os *vocativos*, de minguada ocorrência nas entrevistas do Nurc, que operam claramente no nível *formativo-interacional*. Eles tendem a ocupar as fronteiras associadas à margem esquerda, como no exemplo:

(30) *Betina*, já resolveu? Tudo bem...

(EF SP 405)

No geral, a respeito da distribuição de discursivos e adjuntos pelas fronteiras dos constituintes categoricamente instituídos, pode-se afirmar:

- (31) a) como se descreveu no capítulo 4, há subtipos de adjuntos, que se distribuem pelas várias fronteiras de constituintes, de modo previsível, de acordo com sua forma e função semântica;

- b) os discursivos, de modo previsível, tendem a se distribuir pelas margens sentenciais, ocorrência que decresce do início para o fim da sentença;
- c) as fronteiras mais resistentes ao acolhimento de adjuntos e discursivos são as mesmas: as posições entre complementos e a fronteira Top...S, justamente fronteiras não-atribuidoras de caso, contra a hipótese central de adjacência de caso.
- d) verifica-se que, na distribuição de ambos, nem sempre há correlação biunívoca entre forma e função.

Essas propriedades distributivas de adjuntos e discursivos indicam que uma teoria que vise explicar a distribuição dos adjuntos, ou, pelo menos, de alguns adjuntos específicos, deve incluir em sua explicação propriedades distributivas dos discursivos. É o que se pretende fazer aqui, adotando-se a hipótese (13d) de Kato e Tarallo. Começaremos por considerar os casos de adjuntos que, conforme se destacou no capítulo 4, acumulam propriedades de discursivos. Antes, porém, será necessário examinar como a Adjunção, uma operação sintática, pode especificar adjuntos que acumulam propriedades discursivas. Em outras palavras, examinar como a própria Adjunção pode integrar propriedades de adjuntos e de discursivos na especificação da função de alguns tipos de adjuntos.

A partir da hipótese de Kato e Tarallo, assume-se que a distribuição de adjuntos e discursivos, na configuração dos enunciados, obedece a um princípio geral que rege o processo de *linearização* das sentenças, objetos da Língua-I, em sua realização fonética, na materialidade dos enunciados, objetos da Língua-E. Nesse contexto, entenda-se por *linearização* um conjunto de operações que, no seu desempenho linguístico, os falantes realizam para produzir enunciados/textos, incluindo as referidas em (13d).

O comportamento de ambos, discursivos e adjuntos, reflete restrições impostas pela Língua-I associadas a escolhas por ela permitidas. Por um lado, a ocorrência previsível de ambos, adjuntos e discursivos, restringe-se formalmente a fronteiras de constituintes categoricamente selecionados. Por outro, tais fronteiras, por sua vez, podem, para efeitos de sentido, ser funcional e pragmaticamente escolhidas/preenchidas com adjuntos e/ou discursivos. Considerem-se, a título de ilustração, os seguintes dados discutidos em 4.3, aqui retomados sob outra numeração¹⁰:

- (32) a) **Ontem** João chorou.

- b) ***Ontem** João chorou **hoje**.
 - c) ***Ontem** João **vai chorar**.
- (33) a) Maria **já** trouxe o presente.
- b) Maria **sempre** traz algum presente.
 - c) *Maria **já sempre** trouxe o presente.

Na análise da correlação dos dados de (32) e (33), apresentada no capítulo 4, destacou-se a necessidade de garantir “uma paridade entre a dimensão temporal expressa pela flexão e aquela expressa pelo adjunto”, o mesmo valendo para a dimensão *aspecto*. Essa restrição sobre a correlação distributiva de adjuntos em enunciados pode ser generalizada em termos da atuação do princípio (14), pois, “garantir a recuperabilidade das funções sintáticas categóricas de predicação e complementação, determinadas pela Língua-I”, implica garantir que haja a paridade entre a dimensão Tempo/Aspecto, expressa pela flexão, e aquela expressa pelo(s) adjunto(s), como se postulou em 3.3. Em outras palavras, obedecendo a (14), a escolha e a correlação de adjuntos na configuração dos enunciados devem preservar a natureza dos elementos constitutivos da *predicação/complementação*, dentre eles, a do *sintagma flexional*.

Note-se que aceitar que a correlação de adjuntos no enunciado é restringida pelo princípio (14) implica assumir que tal princípio atua sobre a Adjunção e seus resultados, podendo restringi-los em função de fatores tais como a natureza dos elementos a serem adjungidos, as posições no enunciado em que adjuntos possam ocorrer, a correlação de adjuntos num mesmo enunciado etc.

Note-se, ainda, que colocar a Adjunção sob a ação de (14) corresponde a caracterizá-la como uma operação de caráter sintático, que, em si, codifica “instruções” para o seu próprio uso. Essa caracterização, na verdade, já foi contemplada no capítulo 4. Naquele capítulo, por exemplo em 3.3, destacou-se que os adjuntos “gostam de escolher os elementos aos quais se vão adjungir”. Isso implica admitir que a Adjunção, uma operação sintática, possibilita escolhas, o que, como prevê a hipótese de Kato e Tarallo (13c), evidencia a dupla face determinação *versus* escolhas possíveis em escolhas com restrição: os adjuntos, não sendo selecionados por um núcleo, “escolhem” os elementos aos quais se vão adjungir, podendo exercer, como se constatou no capítulo 4, variadas funções semânticas; mas, deterministicamente, comportam-se de acordo com suas especificações como itens lexicais, e não podem alterar a

natureza categorial dos constituintes a que se juntam, tendo de aninhar-se em suas fronteiras, preservando no enunciado a legibilidade das funções sintáticas categóricas de predicação e complementação. Dessa forma, pode-se afirmar que, operando sob (14), a Adjunção se caracteriza como uma operação que conecta propriedades da Língua-I a maneiras de seu uso¹¹.

Caracterizar a Adjunção como uma operação que, por si, conecta propriedades da Língua-I a maneiras de seu uso implica concebê-la como uma operação sintática de dupla face: uma operação que instancia a Língua-I, de um lado, e o uso da Língua-I, de outro; processos categóricos, de um lado, fatores não-categóricos, de outro; restrições, de um lado, escolhas, de outro; sintaxe e discurso, ou processamento discursivo com restrições sintáticas.

Essa dupla face da Adjunção já foi, de certa forma, destacada no item 2 do capítulo 4: “Da perspectiva estritamente sintática, (os adjuntos) são, de fato, elementos não-selecionados e, assim, não-obrigatórios na estrutura da sentença. Porém, da perspectiva semântica, é preciso considerar que, se o falante os colocou em uma dada sentença, é porque certamente trazem algum tipo de informação que se quer veicular e, dessa forma, não são dispensáveis”.

Análises de adjuntos apresentadas naquele capítulo também deixam evidente essa dupla face da Adjunção. Considere-se, por exemplo, a análise da distribuição dos *advérbios aspectuais* (*ainda, sempre, nunca, às vezes* etc.) apresentada em 4.3.3.2, que reproduzimos aqui, adaptando a numeração dos exemplos:

Os advérbios *aspectuais* ocupam preferencialmente uma de três posições: a posição 1 (antes do verbo), (34a); a posição 2 (entre dois verbos), (34b); e a posição 3 (após o verbo), (34c):

- (34) a) Pedro **ainda** não tinha visto o filme.
 b) Pedro não tinha **ainda** visto o filme.
 c) Pedro não tinha visto **ainda** o filme.

Percebam que os efeitos de sentido serão distintos em função do escopo que o advérbio tomar.

Essa análise mostra que, na distribuição de itens como *ainda, sempre, nunca, às vezes* etc., interferem fatores que instanciam a dupla face da Adjunção: de um lado, as determinações léxico-sintáticas de cada item, que

envolvem a questão da natureza e modo de efetivação de seu escopo; de outro, as possibilidades de escolha quanto a efeitos de sentido pretendidos, que envolvem a questão da realização do seu escopo na linearidade do enunciado. Detenhamo-nos, por um momento, nessa última questão, uma vez que o escopo de advérbios sobre os quais opera a Adjunção é um dos fatores envolvidos na distribuição de adjuntos e discursivos na configuração dos enunciados, pois, como se afirmou em 4.2.3, a depender da função semântica dos advérbios, eles vão-se juntar a um ou outro elemento da sentença.

Sobre a noção de escopo, retomemos o que se afirmou em 4.3: “Informalmente, podemos definir escopo como o alcance de modificação que um determinado elemento tem na sentença. Podemos pensar, ainda, em escopo como um feixe de luz produzido por uma lanterna: seu efeito terá uma certa abrangência luminosa a depender da posição em que segurarmos a lanterna”. Tal efeito foi exemplificado, em 3.3, através dos seguintes dados¹²:

- (35) a) A Rose [**provavelmente deu**] os brinquedos para as crianças.
(mas não os guardou depois).
- b) A Rose deu [**provavelmente os brinquedos**] para as crianças.
(mas não as roupas).
- c) A Rose deu os brinquedos [**provavelmente para as crianças**].
(mas não para os adolescentes).
- d) **Provavelmente**, a Rose deu os brinquedos para as crianças.
(É provável que o tenha feito, mas também pode ter-se esquecido de fazê-lo).

Em cada uma das sentenças acima, o advérbio *provavelmente* tem um escopo distinto, gerando diferentes interpretações.

Essa análise do *advérbio modalizador provavelmente* mostra que o manejo da *lanterna do escopo*, gerando diferentes interpretações, é uma operação que conecta determinações da Língua-I a possibilidades de seu uso, o que evidencia a dupla face da Adjunção.

Com sua dupla face, é natural que a Adjunção opere podendo integrar propriedades sintáticas e discursivas na interface sintaxe–discurso. Não surpreende que ela, sob o princípio (14), possa produzir configurações de enunciados em que ocorram itens e/ou expressões que, como adjuntos, evidenciem, simultaneamente, propriedades sintáticas e discursivas.

Os adjuntos *modalizadores* (*talvez, provavelmente, possivelmente, praticamente, naturalmente, realmente, obviamente, primeiramente, finalmente* etc.) são expressões típicas da dupla face da Adjunção. Como se observou em 4.3.3.3, entre os *modalizadores* estão incluídos os advérbios *orientados para o sujeito* e os *orientados para o falante*, que acumulam a função de *marcadores discursivos*, à qual nos referimos anteriormente. Eles podem denotar crença, opinião, expectativa, ponto de vista do falante, como já se destacou em 4.2.3, na análise dos seguintes exemplos¹³:

- (36) *então **infelizmente** este ano eu tive que fazer um empréstimo para pagar os doze mil.*

(D2 RJ 355)

- (37) *os nomes **realmente** eu não guardei.*

(DID RJ 328)

Por outro lado, esses mesmos adjuntos modalizadores *realmente, naturalmente, obviamente* podem atuar como meros preenchedores ou marcadores, que atuam como itens planejadores de fala. Observa-se essa função em falantes que repetem o mesmo item em *-mente* várias vezes em seu discurso, sem querer dar a ele um sentido de modalizador.

Conforme se demonstrou em 4.3.3, além da classe dos advérbios *aspectuais e modalizadores*, também a dos *operadores de foco* — que englobam “adjuntos focalizadores, intensificadores e os de inclusão/exclusão” — acolhe itens que acumulam as funções de adjuntos e discursivos. Exercendo essa dupla função, esses três tipos de advérbios evidenciam distributivamente, de maneira bastante clara, a dupla face da Adjunção.

Ao insistir nessa propriedade da Adjunção, quer-se chamar a atenção para o fato de que as propriedades distributivas de adjuntos e discursivos na estrutura dos enunciados podem ser mais bem compreendidas a partir da caracterização da Adjunção como uma operação que, por si, conecta propriedades da Língua-I a maneiras de seu uso. Sob (14), a Adjunção não só efetiva determinadas distribuições de adjuntos e/ou discursivos, como também limita a sua correlação na configuração dos enunciados, como vimos, ao considerar a análise dos dados de (32) e (33) acima.

Outro exemplo de restrição a possibilidades de correlação de advérbios num enunciado efetuada pela Adjunção, sob (14), é o caso da ordem entre

provavelmente e *cuidadosamente*, discutido em 4.3, exemplo (34), aqui renumerado:

- (38) a) **Provavelmente**, João limpou o quarto **cuidadosamente**.
 (É provável que João tenha sido cuidadoso ao limpar o quarto).
 b) ***Cuidadosamente**, João **provavelmente** limpou o quarto.

Semelhantemente ao que se propôs sobre a análise dos dados de (32) e (33), acima, pode-se atribuir isso à exclusão de (38b), à ação de (14): colocar-se o advérbio *provavelmente*, que tem escopo sobre toda a sentença, sob o escopo de *cuidadosamente*, cujo escopo incide sobre um constituinte interno da mesma sentença, configura-se como uma violação do princípio de preservação das funções sintáticas categóricas de predicação e complementação determinadas pela Língua-I.

A ação do princípio (14) sobre a Adjunção é importante na especificação das possibilidades de distribuição e correlação de adjuntos e discursivos na estrutura dos enunciados. Ele deve garantir que a Adjunção, como uma operação que, por si, conecta propriedades da Língua-I a maneiras de seu uso, configure adjuntos e/ou discursivos na organização dos enunciados, levando sempre em conta esses dois aspectos: de um lado, as propriedades deterministicamente especificadas dos itens lexicais com que ela venha a operar e, de outro, as respectivas possibilidades de uso de tais itens. O que o princípio (14) faz é colocar a Adjunção e, presumivelmente, outras operações envolvidas na configuração dos enunciados sob o filtro das relações sintáticas categóricas de predicação e complementação; em outras palavras, sob o filtro das relações sintáticas temática e casualmente estabelecidas.

Nessa perspectiva, sob o princípio (14), pode acontecer, inclusive, que a Adjunção opere sobre itens já especificados na morfossintaxe para funções tipicamente constitutivas do processo enunciativo, de modo que eles também venham a funcionar como marcadores discursivos na interface sintaxe–discurso. É o caso de verbos e/ou expressões *dicendi*, que, por si, já denotam operações de caráter formulativo-interacional em exemplos como:

- (39) ... *tratam realmente, como já disse, das vantagens.*

(DID REC 131)

- (40) *não... **quer dizer** eu não afirmo que sai... mas não... é o que sai de Governador mesmo daquele trevo que tem ali perto de...*

(D2 SSA 98)

- (41) *não, mas eu li... **quer dizer** um projeto que eu vi acabarem inclusive naquele viaduto do rio Doce... agora não sei se depois muDAram qualquer coisa assim, mas eu vi esse projeto inclusive porque nós íamos entrar na concorrência [...] acabamos não entrando...*

(DA SSA 98)

- (42) *houve uma tentativa de se limitar a carga por roda, **quer dizer**, de evitar que carros muito pesados com cargas muito pesadas... traféguem... acima, **quer dizer**, acima do peso para o que ela foi construída... então sucede que você vendo as estatísticas de tráfego de distribuição de carga e de peso por roda et cetera... cê vê que as estradas brasileiras estão sendo muito solicitadas... a tal ponto que não poderão resistir TECnicamente.*

(DID SSA 231)

- (43) *acontece o seguinte a sinalização... é um/ uma etapa cara da estrada... mas... é indispensável à segurança de tráfego... **quer dizer**... aquele/aquela sinalização feita na Salvador Feira é exatamente um/uma sinalização feita para estradas e GRANde movimento...*

(DID SSA 231)

O exemplo (39) ilustra bem como uma operação de linearização, sintaticamente condicionada, pode atender a possibilidades/necessidades específicas de uso: a expressão **como já disse** exerce uma função discursiva, ou metadiscursiva, do mesmo modo que a expressão **quer dizer**, nitidamente um marcador discursivo, nos exemplos de (40) a (43).

Os exemplos de (39) a (43) caracterizam-se como discursivos propriamente ditos, considerados no volume I desta série (Jubran e Koch (orgs.), 2006). Eles não foram incluídos na classe de adjuntos e discursivos, cujas propriedades distributivas foram sintetizadas em (31). A razão pela qual eles foram considerados aqui é mostrar que, como se pode observar, eles também se comportam distributivamente, obedecendo ao princípio (14) no que concerne à recuperabilidade das funções sintáticas categóricas de predicação e complementação, determinadas pela Língua-I.

No entanto, uma questão que se coloca é a seguinte: Dados como os apresentados em (39)-(43), que não foram analisados no capítulo 4, podem

ser atribuídos à aplicação da Adjunção? O mesmo pode-se perguntar a respeito de alguns dos dados enumerados por Cunha e Cintra no começo deste capítulo. Ou, ainda, sobre alguns outros que foram considerados na análise cujos resultados foram resumidos em (31), mas que também não foram analisados no capítulo 4. É importante colocar esse tipo de questão pelo seguinte: o fato de tais discursivos se comportarem distributivamente obedecendo ao princípio (14) não garante que eles tenham sido configurados pela Adjunção. É possível que, apesar de poder constituir adjuntos com propriedades discursivas, a Adjunção seja apenas uma das operações de linearização que conectam propriedades da Língua-I a maneiras de seu uso, submetendo-se ao princípio (14).

É possível, ainda, que a Adjunção, com sua dupla face, uma operação que conecta propriedades da Língua-I a maneiras de seu uso, se submeta também a propriedades da língua concernentes ao nível rítmico/prosódico, conforme postula Kato (2002c).

Nesse texto, Kato chega à conclusão de que, na configuração dos enunciados, o PB prefere o padrão X_Y, (X–Verbo–Y), podendo X e Y serem constituintes gramaticais ou, em sua ausência, elementos discursivos. A partir dessa constatação, a autora chega às seguintes generalizações:

1) O PB apresenta, em sua estrutura de complementação, *preferentemente* a estrutura VX, sendo X um complemento, ou adjunto/discursivo, com valor de foco:

- (44) a) *Eles servem comida boa, né?*
b) *Eles servem muito bem, né?*

(DID RJ 328)

[+F]

2) Relativamente à inversão sujeito-verbo, a incidência de V1 (verbo na primeira posição) é baixíssima: 85% das ocorrências são de XV, podendo X ser um *discursivo* em 61,7% dos casos, como em (45a):

- (45) a) [...] *ainda* existe o individualismo marcado.

(EF SP 405)

- b) [...] e *nessa conta bancária* estavam depositados não o dinheiro que eles me emprestaram, que [...].

(D2 RJ 355)

3) Relativamente à ordem SV, se o sujeito é elíptico, ou nulo, o adjunto/discursivo pode aparecer nessa posição, sendo, então, interpretado como tópico:

- (46) a) **Isso** já basta.
b) **Drama** já basta a vida.

(DID SP 234)

[+Top]

4) Na ausência de sujeito explícito, a ocorrência de discursivos pode ser um recurso para evitar V1¹⁴:

- (47) a) **por falar nisso** ganhei uma gravura do Adir hoje.

(D2 RJ 355)

- b) **só** assistiu três vezes?

(DID SP 234)

- c) **agora** tem o seguinte aspecto, a nossa conversa está em torno de dinheiro, de inflação, de desvalorização de moeda e eu acho que...

(D2 RJ 355)

- d) **daí** vamos fazer um curso.

(D2 RJ 355)

- e) **quer dizer** somos de famílias GRANdes e:... então ach/ acho que:... dado esse fator nos acostumamos a::muita gente.

(D2 SP 360)

Após estabelecer essas generalizações, Kato (2002c), na linha de (13d), levanta a hipótese segundo a qual “o padrão rítmico/prosódico configura-se como um parâmetro, do mesmo modo que o tipo de morfologia, não sendo, por conseguinte, totalmente determinante da gramática, mas tendo um papel importante ao reduzir suas possibilidades”.

É notório que as generalizações a que chega Kato (2002c), além de mostrarem a necessidade de investir mais na busca de explicitação das operações de linearização que conectam propriedades da Língua-I a maneiras de seu uso, convidam a considerar tais operações, incluindo a Adjunção, como mera manifestação de princípios mais gerais que implementam e gerenciam o processamento discursivo. Avançar nessa direção foge ao alcance deste volume, mas fica aqui a sugestão de um caminho a ser trilhado, visando alcançar o objetivo a que aludimos no início deste capítulo: na análise empírica dos

segmentos que se articulam na organização dos enunciados falados, buscar generalizações que vão além da identificação, descrição e classificação de suas respectivas formas, funções e posições.

Conclusões

A perspectiva inicialmente adotada para o modo de organização e realização do trabalho apresentado neste capítulo pode ser assim descrita: “Assumimos, pois, que por detrás de um aparente caos sintático, expresso na Língua-E do corpus analisado, possamos depreender uma organização, no nível da Língua-I, que revelará, em última instância, a sistematicidade variável da sintaxe falada”¹⁵.

Com isso em mente, partimos de uma análise dos dados do *corpus*, já realizada por autores citados no capítulo, na qual se tomou a correlação entre fatores categóricos e não-categóricos como parâmetro básico para o estudo da maneira como os falantes operam com a sintaxe da predicação/complementação para integrar adjuntos e discursivos na organização dos enunciados. Em relação à distribuição entre adjuntos e discursivos, as conclusões teoricamente mais instigantes são:

- 1) o aparecimento de adjuntos em posições usualmente ocupadas por argumentos ocorre na posição à direita do verbo, quando os complementos são pressupostos, sendo nesse caso o adjunto interpretado como foco. O mesmo pode ser dito para a posição à esquerda do verbo. Se o sujeito é elíptico ou nulo, um adjunto pode assumir a posição, que é interpretada como tópico;
- 2) a hipótese de que a fronteira de adjacência entre regente e regido seria desfavorável a preenchimento, seja de adjuntos ou de discursivos, não foi confirmada. Contudo, estranhamente, em relação aos discursivos verificou-se que, até certo ponto, essa hipótese inicial é referendada pelos discursivos na fronteira entre o sujeito e o verbo flexionado;
- 3) as fronteiras mais desencorajadas para preenchimento são as mesmas para os adjuntos e os discursivos, a saber, as posições entre argumentos ($C_0 \dots C_1$; $C_0 \dots C_0$), a fronteira Top...S. Isso indica que uma teoria que explique a distribuição dos adjuntos deve explicar também, ao menos, a distribuição de alguns tipos de preenchedores discursivos.

Um dos desafios dessa teoria, a ser desenvolvida, é o de explicar com que princípios os falantes operam para linearizar as estruturas clausais hierárquicas, objetos da Língua-I, na materialidade dos enunciados, objetos da Língua-E. Levando isso em conta e partindo dos pressupostos elencados em (13), postulamos que a regularidade verificada nas propriedades distribucionais de adjuntos e discursivos advém do fato de as operações de linearização, na interface sintaxe–discurso, submeterem-se necessariamente a um princípio do tipo de (14), que garanta, na organização dos enunciados, a legibilidade da estrutura clausal abstrata que subjaz às orações, de modo a possibilitar recuperabilidade das funções sintáticas de predicação e complementação, determinadas categoricamente pela Língua-I.

Visando justificar a plausibilidade e o *modus operandi* de tal princípio, adotou-se a seguinte linha de reflexão:

- 1) em vez de nos aprofundarmos no estudo das propriedades distribucionais de adjuntos, de um lado, e de discursivos, de outro, visando comparar, em detalhe, o comportamento das duas categorias, optamos por procurar entender melhor o que há na natureza da Adjunção, que lhe possibilita integrar propriedades de adjuntos e discursivos na organização dos enunciados;
- 2) para a realização dessa tarefa, baseamo-nos na análise das propriedades distribucionais dos adjuntos, efetuada no capítulo 4;
- 3) chegamos à conclusão de que a Adjunção pode ser caracterizada como uma operação de dupla face, que conecta propriedades da Língua-I a maneiras de seu uso;
- 4) considerando essa natureza dual da Adjunção e o seu modo de operação, concluímos que ela se configura como um mecanismo forte capaz de integrar, em termos de operacionalização de um princípio, (14), propriedades categóricas e não-categóricas da Língua-I na especificação do modo de interação entre adjuntos e discursivos na configuração dos enunciados, na interface sintaxe–discurso.

Em outras palavras, enquanto os adjuntos têm papéis semântico-formais bem definidos, os discursivos atendem às necessidades de planejamento da fala, de requisitos pragmáticos como o de clareza, ou ainda à necessidade de integrar a sentença a uma unidade maior do discurso. Apesar das diferentes

funções, ambos contribuem para o ritmo canônico da língua, e a operação que permite que todos os segmentos apareçam juntos no momento da enunciação é a de sua adjunção a categorias linearizadas via instruções da Língua-I.

Sugestões de leitura

Para as *noções de Língua-I* (Interna, Individual, Intensional) e *Língua-E* (Externa, **Extensional**), leia-se Chomsky (1986).

Sobre o *pressuposto básico que norteou o projeto de Kato e Tarallo*, leia-se Tarallo e Kato (1993, p. 92), em que os autores dizem explicitamente em inglês que: “Assim como a morfologia (caso e concordância) é necessária para que os itens lexicais se realizem na sintaxe, assumimos que os preenchedores — sejam adjuntos ou marcadores discursivos — interagem na saída fonética, tornando a sentença pronunciável, como partes do discurso”.

Para a *teoria da adjacência de caso*, que inspirou inicialmente o projeto coordenado por Kato e Tarallo, leia-se T. Stowell (1981).

Quanto aos trabalhos sobre *preenchimento discursivo*, consultar Tarallo et al. (2002a, b, c).

Para uma *comparação entre adjuntos e discursivos*, consulte-se Kato e Nascimento (2002).

Para uma *leitura do projeto de Tarallo e Kato*, leia-se Nascimento (2005).

Para as *conclusões do projeto de Kato e Tarallo*, leia-se Kato (2002c).

Para a *noção de Princípios e Parâmetros* na primeira formulação, leia-se Chomsky (1981).

Para uma caracterização e classificação funcional mais completa e refinada dos *marcadores discursivos*, consultem-se os três últimos capítulos do volume I desta série (Jubran e Koch (orgs.), 2006).

Notas

- 1 Conferir vol. I desta série (Jubran e Koch (orgs.), 2006), p. 29.
- 2 Cunha e Cintra, *A nova gramática do português contemporâneo*, 3ª ed. Rio de Janeiro: Lexikon Informática, 2007, pp. 552-3.
- 3 Sobre o tratamento dado aos advérbios nesta gramática, ver vol. II, cap. 5.
- 4 Ver referências na Apresentação.
- 5 Esse princípio é baseado em Stowell (1981).

- 6 Conferir vol. I desta série (Jubran e Koch (orgs.), 2006), p. 29.
- 7 Idem, op. cit., p. 424.
- 8 Para uma caracterização e classificação funcional mais completa e refinada dos marcadores discursivos, consultem-se os três últimos capítulos do vol. I desta série (Jubran e Koch (orgs.), 2006).
- 9 Ver cap. 4, itens 4.2.3 e 4.3.3, dos quais foram retomados os exemplos aqui renumerados como (24)-(29).
- 10 Trata-se dos exemplos (27) e (28), apresentados em 3.3, no cap. 4.
- 11 Conferir Chomsky, 1996, p. 168.
- 12 Trata-se de exemplos apresentados em (31), no item 3.3 do cap. 4.
- 13 Os exemplos foram, aqui, renumerados. Trata-se dos exemplos (87) e (88) do cap. 4.
- 14 Isso também se observa em Duarte (1995).
- 15 Tarallo et al., 2002a, p. 32.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABAUURRE, M. B. e GALVES, C. “Os clíticos no português brasileiro: uma abordagem sintático-fonológica”, in A. T. de Castilho e M. Basílio (orgs.), *Gramática do Português Falado*. Campinas: Editora da Unicamp, Fapesp, 1996, vol. IV — Estudos descritivos, pp. 273-320.
- ABAUURRE, M. B. e RODRIGUES, A. C. S. (orgs.). *Gramática do Português Falado*. Campinas: Editora da Unicamp, Fapesp, 2002, vol. VIII — Novos estudos descritivos.
- AKMAJIAN, A. “On deriving cleft sentences from pseudo-cleft sentences”, *Linguistic Inquiry*, 1, 1970, pp. 149-68.
- ALEXIADOU, A. *Adverb placement*. Amsterdã: John Benjamins Publishing Company, 1997.
- ALKMIN, T. (org.). *Para a história do português brasileiro*. São Paulo: Humanitas, FFLCH-USP, 2002, vol. III — Novos estudos.
- AMARAL, L. I. C. “A concordância verbal de segunda pessoa do singular em Pelotas e suas implicações linguísticas e sociais”. Tese de doutorado, UFRS, 2003.
- AMBAR, M. “Para uma sintaxe da inversão sujeito-verbo em português”. Tese de doutorado, Universidade de Lisboa, 1988.
- AVELAR, J. “Dinâmicas morfossintáticas com *ter*, *ser* e *estar* em português brasileiro”. Dissertação de mestrado, Unicamp, 2004.
- . “Gramática, competição e padrões de variação: casos com *ter/haver* e *de/em* no português brasileiro”. Texto de qualificação na área de sociolinguística, Unicamp, 2006.
- BAKER, M. “Thematic roles and grammatical categories”, in L. Haegeman (org.), *Elements of grammar: Handbook of generative syntax*. Dordrecht: Kluwer, 1997, pp. 73-137.
- BARBOSA, P. “On inversion in wh-questions in Romance”, in C. J. Hulk Aaske e J.-Y. Pollock (orgs.), *Subject Inversion in Romance and the Theory of Universal Grammar*. Nova York: Oxford, 2001, pp. 20-59.
- BARBOSA, P.; DUARTE, M. E. L. e KATO, M. A. “Null subjects in European and Brazilian Portuguese”, *Journal of Portuguese Linguistics*, 4, 2005, pp. 11-52.
- BELLETTI, A. e RIZZI, L. “Psych-verbs and-theory”, *Natural Language & Linguistic Theory*, 6, 1988, pp. 291-352.

- BERLINCK, R. “A construção V SN no português do Brasil: uma visão diacrônica do fenômeno da ordem”, in F. Tarallo (org.), *Fotografias sociolinguísticas*. Campinas: Pontes, Editora da Unicamp, 1989, pp. 95-112.
- . “La Position du Sujet en Portugais: étude diachronique des variétés brésilienne et européenne”. Tese de doutorado, Katholieke Universiteit Leuven. Bélgica, 1995.
- . “Nem tudo que é posposto é novo: estatuto informacional do SN e posição do sujeito em português”, *Alfa*, vol. 41, nº especial. São Paulo, 1997, pp. 57-78.
- . “Brazilian Portuguese VS Order: a Diachronic Analysis”, in M. A. Kato e E. V. Negrão (orgs.), *Brazilian Portuguese and the Null Subject Parameter*. Frankfurt: Vervuert; Madri: Iberoamericana, 2000, pp. 175-94.
- BIANCHI, V. *Consequences of Antisymmetry: Headed Relatives Clauses*. Berlim, Nova York: Mouton de Gruyter, 1999.
- BLOOMFIELD, L. *Language*. Nova York: Holt, Rinehart & Winston, 1933.
- BOSKOVIC, Z. “Pseudo-clefts”, *Studia Linguística*, 51 (3), 1997, pp. 235-77.
- BRAGA, M. L. “A escrita e as marcas da oralidade das sentenças clivadas”, Relatório CNPq, 1991.
- BRANDÃO, S. e MOTA, M. A. *Análise Contrastiva de Variedades do Português*. Rio de Janeiro: In-Fólio, 2003.
- BRITO, A. M. *A Sintaxe das Orações Relativas em Português*. Porto: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1991.
- BRITO, A. M.; DUARTE, I. e MATOS, G. “Estrutura da frase simples e tipos de frases”, in M. H. M. Mateus et al., *Gramática da Língua Portuguesa*. Lisboa: Caminho, 2003, pp. 433-506.
- BRITTO, H. “Reduzidas de gerúndio: Teoria do caso e inversão verbo/sujeito”. Dissertação de mestrado, Unicamp, 1994.
- . “The syntactic codification of categorical and thetic judgements in Brazilian Portuguese”, in M. A. Kato e E. V. Negrão (orgs.), *Brazilian Portuguese and the Null Subject Parameter*. Frankfurt: Vervuert; Madri: Iberoamericana, 2000, pp. 195-222.
- BURZIO, L. *Italian Syntax*. Dordrecht: Reidel, 1986.
- CALLOU, D. e AVELAR, J. “Sobre *ter* e *haver* em construções existenciais: variação e mudança no português do Brasil”, *Gragoatá*, 9. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2001, pp. 85-100.
- CALLOU, D. e DUARTE, M. E. L. “A fixação do verbo *ter* em contextos existenciais”, *Actas do 20º Encontro da APL*, 149-55. Lisboa: APL, 2005.
- CALLOU, D.; MORAES, J.; LEITE, Y.; KATO, M. A.; OLIVEIRA, C. T.; COSTA, E.; ORSINI, M. e RODRIGUES, V. “Topicalização e deslocamento à esquerda”, in A. T. de Castilho (org.), *Gramática do Português Falado*. Campinas: Editora da Unicamp, Fapesp, 1993, vol. III — As abordagens, pp. 315-60.
- CALLOU, D.; ROCHA, M. A.; OLIVEIRA, D.; OLIVEIRA, C. T.; COSTA, E.; ORSINI, M. e RODRIGUES, V. “Preenchimentos em fronteiras de constituintes: orações

- subordinadas”, in A. T. de Castilho e M. Basílio (orgs.), *Gramática do Português Falado*. Campinas: Editora da Unicamp, Fapesp, 1996, vol. IV — Estudos descritivos, pp. 69-192.
- CAMPOS, H. “Indefinite object drop”, *Linguistic Inquiry*, 17, 1986, pp. 354-9.
- CANÇADO, M. “Verbos psicológicos: a relevância dos papéis vistos sob a ótica de uma semântica representacional”. Tese de doutorado, Unicamp, 1995.
- CARRILHO, Ernestina. “Expletivo do português europeu em foco: a evidência dos dados dialectais”, *Actas do XVI Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística (APL)*. Lisboa: Colibri Artes Gráficas, 2001, pp. 131-45.
- CASTELEIRO, J. M. “Sintaxe e semântica das construções enfáticas com *é que*”, *Boletim de Filologia*. Lisboa, 1979, t. XXV, pp. 97-166.
- CASTILHO, A. T. de (org.) *Português Culto Falado no Brasil*. Campinas: Editora da Unicamp, 1989.
- . *Gramática do Português Falado*. Campinas: Editora da Unicamp, Fapesp, 1991, vol. I — A ordem.
- . *Gramática do Português Falado*. Campinas: Editora da Unicamp, Fapesp, 1993, vol. III — As abordagens.
- . *Gramática do Português Falado*, 4ª ed. rev. Campinas: Editora da Unicamp, Fapesp, 2002, vol. I — A ordem.
- . *Gramática do Português Falado*, 3ª ed. Campinas: Editora da Unicamp, Fapesp, 2002, vol. III — As abordagens.
- CASTILHO, A. T. de e BASÍLIO, M. (orgs.) *Gramática do Português Falado*. Campinas: Editora da Unicamp, Fapesp, 1996, vol. IV — Estudos descritivos.
- . *Gramática do Português Falado*, 2ª ed. Campinas: Editora da Unicamp, Fapesp, 2002, vol. IV — Estudos descritivos.
- CASTILHO, A. T. de e ILARI, R. (orgs.) *Gramática do Português Falado*. Campinas: Editora da Unicamp, Fapesp, 1992, vol. II — Níveis de análise linguística.
- CAVALCANTE, S. “O sujeito indeterminado na escrita dos séculos XIX e XX: uma mudança encaixada”, in R. V. Mattos e Silva (org.), *Para a história do português brasileiro*. São Paulo: Humanitas, FFLCH-USP, Fapesp, 2001, vol. II — Primeiros estudos, t. I, pp. 233-49.
- . “Formas de indeterminação na imprensa carioca dos séculos XIX e XX”, in T. Alkmin (org.), *Para a história do português brasileiro*. São Paulo: Humanitas, FFLCH-USP, 2002, vol. III — Novos estudos, pp. 197-219.
- . “O uso de SE com infinitivo na história do português: do português clássico ao português europeu moderno e brasileiro modernos”. Tese de doutorado, Unicamp, 2006.
- CECCHETTO, C. *Introduzione alla Sintassi. La teoria dei principi e dei parametri*. Milão: LED, 2002.
- CHAO, W. “On Ellipsis”. Tese de doutorado, University of Massachusetts, reproduzida por Graduate Linguistics Student Association, University of Massachusetts. Amherst (MA), 1987.

- CHOMSKY, N. "On Wh-movement", in P. W. Culicover; T. Wasow e A. Akmajian (orgs.), *Formal Syntax*. Nova York: Academic Press, 1977, pp. 71-132.
- _____. *Lectures on Government and Binding*. Dordrecht: Foris, 1981.
- _____. *Knowledge of Language — its nature, origin, and use*. Nova York: Praeger, 1986.
- _____. *The Minimalist Program*. Cambridge (MA): The MIT Press, 1995.
- _____. *The Minimalist Program*, 2ª ed. Cambridge (MA): The MIT Press, 1996.
- _____. *O Programa Minimalista*. Trad. Eduardo Raposo. Lisboa: Caminho, 1999.
- CINQUE, G. *Adverbs and Functional Heads*. Oxford: Oxford University Press, 1999.
- COELHO, I. "A ordem V NP em construções monoargumentais: uma restrição sintático-semântica", *Letras de Hoje*, v. 35, nº 1. Porto Alegre, 2000, pp. 47-74.
- COELHO, I. L.; MONGUILHOTT, I.; COSTA, S.; MARTINS, M. A. e MAFRA SILVA, G. "O estatuto das construções inacusativas no PB: por trás das frequências", in P. Vandresen (org.), *Variação, Mudança e Contato Linguístico no Português da Região Sul*. Pelotas: Educat, 2006, pp. 205-25.
- COHEN, M. A. e RAMOS, J. (orgs.) *Dialeto Mineiro e Outras Falas: estudos de variação e mudança linguística*. Belo Horizonte: Faculdade de Letras da UFMG, 2002.
- COLE, P. "Null Objects in Universal Grammar" *Linguistic Inquiry*, 18, 1987, pp. 597-612.
- COLSATO, A. "A inserção do 'se' em sentenças não-finitas do PB". Dissertação de mestrado, FFLCH-USP, 2007.
- CORRÊA, L. "A variação eles/es e a indeterminação do sujeito", in M. A. Cohen e J. Ramos (orgs.), *Dialeto Mineiro e Outras Falas: estudos de variação e mudança linguística*. Belo Horizonte: Faculdade de Letras da UFMG, 2002, pp. 183-97.
- CORREA, V. R. "O Objeto Direto Nulo no Português do Brasil". Dissertação de mestrado, Unicamp, 1992.
- _____. "Oração Relativa: o que se fala e o que se aprende no Português do Brasil". Tese de doutorado, Unicamp, 1997.
- CREUS, S. e MENUZZI, S. "Sobre o papel do gênero na alternância entre objetos nulos e pronomes plenos em português brasileiro", 2005, <http://www.geocities.com/smenuzzi/download/creus_menuzzi_celsul2004.pdf>.
- CUNHA, C. *Gramática do Português Contemporâneo*. Belo Horizonte: Bernardo Álvares Editora, 1970.
- CUNHA, C. e CINTRA, L. *A Nova Gramática do Português Contemporâneo*, 3ª ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2007.
- CYRINO, S. "O Objeto Nulo no Português do Brasil: um estudo sintático-diacrônico". Tese de doutorado, Unicamp, 1994.
- _____. "Observações sobre a mudança diacrônica no português do Brasil: objeto nulo e clíticos", in I. Roberts e M. A. Kato (orgs.), *Português Brasileiro: uma viagem diacrônica do português brasileiro*, 2ª ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1996 [1993], pp. 163-84.

- CYRINO, S. *O Objeto Nulo no Português do Brasil: um estudo sintático-diacrônico*. Londrina: Editora da UEL, 1997.
- _____. “Elementos nulos pós-verbais no português brasileiro oral contemporâneo”, in M. H. M. Neves (org.), *Gramática do Português Falado*. Campinas: Editora da Unicamp, Fapesp, 1999, vol. VII — Novos estudos, pp. 595-625.
- _____. “O objeto nulo no português brasileiro”, in E. Gärtner; C. Hundt e A. Schönberger (orgs.), *Estudos de Gramática Portuguesa*. Frankfurt: TFM, 2000, vol. III, pp. 61-73.
- _____. “Complementos nulos em anúncios de jornal do século XIX”, in T. Alkmin (org.), *Para a história do português brasileiro*. São Paulo: Humanitas, FFLCH-USP, 2002, vol. III — Novos estudos, pp. 221-45.
- _____. “On the existence of Null Complement Anaphora in Brazilian Portuguese”, *Revista Letras*, nº 63, 2004, pp. 97-117.
- _____. “Algumas questões sobre a elipse de VP e objeto nulo em PB e PE”, in M. Guedes, R. Berlinck e C. Murakawa (orgs.), *Teoria e Análise Linguísticas: novas trilhas*. Araraquara: Laboratório Editorial FCL-UNESP, Cultura Acadêmica, 2006, pp. 53-80.
- CYRINO, S.; DUARTE, M. E. e KATO, M. “Visible subjects and invisible clitics in Brazilian Portuguese”, in M. Kato e E. V. Negrão (orgs.), *Brazilian Portuguese and the Null Subject Parameter*. Frankfurt: Vervuert; Madri: Iberoamericana, 2000, pp. 53-73.
- CYRINO, S. e LOPES, R. “Animacy as a driving cue in change and acquisition in Brazilian Portuguese”, in S. Kepser e M. Reis (orgs.), *Linguistic Evidence: Empirical, Theoretical and Computational Perspectives*. Berlim: Mouton de Gruyter, 2005.
- CYRINO, S. e MATOS, G. “VP ellipsis in European and Brazilian Portuguese — A comparative analysis”, *Journal of Portuguese Linguistics* 1(2), 2002, pp. 177-96.
- _____. “Local licensors and recovering in VP ellipsis”, *Journal of Portuguese Linguistics*, 4(2), 2005, pp. 79-112.
- _____. “Null complement anaphora in Romance: deep or surface anaphora?”, in J. Doetjes e P. González (orgs.), *Romance Languages and Linguistic Theory*. Amsterdã: John Benjamins Publishing Company, 2006, pp. 95-120.
- DECAT, M. B. “Concordância verbal, topicalização e posposição do sujeito”, *Ensaios de Linguística*, 9. Belo Horizonte: UFMG, 1983, pp. 9-48.
- _____. “Construções de tópico em português: uma abordagem diacrônica à luz do encaixamento no sistema pronominal”, in F. Tarallo (org.), *Fotografias Sociolinguísticas*. Campinas: Pontes, 1989, pp. 113-40.
- DE VRIES, M. “The Syntax of Relativization”. Netherland Graduate School of Linguistics, LOT, Universiteit Utrecht, 2002.
- DILLINGER, M.; GALVES, C.; PAGOTTO, E. e CERQUEIRA, V. “Padrões de Complementação no Português Falado”, in M. A. Kato (org.), *Gramática do Português Falado*. Campinas: Editora da Unicamp, Fapesp, 1996, vol. V — Convergências, pp. 275-326.
- DI SCIULIO, A. M. “Asymmetry in Morphology”. LI Monograph MIT Press, 2005.

- DUARTE, I. “Relações gramaticais, esquemas relacionais e ordem de palavras”, in M. H. M. Mateus et al., *Gramática da Língua Portuguesa*. Lisboa: Caminho, 2003, pp. 275-322.
- DUARTE, M. E. L. “Variação e Sintaxe: clítico acusativo, pronome lexical e categoria vazia no português do Brasil”. Dissertação de mestrado, PUC-SP, 1986.
- _____. “Clítico acusativo, pronome lexical e categoria vazia no português do Brasil”, in F. Tarallo (org.), *Fotografias Sociolinguísticas*. Campinas: Pontes, 1989, pp. 19-34.
- _____. “A perda da ordem V(erbo) S(ujeito) em interrogativas qu- no português do Brasil”, *D.E.L.T.A.*, vol. 8, nº especial, 1992, pp. 37-52.
- _____. “Do pronome nulo ao pronome pleno: a trajetória do sujeito no português do Brasil”, in I. Roberts e Mary A. Kato (orgs.), *Português Brasileiro: uma viagem diacrônica do português brasileiro*, 2ª ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1996 [1993], pp. 107-28.
- _____. “A Perda do Princípio ‘Evite Pronome’ no Português Brasileiro”. Tese de doutorado, Unicamp, 1995.
- _____. “The loss of the Avoid Pronoun principle in Brazilian Portuguese”, in M. A. Kato e V. Negrão (orgs.), *Brazilian Portuguese and the Null Subject Parameter*. Frankfurt: Vervuert; Madri: Iberoamericana, 2000, pp. 17-36.
- _____. “Construções com se apassivador e indeterminador em anúncios do século XIX”, in T. Alkmin (org.), *Para a história do português brasileiro*. São Paulo: Humanitas, FFLCH-USP, 2002, vol. III — Novos estudos, pp. 155-96.
- DUARTE, M. E. L. “A evolução na representação do sujeito pronominal em dois tempos”, in M. C. Paiva e M. E. L. Duarte (orgs.), *Mudança Linguística em Tempo Real*. Rio de Janeiro: Contra Capa, Faperj, 2003a, pp. 115-28.
- _____. “O sujeito expletivo e as construções existenciais”, in C. Roncarati e J. Abraçado (orgs.), *Português brasileiro — Contato linguístico, heterogeneidade e história*. Rio de Janeiro: 7Letras, Faperj, 2003b, pp. 123-31.
- _____. “Sujeitos referenciais e não referenciais: mudança e conservação na escrita-padrão”. Relatório CNPq. Processo nº 350.731/99-3, 2006.
- _____. “Sobre outros frutos de um projeto herético”, in A. T. de Castilho, M. A. Torres Morais, R. Lopes e S. Cyrino (orgs.), *Descrição história e aquisição na história do português brasileiro*. Campinas: Pontes, 2007, pp. 35-48.
- _____. “O sujeito de referência indeterminada em sentenças infinitivas”, *Revista do GEL*, vol. 5, nº 1, 2008, pp. 9-30.
- DUARTE, M. E. L. e CALLOU, D. (orgs.) *Para a História do Português Brasileiro*. Rio de Janeiro: Faculdade de Letras da UFRJ, Faperj, 2002, vol. IV — Notícias de corpora e outros estudos, pp. 155-62.
- DUARTE, M. E. L. e KATO, M. A. “A diachronic analysis of Brazilian Portuguese wh-questions”, *Santa Barbara Portuguese Studies*, vol. VI. Center for Portuguese Studies, University of California at Santa Barbara, 2002, pp. 326-39.
- DUARTE, M. E. L. e LOPES, C. “Realizaram, realizou-se ou realizamos...? As formas de indeterminação do sujeito em cartas de jornais do século XIX”, in M. E. L. Duarte e D.

- Callou (orgs.), *Para a História do Português Brasileiro*. Rio de Janeiro: Faculdade de Letras da UFRJ, Faperj, 2002, pp. 155-62.
- ELISEU, A. “Verbos ergativos do português: descrição e análise”. Trabalho de síntese para provas de aptidão pedagógica e capacidade científica, Universidade de Lisboa, 1984.
- ERNST, T. *The Syntax of Adjuncts*. Cambridge: CUP, 2002.
- FARRELL, P. “Null Objects in Brazilian Portuguese”, *The Linguistic Review*, 8, 1990, pp. 325-46.
- FIGUEIREDO SILVA, M. C. *A posição do sujeito no português brasileiro: frases finitas e infinitivas*. Campinas: Editora da Unicamp, 1996.
- FRANCHI, C.; NEGRÃO, E. e VIOTTI, E. “Sobre a gramática das orações impessoais com *ter/haver*”. *D.E.L.T.A.*, nº 14, 1998, pp. 105-32.
- FRIES, C. C. *The Structure of English: an introduction to the construction of English sentences*. Nova York: Appleton-Century-Crofts, 1940.
- GALVES, C. “A Sintaxe do Português Brasileiro”, *Ensaio de Linguística*, 13, 1987, pp. 31-50.
- . “O Objeto Nulo no Português Brasileiro: Percurso de uma Pesquisa”, *Cadernos de Estudos Linguísticos*, 17, 1989a, pp. 65-90.
- . “Objet Nul et Structure de la Proposition en Portugais Brésilien”, *Revue des Langues Romanes*, 93, 1989b, pp. 305-36.
- . “Tópicos e Sujeitos, Pronomes e Concordância no Português Brasileiro”, *Cadernos de Estudos Linguísticos*, nº 24, 1998, pp. 19-31.
- . *Ensaio sobre as gramáticas do português*. Campinas: Editora da Unicamp, 2001.
- GALVES, C.; TORRES MORAES, M. A. e RIBEIRO, I. “Syntax and morphology in the placement of clitics in European and Brazilian Portuguese”, *Journal of Portuguese Linguistics*, 4(2), 2005, pp. 143-77.
- GRACIOSA, D. “Concordância Verbal na Fala Culta Carioca”. Dissertação de mestrado, UFRJ. Rio de Janeiro, 1991.
- GRAFFI, G. *Sintassi*. Bolonha: Il Mulino, 1994.
- GREENBERG, J. H. “Some universals of grammar with particular reference to the order of meaningful elements”, in J. H. Greenberg (ed.), *Universals in Language*. Cambridge (MA): The MIT Press, 1963, pp. 33-59.
- GROSU, A. “Strange relatives at the interface of two millennia”, *GLOT International*, vol. 6, nº 6, 2002, pp. 145-67.
- GUEDES, M., BELINCK, R. e MURAKAWA, C. (orgs.) *Teoria e Análises Linguísticas: novas trilhas*. Araraquara: Laboratório Editorial FCL–Unesp; São Paulo: Cultura Acadêmica Editora, 2006.
- HALE, K. e KEYSER, S. J. “On argument structure and the lexical expression of grammatical relations”, in K. Hale e S. J. Keyser (orgs.), *The View from Building 20: Essays in Linguistics in Honor of Sylvain Bromberger*. Cambridge (MA): The MIT Press, 1993, pp. 53-110.

- HALLIDAY, M. A. K e HASAN, R. *Cohesion in Spoken and Written English*. Londres: Longman, 1976.
- HENRIQUES, F. e DUARTE, M. E. L. “Uma análise comparativa das construções com verbos de alçamento na fala e na escrita padrão”, *Anais do IX Congresso Nacional de Linguística e Filologia*. Rio de Janeiro, 2006, pp. 189-97.
- HIGGINS, F. R. “The Pseudo-cleft Construction in English”. Reproduced by the Indiana University Linguistics Club, 1976. PH.D. dissertation, MIT, 1973.
- HORA, D. da (org.). *Estudos Sociolinguísticos: perfil de uma comunidade*. Santa Maria: Pallotti, 2004.
- HORNSTEIN, N. e NUNES, J. “Adjunction, labeling and bare phrase structure”, *Biolinguistics*, 2, 2008, pp. 57- 86.
- HORNSTEIN, N.; NUNES, J. e GROHMANN, K. *Understanding Minimalism: an introduction to minimalist syntax*. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.
- HUANG, C. T. J. “On the Distribution and Reference of the Empty Categories”, *Linguistic Inquiry*, 15, 1984, pp. 531-74.
- . “Pro-Drop in Chinese”, in O. Jaeggli e K. Safir (orgs.), *The Null Subject Parameter*. Dordrecht: Foris, 1989.
- . “Remarks on the Status of the Null Object”, in R. Freidin (org.), *Principles and Parameters in Comparative Grammar*. Cambridge, The MIT Press, 1991.
- ILARI, R. (org.) *Gramática do Português Falado*, 4ª ed. Campinas: Editora da Unicamp, Fapesp, 2002, vol. II — Níveis de análise linguística.
- ILARI, R.; CASTILHO, A. T. de; CASTILHO, C.; FRANCHI, C.; OLIVEIRA, M. A.; ELIAS, M.; NEVES, M. H. M. e POSSENTI, S. “Considerações sobre a posição dos advérbios”, in A. T. de Castilho (org.), *Gramática do Português Falado*. Campinas: Editora da Unicamp, Fapesp, 1991, vol. I — A ordem, pp. 53-120.
- ILARI, R. e NEVES, M. H. M. (orgs.) *Gramática do Português Culto Falado no Brasil*. Campinas: Editora da Unicamp, 2008, vol. II — Níveis de análise linguística.
- JESPERSEN, O. *Analytic Syntax*. Londres: Allen & Unwin, 1937.
- JUBRAN, C. e KOCH, I. (orgs.) *Gramática do Português Culto Falado no Brasil*. Campinas: Editora da Unicamp, 2006, vol. I — Construção do texto falado.
- KATO, M. A. “Inversão da ordem SV em interrogativas no português: uma questão sintática ou estilística?”, *D.E.L. T.A.*, vol. 3, nº 2, 1987, pp. 243-52.
- . “Sujeito e tópico: duas categorias na sintaxe?”, *Cadernos de Estudos Linguísticos*, nº 17. Campinas: Departamento de Linguística, IEL–Unicamp, 1989, pp. 109-32.
- . “Variação sintática e estilo”, *Cadernos de Estudos Linguísticos*, nº 22, 1992, pp. 127-37.
- . “Recontando a história das relativas em uma perspectiva paramétrica”, in I. Roberts e M. A. Kato (orgs.), *Português Brasileiro: uma viagem diacrônica do português brasileiro*, 2ª ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1996 [1993a], pp. 223-62.

- KATO, M. A. “The Distribution of Pronouns and Null Elements in Object Position in Brazilian Portuguese”, in W. Ashby, M. M. G. Perissinotto e E. Raposo (orgs.), *Linguistic Perspectives on the Romance Languages*. Amsterdã: John Benjamins Publishing Company, 1993b, pp. 225-35.
- . “A Theory of Null Objects and the Development of a Brazilian Child Grammar”, in R. Tracy e E. Lattey (orgs.), *How Tolerant is Universal Grammar*. Tübingen: Niemeyer, 1994, pp. 125-53.
- . “Focus Structures and VS Order in Brazilian Portuguese”, comunicação apresentada no Colloquium on Portuguese Linguistics. Santa Barbara, University of Califórnia, 1996.
- . “Tópicos como alçamento de Predicados Secundários”, *Cadernos de Estudos Linguísticos*, nº 24, 1998, pp. 67-76.
- . “Strong and weak pronominals and the null subject parameter”, *Probus*, 11, 1, 1999, pp. 1-31.
- . “The partial prodrop nature and the restricted VS order in Brazilian Portuguese”, in M. A. Kato e E. V. Negrão (orgs.), *Brazilian Portuguese and the Null Subject Parameter*. Frankfurt: Vervuert; Madri: Iberoamericana, 2000a, pp. 223-58.
- . “A restrição de monoargumentalidade da ordem VS no português do Brasil”, *Fórum Linguístico*, vol. 2, nº 1, 2000b, pp. 97-127.
- . “Prosody, Focus and Word Order”, *D.E.L.T.A.*, 16, 1. São Paulo, 2000c, pp. 155-74.
- . “The reanalysis of unaccusative constructions as existentials in Brazilian Portuguese”, *Revista do GEL*, nº especial, 2002a, pp. 157-84.
- . “Pronomes fortes e fracos na gramática do português brasileiro”, *Revista Portuguesa de Filologia*. Coimbra, 2002b, vol. XX, pp. 101-22.
- . “La gramática del portugués hablado: reflexiones sobre el uso de la lengua”, in C. Curcó, M. Colín, N. Groult e L. Herrera (eds.), *Contribuciones a la lingüística aplicada en América Latina*. México: Cele-Unam, 2002c, pp. 363-78.
- . “Null objects, null resumptives and VP-ellipsis in European and Brazilian Portuguese”, in J. Quer, J. Schroten, M. Scorretti, P. Sleeman e E. Verheugd (orgs.), *Romance Languages and Linguistic Theory*. Amsterdã: John Benjamins Publishing Company, 2003, pp. 131-54.
- . “A gramática do letrado: questões para a teoria gramatical”, in M. A. Marques, E. Koller, J. Teixeira e A. S. Lemos (orgs.), *Ciências da Linguagem: trinta anos de investigação e ensino*. Braga: Cehum, Universidade do Minho, 2005, pp. 131-45.
- KATO, M. A. (org.) *Gramática do Português Falado*. Campinas: Editora da Unicamp, Fapesp, 1996, vol. V — Convergências.
- KATO, M. A.; BRAGA, M. L.; CORREA, V. R.; LOPES-ROSSI, M. A. e SIKANSI, N. “As construções QU- no português brasileiro falado: perguntas, clivadas e relativas”, in I. V. Koch (org.), *Gramática do Português Falado*, 2ª ed. rev. Campinas: Editora da Unicamp, Fapesp, 2002, vol. VI — Desenvolvimentos, pp. 309-74.

- KATO, M. A. e DUARTE, M. E. L. “Semantic and phonological constraints on the distribution of null subjects in Brazilian Portuguese”, comunicação apresentada no *NWAV32*. University of Pennsylvania, 2003.
- . “(Micro)parametric variation between European (EP) and Brazilian Portuguese (BP): similarities and differences with ongoing changes in Latin American Spanish”, comunicação apresentada no XIV Congresso Internacional da Alfal (Workshop: România Nova). Monterrey, 2005.
- KATO, M. A.; DUARTE, M. E. L.; CYRINO, S. e BERLINCK, R. “Português brasileiro no fim do século XIX e na virada do milênio”, in S. Cardoso, J. Mota e R. V. Mattos e Silva (orgs.), *Quinhentos Anos de História Linguística do Brasil*. Salvador: Empresa Gráfica da Bahia, Funcultura, Governo da Bahia, 2006, pp. 413-38.
- KATO, M. A. e MIOTO, C. “A multi-evidence study of European and Brazilian Portuguese”, in S. Kepser e M. Reis (eds.), *Linguistic Evidence: Empirical, Theoretical and Computational Perspectives*. Berlim, Nova York: Mouton de Gruyter, 2005, pp. 307-28.
- KATO, M. A. e NASCIMENTO, M. do. “Preenchedores aspectuais e o fenômeno da flutuação dos quantificadores”, in A. T. de Castilho e M. Basílio (orgs.), *Gramática do Português Falado*, 2ª ed. Campinas: Editora da Unicamp, Fapesp, 2002, vol. IV — Estudos descritivos, pp. 239-66.
- KATO, M. A.; NASCIMENTO, M. do; NICOLAU, E.; BERLINCK, R. e BRITTO, H. “Padrões de predicação no português falado no Brasil”, in M. A. Kato (org.), *Gramática do Português Falado*. Campinas: Editora da Unicamp, Fapesp, 1996, vol. V — Convergências, pp. 201-74.
- KATO, M. A. e NEGRÃO, E. V. (orgs.), *Brazilian Portuguese and the Null Subject Parameter*. Frankfurt: Vervuert, Madri: Iberoamericana, 2000.
- KATO, M. A. e NUNES, J. “A uniform raising analysis for standard and non-standard relative clauses in Brazilian Portuguese”, in J. Nunes (org.), *Minimalist Essays on Brazilian Portuguese*. Amsterdã: John Benjamins Publishing Company, 2009, pp. 93-120.
- KATO, M. A. e RAPOSO, E. “European and Brazilian word order; questions, focus and topic construction”, in C. Parodi, C. Quicoli e M. L. Zubizarreta (orgs.), *Romance Linguistics in Los Angeles*. Washington: Georgetown University Press, 1996, pp. 267-77.
- . “Objeto(s) e artigos nulos: similaridades e diferenças entre o português europeu e o português brasileiro”, in D. Moura (org.), *Reflexões sobre a sintaxe do português*. Maceió: Edufal, 2005, pp. 73-96.
- . “Topicalization in European and Brazilian Portuguese”, in J. Camacho, M. J. Cabrera, L. Sánchez e V. Deprez (orgs.), *Romance Linguistics: selected papers from the 36th Linguistic Symposium on Romance Languages (LSRL)*. Amsterdã: John Benjamins Publishing Company, 2007, pp. 213-26.
- KATO, M. A. e RIBEIRO, I. “A evolução das estruturas clivadas no português”, in T. Lobo; I. Ribeiro; Z. Carneiro e N. Almeida (orgs.), *Para a História do Português Brasileiro*. Salvador: Edufba, 2007, vol. 6 — A experiência dos grupos de estudo, t. I, pp. 165-82.

- KATO, M. A. e TARALLO, F. "Anything YOU can do in Brazilian Portuguese", in O. Jaeggli e C. Silva-Corvalan (eds.), *Studies in Romance Linguistics*. Dordrecht: Foris, 1986, pp. 343-58.
- . "The Loss of VS Syntax in Brazilian Portuguese", in B. Schliebe-Lange, I. Koch e K. Jungbluth (orgs.), *Dialogue between Schools: Sociolinguistics, Conversational Analysis and Generative Theory in Brazil*. Munique: Nodus Publicationen, Klaus D. Ditz, 2003, pp. 101-29.
- KATO, M. A.; TARALLO, F.; GALVES, C.; NASCIMENTO, M. do; NUNES, J. M.; ROCHA, M. A. F. OLIVEIRA, D.; PAGOTTO, E. G.; BOFF, A. e OLIVEIRA, M. "Preenchedores Sintáticos nas Fronteiras de Constituintes", in A. T. de Castilho (org.), *Gramática do Português Falado*. Campinas: Editora da Unicamp, Fapesp, 1993, vol. III — As abordagens, pp. 235-71.
- KENEDY, E. "Aspectos Estruturais da Relativização em Português — Uma Análise Baseada no Modelo Raising". Dissertação de mestrado, UFRJ, 2002.
- KOCH, I. V. (org.) *Gramática do Português Falado*, 2ª ed. rev. Campinas: Editora da Unicamp, Fapesp, 2002, vol. VI — Desenvolvimentos.
- KOOPMAN, H. e SPORTICHE, D. "The position of subjects", *Lingua*, 85, 1991, pp. 211-58.
- KURODA, S. Y. "The concept of subject in grammar", in M. Shbatani (ed.), *Syntax and Semantics: Japanese Generative Grammar*. Nova York: Academic Press, 1976, pp. 1-16.
- KURY, A. da G. *Pequena Gramática para a Explicação da Nova Nomenclatura Gramatical*, 9ª ed. rev. Rio de Janeiro: Agir, 1964.
- LAMBRECHT, K. "A framework for the analysis of cleft constructions", *Linguistics*, 39, 3, 2001, pp. 463-516.
- LANDA, A. "Conditions on Null Objects in Basque Spanish within a Cross-Linguistic Analysis". Ms., USC, Los Angeles, 1991.
- LARSON, R. "On the double object construction", *Linguistic Inquiry*, 19, 1988, pp. 335-91.
- LEITE, Y. F.; CALLOU, D.; MORAES, J.; KATO, M. A. e ORSINI, M.; RODRIGUES, V. e COSTA, E. "Tópicos e adjuntos", in A. T. de Castilho e M. Basílio (orgs.), *Gramática do Português Falado*. Campinas: Editora da Unicamp, Fapesp, 1996, vol. IV — Estudos descritivos, pp. 321-40.
- LEMONS MONTEIRO, J. "Os Pronomes Pessoais no Português do Brasil". Tese de doutorado, UFRJ, 1991.
- . *Pronomes Pessoais*. Fortaleza: EUFC, 1994.
- LI, C. N. e THOMPSON, S. "Subject and topic: a new typology of language", in C. N. Li (org.), *Subject and Topic*. Nova York: Academic Press Inc., 1976.
- LOBATO, M. L. P. "Sobre a regra de anteposição do verbo no português do Brasil", *D.E.L.T.A.*, vol. 4, nº 1, 1988, pp. 121-48.
- LOBECK, A. "VP-Ellipsis and the Minimalist Program: Some Speculations and Proposals", in S. Lappin e E. Benmamoun (orgs.), *Fragments — Studies in Ellipsis and Gapping*. Nova York, Oxford: Oxford University Press, 1999, pp. 98-123.

- LOPES, C. R. “O percurso de *a gente* em tempo real de longa duração”, in R. V. Mattos e Silva (org.), *Para a história do português brasileiro: primeiros estudos*. São Paulo: Humanitas, FFLCH-USP, Fapesp, 2001, vol. II, t. I, pp. 127-48.
- . “A Inserção de *a gente* no Quadro Pronominal do Português: percurso histórico”. Tese de doutorado, UFRJ, 1999. (Reimpressa em *Linguística Iberoamericana*. Frankfurt: Vervuert; Madri: Iberoamericana, 2003, vol. 18.)
- . “De gente para a gente: o século XIX como fase de transição”, in T. Alkmin, (org.), *Para a história do português brasileiro*. São Paulo: Humanitas, FFLCH-USP, 2002, vol. III — Novos estudos, pp. 25-46.
- LOPES, R. E. V. e CYRINO, S. “Evidence for a cue-based theory of language change and language acquisition: The null object in Brazilian Portuguese”, in T. Geerts, I. van Ginneken e H. Jacobs (orgs.), *Romance Languages and Linguistic Theory 2003*. Amsterdã, Filadélfia: John Benjamins Publishing Company, 2005, pp. 343-59.
- LOPES ROSSI, M. A. “Estudo diacrônico sobre as interrogativas do português”, in I. Roberts e M. A. Kato (orgs.), *Português Brasileiro: uma viagem diacrônica do português brasileiro*, 2ª ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1996 [1993], pp. 307-42.
- LYONS, J. *Introduction to Theoretical Linguistics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1971.
- MARANTZ, A. *On the Nature of Grammatical Relations*. Cambridge (MA): The MIT Press, 1984.
- MARCHESAN, A. C. “As Relativas Livres no Português Brasileiro e os Requerimentos de Compatibilidade”. Dissertação de mestrado, UFSC, 2008.
- MARTINS, A. M. e NUNES, J. “Raising issues in Brazilian and European Portuguese”, *Journal of Portuguese Linguistics*, nº 4, 2005, pp. 53-77.
- . “Apparent Hyper-raising in Brazilian Portuguese: Agreement with Topics across a Finite CP”, in P. Panagiotidis (ed.), *The Complementizer Phase: Subjects and Wh-dependencies*. Oxford: Oxford University Press, no prelo.
- MATEUS, M. H. M.; BRITO, A. M.; DUARTE, I. e Faria, I. H. et al. *Gramática da Língua Portuguesa*. Lisboa: Caminho, 2003.
- MATOS, G. “Construções de Elipse do Predicado em Português — SV Nulo e Despojamento”. Tese de doutorado, Universidade de Lisboa, 1992.
- MATTOS E SILVA, R. V. *Tradição Gramatical e Gramática Tradicional*. São Paulo: Contexto, 1998.
- MATTOS E SILVA, R. V. (org.) *Para a História do Português Brasileiro: primeiros estudos*. São Paulo: Humanitas, FFLCH-USP, Fapesp, 2001, vol. II, t. I.
- MCCLOSKEY, J. “Subjecthood and subject positions”, in L. Haegeman (org.), *Elements of Grammar: Handbook of Generative Syntax*. Dordrecht: Kluwer, 1997, pp. 197-235.
- MEDEIROS JR., P. “Sobre Sintagmas-QU e relativas livres no Português”, Tese de doutorado, Universidade de Brasília 2005.
- MENON, O. “A gente: um processo de gramaticalização”, *Estudos Linguísticos XXV*, 1996, pp. 622-28.

- MENON, O. e LOREGIAN-PENKAL, L. “Variação no indivíduo e na comunidade: tu/você no sul do Brasil”, in P. Vandresen (org.), *Variação e Mudança no Português Falado da Região Sul*. Pelotas: Educat, 2002, pp. 147-88.
- MIOTO, C. “As interrogativas no português brasileiro e o Critério-WH”, *Letras de Hoje*, 96, 1994, pp. 19-33.
- _____. “Focalização como quantificação”, *Revista Letras*. Curitiba: Editora da UFPR, 2003, pp. 169-89.
- _____. “As pseudo-clivadas no português brasileiro”. Ms., UFSC, no prelo.
- _____. “Comparando o português europeu e o brasileiro: as interrogativas Wh”. Ms., UFSC.
- MIOTO, C.; FIGUEIREDO E SILVA, M. C. e LOPES, R. E. V. *Novo Manual de Sintaxe*. Florianópolis: Insular, 2004.
- MIOTO, C. e KATO, M. A. “As interrogativas-Q no português europeu e no português brasileiro atuais”, *Revista da ABRALIN*, vol. 4, nºs 1, 2, 2006, pp. 171-96.
- MIOTO, C. e NEGRÃO, E. V. “As sentenças clivadas não contêm uma relativa”, in A. T. de Castilho, M. A. Torres-Morais, R. E. Vasconcellos Lopes e S. M. L. Cyrino (orgs.), *Descrição, História e Aquisição do Português Brasileiro*. Campinas: Pontes, 2007, pp. 159-84.
- MODESTO, M. *As Construções Clivadas no Português do Brasil*. São Paulo: Humanitas, 2001.
- MÓIA, T. “A Sintaxe das Orações Relativas sem Antecedente Expresso do Português”. Dissertação de mestrado, Universidade de Lisboa, 1992.
- MOINO, R. “Passivas nos discursos oral e escrito. No princípio era o verbo. E o verbo se fez adjetivo? Ou... o que estamos fazendo no oral!”, in F. Tarallo (org.), *Fotografias Sociolinguísticas*. Campinas: Pontes, 1989, pp. 35-51.
- _____. “Preenchimento das fronteiras V...V”, in A. T. de Castilho e M. Basílio (orgs.), *Gramática do Português Falado*. Campinas: Editora da Unicamp, Fapesp, 1996, vol IV — Estudos descritivos, pp. 219-44.
- MOLLICA, M. C. “Estudo da Cópia nas Construções Relativas em Português”. Dissertação de mestrado, PUC-RJ, 1977.
- MORO, A. “*There/ci* as raised predicates”. Ms., MIT, 1989.
- NARO, A. “The social and structural dimensions of a syntactic change”, *Language*, 57, 1981, pp. 63-98.
- NARO, A. e SCHERRE, M. “Sobre o efeito do princípio da saliência na concordância verbal na fala moderna, na escrita antiga e na escrita moderna”, in D. Moura (org.), *Os Múltiplos Usos da Língua*. Maceió: Edufal, 1999, pp. 26-37.
- _____. “The individual and the community in real time linguistic change: social dimensions”. Comunicação apresentada no NWAV31. Stanford, 2002.
- _____. “Estabilidade e mudança linguística em tempo real: a concordância de número”, in M. C. Paiva e M. E. Duarte, (orgs.), *Mudança Linguística em Tempo Real*. Rio de Janeiro: Contra Capa, Faperj, 2003a, pp. 47-62.

- NARO, A. e SCHERRE, M. “A relação verbo/sujeito: o efeito máscara do *que* relativo”, in D. Hora e G. Collischon (orgs.), *Teoria Linguística: fonologia e outros temas*. João Pessoa: Editora Universitária, 2003b, pp. 383-401.
- _____. *Origens do Português Brasileiro*. São Paulo: Parábola, 2007.
- NASCIMENTO, M. do. “Sur la Posposition du Sujet dans le Portugais du Brésil”. Tese de doutorado, Université de Paris VIII, 1984.
- _____. “Notas sobre as atividades do Grupo de sintaxe II”, in A. T. de Castilho (org.), *Gramática do Português Falado*. Campinas: Editora da Unicamp, Fapesp, 1993, vol. III — As abordagens, pp. 433-38.
- _____. “Gramática do Português Falado: articulação teórica” (conferência lida no Centro de Linguística da Universidade de Lisboa), in A. M. S. Zilles (org.), *Estudos de variação linguística no Brasil e no Cone Sul*. Porto Alegre: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2005, pp. 93-116.
- NASCIMENTO, M. do e KATO, M. A. “O estatuto dos nominais pós-verbais dos verbos inacusativos”, *Revista de Estudos da Linguagem*, vol. 3, nº 4, 1995, pp. 31-74.
- NEVES, M. H. M. “Estudo das construções com verbo-suporte em português”, in I. Koch (org.), *Gramática do Português Falado*, 2ª ed. rev. Campinas: Editora da Unicamp, 2002, vol. VI — Desenvolvimentos, pp. 209-38.
- NEVES, M. H. M. (org.) *Gramática do Português Falado*. Campinas: Editora da Unicamp, Fapesp, 1999, vol. VII — Novos estudos.
- NUNES, J. “O famigerado *se*: uma análise sincrônica e diacrônica das construções com *se* apassivador e indeterminador”. Dissertação de mestrado, Unicamp, 1990.
- _____. “Direção de Cliticização, objeto nulo e pronome tônico na posição de objeto em Português Brasileiro”, in I. Roberts e M. A. Kato (orgs.), *Português Brasileiro: uma viagem diacrônica do português brasileiro*, 2ª ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1996 [1993], pp. 207-22.
- _____. “Inherent Case as a licensing condition for A-movement: the case of hyper-raising in Brazilian Portuguese”, *Journal of Portuguese Linguistics*, 2008.
- OLIVEIRA, A. B. “A referência estendida em textos jornalísticos de natureza argumentativa”. Dissertação de mestrado, UFRJ. Rio de Janeiro, 2005.
- OLIVEIRA, M. de. *Frases assertivas e sua variação nas línguas românicas: seu papel na aquisição*. São Paulo: Humanitas, 2000a.
- _____. “The pronominal subject in Italian and Brazilian Portuguese”, in M. A. Kato e E. V. Negrão (orgs.), *Brazilian Portuguese and the Null Subject Parameter*. Frankfurt: Vervuert; Madri: Iberoamericana, 2000b, pp. 37-53.
- _____. “Relações gramaticais na fala culta de São Paulo”, in M. de Oliveira (org.), *Língua Portuguesa em São Paulo: 450 anos*. São Paulo: Humanitas, 2006, pp. 275-91.
- OLIVEIRA, M. A. e BRAGA, M. L. “On focusing sentences in Brazilian Portuguese”, in G. Gregoy, C. Feagin, D. Schiffrin e J. Jophn (orgs.), *Towards a Social Science of Language*. Amsterdã, Filadélfia: John Benjamins Publishing Company, 1997, vol. 2 — Social interaction and discourse structures, pp. 207-21.

- OLIVEIRA E SILVA, G. M. e SCHERRE, M. (orgs.) *Padrões Sociolinguísticos*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996.
- OMENA, N. “A referência à primeira pessoa do plural: variação ou mudança?”, in M. C. Paiva e M. E. Duarte (orgs.), *Mudança Linguística em Tempo Real*. Rio de Janeiro: Contra Capa, Faperj, 2003a, pp.63-80.
- OMENA, N. e BRAGA, M. “A gente está se gramaticalizando?”, in A. Macedo, C. Roncarati e M. C. Mollica (orgs.), *Variação e Discurso*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996, pp. 75-85.
- ORSINI, M. “As construções de tópico no português do Brasil: uma análise sintático-discursiva e prosódica”. Tese de doutorado, UFRJ, 2003, pp. 75-83.
- ORSINI, M e VASCO, S. L. “Português do Brasil: língua de tópico e de sujeito”, *Diadorim — Revista de Estudos Linguísticos e Literários*. Programa de Pós-Graduação em Letras Vernáculas, UFRJ, 2007, vol. 2, pp. 83-98.
- PAGOTTO, E. G. “A Posição dos Clíticos em Português: um estudo diacrônico”. Dissertação de mestrado, Unicamp, 1992.
- . “Clíticos, mudança e seleção natural”, in I. Roberts e M. A. Kato (orgs.), *Português Brasileiro: uma viagem diacrônica do português brasileiro*, 2ª ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1996 [1993], pp. 185-206.
- PAIVA, M. da C. e DUARTE, M. E. L. (orgs.). *Mudança Linguística em Tempo Real*. Rio de Janeiro, Contra Capa, 2003.
- . “Quarenta anos depois: a herança de um programa na sociolinguística brasileira”, in M. Bagno (trad. e org.), *Fundamentos Empíricos para uma Teoria da Mudança Linguística*. São Paulo: Parábola, 2006. (Tradução do original *Empirical foundations for a theory of language change*. Weinreich, Labov e Herzog.)
- PAREDES SILVA, V. L. “É isso aí: verbo *ser* e demonstrativos em função coesiva no português”. Ms., PUC-RJ, UFRJ, 1986.
- . “O retorno do pronome *tu* à fala carioca”, in C. Roncarati e J. ABRAÇADO (orgs.), *Português Brasileiro: contato linguístico, heterogeneidade, história*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2003, pp. 160-69.
- PERINI, M. A. *Para uma Nova Gramática do Português*. São Paulo: Ática, 1985.
- PERLMUTTER, D. “Impersonal passives and the unaccusative hypothesis”, in J. Jaeger, A. C. Woodbury e F. Ackerman (orgs.), *Proceedings of the Fourth Annual Meeting of the Berkeley Linguistics Society*, Berkeley: University of California, BLS, 1978, pp. 157-89.
- PILATI, E. “Sobre a Ordem Verbo-Sujeito no Português Brasileiro”. Dissertação de mestrado, UnB, 2002.
- PINKER, Steven. *O Instinto da Linguagem*. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- PIRES DE OLIVEIRA, R. *Semântica Formal: uma breve introdução*. Campinas: Mercado de Letras, 2001.
- PONTES, E. *Sujeito: da Sintaxe ao Discurso*. São Paulo: Ática; Brasília: INL, Fundação Nacional Pró-Memória, 1986.
- . *O Tópico no Português do Brasil*. Campinas: Pontes, 1987.

- POSTAL, P. *On Raising: One Rule of English Grammar and Its Theoretical Implications*. Cambridge (MA): The MIT Press, 1974.
- QUAREZEMIN, S. “A focalização do sujeito e a inversão livre no português brasileiro”, *Estudos Linguísticos*, XXXV. 2006, pp. 1.793-801.
- RADFORD, A. *Syntax: a minimalist introduction*. Cambridge: Cambridge University Press, 1997a.
- . *Syntactic Theory and the Structure of English: a minimalist approach*. Cambridge: Cambridge University Press, 1997b.
- RAMOS, J. “O uso das formas você, ocê e cê no dialeto mineiro”, in D. Hora (org.), *Diversidade Linguística no Brasil*. João Pessoa: Idéia, 1997, pp. 43-61.
- RAPOSO, E. “On the Null Object in European Portuguese”, in O. Jaeggli e C. Silva-Corvalán (orgs.), *Studies in Romance Linguistics*. Dordrecht: Foris, 1986, pp. 373-90.
- . *Teoria da Gramática. A Faculdade da Linguagem*. Lisboa: Caminho, 1992.
- RESENES, M. S. de. “As Sentenças Pseudo-clivadas no Português Brasileiro”. Dissertação de mestrado, UFSC, 2009.
- RIBEIRO, I. “Sobre a perda da inversão do sujeito no português brasileiro”, in R. V. Mattos e Silva (org.), *Para a história do português brasileiro: primeiros estudos*. São Paulo: Humanitas, FFLCH-USP, Fapesp, 2001, vol. II, t. I, pp. 91-126.
- RIZZI, L. “Null Objects and the Theory of *pro*”, *Linguistic Inquiry*, 17, 1986, pp. 501-58.
- . “The fine structure of the left periphery”, in L. Haegeman (org.), *Elements of Grammar: Handbook of Generative Syntax*. Dordrecht: Kluwer Academic Publishers, 1997.
- ROBERTS, I. *Comparative Syntax*. Londres: Arnold, 1997.
- ROBERTS, I. e KATO, M. A. (orgs.) *Português Brasileiro: uma viagem diacrônica do português brasileiro*, 2ª ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1996 [1993].
- ROBINS, R. H. *General Linguistics: an introductory survey*. Londres: Longmans, 1964.
- ROCHA, M. A. F. “Adjuntos sem cabeça no Português do Brasil”, in A. T. de Castilho e M. Basílio (orgs.), *Gramática do Português Falado*. Campinas: Editora da Unicamp, Fapesp, 1996, vol. IV — Estudos descritivos, pp. 341-76.
- . “Adjuntos e Adjunções em Fronteiras de Constituintes no Português do Brasil”. Tese de doutorado, Unicamp, 2001.
- ROCHA LIMA, C. H. da. *Gramática Normativa da Língua Portuguesa*, 32ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1972.
- RODRIGUES, V. “Preenchimentos em fronteiras de constituintes: orações subordinadas”, in A. T. de Castilho e M. Basílio (orgs.), *Gramática do Português Falados*. Campinas: Editora da Unicamp, Fapesp, 1996, vol. IV — Estudos descritivos, pp. 169-92.
- RONCARATI, C. e ABRAÇADO, J. (orgs.) *Português Brasileiro: contato linguístico, heterogeneidade, história*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2003.
- SCHER, A. “As construções com o verbo leve *dar* e nominalizações em *-ada* no Português do Brasil”. Tese de doutorado, Unicamp, 2004.

- SCHERRE, M. “Reanálise da concordância nominal em português”. Tese de doutorado, UFRJ, 1988.
- _____. “A concordância de número nos predicativos e participios passivos”, *Organon*, vol. 5, nº 18, 1991, pp. 52-70.
- SCHERRE, M. e NARO, A. “Marking in discourse: ‘birds of a feather’”, *Language Variation and Change*, 3 (1), 1991, pp. 23-32.
- _____. “Duas dimensões do paralelismo formal na concordância verbal no português popular do Brasil”, *D.E.L.T.A.*, vol. 9, nº 1, 1993, pp. 1-14.
- _____. “Restrições sintáticas e semânticas no controle da concordância verbal em português”, *Fórum Linguístico*, vol. 1, nº 1, 1998, pp. 45-71.
- _____. “A hierarquização do controle da concordância no português moderno e medieval: o caso de estruturas de sujeito simples”, in S. Gro e K. Zimmermann (orgs.), *O Português Brasileiro: pesquisas e projetos*. Frankfurt: TFM, 2000, vol. 17, pp. 135-65.
- SPANIO, M. “A Ordem V SN em Construções Monoargumentais, na Fala Culta do Português Brasileiro e Europeu”. Dissertação de mestrado, UFRJ, 2002.
- STOWELL, T. “Origins of Phrase Structure”. Ph.D dissertation, MIT, 1981.
- TARALLO, F. “Relativization Strategies in Brazilian Portuguese”. Ph. D dissertation, University of Pennsylvania, 1983.
- TARALLO, F. (org.) *Fotografias Sociolinguísticas*. Campinas: Pontes, 1989.
- TARALLO, F. e KATO, M. A. “Harmonia trans-sistêmica: variação intra- e interlinguística”, *Preedição*, 5. Campinas, 1989.
- _____. “Filling syntactic boundaries in spoken Brazilian Portuguese”, *Language Variation and Change*, vol. 5 nº 1. Eric — Education Resources Information Center, U.S. Department of Education, Institute of Education Sciences (IES), 1993, pp. 91-112.
- TARALLO, F.; KATO, M. A.; OLIVEIRA, C. T.; CALLOU, D.; OLIVEIRA, D.; BRAGA, M. L.; ROCHA, M. A. F. e BERLINCK, R. A. “Rupturas na Ordem de Adjacências Canônicas no Português Falado”, in A. T. de Castilho (org.), *Gramática do Português Falado*, 4ª ed. rev. Campinas: Editora da Unicamp, Fapesp, 2002a, vol. I — A ordem, pp. 29-62.
- _____. “Rupturas na Ordem de Adjacências Canônicas no Português Falado”, in A. T. de Castilho (org.), *Gramática do Português Falado*, 4ª ed. rev. Campinas: Editora da Unicamp, Fapesp, 2002b, vol. I — A ordem, pp. 25-52.
- TARALLO, F.; KATO, M. A.; OLIVEIRA, C.; CALLOU, D.; MOREIRA, C.; TEIXEIRA, L. C.; LIMA, M. E. DE; NASCIMENTO, M. DO; DECAT, M. B.; GALVES, C.; PAGOTTO, E; NUNES, J. M.; ROCHA, M. A. F. E OLIVEIRA, D. “Preenchimentos em Fronteiras de Constituintes”, in R. Ilari (org.), *Gramática do Português Falado*, 4ª ed. Campinas: Editora da Unicamp, Fapesp, 2002c, vol. II — Níveis de análise linguística, pp. 303-38.
- TORRES-MORAIS, M. Aparecida. “Aspectos diacrônicos do movimento do verbo, estrutura da frase e caso nominativo no português do Brasil”, in I. Roberts e M. A. Kato (orgs.), *Português Brasileiro: uma viagem diacrônica do português brasileiro*, 2ª ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1996 [1993] pp. 263-306.

- URIAGEREKA, J. "Pure Adjuncts", in *Actas del 11 Congreso de Gramática Generativa*, Universidad de Zaragoza, 2006.
- VANDRESEN, P. (org.) *Variação e Mudança no Português Falado da Região Sul*. Pelotas: Educat, 2002.
- VASCO, S. "Construções de Tópico no Português: as falas brasileira e portuguesa". Dissertação de mestrado, UFRJ, 1999.
- _____. "Construções de Tópico na Fala Popular". Tese de doutorado, UFRJ, 2006.
- VIOTTI, E. "A Sintaxe das Sentenças Existenciais no Português do Brasil". Tese de doutorado, USP, 1999.
- VITRAL, L. e RAMOS, J. "Gramaticalização de *você*: um processo de perda de informação semântica?", *Revista de Linguística e Filologia*, 3, 1999, pp. 55-64.
- WHEELER, D. "Portuguese pseudo-clefts: evidence for free relatives", *Papers from the 18th Regional Meeting of the Chicago Linguistic Society*. Chicago: The University of Chicago, 1982, pp. 507-20.
- WHITAKER-FRANCHI, R. "As Construções Ergativas: um estudo sintático e semântico". Dissertação de mestrado, Unicamp, 1989.
- WILLIAMS, E. "Argument structure and morphology", *The Linguistic Review*, 1, 1981, pp. 81-114.
- ZANUTTINI, R. "Sentential Negation", in M. Baltin e C. Collins (orgs.), *The Handbook of Contemporary Syntactic Theory*. Malden: Blackwell, 2001.
- ZILLES, A. M. (org.) "Estudos da Língua Falada", *Organon*, vol. 14, nº28/29, 2000.
- ZUBIZARRETA, M. L. *Prosody, Focus and Word Order*. Cambridge (MA): The MIT Press, 1998.

Título	Gramática do Português Culto Falado no Brasil Volume III: A construção da sentença
Organização	Mary A. Kato Milton do Nascimento
Coordenação geral	Ataliba T. de Castilho
Assistente técnico de direção	José Emílio Maiorino
Coordenador editorial	Ricardo Lima
Secretária editorial	Eva Maria Maschio Moraes
Secretário gráfico	Ednilson Tristão
Preparação dos originais	Vilma Aparecida Albino
Revisão	Grazia Maria Quagliara
Editoração eletrônica	Silvia Helena P. C. Gonçalves
Design de capa	Ricardo Assis
Formato	16 x 23 cm
Papel	Offset 75 g/m ² – miolo Cartão supremo 250 g/m ² – capa
Tipologia	Garamond Premier Pro
Número de páginas	344

ESTA OBRA FOI IMPRESSA NA GRÁFICA _____
PARA A EDITORA DA UNICAMP EM _____ DE 2009.





